

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DOMINGOS BARROSO DA COSTA

**O BOLSONARISMO E A REPETIÇÃO DO MESMO:
ATUALIZAÇÕES DE UM FASCISMO EM VERDE E
AMARELO**

Belo Horizonte

2024

DOMINGOS BARROSO DA COSTA

**O BOLSONARISMO E A REPETIÇÃO DO MESMO: ATUALIZAÇÕES
DE UM FASCISMO EM VERDE E AMARELO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia, em 13 de dezembro de 2024.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jacqueline de Oliveira Moreira

Belo Horizonte

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C837b Costa, Domingos Barroso da
O bolsonarismo e a repetição do mesmo: atualizações de um fascismo em verde e amarelo / Domingos Barroso da Costa. Belo Horizonte, 2024.
189 f. : il.

Orientadora: Jacqueline de Oliveira Moreira
Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

1. Bolsonaro, Jair, 1955- -. 2. Psicanálise. 3. Repetição (Psicanálise). 4. Fascismo. 5. Ideologia - Aspectos políticos. 6. Ideologia - Aspectos religiosos. 7. Comunicação de massa - Influência. 8. Desinformação. I. Moreira, Jacqueline de Oliveira. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 32(81)

Ficha catalográfica elaborada por Daniela Luzia da Silva Gomes - CRB 6/2505

DOMINGOS BARROSO DA COSTA

**O BOLSONARISMO E A REPETIÇÃO DO MESMO: ATUALIZAÇÕES DE UM
FASCISMO EM VERDE E AMARELO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia, em 13 de dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Marília dos Santos Amorim
Paris VIII

Prof.^a Dr.^a Henriete Karam
UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira
UFMG

Prof. Dr. Carlos Roberto Drawin
FAJE

Prof.^a Dr.^a Jacqueline de Oliveira Moreira
PUC Minas
Professora Orientadora – Presidente da Banca Examinadora

Faz pouco tempo, sonhei com minha avó que, analfabeta, feliz me contava que agora vivia de escrever cartas. Foi um sonho de esperança radical, de um passado que se emancipa para dedicar palavras ao futuro. Oxalá! Que a distopia fascista dê lugar à esperança e ao sonhar juntos de novo. Para minha avó Mariana e minha menina Helena, raiz e fruto, a vocês, dedico esta minha carta e minhas esperanças.

Agradecimentos

Gostaria de iniciar meus agradecimentos por minha orientadora, Professora Jacqueline Moreira, pelo convite para a realização deste trabalho e pela confiança que sempre depositou em mim. Obrigado pela amizade!

À Professora Marília Amorim, pela gentileza com que sempre me acolheu e pela generosidade no compartilhamento de ideias.

Obrigado, Professor Marcelo Cattoni, pelas dicas certeiras de leitura (não só para a tese) e pela disponibilidade em me ajudar a pensar sobre alguns pontos da tese.

Obrigado, Professora Henriete Karam, pela inspiração e pelas novas perspectivas abertas em relação a este estudo. Temos, agora, um novo e belo trabalho a fazer.

Professor Carlos Roberto Drawin, meu muito obrigado pela presença marcante e erudita em meu percurso, primeiro no mestrado e, agora, no doutorado.

À Defensoria Pública, pelo apoio institucional para a conclusão deste estudo.

Sigo agradecendo a Fiorenza, pelo amor dividido nesses 16 anos, que inclui a leitura deste trabalho.

Meu muito obrigado ao amigo Arion Godoy, pela leitura crítica do projeto de qualificação e da tese.

Por ajudas muitas, agradeço também a Maria Liane Dutra e Denise Casara.

Pelo incentivo, meu agradecimento à minha irmã, Carla, e à minha mãe, Aidil.

Agradeço, finalmente, a Helena, por ser o doce de menina que é.

A linguagem é mais do que sangue.

Franz Roseinzweig

Resumo

O presente trabalho constitui-se de uma abordagem do bolsonarismo a partir da psicanálise. Nesse sentido, especialmente amparados em Freud, conceitos como *repetição do mesmo* e *estranhamento* funcionam como operadores metodológicos no percurso trilhado para a compreensão do fenômeno, que entendemos se construir pela força de *ideias religiosas*. Por meio da pesquisa documental, apresentamos o contexto em que emerge o bolsonarismo. O trabalho conceitual, por sua vez, é o que permite analisá-lo teoricamente. Como apontamos a repetição como marca constitutiva do bolsonarismo, buscamos na história do Brasil, destacadamente a partir do final da Terceira República, os eventos que permitem distingui-la. Golpes e tentativas de golpes, em torno dos quais estiveram unidos elites e militares, dentre outros setores da sociedade, são elementos centrais para o entendimento do que é o Brasil. E a compreensão da sociabilidade brasileira conduz ao paradigma escravocrata que segue sendo reeditado, mantendo estagnada as relações de poder estabelecedoras das profundas desigualdades que distinguem dominantes e dominados com nitidez. Por se tratar de movimento articulado por diversos grupos, cujos integrantes afetam-se mesmo à distância, o bolsonarismo conforma uma massa. E essa massa tem por referência um líder, chamado “mito” por seus seguidores, o qual, desde o lugar do ideal, profere discursos virulentos, acionadores de afetos como medo, ressentimento e ódio. É por esses afetos, pelas ideias e valores que os mobilizam, que se identificam os integrantes da massa bolsonarista reunidos em torno de ilusões quanto a um passado mitificado que deve ser reeditado para que se obtenha uma sociedade respeitadora da lei e da ordem, o que depende da observância de hierarquias bem definidas e excludentes em relação aos chamados grupos minoritários, bem como àqueles historicamente oprimidos. Em suma, trata-se de movimento hostil ao pluralismo democrático e que, por assim ser, manifesta explícito anti-intelectualismo, a partir do qual busca se blindar contra a força da razão crítica e seu potencial em denunciar a irrealidade em que o movimento se instala. Trata-se de irrealidade zelosamente construída a partir de um sistema de propaganda que tem por principais propulsores seus próprios receptores. Nas câmaras de eco estabelecidas nas redes, também chamadas bolhas, esses receptores tornam-se também emissores de conteúdos narrativos que mais engajam pelos afetos que mobilizam, não importando a realidade fática, a verdade lógica ou científica em relação aos temas que fazem circular na massa. Os elementos expostos permitem a caracterização do bolsonarismo como movimento político fascista cujas origens e causas podem ser encontradas no paradigma de sociabilidade que constitui o Brasil, qual seja, o escravocrata.

Palavras-chave: Psicanálise. Fascismo. Bolsonarismo. Repetição. Ideias religiosas.

Abstract

This work presents an approach to Bolsonarism from a psychoanalytic perspective. In this context, especially drawing on Freud, concepts such as repetition of the same and estrangement serve as methodological tools in the journey to understanding the phenomenon, which we view as being shaped by the strength of religious ideas. Through documentary research, we present the context in which Bolsonarism emerges. The conceptual work, in turn, allows us to analyze it theoretically. As we point to repetition as a constitutive feature of Bolsonarism, we seek events in Brazilian history, particularly since the end of the Third Republic, that allow us to identify this characteristic. Coups and attempted coups, around which elites and the military, among other sectors of society, have united, are central elements for understanding what Brazil is. Understanding Brazilian sociability leads to the slavery paradigm that continues to be re-edited, sustaining stagnant power relations that establish the deep inequalities clearly distinguishing the dominant from the dominated. As a movement articulated by diverse groups whose members affect each other from a distance, Bolsonarism forms a mass. This mass is guided by a leader, referred to as a "myth" by his followers, who, from an idealized position, delivers virulent speeches that trigger emotions like fear, resentment, and hatred. These emotions, alongside the ideas and values that mobilize them, serve to unite members of the Bolsonarist mass around illusions of a mythified past that should be revived to achieve a society respectful of law and order, which depends on the observance of well-defined and exclusionary hierarchies concerning so-called minority groups as well as historically oppressed groups. In short, it is a movement hostile to democratic pluralism and, for that reason, manifests explicit anti-intellectualism, aiming to shield itself against the force of critical reason and its potential to expose the unreality in which the movement operates. This unreality is carefully constructed through a propaganda system whose main drivers are its own recipients. In echo chambers established in networks, also called bubbles, these recipients also become narrators of content that engages mainly by the emotions it mobilizes, disregarding factual reality, logical truth, or scientific validity concerning the topics circulated within the mass. These elements allow for the characterization of Bolsonarism as a fascist political movement whose origins and causes can be traced to the paradigm of sociability that constitutes Brazil, specifically the slavery paradigm.

Keywords: Psychoanalysis. Fascism. Bolsonarism. Repetition. Religious ideas.

Sumário

1 Considerações Introdutórias	9
2 Delimitação de Contexto: A Repetição e o Estranhamento	18
3 Percurso Teórico-Metodológico	54
3.1 Do problema e da hipótese de trabalho.....	55
3.2 Sobre ideias religiosas, a repetição e o estranho (in)familiar em Freud e na Psicanálise	58
4 A Brasilidade do Bolsonarismo	69
4.1. “Eu sou você amanhã”: dos estertores da Terceira República à Intentona Bolsonarista	80
4.1.1 As promessas democráticas da Constituição de 1988 e as Jornadas de Junho de 2013: como as energias de mudança podem ser instrumentalizadas para que tudo permaneça como sempre foi	97
4.1.2 O impeachment de Dilma Rousseff: golpe branco à moda brasileira.....	107
5 A Psicologia das Massas e o Bolsonarismo	127
5.1 Toda psicanálise é social – e, portanto, política	128
5.1.1 O sujeito, a sociedade e a Lei	131
5.2 O fenômeno que interpela: a ascensão da extrema direita e a conformação do bolsonarismo	135
5.3 O bolsonarismo enquanto movimento de massa de caráter fascista.....	144
5.3.1 A força do mito no bolsofascismo	148
5.3.2 Propaganda e irreabilidade	155
5.3.3 Anti-intelectualismo	165
5.3.4 Hierarquia, lei e ordem	168
5.3.5 Vitimização.....	171
6 Considerações Finais	174
7 Referências	181

1 Considerações Introdutórias

Propomos estas considerações introdutórias a fim de definir nosso objeto de estudo, além de indicar como o abordaremos. Nesse sentido, deixamos claro o desiderato de, a partir da psicanálise, investigar o bolsonarismo enquanto movimento político brasileiro singular surgido na segunda década do século XXI.

Em *Delimitação de contexto*, nosso segundo capítulo, procuramos estabelecer a conjuntura fática em que emergem os fenômenos que, pelo estranhamento que causam, nos convocam à reflexão. Referimo-nos, especificamente, aos eventos que, desde junho de 2013, permitiam entrever o avanço da extrema direita no Brasil, com o surgimento do bolsonarismo.

Inclusive, é da observação desses eventos em seu encadeamento que, num espectro de perturbador estranhamento, desponta a pergunta que orienta todo o trabalho e que se coloca ao final da delimitação do contexto fenomênico em que se desenvolve o estudo, qual seja, como a sociedade – e a cultura – brasileira ensejou ou mesmo engendrou o movimento de massa de caráter fascista designado bolsonarismo?

E, uma vez que a nossa questão reitoria surge da observação, cabe-nos expor quais foram os principais fatos aos quais dedicamos nosso olhar e *escuta* – considerando que partimos de uma perspectiva psicanalítica – e por que meios eles se deram a conhecer. Quanto a isso, devemos desde já apontar a chamada *imprensa profissional* como nossa fonte primeira de informação, o que justifica as múltiplas referências feitas aos veículos consultados no curso de nosso texto.

Essa busca por referências na imprensa profissional tem por objetivo explícito demonstrar que dizemos de fatos e registros jornalísticos não questionados nem mesmo pelos grupos empresariais que detêm o domínio dos canais referidos – muitas vezes, grandes grupos empresariais, com papel histórico reconhecido dada a interferência de seus interesses na política nacional. Ainda, essa nossa opção veicula a antecipação de uma denúncia e, por que não, um esforço de resistência às estratégias da extrema direita no sentido de descredibilizar a imprensa profissional para melhor fragmentar a produção de narrativas alternativas muito eficazes em produzir *efeito de verdade*, seja porque circulam em meios ideais para a conformação de *bolhas* – como são as redes sociais e os grupos de *WhatsApp* ou *Telegram*, por exemplo –, seja porque sua transmissão e recepção se dão marcadamente pela mobilização de sentimentos e afetos – ilustrativamente, confiança na pessoa que repassa o conteúdo ou engajamento pela afetação que esse conteúdo possa promover, mobilizando medo ou ódio, por exemplo.

Sobre os efeitos e riscos dessas bolhas algoritmicamente filtradas, afirma Bucci (2019):

O que agrava o problema é o isolamento do indivíduo dentro das bolhas. Na era das redes sociais, o sujeito se encontra encapsulado em multidões que o espelham e o reafirmam. São multidões de iguais, especulares, multidões de mesmos. Vêm daí as tais “bolhas” das redes sociais, cujo traço definidor é a impermeabilidade ao dissenso. É sabido, também, que os algoritmos das redes sociais estimulam esse efeito, espessando as muralhas que separam umas bolhas das outras. Não é verdade que a internet abriu vasos comunicantes entre múltiplas esferas públicas. Embora isso tenha acontecido em parte, e ainda possa acontecer mais, o que mais se verificou foi algo invertido: as redes sociais expandiram as muralhas que separam as preferências egoicas e narcísicas que parecem presidir os agrupamentos mais ruidosos. Elas não põem as pessoas em rede; põem as muralhas em rede, muralhas privatizadas (Bucci, 2019, pp. 44-45).

As *fake news* ou mesmo os chamados *memes*, no que concerne ao efeito de verdade que produzem, remetem-nos a outra questão cuja compreensão é de fundamental importância na abordagem que dedicamos a nosso objeto de estudo. Para o sujeito, a construção da realidade ou de verdades não se dá em terreno objetivamente seguro.

Valendo-nos da psicanálise, investiremos esforços para expor as dinâmicas pelas quais a realidade objetivamente verificável – que não se confunde com o Real lacaniano – ou a verdade logicamente demonstrável muitas vezes terminam sucumbindo à força de uma ficção afetivamente investida, considerada a condição linguajeira do sujeito. Noutras palavras, especialmente sob algumas circunstâncias, os efeitos de verdade não serão assegurados pela razão, mas pelos afetos mobilizados por determinada construção ideativa, especialmente se melhor socorrerem o sujeito diante de seu desamparo essencial ou do abandono social em que o instala o neoliberalismo, ao solapar as estruturas públicas de solidariedade e minar as condições de tessitura do laço social.

Dizemos da quebra de confiabilidade induzida pela introdução de uma lógica concorrencial própria ao mercado inclusive na dimensão das relações interpessoais, o que lhes confere contornos paranoides, potencializados pela desinformação circulante nas redes com interesse nítido de desagregação e manipulação segundo variados fins, com destaque para os políticos. Isso permite constatar que a estratégia de descredibilização já mencionada em relação à imprensa profissional a ela não se restringe, mirando as instituições que compõem nossa democracia ao ponto de deteriorar todas as relações que possam se estabelecer na esfera pública, que, assim, terminou instalada em uma crise sistêmica e permanente.

Em suma, os metódicos ataques são dirigidos à *mediação*, às instâncias ou agências que tradicionalmente medeiam as interações, estabelecendo uma dimensão pública ou, em sentido mais amplo, conformando um ambiente *comum*, no qual a concepção de verdade ou a percepção de realidade partem de referenciais compartilhados por um universo maior de sujeitos, o que, aliás, assegura melhores condições para o escrutínio crítico das informações que ali possam circular. A implosão dessa dimensão de um *comum* público e ampliado,

ainda em curso, é causa e efeito do investimento na referida quebra de confiabilidade por parte da extrema direita, o que, dentre tantas outras, produz uma situação bastante interessante: a desinformação já não pode ser eficazmente combatida com a verdade, mesmo que inferida da realidade fática observável, da lógica ou da produção científica, fonte de conhecimento cujos achados sabidamente têm sua validade verificável a partir dos próprios métodos que os induziram.

Na política, mais ainda do que na ciência, o combate à desinformação não pode se contentar com a defesa dos critérios clássicos de objetividade. Um novo regime de credibilidade e de evidência pode estar mobilizando um grande número de pessoas a se engajar em opções políticas estranhas aos modos tradicionais de argumentação no debate público. Pode não ser necessário abrir mão de todos os critérios construídos há tanto tempo para produzir consenso. Mas enfrentar a força eleitoral do conservadorismo implica construir uma alternativa convincente, que traga consigo os valores que levariam mais pessoas a apostar nessa opção (Bruno & Roque, 2019, p. 21).

A intentona bolsonarista de 8 de janeiro de 2023 apresenta-se como o ápice desse caos induzido, em meio ao qual, entretanto, se dão a ver situações que não são novidades em nossa história e que procuramos não só indicar ao longo do trabalho, como também achamos conveniente abordar resumidamente nessas considerações introdutórias, já concorrendo para a delimitação do contexto em que desenvolvemos nosso estudo. Nesse sentido, sabemos que apelos populares ao despotismo, deposições ilegítimas de governantes à esquerda, oportunismo militar, demagogias políticas, farisaísmo religioso e violência opressora por parte de elites que não dispensam o golpismo para se manterem no poder são eventos, situações e realidades que conformam um passado que se reedita em nosso presente, anunciando-se no horizonte. Inclusive, embora sejam muitas as repetições, se as observamos de perto, percebemos que, na verdade, se trata de uma *repetição do mesmo*.

Dessa constatação desponta uma possibilidade de resposta à pergunta que nos convoca tal como antes formulada, ao mesmo tempo em que expõe o porquê da familiaridade que teima em permear nosso estranhamento diante dos fenômenos que decidimos analisar. Segundo entendemos, e agora defendemos, a sociedade – e a cultura – brasileira não só se abriu ao fascismo bolsonarista, como o engendrou ao repetir, ainda mais uma vez, a violência opressora que institui o paradigma escravocrata a partir do qual se estrutura nossa sociabilidade (Souza, 2019).

Precisamente por isso, em termos de sociedade brasileira, trata-se de uma *repetição do mesmo*, tal qual a concebe Garcia-Roza (2003), enquanto a distingue da *repetição diferencial*, aquela que se põe a serviço da pulsão de vida porque integrada às dinâmicas de transformação que a caracterizam, assim como definem a própria condição do que é vivo.

Algumas considerações, entretanto, se fazem necessárias, uma vez que o referido autor vincula o conceito freudiano concernente ao *estranhamento* à repetição diferencial.

Segundo Garcia-Roza (2003):

No artigo *O estranho (Das Unheimlich)*, publicado em 1919, Freud retoma o tema da repetição. *Unheimlich* relaciona-se com o que é assustador, com o que provoca medo e horror: “O estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar.” O que caracteriza o estranho é pois essa proximidade e essa familiaridade aliadas ao oculto. Mas o absolutamente novo, o que jamais se deu na experiência, não pode ser temido. Só há *Unheimlich* se houver repetição. O estranho é algo que retorna, algo que se repete, mas que ao mesmo tempo se apresenta como diferente. O *Unheimlich* é uma repetição diferencial e não uma repetição do mesmo. Freud refere essa repetição à própria natureza das pulsões, “uma compulsão poderosa o bastante para prevalecer sobre o princípio de prazer” (Garcia-Roza, 2003, pp. 24-25).

Como destaca o próprio autor reportando a Freud, observa-se que a repetição “é da natureza das pulsões”, a forma plural empregada evidenciando que a referência engloba também a pulsão de morte, que se caracteriza por uma compulsão poderosa o suficiente não só para prevalecer, como para ir além do princípio de prazer (Freud, 1920/1996i). E mais: não podemos nos esquecer de que, ainda que se trate de uma repetição do mesmo, esse *mesmo* que ecoa a pulsão de morte diz do irrepresentável de um empuxo que insiste e traga o sujeito em um vórtice que tende ao grau zero de tensão, ou seja, ao estado inanimado.

Os modos como esse empuxo se manifesta ou os objetos em que essa moção busca satisfação, contudo, podem se apresentar sob formas diferentes, sem deixar de despertar terror e de, ao mesmo tempo, remeter o sujeito a algo que lhe é bastante familiar, desde que se dê conta de que algo se repete – como é da própria condição do estranhamento. Aliás, talvez nada exista de mais familiar para o sujeito do que o inominável da morte, que o convoca desde a origem, desde a falta que o humaniza, inscrevendo-o na linguagem e dotando-o da consciência de uma inafastável finitude.

Ou seja, ampliando a perspectiva de Garcia-Roza (2003) – e, no que interessa a este trabalho, tão somente em relação a isto –, pensamos que o estranhamento diante do (in)familiar também comporta a *repetição do mesmo*, consignando que esse *mesmo* não deixa de sê-lo por se revestir de formas ou visar objetos que variem no tempo (o adicto em jogos pode abandonar seu vício e terminar se consumindo na dependência química, o alcoolista pode deixar o álcool e abreviar sua vida com o tabaco, e assim por diante, sendo infinitas as possibilidades de exemplificação do que se quer dizer). E, como entendemos, com Freud, que toda psicanálise é social, é possível que o raciocínio construído no campo da subjetividade seja transposto à dimensão do coletivo. Trazendo a questão ao contexto a que nos dedicamos, segundo a abordagem proposta, seja de uniforme verde – como aquele

utilizado pelos integralistas brasileiros da década de 1930 – ou trajando festiva camisa verde e amarela – marca dos *patriotas* bolsonaristas –; seja de terço na mão – como é próprio dos católicos – ou ostentando uma bíblia – como é característico de evangélicos –, o que pulsa subjacente às mobilizações dos integralistas, dos coletivos católicos organizados em apoio ao golpe de 1964 e dos bolsonaristas de quaisquer segmentos é a moção de solapar a diferença, de aniquilar ou, no mínimo, reduzir o outro que lhe faça oposição e ameace seu narcisismo à condição de objeto, o que reporta aos modos de dominação próprios ao paradigma escravocrata que molda nossa sociabilidade (Souza, 2019) e nos condena à inércia, a um estado de paralisia por repetição que nos priva das transformações necessárias para que acessemos um futuro enquanto sociedade.

Daí defendermos que os fenômenos analisados e os eventos pelos quais se expressam revelam uma repetição do mesmo que, sim, é indutora de um estranhamento que não exclui, pelo contrário, só nos terrifica por dizer de algo muito familiar, íntimo. E, neste ponto, surgem novas questões que reclamam análise.

Afinal, ordinariamente, quem repete nem sempre sabe *que* repete nem *o que* repete. A identificação da repetição e suas distinções (tais como *repetição do mesmo* e *repetição diferencial*) ficam a cargo de teóricos e observadores em geral – inclusive de si próprios –, desde que disponham da capacidade de recordar para elaborar os eventos que, em sua sucessão, denotem uma repetição, ostente ela ou não aquilo que repete, se algo transformador, que se abre à novidade do futuro, ou se algo que serve à conservação da inércia, inscrevendo quem repete em um circuito de eterno retorno a um passado insuperado e insuperável. Esse é o registro em que se dá a repetição do mesmo.

Conforme Garcia-Roza (2003):

Assim, contrariamente à concepção inicial da pulsão como sendo uma força que impele o organismo no sentido da mudança, no sentido da produção de diferenças, somos forçados, com Freud, a afirmar o caráter conservador da pulsão: resistência à mudança e repetição do mesmo. O que ela repete é, pois, o mais arcaico, o estado inicial do qual o organismo se afastou por exigência de fatores externos: o inorgânico. “Seremos então compelidos a dizer que o objetivo de toda a vida é a morte”, escreve Freud. Se a vida é entendida como perturbação de um equilíbrio estável a que se reduzia a matéria inanimada, nada mais natural que admitir essa tendência no sentido de recobrar o equilíbrio perdido. Dentro desse quadro, a pulsão de vida teria como objetivo o cumprimento desse caminho natural para a morte. O objetivo da pulsão de vida não é evitar que a morte ocorra, mas evitar que ela ocorra de forma não natural. “O que nos resta – escreve ele – é o fato de que o organismo deseja morrer apenas do seu próprio modo” (Garcia-Roza, 2003, p. 25).

Não há dúvidas de que, imersas em sua ânsia antissistema, a massa bolsonarista não sabe *que* repete, tampouco *o que* repete. E conforme destacado, não será a realidade fática, tampouco a verdade lógica ou científica que fará com que seus integrantes se deem conta da repetição que atuam ou de sua substância. Os afetos que fazem coesa a massa e

engajam seus integrantes são eficazes em impedir qualquer recordação que esclareça o que se passa. Aliás, a marcha ao passado é anseio proclamado, como se pode concluir da adoração dedicada a um líder mitificado e a um passado idealizado, que inclui monarquias e ditaduras – no plural porque ao gosto de quem as idealiza.

Ao longo da tese, sustentaremos, então, em resposta à nossa pergunta referencial, acerca de como a sociedade – e a cultura – brasileira ensejou ou mesmo engendrou o bolsonarismo, a seguinte hipótese: a sociedade brasileira ensejou e engendrou o fascismo bolsonarista repetindo o mesmo de um paradigma escravocrata que nos institui enquanto sociedade, o movimento extraíndo engajamento e coesão da força de ideias religiosas. Dessa forma, partindo de uma perspectiva eminentemente psicanalítica, que se abre à tentativa de compreensão não só do sujeito, como da sociedade que constitui pelos laços que estabelece com outros, a presente tese assume como objetivo geral refletir sobre como sujeitos e sociedade brasileira atuam em repetição de um mesmo que não só deflagra como dá contornos peculiares ao bolsonarismo, movimento político ao qual se atribui caráter fascista. E esse objetivo geral se constrói sobre um trilhamento reflexivo que compreende esforços nos seguintes sentidos: a) indicar os eventos que, desde a segunda metade do século XX, se colocam como referência para constatação dessa repetição do mesmo, despertando um estranhamento (in)familiar naqueles que se dispõem a deles recordar; b) refletir sobre a caracterização do bolsonarismo como movimento de massa; c) apresentar as razões pelas quais entendemos que o movimento bolsonarista constitui expressão do fascismo; e d) expor o que nos leva a concluir que o desamparo e o abandono experimentados pelo sujeito constituem as causas primeiras de seu engajamento na massa bolsonarista, o que implica analisar a importância dos afetos na identificação que se estabelece entre os integrantes da massa bolsonarista e na sua mobilização.

No terceiro capítulo, *Percurso teórico-metodológico*, expomos como conceitos psicanalíticos tais quais o de *repetição*, *estranho (in)familiar* e *ideias religiosas* nos servirão na condição de operadores analíticos para a investigação de nosso objeto de pesquisa. Afinal, além da pesquisa documental, que concerne às matérias e textos jornalísticos consultados ao longo do estudo, merece destaque o acionamento que fazemos dos conceitos acima elencados na condição de eixos para as articulações interpretativas que propomos, no sentido de tentar compreender e explicar os fatos e fenômenos que escolhemos analisar.

Tocamos, então, em questão central às teorizações que desenvolvemos em apoio a nossas conclusões. Afinal, defendemos que a sustentação do bolsonarismo busca força em ideias de natureza religiosa, tais como referidas por Freud em seu *O futuro de uma ilusão* (1927/1997a). Essas ideias têm origem no desamparo humano e na tentativa de solucioná-

lo a partir de figuras divinizadas que possam proteger o sujeito diante da natureza, do outro ou do próprio destino, em suma, frente a forças que lhe sejam superiores e que se coloquem fora de suas possibilidades de controle, com potencial para aniquilá-lo. Essas figuras divinizadas, por sua vez, tendem a encontrar representações em autoridades que reportam a um pai que, apesar de severo, se mostre protetor em relação a seus filhos, reminiscências edípicas muitas vezes mal resolvidas e que podem concorrer para a conformação de grupos de caráter autoritário, como esclarece Freud em *Psicologia de grupo e a análise do ego* (1921/1996j).

Embora tenham sido desenvolvidas entre o final do século XIX e as quatro primeiras décadas do século XX, a contemporaneidade nos assegura que as ideias e teorizações de Freud permanecem atuais e em pleno vigor. O Brasil nos dá prova disso, não sendo por acaso que se faça referência ao bolsonarismo como religião (Martins, 2021) ou movimento sectário. Mas não é só. Ainda com Freud, observamos que os movimentos de extrema direita que grassam mundo afora insistem como repetição do mesmo que pode arruinar a civilização, reflexão que tem por ponto de partida as teorizações articuladas em *Além do princípio de prazer* (1920/1996i) e é deflagrada por um estranhamento bastante (in)familiar que acomete aqueles capazes de recordar (Freud, 1919/1996h), verdadeiro espanto diante de um passado que se presentifica, amalgamando familiaridade e infamiliaridade.

Portanto, como bem inferimos de nosso *Percurso teórico-metodológico* (capítulo 3), além de *ideias religiosas*, os conceitos de *repetição* e *estranhamento* apresentam-se como construções teóricas freudianas de fundamental importância para as principais análises que desenvolveremos ao longo de nosso estudo. Aliás, se a *repetição do mesmo* funciona como fio condutor de nosso estudo, podemos dizer que a imagem que com ele se tece faz bordas ao estranhamento que nos toma desde o (in)familiar com o qual essa repetição nos confronta.

Prosseguindo, no quarto capítulo, *A brasilidade do bolsonarismo*, tratamos do que se repete em nossa história e aqui nos interessa, a fim de bem compreender o movimento bolsonarista desde sua gênese. Ou seja, com apoio primeiro nas teorizações de Jessé Souza (2019), defendemos que o paradigma escravocrata constitui a matriz da repetição do mesmo que denunciemos, instalando-nos numa lógica binária que segue distinguindo com muita nitidez opressores (os senhores e suas atualizações) e oprimidos (os escravos e suas atualizações).

Essa leitura possibilita que melhor compreendamos as desigualdades e violências que fundam nossa sociabilidade, conformando elites sempre dispostas ao golpe e à arregimentação de forças que as apoiem, fazendo com que a ordem de dominação permaneça como sempre foi, ainda que, para tanto, tudo tenha que eventualmente se

alterar. Dentre os setores que geralmente se destacam na constituição dessa base de apoio às elites, merecem especial menção as Forças Armadas brasileiras (FFAA), que, após breve período de afastamento, voltaram a se fazer presentes nos núcleos civis de poder político do país.

E fato é que o fizeram em meio a uma sequência de crises induzidas a partir de junho de 2013, as quais, a nosso sentir, não só resultaram na deposição ilegítima da presidente Dilma Rousseff, em 2016, como na própria ascensão de Jair Bolsonaro ao poder. A instalação do caos no país, que só agora recupera um pouco de estabilidade, teve como importante agente a chamada Operação Lava Jato, que se valeu da *lawfare* para devastar o sistema político nacional, implantando de vez a desconfiança como sentimento que mina a democracia e concorre como impedimento à construção de um projeto de futuro para a sociedade brasileira, mais uma vez posta à mercê das forças que a dominam desde o passado.

Já no quinto capítulo, intitulado *A psicologia das massas e o bolsonarismo*, apresentamos as razões pelas quais esse movimento deve ser tratado como fenômeno de massa. Nesse sentido, para além do número de adeptos, é de se considerar que, diferentemente do que se passa nas multidões, os integrantes da massa afetam-se mesmo à distância, circunstância que confere às redes sociais importância central para a compreensão do bolsonarismo e do engajamento de seus integrantes segundo uma lógica antissistema baseada em desinformação e mobilização de afetos.

Como buscamos apreender o bolsonarismo a partir da psicanálise, importante reiterar nosso pressuposto de que toda psicanálise é social, resumidamente porque não há como se pretender uma subjetividade que não seja constituída pela alteridade, segundo os interditos que lhe advêm de uma sociedade em determinado contexto histórico e político. Daí o porquê de se poder partir da psicanálise para analisar fenômenos de massa – como entendemos ser o bolsonarismo.

Especificamente quanto ao projeto autoritário ostentado pelo movimento, sustentamos o caráter fascista do bolsonarismo, entendendo, com Eco (2018), pela possibilidade de se falar de um *fascismo eterno*. Dizemos, portanto, de características que, a qualquer tempo, permitirão identificar um movimento político como fascista, como são a eleição de inimigos como elementos de coesão do grupo, o sincretismo, o anti-intelectualismo ou a intolerância violenta, dentre outros traços que serão merecedores de nossa atenção.

Em meio às características definidoras do fascismo, reiteramos a importância que atribuímos à mobilização de afetos. Nesse sentido, merece abordagem específica a promoção de engajamento em uma massa pelo medo (dos inimigos literalmente

demonizados, que ameaçam a massa com sua diferença e o dissenso que esta anuncia), pelo ressentimento (contra os inimigos que se apropriam do que, por direito, pertence aos membros do grupo) e pelo ódio (contra esses inimigos que, em suma, constituem ameaça à integridade narcísica projetada na massa por seus integrantes, que, nela engajados, perseguem uma perfeição idealizada). Trata-se de afetos que asseguram a identificação entre os integrantes da massa e que, ao fazê-lo, também concorrem para sua coesão, imunizando-a contra qualquer fissura que possa ser determinada pela razão crítica, logo, contra o dissenso.

Pelo exposto e por tomar a ditadura como o passado mitificado que deve ser reeditado, com Heloísa Starling (2022), entendemos que, antes de ser conservador, o bolsonarismo se apresenta como movimento reacionário, ainda que propositivo em seu projeto de dominação. Isso porque, em síntese, se mobiliza antes por reação às liberdades alcançadas desde a abertura democrática do que por valores próprios aos movimentos conservadores. Não por acaso, a serviço dos interesses primeiros de boa parcela de nossas elites, as hostes deste fascismo em verde e amarelo são principalmente compostas por segmentos religiosos com pendores fundamentalistas – com destaque para os evangélicos¹ –, por militares ressentidos por uma subalternidade que atribuem à progressiva abertura democrática e por uma classe média temerosa de dissolução, dada a emersão socioeconômica das classes mais empobrecidas, assegurada por políticas públicas adotadas especialmente pelas administrações petistas e que visavam à redução das desigualdades abissais que constituem o Brasil.

Essa é a síntese de nossas propostas, cujo embasamento teórico buscaremos, não só em Freud, como também em pensadores dos mais variados campos do saber. Aliás, embora o estudo se oriente pelo olhar e *escuta* psicanalíticos, essas perspectivas diversas são, além de oportunas, verdadeiramente exigidas pela complexidade dos eventos e fenômenos aos quais dedicamos nosso mais detido interesse, em esforços que resultaram no trabalho que ganha realidade nas páginas que seguem.

¹ O aumento do número de evangélicos no Brasil e sua entrada maciça na cena política são fatos que se destacam por se tratar de algo novo ou, ao menos, recente em nossa história. Todavia, se consideramos a presença de grupos religiosos, desde já ressaltamos que, em se tratando do bolsonarismo, ainda que sobressaiam na composição dessa massa, nem só de evangélicos se constitui o movimento político. Embora até possa não ser tão ostensiva ou estrepitosa quanto a daqueles, a presença de católicos e sua participação na ascensão bolsonarista – e da própria extrema direita mundo afora – não pode ser desprezada. A propósito, remetemos à matéria publicada na revista *Carta Capital*, ainda em outubro de 2024 (edição 1333), intitulada *A cruz e a espada*, que, resumidamente, trata da união entre católicos reacionários e empresários ultraliberais para a promoção internacional da extrema direita. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/a-cruz-e-a-espada/>. Acesso em: 1 nov. 2024.

2 Delimitação de Contexto: A Repetição e o Estranhamento

“E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.”

(João 8:32)

Nada mais adequado que alçar à condição de epígrafe o versículo acima transcrito. Isso porque se trata de enunciado bíblico empregado à exaustão por Jair Bolsonaro desde sua campanha eleitoral para a Presidência da República, um fio condutor narrativo que bem assegura a devida percepção acerca do tom messiânico de seu projeto de poder, apoiado em esforços no sentido de dotar seu discurso do valor de verdade inquestionável, aquela que é própria às ideias religiosas (Freud, 1927/1997a)².

Nesse contexto, a tese que entregamos à luz pública pode ser apresentada como o produto das muitas reflexões a que nos induziu a sensação de absurdo que colonizou o Brasil, especialmente a partir de 2016. E as palavras do enunciado que inaugura este trabalho não são acionadas por acaso. Se dizemos de uma tese endereçada à *luz pública* é porque uma das faces da sensação de absurdo que nos acomete deve-se justamente ao investimento na indistinção entre o público e o privado. Ou mais: talvez possamos mesmo dizer de uma estratégia elaborada com o fim de borrar em várias dimensões e ao ponto de tornar indiscerníveis os limites entre o público e o privado ou, mesmo, entre o público e o que seja íntimo, uma espécie de mais-que-privado³, de modo a se criar um ambiente instável – e paranoide – em que fantasias disseminadas terminam por colocar em xeque a

² Aliás, esse tom messiânico é a marca da chamada “oração da vitória”, feita por Jair Bolsonaro e apoiadores próximos em 28/10/2018, assim que se soube de sua eleição, estando de mãos dadas com a primeira-dama e com o pastor – e também senador – Magno Malta, que, por sua vez, vestia uma camisa verde e amarela com os dizeres “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=Ds2lu9DuiLE>. Acesso em: 03 mar. 2024). Nota-se, inclusive, que os símbolos observáveis na cena – primeira-dama, pastor, oração, cores e frases – remetem ao lema utilizado por Bolsonaro em mais de uma oportunidade – incluindo o debate de 29/10/2022 da última eleição presidencial – qual seja, “Deus, pátria e família”, que se constitui por significantes bastante empregados pelo fascismo em suas formas de expressão pelo mundo na história, como se deu com o integralismo e o salazarismo (Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/29/deus-patria-familia-lema-de-bolsonaro-tem-origem-fascista-entenda.htm>. Acesso em: 3 mar. 2024).

³ A demonstrar o que afirmamos, em termos de gestão, relembramos que, enquanto esteve no governo, Jair Bolsonaro atuou sendo apoiado e apoiando os filhos, aos quais, ironicamente, se referia a partir de zeros à esquerda (01, 02, 03 e 04). A confusão entre público e privado, e mesmo íntimo, no exercício de poder ensejou que a família ficasse conhecida como “clã Bolsonaro” (Piva, 2022) ou, mesmo, “familícia”, como era apelidada por opositores mais acerbos. Já em termos marcadamente patrimoniais, essa confusão entre público e privado fica bastante explícita no caso da venda e tentativa de venda de joias recebidas por Jair por ocupar a Presidência da República, durante visitas oficiais. A propósito: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/04/15/policia-federal-vai-aos-estados-unidos-para-investigacao-de-venda-de-joias-por-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 17 abr. 2024.

realidade factual passível de verificação ou demonstração objetiva, cujo reconhecimento dependa mais de sua apreensão racional que do engajamento afetivo.

Prosseguindo, se reportamos a uma sensação de absurdo que *colonizou* o país é porque nos referimos a fenômenos que não se originaram no Brasil, ainda que por aqui tenham adquirido novas cores e produzido efeitos peculiares ao ponto de lhes conferir uma marca própria, bem brasileira. No entanto, apesar dessas características próprias – necessárias mesmo para que os fenômenos em questão por aqui grassassem –, acreditamos não incorrerem em erro se sustentamos que a investigação quanto à origem do assalto fascista que por aqui ainda produz efeitos termina por nos conduzir aos Estados Unidos da América (EUA) e ao projeto que por lá tinha – e ainda tem – como símbolo máximo Donald Trump (presidente daquele país entre 2017 e 2021, novamente candidato ao cargo nestas eleições de 2024), então assessorado de perto pelo estrategista político de extrema direita, Steve Bannon.

Também não é sem razão que, em termos cronológicos, tratemos de um absurdo que nos tomou como sensação, especialmente a partir de 2016. Cabe, neste ponto, uma consideração importante. Não são poucos os que afirmam que quase sofremos um golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023. Todavia, por razões que poderão ser melhor trabalhadas adiante, pensamos que a situação é mais complexa.

Segundo entendemos, nossa democracia sofreu efetivo e consumado golpe ainda em 2016, com a deposição ilegítima da presidente Dilma Rousseff em nome dos interesses neoliberais do Mercado⁴. Nessa perspectiva, parece-nos que o assalto ao poder atuado a partir de uma trama burlesca de bolsonaristas e que encontrou seu clímax em 8 de janeiro de 2023 foi apenas uma tentativa de *sobregolpe*, também não se podendo dizer de um contragolpe porque não se tratou de uma reação dos campos políticos – progressistas à esquerda – contra os quais recaiu o golpe de 2016.

Dito isso, consideramos oportuno delimitar, desde já, o que entendemos como bolsonarismo. Nesse sentido, valemo-nos da definição que, com apoio em outros autores, restou bem sintetizada por Arantes, Frias e Meneses (2024) nos seguintes termos:

O bolsonarismo é um termo que surgiu na mídia e na academia entre 2017 e 2018 para designar não apenas os eleitores de Jair Bolsonaro, mas um novo modo de romper e definir o pacto social brasileiro da Nova República, com fortes riscos à democracia. Esther Solano foi uma das pioneiras na definição, ao tratar, ainda em 2018, da “bolsonarização da esfera pública” no Brasil. Ela e os demais autores do livro *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil* (Boitempo, 2018) analisaram como o ultraneoliberalismo, o capitalismo predatório, a erosão do Estado e de políticas mínimas de bem-estar social, o aumento do hipeindividualismo e uma forma de antipolítica que glorifica o passado se infiltraram no discurso público. O

⁴ Utilizaremos a inicial maiúscula quando nos referirmos a um Mercado que, na contemporaneidade, alcança o *status* de Grande Outro ordenador de discursos, logo, um senhor de atributos divinos, do que bem trata Dany-Robert Dufour em seu *O divino mercado: a revolução cultural liberal* (2008).

bolsonarismo seria, no limite, “uma politização da antipolítica” com vetor autoritário e regressivo, mobilizando o ódio (e a morte) como política (Arantes, Frias, & Meneses, 2024, p. 38).

A nosso sentir, essa *politização da antipolítica*, promovida a método pelo bolsonarismo, equivale a verdadeira esculhambação de tudo o que se pensou no curso da história para possibilitar uma ordenação do poder que assegure a vida em comum, um futuro partilhado, em que as liberdades possam coexistir. A propósito, *esculhambar*, ao que tudo indica, é verbo bem brasileiro, como é o bolsonarismo, e que, por isso, se mostra ainda mais adequado para expressar o imperativo que norteia as ações e omissões desse movimento no sentido de deteriorar, de bagunçar, de criar o caos e se valer da violência para melhor dominar e se perpetuar no poder. Aliás, justo ao tornar regra a violação da ética ou mesmo da lei, a antipolítica bolsonarista toca a (anti)filosofia de alcova de Sade, em que o gozo, o abuso do outro, emerge como verdadeiro imperativo categórico.

Retornando aos eventos de janeiro de 2023, entendemos que a intentona bolsonarista se apresentou como uma tentativa de golpe da extrema direita sobre o golpe que mobilizou toda a direita em 2016 – incluída sua facção extremista que, posteriormente, veio a se autonomizar –, desvelando, assim, em relação aos grupos que a orquestraram, um conflito entre segmentos de uma mesma classe, qual seja, a constituída pelas elites brasileiras, destacadamente em termos econômicos. Prova disso é que o movimento que culminou nos eventos de 8 de janeiro de 2023, voltado à abolição consumada de nossa democracia e de suas instituições, foi eficazmente contido pelo próprio *establishment*, uma vez que implicaria retrocesso naquilo que o golpe de 2016, com ares de legitimidade, possibilitou ao projeto neoliberal de desregulamentação do mercado e enfraquecimento do Estado brasileiro. Não por acaso, a reação primeira e efetiva na contenção da intentona bolsonarista coube justamente ao Judiciário, um dos protagonistas maiores do impedimento imposto à presidente Dilma Rousseff.

Em apoio ao que afirmamos quanto à regência neoliberal dos drásticos acontecimentos políticos que marcam o Brasil particularmente desde 2016, relevante lembrar que duas reformas normativas determinantes de impactos negativos severos em termos de direitos sociais⁵ se consumaram logo depois da deposição de Dilma Rousseff: a trabalhista, em 2017 (Lei n. 13.467, 2017), e a da previdência, em 2019 (Emenda Constitucional n. 103, 2019) – valendo destacar que houve uma proposta de reforma das normas de seguridade social ainda no governo Temer, formalizada na PEC n. 287/16⁶. Ao

⁵ Conforme o art. 6º da Constituição, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

⁶ Oportuno também mencionar a aceleração do processo de transferência de ativos públicos de setores estratégicos (ferrovias, rodovias, aeroportos, portos, geração hidrelétrica, distribuição de

reduzir a intervenção estatal nas relações de trabalho e precarizá-la na seguridade, as referidas reformas concorreram para o aprofundamento drástico do processo de desmantelamento do Estado de bem-estar social previsto na Constituição de 1988.

Sobre Michel Temer, afirma Ab'Sáber (2018)

Ele [Temer] é apenas o resultado, desencantado e medíocre, do pacto social e dos amplos grupos de interesse que se articularam ao redor de seu governo de transição capitalista, após a liquidação política e judicial da esquerda no Brasil. Ele é a face sem força civilizatória de um movimento *de todo poder ao poder*, que de fato não sabe enunciar nenhuma civilização que não seja continuar os termos da acumulação, fixada a priori como a norma de tudo que há a fazer na vida e no país. Temer era o fantoche conservador e decoroso, mediador, do novo estágio mais avançado e envenenado do neoliberalismo no Brasil. Para levá-lo, por acaso, ao poder, o movimento social de múltiplos grupos à direita conseguiu uma união inédita na democracia brasileira, que não foi feita em seu nome, mas estritamente para a derrubada e descaracterização da história recente dos bem sucedidos governos de esquerda entre nós (Ab'Sáber, 2018, pp. 26-27).

No caso da reforma trabalhista, a desproteção estatal empurrou de vez o cidadão à informalidade, o que inclui as chamadas *pejotização* e *uberização*, as quais o expuseram a toda sorte de abusos de poder econômico. Segundo Filgueiras e Antunes (2020):

. . . a chamada uberização do trabalho somente pode ser compreendida e utilizada como uma expressão dos *modos de ser* do trabalho que se expandem nas plataformas digitais, em que as relações de trabalho são cada vez mais individualizadas (sempre que possível) e invisibilizadas, de modo a assumir a *aparência* de prestação de serviços. Porém, os traços constitutivos de sua concretude, como veremos a seguir, são expressão de formas diferenciadas de assalariamento, comportando obtenção de lucro, exploração do mais-valor e também espoliação do trabalho, ao transferir os custos para seus/suas trabalhadores/as, que passam a depender diretamente do financiamento de suas despesas, imprescindíveis para a realização de seu labor (Filgueiras & Antunes, 2020, p. 96).

Quanto à reforma da previdência, tornou ainda mais sombrio o futuro do brasileiro, na medida em que dificultou seu acesso a direitos de seguridade, agravando seu desamparo diante da velhice ou de doenças incapacitantes. Por fim, necessário destacar que as reformas se complementam, na medida em que a informalidade a que é relegado o cidadão em suas relações de trabalho produz reflexos diretos em seus direitos previdenciários, dificultando ou, mesmo, inviabilizando que os acesse.

Ao atingirem em cheio princípios de solidariedade pública que estão na essência da intervenção estatal na proteção aos trabalhadores e cidadãos em condições vulneráveis –

energia, transmissão de energia, mineração, óleo e gás, dentre outros), iniciada sob a gestão de Temer – que sucedeu o *impeachment* de Dilma – e que prosseguiu no governo Bolsonaro, sob a batuta de Paulo Guedes. A propósito: <https://diplomatie.org.br/a-privatizacao-em-marcha-forcada-nos-governos-temer-e-bolsonaro/>. Acesso em: 4 set. 2024.

Dentre as privatizações levadas a cabo, merece destaque a da BR Distribuidora, iniciada pela gestão Temer, em 2017, e concluída por Bolsonaro, em 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/07/01/petrobras-embolsa-r-114-bilhoes-e-sai-de-vez-do-capital-da-br-distribuidora.htm>. Acesso em: 4 set. 2024.

idosos ou incapacitados, por exemplo –, inafastável a conclusão de que as referidas alterações normativas ostentam a marca de uma investida neoliberal que, segundo aqui se defende, foi determinante ao impedimento da presidente Dilma Rousseff e a tudo que o sucedeu em termos políticos no Brasil. Neste ponto do debate, importa destacar que, apesar de todos os prejuízos que impõe aos brasileiros em termos de redução de direitos e de bem-estar social, o projeto neoliberal a que nos referimos conta com redes de comunicação e compartilhamento de conteúdos que lhe asseguram considerável apoio popular, inclusive das classes mais prejudicadas. Isso se dá especialmente a partir da difusão de *ideias-fetiche* que têm por pano de fundo a invocação de uma concepção vaga de liberdade, a qual produz sentidos por oposição a uma ideia – também vaga – de servidão, esta, vinculada à intervenção estatal.

Importante, desde já, assinalarmos que tratamos dessas ideias-fetiche como concepções que, acionando fantasias amalgamadas por meio de determinadas palavras e representações, terminam dotadas de poder mágico capaz de solucionar em definitivo problemas complexos, como se fossem a coisa que falta para que a plenitude se restabeleça. Sem nos esquecermos de que a palavra *fetice* remete a feitiço, sortilégio ou amuleto, é precisamente daí que inferimos sua força em arrebatrar, tornar plena de sentidos uma específica representação, como se, por exemplo, a própria palavra se tornasse toda e fosse, assim, capaz de presentificar a coisa que pode apenas re-presentar ou como se determinado objeto, enquanto símbolo, pudesse tamponar a falta inerente ao que é da ordem do humano, de sujeitos instituídos pela linguagem e, logo, pela falta.

É nesse sentido que Freud vai abordar o *fetice* no contexto de suas teorizações, ou seja, como um sinal ou detalhe qualquer, uma parte do corpo ou um objeto que resolverá a castração que se nega – a condição subjetiva castrada – enquanto se evidencia pelo falo que falta à mulher (Freud, 1927/1996n, pp. 155-157). O *fetice* é, assim, um monumento que a castração ergue a si própria, para *resolver* a falta de que diz, verdadeira *prótese narcísica*. Frise-se que a sedução exercida pelos objetos de consumo é da mesma ordem. Afinal, trata-se da *fetichização* das mercadorias, cujo valor se infere mais das fantasias de potência que acionam do que de suas propriedades reais.

Posto isso, desde que *fetichizadas*, algumas ideias adquirem o poder mágico de blindar o sujeito contra a percepção da realidade de suas faltas ou, dito de outro modo, contra a percepção de sua realidade insuperavelmente faltosa, de fragilidades e impotências inerentes à condição castrada (interditada, em termos lacanianos). Essa realidade insuperavelmente faltosa, as fragilidades e impotências pelas quais se expressa, por sua vez, também são associadas a representações e palavras que remetem ao horror da

castração, cujo antídoto se encontra naquelas outras palavras e representações a que designamos ideias-fetiche.

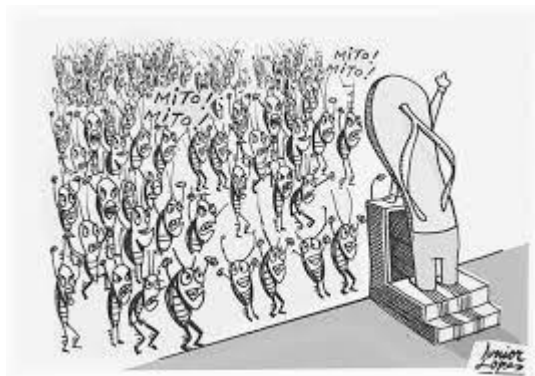
É o que se tem podido observar, a título ilustrativo, com as ideias acionadas por palavras como *liberdade* e *empreendedorismo*, frequentemente invocadas nos círculos à direita, mas destacadamente à extrema direita, a fim de neutralizar a percepção (consciência) das desigualdades que se instalam no contexto de uma luta de classes que opõe opressores e oprimidos. Dito de outro modo, em sua condição fetichizada, ideias como as de *liberdade* e *empreendedorismo* têm sido eficazes em induzir grupos e massas a fantasiar uma igualdade em relação às elites que os oprimem e exploram.

Nessa dinâmica, pela força dessas ideias-fetiche, ao mesmo tempo em que obtém uma satisfação narcísica derivada da crença fantasiosa numa igualdade em relação ao senhor, o sujeito logra anestesiar-se face ao horror de sua condição de explorado e à ausência de perspectivas com que se depara, consideradas as relações de poder em que está irremediavelmente imerso. E, se algo não funciona bem, uma vez que é tão livre quanto qualquer senhor, a culpa termina colocada no Estado, enquanto ente limitador de sua plena liberdade empreendedora – ou, mesmo, de expressão.

Daí ser possível sustentar, como agora o fazemos, que a implementação da pauta neoliberal no Brasil conta com o auxílio de uma rede bem articulada de agentes propaladores de narrativas eficientes em afastar maiores resistências a seu avanço. Mais que isso, essa rede tem se mostrado bastante eficaz em angariar o apoio de significativa fatia da população às medidas que lhe privam de direitos sociais básicos, essenciais a um mínimo de bem-estar, a partir do que ora definimos como uma *alienação induzida por ideias-fetiche*.

Essa identificação, ainda que inconsciente, do oprimido com o opressor – que abordaremos com mais apuro em momento oportuno – e as contradições que revela não passaram despercebidas pelos mais críticos, reverberando em diversas expressões de humor que circulam nas redes, como é o caso das charges abaixo replicadas, encontradas em simples busca na internet⁷:

⁷ Não raro, representações gráficas semelhantes à replicada na primeira imagem circulavam pelas redes, trazendo, no chinelo, inscrições como *reforma da previdência*.

Figura 1⁸Figura 2⁹

Retomamos, então, a síntese que se expressa pela fórmula *alienação induzida por ideias-fetice*, no contexto em que nos surge, para apontar as ideias-fetice como representações que, ao dissimularem a condição castrada do sujeito, o impedem de se haver criticamente com sua essência faltosa, suas fragilidades e impotências, que, dentre outras, são escancaradas em suas relações de classe. E, por assim serem, se constituem como indutoras de alienação, ou seja, ideias impeditivas da conscientização por parte dos sujeitos quanto à posição que ocupam e às suas reais chances de mobilidade na estrutura social a que pertencem.

No caso do Brasil, os efeitos dessa alienação são graves, na medida em que reforçam um complexo sistema reprodutor de desigualdades históricas, o qual tende a manter inalterada ou até mesmo a agravar as condições dos oprimidos diante de seus históricos opressores. Essa desigualdade estrutural e estruturante reporta ao modelo escravocrata de que nossa sociedade é reedição (Souza, 2019), o que se reflete em nossas penitenciárias, favelas e camburões, bem demonstrando o que afirmamos, à medida que se apresentam como uma espécie de atualização de pelourinhos, senzalas e navios negreiros¹⁰. A pobreza e a miséria brasileiras ainda têm cor.

⁸ Charge assinada por Junior Lopes, disponível em: <https://newo.cc/bandido-bom-%C3%A9-bandido-morto-o-mesmo-grito-por-diferentes-raz%C3%B5es-4850c854b1ec> . Acesso em 16 out. 2024.

⁹ Charge assinada por Quinho, disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1645816149146650&set=a.753050331756574> . Acesso em: 16 de out. de 2024.

¹⁰ Dados de estudo publicado pelo Instituto Data Favela, em parceria com o Instituto Locomotiva – Pesquisa e Estratégia e a Central Única das Favelas (Cufa) apontam que 67% das pessoas que vivem em favelas são negras, 12% a mais do que a composição total de brasileiros e brasileiras, na qual o percentual é de 55%. Informações disponíveis em: https://ibase.br/favelas-uma-condicao-urbana-de-carater-nacional/#_ftn4. Acesso em: 5 de set. 2024.

Essa proporção praticamente se repete em termos de população carcerária. Segundo o anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2023, no ano de 2022, o número de negros encarcerados no Brasil era de 442.033, o que equivalia a 68,2% do total das pessoas presas, tratando-se do maior percentual já registrado. Do anuário ainda se infere que, de 2005 a 2022, houve crescimento de 381,3% da população negra submetida a encarceramento. Informações disponíveis em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/populacao-negra->

Retornando às ideias-fetiche, dizemos de sentidos transmitidos implícita ou explicitamente por discursos bastante afinados e que, atualmente, funcionam opondo liberdade e Estado (espécie de mantra neoliberal), ao qual, no Brasil, é historicamente atribuída toda corrupção, falácia *prêt-à-porter* de que as elites sempre se valem para justificar os golpes que impõem a governos que pretendam redistribuir seus a mais de vantagens (Souza, 2019). Dentre as peculiaridades discursivas que se observam na atualidade, algumas chamam especial atenção nessas dinâmicas em que, valendo-se de uma retórica de ataque ao Estado e afirmada defesa da liberdade – alçada a valor máximo ordenador dos discursos em voga –, as elites e os que as servem procuram conservar estagnadas as relações de poder.

Nesse sentido, destaca-se o emprego exaustivamente disseminado de palavras ou expressões – muitas em inglês, o que não se pode desprezar¹¹ – relacionadas a ideias(-fetiche) centrais ao discurso pró-liberdade e antiestado como são, ilustrativamente, as de *empreendedorismo* – já referida – e *meritocracia*, cuja simples invocação parece ter o poder de suprir todas as carências do sujeito, conferindo-lhe acesso a um horizonte de prosperidade que o Estado insiste em lhe subtrair. Como se percebe, trata-se de sentidos que operam especialmente no registro da fantasia, promovendo engajamento pelo acionamento de afetos, conclusão que resta autorizada pela própria evidência de que, na realidade, o que há é a precarização da situação de cidadãos que têm seus direitos reduzidos ou mesmo suprimidos, o que atinge principalmente as parcelas socioeconomicamente mais vulneráveis da população¹².

Evidencia-se, dessa forma, um estratagema bastante sofisticado e que não despreza a necessidade de legitimação ao menos discursiva para que melhor se implemente a pauta neoliberal. Para esse fim, por intermédio de redes complexas de comunicação social,

encarcerada-atinge-maior-patamar-da-serie-historica#:~:text=Em%202021%2C%20essa%20propor%C3%A7%C3%A3o%20era,%2C8%25%20do%20sistema%20prisional.. Acesso em: 5 set. 2024.

¹¹ Oportuno relembrar que os fenômenos a cuja análise nos dedicamos encontram referência primeira no que se passa nos EUA e bem refletem a influência cultural que aquele país exerce sobre o Brasil, bastante evidenciada nas últimas décadas. Nesse sentido, impossível não relacionar as atividades e jargões de *coaches* e *influencers*, bem como sua proliferação, às ideias-fetiche de empreendedorismo e meritocracia, especialmente na medida em que usualmente se fazem relacionadas a promessas e fórmulas para obtenção de sucesso financeiro e social por parte dos seguidores desses novos profissionais, a partir de esforços e talentos exclusivamente pessoais, o que remete à ideia do *self-made man*, bastante representativa da cultura estadunidense.

¹² Como dizemos de alienação e de ideias que, embora vagas, têm uma espécie de poder mágico capaz de transformar a realidade a partir de sua invocação, em nada nos surpreende a recente pesquisa da FGV segundo a qual, passados sete anos desde a reforma trabalhista, 67,7% dos autônomos desejam trabalhar com carteira assinada, preponderando, dentre esses, os mais pobres. Ainda não se sabe se esse desejo é correlato a um processo de conscientização política, mas, no mínimo, indica uma abertura a essa possibilidade. Sobre a pesquisa: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/08/26/reforma-trabalhista-informalidade-autonomos-clt-carteira-assinada.htm>. Acesso em: 2 set. 2024.

virtuais ou tradicionais, difundem-se narrativas as quais, em sustentação aos interesses desse projeto, acionam sentidos que, é de se reconhecer, têm se mostrado bastante eficazes em assegurar engajamento popular a medidas que desfavorecem uma imensa maioria em proveito de poucos historicamente privilegiados.

A sutileza dessa operação de desmantelamento e instrumentalização do aparato público que foi determinante à deposição de Dilma Rousseff em 2016 – segundo o interesse das elites econômicas e em prejuízo da parcela mais pobre da população – parece não se coadunar com os estrepitosos métodos que constituem o projeto bolsonarista de poder. Isso, entretanto, não foi suficiente a impedir que, nas eleições de 2018, as referidas elites brasileiras com ele estabelecessem uma aliança, a fim de evitar a volta da esquerda ao poder, o que se daria com a eleição de Fernando Haddad. Contudo, fato é que as evidentes pretensões autocráticas e pouco domesticáveis de Jair Bolsonaro, ao se apoiarem em um populismo punitivista alicerçado no robustecimento das forças de segurança, mostram-se dependentes de uma intervenção estatal que tende a provocar o isolamento do país em relação às nações democráticas, para o que também concorrem seus modos de agir ostensivamente predatórios em relação a questões sensíveis, como são as atinentes ao meio ambiente.

Esse isolamento, característico de um nacionalismo antiglobalista propagado pelos discursos da extrema direita mundo afora – não raro, demagógicos –, embora seja acolhido por uma parcela das elites políticas e econômicas que despreza até mesmo a aparência de legitimidade para a consumação de seus desígnios¹³, não se mostra alinhado aos interesses

¹³ A propósito de elites despudoradas quanto ao emprego de quaisquer meios disponíveis para alcance de seus fins, mostram-se adequados dois exemplos, um bastante atual e outro que remonta às eleições presidenciais de 2022.

Quanto aos fatos de 2022, vale mencionar a sucessão de situações caracterizadas como assédio eleitoral, em que empresários – dentre eles, o bufão Luciano Hang – terminaram condenados por coagir seus funcionários a votarem em Bolsonaro. Destacamos, como amostra, os seguintes exemplos: <https://www.cartacapital.com.br/justica/tst-mantem-condenacao-das-lojas-havan-por-assedio-eleitoral/>; <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2024/07/05/ype-e-condenada-por-assedio-eleitoral-ao-fazer-palestra-para-persuadir-funcionarios-a-votarem-em-bolsonaro.ghml> e <https://www.cartacapital.com.br/politica/britania-tera-de-indenizar-trabalhadora-demitida-por-nao-apoiar-bolsonaro/>. Acesso em: 10 set. 2024.

Em relação ao exemplo mais recente, referimo-nos à suspensão, pelo STF, da plataforma X, do bilionário Elon Musk, justificada pela recalcitrância da empresa – e do referido empresário – em cumprir ordens e pagar multas impostas pelo Tribunal, dada a não retirada do ar de perfis de investigados pela propagação de discursos extremistas e por concorrerem para atos antidemocráticos. Vale destacar que ordens semelhantes às aqui ignoradas foram devidamente cumpridas por Musk na Turquia e na Índia, coincidentemente ou não, países conduzidos por governos autoritários, alinhados à extrema direita. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4gz28359d4o> e <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgfv0j0p1jpo>. Acesso em: 10 set. 2024.

De igual modo, em preservação aos interesses econômicos da empresa Tesla, da qual é CEO, Elon Musk jamais se insurgiu contra o banimento da plataforma “X” pela China. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-set-08/elon-musk-nunca-insultou-a-china-onde-o-x-tambem-e-banido/>. Acesso em: 11 set. 2024.

de uma ainda preponderante fração dessas mesmas elites que subscreve o progressivo e pretensamente discreto desmantelamento do Estado, nos moldes do que se viu com a deposição da presidente Dilma. Esse projeto de implementação *soft* das pautas neoliberais, à medida que se abre ao mundo segundo interesses do Mercado, mostra-se contrário ao projeto bolsonarista de poder.

Essas divergências essenciais entre os interesses determinantes do *impeachment* de 2016 e os planos autocráticos de Jair Bolsonaro emergiram claras ao longo de seu mandato. Em síntese, não nos parece desautorizada a conclusão no sentido de que os quatro anos de gestão bolsonarista tenham sido suficientes para que o Mercado e seus representantes pudessem perceber que Jair Messias só age conforme os próprios interesses e que, frente a estes, sucumbiriam os do próprio Mercado que ajudou a elegê-lo. A união estabelecida em 2018, portanto, foi apenas circunstancial, como bem demonstraram as efetivas reações do *establishment* em contenção à tentativa de sobregolpe de janeiro de 2023.

Os amplos investimentos – simbólicos e materiais – em busca do apoio maciço de militares das Forças Armadas e de agentes policiais em geral demonstram o que se acaba de sustentar. Noutras palavras, o êxito do projeto de Bolsonaro depende de um Estado maximizado e oneroso, especialmente em seus instrumentos de repressão, mesmo porque é do manejo destes que dependerá sua perpetuação no poder, a violência estatal dispensando qualquer pretensão de legitimidade, ainda que meramente formal.

Feitas essas considerações sobre o cisma da direita brasileira que fez com que se destacasse seu braço mais ostensivamente extremado, ainda pendem questionamentos quanto aos eventos que teriam criado as condições necessárias para o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, para a ascensão de Bolsonaro ao poder, em 2019, e para as mobilizações que culminaram nos atos de janeiro de 2023. Sem dúvidas, são inúmeros e complexos os fatos e fenômenos que concorreram para tão importantes acontecimentos políticos e tão severas ameaças a nossas instituições e democracia.

No entanto, podemos hoje saber, na dimensão do *a posteriori* – tão cara à psicanálise e ao anjo da história benjaminiano (Benjamin, 2012, p. 14)¹⁴ –, que a aceleração da marcha fascista que se observa especialmente a partir do golpe midiático, jurídico e parlamentar que concorreu para o impedimento da presidente Dilma Rousseff em 2016, mas que se potencializa com a eleição de Bolsonaro e explode na tentativa de sobregolpe em 2023, encontra causa histórica remota, embora recente, nas chamadas *Jornadas de junho de 2013*. A fragmentação de reivindicações à primeira vista progressistas que então se podiam observar e a apropriação do discurso antissistema que se propalava abriram caminho para o avanço em bloco de um movimento de extrema direita que, em 2017, já

¹⁴ A alegoria de Benjamin será melhor explorada em momento oportuno.

atendia pelo nome de *bolsonarismo* e que, em 2018, ganhou volume e força suficientes para ascender ao poder por meio de eleições democráticas.

Neste ponto, relevante frisar que a oposição entre direita e esquerda, conservadores e progressistas¹⁵ se estabelece no Brasil em matizes não muito nítidas, o que se aprofunda após o advento do bolsonarismo. Em alguma medida, é perceptível a adesão pragmática de parte da esquerda tradicional, como é o caso do Partido dos Trabalhadores – de Lula, em especial –, a práxis que não correspondem àquelas antes mobilizadas no sentido de assegurar menos desigualdade à parcela social e economicamente mais desfavorecida da população – a busca por igualdade sendo, historicamente, característica primeira da esquerda. Não nos esqueçamos, a propósito, de que os dois primeiros governos de Lula (2003-2010) marcaram-se por políticas de redistribuição de renda que terminaria investida em bens de consumo, sem investimentos equivalentes em políticas públicas fundamentais à redução consistente das desigualdades em médio e longo prazo (o que, por exemplo, dependeria de aportes mais substanciais em educação básica e reforma agrária, dentre outros).

Ou seja, talvez até mesmo como condição para acessar e se manter no poder, observamos uma adaptação da esquerda tradicional brasileira – bem representada pelo PT – a projetos neoliberais de interesse primeiro das elites econômicas, o que parece ter se operado em troca da preservação de alguma estrutura pública de bem-estar social, em pacto que acaba rompido em 2016. Nesse processo de adequação da esquerda brasileira às exigências do Mercado, assistimos à progressiva precarização da intervenção estatal nas relações de trabalho, a mudanças radicais em suas formas e condições de exercício (do que é exemplo a já indicada *uberização*), bem como ao esvaziamento dos sindicatos enquanto espaços asseguradores do acolhimento e da solidariedade pública das massas proletárias que compunham as bases da esquerda brasileira e de partidos como o PT.

Em movimento concomitante aos processos de adaptação da esquerda e dos campos progressistas brasileiros às exigências neoliberais de redução da intervenção positiva do Estado para efetivação dos chamados direitos sociais – os quais têm por mirada a redução das desigualdades –, mostrou-se digno de nota o crescimento vultoso do número de evangélicos no Brasil. Enquanto se estima que correspondiam a um percentual de cerca de 6,5% da população brasileira na década de 1980 e de 9% em 1991 (Campos, 2008), em

¹⁵ Por uma questão de funcionalidade e valendo-nos de seu uso corrente, para facilitar a indicação da oposição feita ao bolsonarismo, a resumiremos ao *campo progressista*, embora saibamos que nem todos os que se opõem ao fascismo bolsonarista sejam exatamente progressistas. Posto isso, para os fins a que nos propomos neste trabalho, tomamos por *campo progressista* aquele constituído pelo conjunto de forças democráticas que reconhecem a necessidade de respeito aos direitos humanos, à pluralidade, às liberdades individuais e à solidariedade – especialmente em sentido público –, em contraponto àquelas que, muito mais que conservadoras, apresentam-se reacionárias a todos os avanços galgados pela humanidade nesse sentido.

2010, o censo demográfico revelava que, se, por um lado, prosseguia a redução do número de católicos observada desde a década de 90 – ainda majoritários, entretanto –, por outro, consolidava-se o crescimento do número de evangélicos. Em 2000, estes representavam em torno de 15,5% da população brasileira, somando 22,2% em 2010¹⁶. Em 2020, segundo pesquisa do Datafolha, os evangélicos já correspondiam a 31% da população brasileira¹⁷.

A concomitância indicada convoca a uma análise que relacione os fenômenos descritos, quais sejam, a precarização dos direitos sociais – pauta primeira do neoliberalismo – e o aumento do número de evangélicos. E a pertinência da associação estabelecida emerge clara quando levamos em consideração que os trabalhadores precarizados, assim como outros cidadãos desamparados, terminam por encontrar nas estruturas de *bem-estar informal* que as denominações oferecem a seus seguidores (Spyer, 2020) a proteção e a solidariedade que o Estado não lhes garante.

No fim das contas, tem-se que a atuação das igrejas evangélicas, em considerável medida, dá-se em substituição ao que deveria ser assegurado por políticas públicas (de saúde, educação, assistência social, acesso à justiça, dentre outros serviços essenciais). Assim, uma vez que se expandem principalmente onde falha a intervenção estatal e levando em conta que constituem negócios de dividendos não só materiais, como bem demonstra a ascensão dos evangélicos também na cena política nacional¹⁸, impossível não se identificarem afinidades entre suas pautas e a do próprio neoliberalismo, no que reportamos aos discursos legitimadores do encolhimento dos direitos sociais como são os do empreendedorismo e da meritocracia.

O dado negligenciado por muitos jornalistas, formadores de opinião e intelectuais é que o crescimento do cristianismo evangélico no Brasil tem menos a ver com pastores oportunistas e carismáticos, e mais com a influência das igrejas para melhorar as condições de vida dos mais pobres¹⁹. Tornar-se evangélico, portanto,

¹⁶ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espiritas-e-sem-religiao>. Acesso em: 3 set. 2024.

¹⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 3 set. 2024.

¹⁸ Em janeiro deste ano (2024), de um total de 594 congressistas (81 senadores e 513 deputados federais), estimava-se que a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional contava com 228 integrantes: 202 deputados federais e 26 senadores. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-congresso/congresso/saiba-quem-comanda-e-quem-integra-a-bancada-evangelica-no-congresso/>. Acesso em: 3 set. 2024.

Note-se que, em termos de proporção da representação na Câmara e no Senado, o número de congressistas acima indicado – especialmente de deputados – supera os 31% que, segundo o Datafolha – pesquisa já referida –, corresponderiam à fração de evangélicos na população brasileira de 2020.

¹⁹ Segundo o próprio Spyer (2020), a partir de dados da época, quase “um terço dos pentecostais, que é o grupo mais numeroso entre os evangélicos, vive em situação de pobreza aguda, com renda familiar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo” (p. 24).

não é só uma aposta no sobrenatural, mas uma escolha feita a partir da observação da experiência das pessoas que moram no seu entorno, nas periferias e nas favelas. As igrejas evangélicas funcionam como estado de bem-estar social informal ocupando espaços abandonados pelo Poder Público. Desde que a migração massiva de nordestinos pobres para as cidades começou, em meados do século 20, que nessas “quebradas” as igrejas proveem desde conforto emocional, dinheiro em momentos de dificuldade, acesso a empregos, consultas com profissionais da saúde, encontros com advogados ou com representantes do Poder Público, até vagas em clínicas de desintoxicação (Spyer, 2020, p. 24).

Identificamos, nas dinâmicas apontadas, elementos de máxima importância para que bem compreendamos a profundidade e complexidade das transformações sociopolíticas que vêm ocorrendo no país e que terminam por conformar um Brasil em que se expande o apelo da fé, ao mesmo tempo em que minguam as utopias que encontram suporte primeiro na força da razão. Experimentamos, hoje, um país em que a radicalização de parte bastante significativa da direita converte em progressistas e coloca à (sua) esquerda todos os que se opõem à intolerância e violência propagada por aquela facção extrema, em que o reacionarismo supera o conservadorismo, sem deixar de com ele compor um bloco político. Em nosso confuso estado de coisas, tão somente por se oporem ao sequestro total do Estado e aos ataques a garantias subjetivas promovidos pela extrema direita de caráter fascista que aqui atende pelo nome de bolsonarismo, liberais clássicos podem terminar confundidos com verdadeiros revolucionários.

Frente ao quadro delineado, a palavra *absurdo* – também presente no enunciado que inaugura nossas reflexões – socorre-nos por ser rica em sentidos ao ponto de permitir que melhor exprimamos a estupefação de que se viu acometida aquela parcela da população que, como antecipado, se passou a designar progressista, diante do avanço do movimento autoritário cuja gravidade se exibiu em todas suas cores perversas e potencial mortal com o acesso de Jair Bolsonaro ao cargo de Presidente da República Federativa do Brasil em 1º de janeiro de 2019, pouco tempo antes de o mundo ser assolado pela pandemia da covid-19²⁰. Aliás, a paralisia e o espanto caracterizadores da estupefação referida dão boa notícia do *absurdo* que se impunha enquanto sensação difundida pelo país, ou seja, o quanto destoava, se mostrava ilógico e caótico, o próprio “divórcio entre o espírito que deseja [e pensa criticamente] e o mundo que decepciona” (Camus, 2012, p. 56), que um autodeclarado entusiasta de ideais fascistas – portanto, um fascista – chegasse ao poder máximo de um país por eleições democráticas. Trata-se de verdadeiro paradoxo consumado que bem refletia a contradição explícita entre as intenções vociferadas, planos de governo ou alianças estabelecidas e a própria essência dos ideais que sempre afirmou constituírem

²⁰ O Brasil ocupando, até o final do mandato de Jair Bolsonaro, o segundo lugar no ranking mundial de número absoluto de mortes por covid-19, atrás apenas dos EUA. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 3 out. 2023.

a base de seu projeto de poder, os quais se resumiam no famigerado lema “Deus, pátria e família”, tônica da campanha e do próprio governo de Jair Bolsonaro, ainda que com variações, como se observava no slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”²¹.

Mas, vale destacar, dizemos de uma *sensação de absurdo*. Afinal, e essa é a razão de ser deste trabalho, a causa do estranhamento que está em questão – ou seja, o absurdo que produz a estupefação – tem explicação. Inclusive, e é o que sustentamos, a explicação para esse absurdo que experimentamos enquanto sensação nos é bastante (in)familiar, na medida em que emerge da *repetição do mesmo*.

Prosseguindo, quanto ao paradoxo da eleição de um fascista pela via democrática, algumas considerações mostram-se assaz importantes e ainda pertinentes. Uma democracia, para que se proteja e mantenha, pressupõe instituições e instrumentos jurídicos eficazes em conter o avanço de um movimento de pretensões abertamente autoritárias, como é característico de qualquer projeto fascista de poder e, logo, segundo defendemos, do bolsonarismo. Podemos, inclusive, afirmar que os textos constitucionais ocidentais pós-Segunda Guerra Mundial são em geral e especialmente aparelhados para coibir riscos autoritários.

Os instrumentos previstos para esse fim na Constituição brasileira, todavia, não foram devidamente acionados e aplicados para deter algumas das principais armas do bolsonarismo. Assim, circularam livres as manifestações de ódio, intolerância, as ameaças públicas e escaramuças dirigidas contra a Constituição e o Estado Democrático de Direito, bem como se dava sem obstáculos a propagação de desinformação, muitas dessas ações praticadas sob o argumento passivamente admitido de que tais manifestações estariam protegidas pela liberdade de expressão. Como se esse direito fundamental, albergado por nossa Constituição em seu art. 5º, inciso IV, comportasse abusos ou, dito de outro modo, como se essa liberdade fosse absoluta²²; como se a tolerância ilimitada com os intolerantes não conduzisse à ruína da própria tolerância e da sociedade democrática que tem nela um de seus fundamentos²³.

²¹ Utilizado inclusive quando Messias Bolsonaro já estava eleito: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/03/07/contra-propria-determinacao-ao-governo-bolsonaro-usa-slogan-de-campanha.htm>. Acesso em: 17 abr. 2024.

²² Aliás, a urgência da regulamentação das redes sociais evidencia-se até mesmo para que a identificação dos abusos de que tratamos não dependa de maiores esforços hermenêuticos, restando, assim, facilitada a intervenção das agências públicas de controle para sua contenção. Nesse sentido, tramita o Projeto de Lei (PL) 2630, que propõe a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na internet, apresentado em 2020 pelo deputado Alessandro Vieira (hoje, filado ao MDB) e que ficou conhecido como o PL das *Fake News*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2024/01/regulacao-das-redes-sociais-ainda-nao-tem-aprovacao-garantida-no-congresso>. Acesso em: 19 out. 2024.

²³ No mínimo irônico que o chamado *paradoxo da tolerância*, elaborado por um filósofo (neo)liberal – Karl Popper (1998) –, sirva de alerta máximo para os progressistas diante de iminentes ataques por parte de facções neoliberais de extrema direita.

A propósito:

O pluralismo liberal tem, no entanto, seus limites. Pois algumas das respostas sugeridas à questão do sentido da vida não apenas estão em conflito com outras, como também as excluem. Para essa pessoa, o sentido da vida é cuidar dos vulneráveis; para outra, é atacar os doentes e indefesos. Pode ser que ambas estejam erradas; mas ambas não podem estar certas. Mesmo o liberal teria de decidir, excluindo de antemão toda solução (como a edificação de um Estado totalitário, por exemplo) que pudesse comprometer a causa da liberdade e da pluralidade. Não se deve permitir que a liberdade destrua suas próprias fundações, por mais que os radicais argumentem que é precisamente o que ela faz, todos os dias, num ambiente capitalista (Eagleton, 2021, p. 46).

E no ponto em que dizemos da não utilização de instrumentos jurídicos previstos para impedir abusos e ilícitos de toda e qualquer ordem, mas especialmente os que possam colocar em risco o próprio sistema constitucional democrático que os prevê, mostram-se de suma relevância algumas considerações.

A nosso sentir, a escalada autoritária do bolsonarismo foi especialmente facilitada pela atuação – comissiva e omissiva – de diversas instituições e autoridades²⁴. Dentre estas, dada a importância que a Constituição lhe confere – prevendo-a como “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado” – e de suas funções no que concerne à “defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (art. 127, Constituição Federal, 1988), o Ministério Público, destacadamente no que se faz representado em sua unidade pela Procuradoria-Geral da República (PGR), sobreleva-se como a instituição que se notabilizou pela intransponível omissão quanto à utilização dos instrumentos jurídicos necessários para conter o avanço do movimento fascista, que, por pouco, não aboliu o que resta do Estado Democrático de Direito brasileiro tal qual previsto na Constituição de 1988.

Aliás, foram as invencíveis omissões da PGR, representada por Augusto Aras no período de 2019 a 2023²⁵, que terminaram por induzir o Judiciário, mais precisamente o Supremo Tribunal Federal (STF), a atuar *de ofício* – independentemente de provocação –, na tentativa de deter as investidas do bolsonarismo que tinham como objetivo promover o caos institucional e social para, assim, tomar o poder com o uso da força – e das Forças

²⁴ Merece destaque a ação promovida pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) com a finalidade de impedir eleitores da oposição (representada por Lula) de exercer seu direito fundamental ao sufrágio (art. 14, Constituição Federal, 1988) no segundo turno das eleições de 2022. Essa, talvez, tenha sido a mais estrepitosa e cínica dentre as atuações que objetivavam assegurar o sucesso do projeto autoritário bolsonarista em detrimento da Constituição e do Estado Democrático de Direito. Sobre o caso, exemplificativamente: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/governo-bolsonaro-usa-prf-para-impedir-acesso-dos-eleitores-de-lula-a-secoes-eleitorais/>. Acesso em: 7 abr. 2024.

²⁵ Omissões que incluem desde a inércia diante das ações ímprobas, quando não criminosas, dos agentes do governo federal em vários âmbitos, mas especialmente na saúde, durante a pandemia da covid-19, até a que se pôde observar frente às progressivas ameaças de golpe contra a democracia e suas instituições que culminaram nos atos de 8 de janeiro de 2023.

Armadas. Dito isso, a título de esclarecimento, importante frisar que a *inércia*, ou seja, a atuação apenas mediante provocação dos legitimados a tanto, é, em contextos de normalidade institucional, princípio instituinte do Poder Judiciário, pressuposto de imparcialidade e, logo, da própria justiça de suas intervenções. Noutras palavras, as omissões do Ministério Público viabilizaram um estado de coisas tal que legitimaram uma atuação que se pode afirmar extraordinária do STF – porque *de ofício* – em defesa da ordem constitucional e do Estado Democrático de Direito de que é guardião (art. 102, Constituição Federal, 1988).

Posteriormente, no contexto da intentona bolsonarista de janeiro de 2023, a Advocacia-Geral da União (AGU) passou a atuar com afinco, postulando ao Judiciário a aplicação de medidas diversas – inclusive prisões cautelares²⁶ – em proteção à Constituição e ao Estado Democrático de Direito, o que seria função primeira do até então omissso Ministério Público²⁷. De se destacar que as omissões do Ministério Público até hoje podem ser consideradas como causa primeira das críticas dirigidas à atuação do STF, especialmente porque segue atuando na contenção das investidas da extrema direita.

Aliás, os persistentes ataques feitos pelo bolsonarismo às instituições e, destacadamente, ao STF, tendo por alvo principal o ministro Alexandre de Moraes, bem demonstram que permanece o contexto de exceção legitimador da continuidade da atuação do Tribunal para conter o avanço da extrema direita e a ameaça à democracia que representa. Os recentes atos de 7 de setembro de 2024 na Av. Paulista comprovam o que se acaba de sustentar, sendo nítida a violência que vibra no tom das investidas dirigidas por lideranças e integrantes do bolsonarismo contra a democracia brasileira e as instituições que a representam. Quanto ao potencial disruptivo dessas exortações e ataques, os eventos de 8 de janeiro de 2023 o evidenciam.

Consoante destacado pela mídia tradicional brasileira, no mencionado ato, Bolsonaro disse da necessidade de se colocar um *freio* no ministro do STF, chamado de “cabeça de ovo” pela massa que acompanhava o ato e de “psicopata” pelo filho 03 do ex-presidente,

²⁶ Dentre outros, noticiado em: <https://www.conjur.com.br/2023-jan-08/agu-prisao-torres-combate-golpistas-todo-pais/>. Acesso em: 07 abr. 2024.

²⁷ Frente aos riscos suportados pelo Estado Democrático de Direito e às omissões do Ministério Público, defendemos que outros agentes políticos e instituições – como a AGU e a Defensoria Pública – possam atuar em defesa da ordem estabelecida pela Constituição, numa espécie de sistema redundante de proteção constitucional. Ou seja, diante da inércia da(s) instituição(ões) primeiramente incumbida(s) da contenção a graves ataques ao Estado Democrático de Direito, sustentamos que outras podem e devem atuar em seu lugar, requerendo do Judiciário as medidas necessárias para a preservação do sistema. Essa proposta foi melhor articulada nos artigos intitulados *Por uma Defensoria Pública do povo* (Bacha e Silva, Oliveira, & Costa, 2023), cuja versão resumida encontra-se disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-mar-14/opinioao-defensoria-publica-povo/>. Acesso em: 7 abr. 2024.

Eduardo²⁸. Ainda no dia 7, o líder maior do bolsonarismo acusou Moraes de “ditador” e “ladrão”, neste caso, ao afirmar que as eleições presidenciais de 2022 foram fraudadas²⁹. Um dia antes (6/7/2024), em Juiz de Fora – cidade onde sofreu uma facada durante a campanha de 2018 –, Jair afirmou, em comício, que o ato da Av. Paulista tinha por objetivo *desafiar o sistema*³⁰ – mote bastante conhecido, como já destacado, desde as *Jornadas de junho de 2013*.

Concluídas as considerações críticas que reputamos mais que necessárias quanto às diversas ações e omissões de instituições que viabilizaram ou impediram o avanço do golpismo bolsonarista, retomamos o debate sobre a democracia e os limites que impõe ao exercício de qualquer liberdade. Ora, justamente por se tratar de regime político que acolhe as diferenças e pressupõe os conflitos que decorrem de sua coexistência, considerada a igualdade de que gozam os cidadãos para poderem expressar sua liberdade, conclusão certa se dá no sentido de que não há direitos absolutos em uma democracia. Afinal de contas, uma democracia se institui e afirma por liberdades e diferenças em coexistência, logo, por direitos em relação, sempre relativos e nunca absolutos em consideração a outros direitos.

Por assim ser, o direito fundamental à liberdade de expressão (art. 5º, inciso IV, Constituição Federal, 1988) – garantia de algibeira dos bolsonaristas, sempre invocada na tutela a seus abusos e ilícitos antidemocráticos – encontra limites, por exemplo, no também direito fundamental à igualdade entre gêneros (art. 5º, inciso I, Constituição Federal, 1988), bem como nos fundamentos e objetivos estabelecidos na Constituição enquanto regentes de nossa República, como são a dignidade humana e o pluralismo político (Fundamentos – art. 1º, incisos III e V, Constituição Federal, 1988), a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, além da promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação (Objetivos – art. 3º, incisos I e IV, Constituição Federal, 1988). E mais: todos esses direitos fundamentais, princípios e objetivos da República Federativa do Brasil devem ser interpretados e aplicados numa perspectiva laica, em que afirmada a liberdade de crença e culto como direito fundamental (art. 5º, inciso VI, Constituição Federal, 1988), ao mesmo tempo em que se veda aos entes federados o estabelecimento de “cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência

²⁸ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/um-bingo-do-bolsonarismo-no-sete-de-setembro/>. Acesso em: 9 set. 2024.

²⁹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/7-de-setembro-bolsonaro-chama-alexandre-de-moraes-de-ditador>. Acesso em: 9 set. 2024.

³⁰ Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/bolsonaro-ataca-moraes-e-diz-que-vai-desafiar-o-sistema-em-7-de-setembro-na-paulista,280af300ee89e43f0563d408f86bd5253l0y6bi9.html>. Acesso em: 9 set. 2024.

ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público” (art. 19, inciso I, Constituição Federal, 1988).

Esses breves apontamentos são suficientes a demonstrar que não há o que pudesse ou possa autorizar a misoginia, a intolerância política, as múltiplas formas de discriminação, a violência, a apologia ao crime e o ódio propalados pelo discurso bolsonarista, tampouco há o que permita as alianças e, mesmo, as relações promíscuas de dependência que Bolsonaro estabeleceu com representantes das generalizadamente chamadas igrejas evangélicas. Cabe desde já pontuar, todavia, que os acenos a esse campo religioso – e também a católicos – não só ditaram a tônica do governo de Jair Messias, como seguem sendo feitos pelo bolsonarismo, ao arrepio do que prevê a Constituição e, a nosso sentir, em abuso do direito à liberdade de expressão, ainda mais evidente se considerado o contexto em que se dão, de crescente intolerância religiosa no país³¹.

Como exemplo disso, na manifestação organizada pelo bolsonarismo, ocorrida na Avenida Paulista em 25 de fevereiro de 2024, a ex-primeira dama, Michelle Bolsonaro, discursando para um público de milhares de pessoas, dentre outras coisas, afirmou o seguinte: "Por um bom tempo fomos negligentes a ponto de falarmos que não poderia misturar política com religião, e o mal tomou o espaço. Chegou o momento da libertação." Disse também que: "Desde 2017 estamos sofrendo porque exaltamos o nome do senhor no Brasil, porque o meu marido [o ex-presidente Jair Bolsonaro] foi escolhido e ele declarou que era 'Deus acima de todos'". O ataque ao laicismo regente do Estado brasileiro é evidente e os riscos potencializados por tais discursos estão mais que comprovados pelo próprio fenômeno bolsonarista³².

No que concerne à contradição manifesta entre atos perpetrados, intenções vociferadas e os ideais cristãos a que Bolsonaro e o bolsonarismo metódica e insistentemente afirmam estar submetidos, também há muito a ser dito, especialmente se considerada a abordagem psicanalítica que orienta o estudo proposto.

Nesse sentido, a partir das afirmações orquestradas e insistentes da base bolsonarista quanto à submissão a ideais que no imaginário corrente remetem a causas e valores elevados e, em boa medida, blindados a críticas, como são *Deus*, *pátria* e *família*, observamos uma estratégia retórica muito clara. Trata-se de manobra que, em relação à massa a que se destina, reforça mecanismos subjetivos de *negação*, bem identificados por

³¹ Intolerância que, diga-se, atinge em especial as religiões de matriz africana, o que é coerente com as demais violências praticadas no Brasil, as quais vitimam preponderantemente a população negra. Exemplificativamente: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-01/casos-de-ataques-religiosos-de-matriz-africana-crescem-acima-de-270>. Acesso em: 19 out. 2024.

³² Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/michelle-na-paulista-fomos-negligentes-ao-nao-misturar-religiao-e-politica-e-o-mal-tomou-o-espaco,0b25d289dce707b6b626f92e55948956m56w802g.html>. Acesso em: 24 mar. 2024.

Freud (1925/1996l) e que se prestam a permitir o livre fluxo de afetos e conteúdos ideativos subjacentes, os quais, não fossem escamoteados pela negativa – que bem pode se expressar por seu contrário, ou seja, pela afirmação –, permaneceriam submetidos à repressão ou, mesmo, ao recalque (Freud, 1915a/1996e).

Segundo Freud:

. . . o conteúdo de uma imagem ou ideia reprimida pode abrir caminho até a consciência, com a condição de que seja *negado*. A negativa constitui um modo de tomar conhecimento do que está reprimido; com efeito, já é uma suspensão da repressão, embora não, naturalmente, uma aceitação do que está reprimido. Podemos ver como, aqui, a função intelectual está separada do processo afetivo. Com o auxílio da repressão apenas uma consequência do processo de repressão é desfeita, ou seja, o fato de o conteúdo ideativo daquilo que está reprimido não atingir a consciência. O resultado disso é uma espécie de aceitação intelectual do reprimido, ao passo que simultaneamente persiste o que é essencial à repressão (Freud, 1925/1996l, pp. 265-266).

Neste ponto, algumas considerações mostram-se oportunas. Não há dúvidas de que Freud (1925/1996l) articula as considerações que compõem seu texto *A negativa* a partir da relação transferencial. Entretanto, ainda que a relação de transferência na clínica se apresente como via privilegiada para que a negativa se expresse e seja identificada (Freud, 1937/1996o), entendemos que aquilo que se observa no *setting* analítico, especialmente no caso, também pode ser verificado em relações interpessoais não apreensíveis nesse enquadramento restrito, mas que estão, de igual modo, sujeitas a escrutínio sob uma perspectiva psicanalítica.

A propósito, não é por acaso o destaque que conferimos à utilização metódica de afirmações com efeito de negação como estratégia discursiva direcionada a determinados grupos e às massas que compõem. Isso porque acionam os mecanismos de negação dos sujeitos que os integram para, assim, conferir livre fluxo e instrumentalizar afetos em torno de conteúdos que, de outra forma, estariam sujeitos à repressão ou ao recalque.

Posto isso, importa consignar que abordaremos a *repressão* como trabalho de contenção à expressão de afetos que possibilitaria uma satisfação pulsional mais superficial, preponderantemente determinada pela censura social e reforçada pelo que representa de imperativo ao sujeito. Por sua vez, concebemos o *recalque* como produto dos processos de subjetivação em que determinadas representações e significantes são retidos no inconsciente, sem que por isso deixem de mobilizar afetos e exercer pressão para se manifestar, o que invariavelmente acontece, seja na forma de gozo (em termos lacanianos), seja por meio de desvios ou sublimações, por exemplo (Freud, 1915b/1996f).

Pelo exposto, observamos que a manutenção da repressão e do recalque requer constantes investimentos de energia psíquica, no que devemos realçar a importância dos ideais civilizatórios correntes nesse processo, a reforçar a concepção de *trabalho de cultura*

(Freud, 1930[1929]/1997b). Afinal de contas, e aqui adiantamos ideia que será defendida adiante, toda repressão psíquica – toda castração – se dá em nome de imperativos sociais, da sociedade que receberá o sujeito castrado para que, nela, possa conviver com outros igualmente castrados.

A liberdade do indivíduo não constitui um dom da civilização. Ela foi maior antes da existência de qualquer civilização, muito embora, é verdade, naquele momento então não possuísse, na maior parte, valor, já que dificilmente o indivíduo se achava em posição de defendê-la. O desenvolvimento da civilização impõe restrições a ela, e a justiça exige que ninguém fuja a essas restrições . . . (Freud, 1930[1929]/1997b, pp. 49-50).

Dadas as limitações impostas ao sujeito pela civilização e o grau de insatisfação que representam, conclusão certa – e repetidamente verificável na história – é a de que, sob determinadas condições – políticas, sociais e subjetivas –, certos discursos terminem fortalecidos por engajamento suficiente ao ponto de escamotear, pela forma, verdadeira suspensão de convenções civilizatórias determinantes da repressão (ou mesmo do recalque) ao fluxo de certos afetos e conteúdos ideativos de alto potencial disruptivo. Como bem se pode inferir do excerto acima transcrito, a liberdade constitui ideal bastante suscetível a uma distorção capaz de determinar uma suspensão das repressões. Já nos referimos, anteriormente, ao empuxo engajador de afetos que se obtém ao se acionar uma ideia de liberdade absoluta³³, mítica, como se sua limitação civilizatória equivallesse não à garantia de uma liberdade possível em coexistência, mas à sua injusta restrição ou, mesmo, impedimento.

A relativização da liberdade, sua afirmação sempre em relação à reconhecida liberdade de outros iguais, vale reiterar, dá-se em benefício da liberdade de todos e de cada um, ao passo que sua absolutização, no fim das contas, sempre favorecerá o mais forte, que, assim, poderá impor a sua liberdade pessoal (ou sua concepção pessoal de liberdade) aos demais. E, como dizemos de um empuxo afetivo exercido pela ideia mítica de uma liberdade absoluta, não é incomum que, para a ascensão do mais forte e imposição de sua liberdade a todos os outros, concorram massas de sujeitos que terminarão por este subjugados após pensarem – ou, mesmo, enquanto pensam – ter defendido a própria liberdade.

Em apoio às sínteses que acabamos de propor, prosseguimos na citação freudiana que as antecede no texto:

O que se faz sentir numa comunidade humana como desejo de liberdade pode ser sua revolta contra alguma injustiça existente, e desse modo esse desejo pode mostrar-se favorável a um maior desenvolvimento da civilização; pode permanecer compatível com a civilização. Entretanto, pode também originar-se dos remanescentes de sua personalidade original, que ainda não se acha domada pela

³³ Especificamente, no caso, a liberdade de expressão.

civilização, e assim nela tornar-se a base de hostilidade à civilização. O impulso de liberdade, portanto, é dirigido contra formas e exigências específicas da civilização ou contra a civilização em geral³⁴ (Freud, 1930[1929]/1997b, p. 50).

Possível concluir, portanto, que, se a repressão se dá por convenções, as negativas também podem sê-lo. E não devemos nos descuidar da lição freudiana no sentido de que tal suspensão das forças de repressão representaria verdadeiro *distensionamento* psíquico, as afirmações com força de negativa aliviando o sujeito que, legitimado por outros, se apoie nesses discursos para dar livre fluxo a afetos e satisfações pulsionais cuja contenção, determinada pelas exigências civilizatórias, lhe demanda importante dispêndio de energia psíquica.

O processo de repressão não deve ser encarado como um fato que acontece *uma vez*, produzindo resultados permanentes, tal como, por exemplo, se mata um ser vivo que, a partir de então, está morto; a repressão exige um dispêndio persistente de força, e se esta viesse a cessar, o êxito da repressão correria perigo, tornando necessário um novo ato de repressão. Podemos supor que o reprimido exerce uma pressão contínua em direção ao consciente, de forma que essa pressão pode ser equilibrada por uma contrapressão incessante. Assim, a manutenção de uma repressão acarreta ininterrupto dispêndio de força, ao passo que sua eliminação, encarada de um ponto de vista econômico, resulta numa poupança (Freud, 1915a/1996e, p. 156).

Portanto, de acordo com o que sustentamos e a partir da teoria freudiana, percebemos que afetos como ressentimento, medo e ódio, assim como as satisfações pulsionais que neles se apoiem, podem terminar investidos em ideias ou atos que terminam se afirmando sob a negação de um *discurso-disfarce*, formalmente articulado a partir de causas ou valores de aceitação ampla. A dinâmica descrita pode ser *insabida* pelo sujeito ou mesmo inconsciente, mas também pode ser induzida e conduzida por uma estratégia perversa de manipulação orquestrada por alguns e encampada por tantos outros, os quais têm consciência das contradições que operam e das possibilidades que se abrem a partir de sua instrumentalização, cujo objetivo é alcançar fins radicalmente diversos dos anunciados pelo discurso-disfarce, embora perfeitamente sintonizados com os afetos que este oculta.

Posto isso, antecipando reflexões que ainda serão desenvolvidas, consideramos que, enquanto a massa preponderantemente nega, suas lideranças e os representantes imediatos desta denegam, ou seja, atuam perversamente porque sabem as forças que manipulam e instrumentalizam soberanamente para atender a seus interesses. *Sabem* o potencial disruptivo dos conteúdos com que lidam e o mal que induzem, *mas mesmo assim* o fazem, manipulando afetos e insuflando as massas³⁵.

³⁴ O que, inclusive, pode ser determinado por processos inconscientes, regidos precisamente pelo imperativo de uma satisfação – e, logo, de uma liberdade – plena.

³⁵ Os destaques feitos justificam-se a fim de bem definir que o modo de agir denunciado é perverso. Trata-se de manobras bem sintetizadas por Octave Mannoni em sua mais que conhecida

Temos, pois, uma dinâmica que se resume na manipulação de afetos e da fé pelos de má-fé, estes plenamente conscientes de que as causas e valores que afirmam ostensivamente encampar e defender são apenas formas ocas, moldadas para melhor disfarçar as paixões e interesses que, não raro, são o exato contrário dos valores e causas que as ornaram superficialmente. Vale pontuar que a manipulação de afetos ou da fé é condicionada a uma predisposição à afetação por parte dos que terminam arrebanhados nessa dinâmica³⁶, sendo frequente que essa predisposição seja captada justamente pela adesão destes aos valores e causas ostentados discursivamente por aqueles que os instrumentalizam em nome de interesses próprios.

Não é de hoje que se sabe que discursos moralistas, com bastante frequência, nada mais são que artifícios dos quais, consciente ou inconscientemente, se valem seus enunciadores para (mal) ocultar afetos, propensões, intenções ou condutas nada nobres. Assim, para ouvidos mais atentos e a depender das circunstâncias, tais discursos, ao invés de assegurar uma aparência de moralidade, mais representam a evidência de perversidades, atuadas ou não, em torno das quais podem se estabelecer processos de identificação e engajamento passíveis de instrumentalização.

Prosseguindo, são diversas as denominações atribuídas a essas dinâmicas de contradição entre discursos e práticas, como são hipocrisia ou, pejorativamente, em termos políticos, demagogia ou, com apelo religioso, farisaísmo. Aliás, o caráter farisaico, idólatra e mesmo profanador, blasfemo ou anticristão de Bolsonaro e do bolsonarismo é abertamente denunciado pelo teólogo e pastor batista Yago Martins, destacadamente em seu *A religião do bolsonarismo* (2021).

Segundo Martins, “Bolsonaro representou o culminar da mais poderosa e ampla teologia política da história do Brasil recente” (2021, p. 9), um fenômeno que mescla idolatria política e adoração civil. Para se ter melhor ideia da severidade da crítica dirigida pelo teólogo batista ao bolsonarismo e suas profanações, incluída a “submissão do religioso ao político” (2021, p. 17), oportuna a transcrição do seguinte trecho de *A religião do bolsonarismo*:

É notável que, enquanto na tradição profética do Antigo Testamento os profetas geralmente tinham mensagens de juízo sobre os líderes políticos, autoproclamados profetas modernos se limitam a elogiar e apoiar o presidente com suas mensagens. Estamos voltando, certamente, ao cenário condenado pelo próprio Deus através do profeta bíblico Jeremias: “Tenho ouvido o que dizem aqueles profetas, proclamando mentiras em meu nome, dizendo ‘Sonhei, sonhei’. Até quando acontecerá isso no coração dos profetas que proclamam mentiras, que proclamam só o engano do

formulação: “eu sei, mas mesmo assim...” O perverso sabe onde incidem os limites da lei, e talvez saiba melhor que ninguém, mas, mesmo assim, os transpõe, justamente porque, subvertendo-a, toma para si o lugar da lei, desde o qual se faz soberano.

³⁶ Por isso não se diz da manipulação de pessoas, como se tratássemos de marionetes em sua absoluta passividade.

próprio coração?” (Jeremias 23.25-26). Os cristãos precisam lembrar que somos ensinados a sempre julgar e avaliar qualquer mensagem profética para considerarmos se aquilo é verdadeiro ou não, protegendo-nos de quem ensina falsidades em nome de Deus (1 Coríntios 14.29³⁷). Acreditar em qualquer um que fale em nome de Deus é esquecer que Cristo alertou sobre muitos virem profetizando mentiras em seu nome (Mateus 24.4-24³⁸).

As profanações não acabam por aí . . . (Martins, 2021, p. 16).

Impende destacar que não nos alinhamos integralmente aos entendimentos ou conclusões defendidos por Yago Martins na obra em questão (2021), especialmente no que concernem à esquerda brasileira – que reputa, generalizadamente, como fisiológica – e sua sugerida aproximação com o comunismo – o que quer que isso possa representar em termos de realidade política do Brasil, passados mais de 30 anos desde a queda do Muro de Berlim. Ilustrando o que dizemos, já ao final da obra mencionada, o autor inclusive afirma crer “que o bolsonarismo, com todos os seus males, é melhor que as alternativas do comunismo radical e das esquerdas fisiológicas” (Martins, 2021, p. 72). Feita essa importante ressalva, reputamos de suma relevância, contudo, que a crítica por ele tecida ao bolsonarismo parta justamente de uma análise criteriosa e autorizada do texto bíblico, como sabemos, talvez a principal referência de apoio ao discurso bolsonarista, a fonte em que o movimento busca legitimação transcendente para seu projeto de poder imanente.

Tendo apresentado o ponto de vista de um religioso, com Freud, podemos dizer que, em todos os tempos, “a imoralidade encontrou na religião um apoio não menor que a moralidade” (1917/1997a, p. 60):

É duvidoso que os homens tenham sido em geral mais felizes na época em que as doutrinas religiosas dispunham de uma influência irrestrita: mais morais certamente não foram. Sempre souberam como externalizar os preceitos da religião e anular assim suas intenções (Freud, 1917/1997a, p. 60).

Em perspectiva minimamente crítica³⁹, é notório que o desprezo à vida, os discursos de ódio e exclusão, o fomento à devastação ambiental e social, bem como o incentivo à violência, beligerância e ao armamento da população caracterizam posturas ou ações inconciliáveis com os valores subjacentes ao ideal cristão a que o movimento bolsonarista com tanto fervor e insistência afirma estar submetido. Para tanto, vale-se, à exaustão, de palavras como *Deus*, *pátria* ou *família*, significantes vazios que historicamente se prestaram e seguem se prestando a *lavar* os afetos mais destrutivos, enquanto integram e se propagam veiculados pelo que podemos chamar de *discursos-disfarce*.

³⁷ “E falem dois ou três profetas, e os outros julguem.”

³⁸ “4. E Jesus, respondendo, disse-lhes: Acautelai-vos, que ninguém vos engane;

5. Porque muitos virão em meu nome, dizendo: Eu sou o Cristo; e enganarão a muitos . . .”

³⁹ E a falta dela, segundo defendemos, é, senão o principal, certamente um dos principais fatores de coesão do bolsonarismo.

E, considerando o que desejamos demonstrar, o verbo *lavar* mostra-se bastante elucidativo, até mesmo didático. Isso porque seu uso figurado, precisamente o que nos interessa, reporta à ação de tentar conferir aparência (forma) de licitude – moralidade ou probidade – ao que é substancialmente ilícito – imoral ou ímprobo –, como se dá na conhecida prática criminosa da *lavagem de dinheiro*. Ou seja, referimo-nos à ação de tentar disfarçar a sujeira de algo – lavar – para, assim, ocultar sua real essência, exatamente aquilo a que se prestam significantes como *Deus, pátria e família*, dentre outros, para a extrema direita brasileira – e não só a brasileira, diga-se –, em um processo que, se pode ser *insabido* ou mesmo inconsciente para sua massa de seguidores, não o é para quem a conduz estando à frente do movimento.

Pontue-se que essa abordagem à lavagem de *vícios* pelo uso de discursos que recendem a *virtude* reporta à obra de Dany-Robert Dufour, mais especificamente ao livro *A cidade perversa: liberalismo e pornografia* (2013), em que o filósofo trata da interessante associação entre puritanismo e perversão, fundamental para que o capitalismo não só sobreviva a si mesmo⁴⁰, como avance, explorando o sujeito a partir de seus modos de gozar. Dufour remete à dupla coação imposta por um capitalismo ultraliberal – que entendemos ser a versão do neoliberalismo contemporâneo em termos econômicos –, em que o sujeito se vê compelido a gozar, a dar livre fluxo a suas pulsões, mas desde que também se submeta às prescrições proibitivas de um discurso moralista de caráter puritano que formalmente limita esse gozo a objetos, podemos dizer, autorizados para o consumo, o que se pode definir, nas palavras do autor, como um “sadismo aplicado ao consumo” (Dufour, 2013, p. 327).

No atual estado de coisas que conforma o Brasil, defendemos ser possível dar um passo adiante para sustentar que as exigências puritanas nessa dupla coação se limitam ao alinhamento ostensivo do sujeito a discursos moralistas que possam encobrir os gozos perversos a que dá livre fluxo. Enfim, já não nos parece necessária uma efetiva submissão às prescrições proibitivas desses discursos, bastando a adesão pública a seus imperativos.

Não que em outras épocas não fossem observáveis semelhantes (im)posturas. Entretanto, tudo indica que vivenciamos um momento diferenciado, no qual essa associação entre perversão e puritanismo não é só correntemente tolerada, como termina escolhida para representação do povo no exercício do poder soberano que a democracia lhe reserva (art. 1º, parágrafo único, Constituição Federal, 1988)⁴¹. E não nos esqueçamos, nem que seja pela curiosa coincidência, de que a concepção de *puritanismo* reporta a um movimento

⁴⁰ Ao desenvolver suas ideias na referida obra, Dufour (2013), dentre tantas outras questões, reflete sobre as saídas do capitalismo para a Crise de 1929.

⁴¹ “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (Constituição Federal, 1988).

de protestantes radicais ingleses que tinham por objetivo purificar a fé cristã tal como era lá professada. Assim, consideradas as vinculações entre Estado e Igreja (anglicana) que na história constituem a Inglaterra, o puritanismo caracteriza-se como um movimento que mescla religião e política, mistura que se impõe como ameaça real e atual ao Estado laico brasileiro.

A esta altura, reputamos importantes algumas digressões, as quais serão mais adiante retomadas como questões de primeira relevância na construção de nossas hipóteses sobre o bolsonarismo como fenômeno brasileiro de massa e de caráter fascista. E para ilustrar nossas considerações, reportamos a Camus, quando introduz o capítulo 4 de seu *O mito de Sísifo*, intitulado *A liberdade absurda*:

Agora o principal está feito. Tenho algumas evidências das quais não posso me separar. O que sei, o que é certo, o que não posso negar, o que não posso recusar, eis o que interessa. *Posso negar tudo desta parte de mim que vive de nostalgias incertas, menos esse desejo de unidade, esse apetite de resolver, essa exigência de clareza e coesão* [ênfase adicionada]. Posso refutar tudo neste mundo que me rodeia, que me fere e me transporta, salvo o caos, o acaso-rei e a divina equivalência que nasce da anarquia (Camus, 2012, p. 57).

Se defendemos a análise crítica do fenômeno bolsonarista, mais importante que explicar a sensação de absurdo experimentada por quem se opõe ou ao menos não compõe essa massa – integrada por diversos grupos –, é compreender o que mantém coesos seus seguidores fiéis. Para tanto, as reflexões de Camus acima transcritas nos parecem bastante pertinentes.

Partindo do trecho destacado, sinalizamos algo que, segundo nos parece, a um só tempo, aproxima e separa radicalmente bolsonaristas e não-bolsonaristas. Referimo-nos ao inafastável anseio humano por unidade, integração, resolução, verdadeira exigência de clareza e coesão, o que se traduz por uma necessidade, se não uma verdadeira dependência subjetiva, de sentido. Parece-nos claro, portanto, que o sentido é um *anseio* inerente à condição humana, anterior e independente, portanto, de orientações ideológicas, que, a propósito, também constituem buscas por sentidos validados porque compartilhados.

Essas buscas por sentidos que possam ser validados pelo seu compartilhamento remetem ao fato de o sujeito, enquanto ser de linguagem, se constituir apartado da pura natureza e, na impossibilidade de *presentá-la*, de vivê-la no imediato, conectando-se a ela instintualmente, ter que se valer de recursos simbólicos para representá-la, para apreendê-la por mediação e, a partir daí, construir cultura. Entende-se a cultura, portanto, como o modo próprio aos seres desnaturados pela linguagem de habitar o mundo e, por meio de representações e sentidos compartilhados, estabelecerem comunidades nas quais, sendo reconhecidos por outros que consigo compartilhem representações e sentidos, tenham sua existência confirmada; possam, enfim, se saber vivos.

Não se é nada disso por natureza porque a natureza é aquilo que a nós, homens, mais falta. Com efeito, nascemos prematuros . . . Resulta disso que esse estranho animal, inacabado, ao contrário dos outros animais, deve completar-se em outro lugar que não a *primeira natureza*, ou seja, numa *segunda natureza*, geralmente chamada *cultura* (Dufour, 2013, p. 281).

Conforme Jean-Pierre Lebrun (2004), em *Um mundo sem limites*:

A ordem simbólica faz de nós animais desnaturados pela linguagem, pela introdução de um gozo pulsional que substitui a instintualidade animal; passando de um mundo de instintos para um mundo de pulsões, o ser humano perde e ganha; o que ganha é a faculdade de falar, é o mundo das palavras, o que perde é sua adequação às coisas, também sua adequação a si mesmo. Como evoca Paul Valéry, ‘sua presença é porosa’. No universo da linguagem, a palavra faz fracassar a coisa, nunca remete a nada a não ser uma outra palavra e, a cada vez, esse remetimento implica uma perda, a da adequação da palavra à coisa, ao mesmo tempo em que essa perda exige do sujeito um trabalho de simbolização para poder transformá-la em uma falta que o deixe a desejar (Lebrun, 2004, p. 117).

O espaço comum estabelecido em cultura como comunidade (comum-unidade), capaz de reunir e compactuar os sujeitos em torno de representações, valores e sentidos que os transcendam – a todos e a cada um – e, assim, os coloquem em relação, é imprescindível para instituir a realidade do mundo e dos que o habitam. Como bem resume Hannah Arendt, a “presença de outros que vêem o que vemos e que ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos . . .” (Arendt, 1958/2010, p. 61).

Em suma, referimo-nos à *cultura* e à ideia de *trabalho de cultura* acionada por Freud (1930[1929]/1997b)⁴², a qual é retomada por Jean-Pierre Lebrun no curso de sua obra *A perversão comum: viver juntos sem outro*, a partir da seguinte definição de Nathalie Zaltzman: “. . . processo inconsciente, motor da evolução humana que tem por tarefa fazer os humanos viverem juntos, obrigando-os a transformar individual e coletivamente suas tendências mortíferas tanto quanto for possível” (Lebrun, 2008b, p. 186).

Nessa perspectiva, levados em conta os objetivos deste estudo, mostra-se valiosa a construção que faz Luiz Antonio Simas ao pensar a cultura brasileira, valendo observar que suas considerações tocam as de Zaltzman, além de terem o mérito de anunciar importantes conflitos que estão na base das discussões ora propostas:

Por cultura, afinal, entendo um conjunto incessante de modos de inventar a vida que caracteriza os grupos sociais: maneiras de nascer, dançar, cantar, comer, amar, ter medo, se vestir, celebrar nascimentos, lamentar os mortos, torcer, rezar, jogar, criar e recriar sentidos para aquilo que, aparentemente, não tem sentido algum: a vida. Quando me pego pensando nessa encrenca que é o Brasil, percebo a brasilidade como uma praça de elaboração de sentidos que é tensionada (e tensiona), é afetada (e afeta), escapa, ginga, joga, faz mandinga e desconforta o Brasil oficial. Por Brasil oficial, me refiro aqui a um projeto institucional fundamentado na exclusão, na

⁴² “. . . a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuitos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos.” (Freud, 1930[1929]/1997b, pp. 41-42).

espoliação, na aniquilação de corpos, saberes e percepções de mundo desconfortáveis e desafiadoras ao projeto normativo, branco e patriarcal.

O Brasil como encrinca só pode ser minimamente decifrado escapando das zonas de conforto do pensamento: identidades fixas⁴³, mitos de origem imaculados, essencialismos não sujeitos às rasuras, tensões, criações, recriações, afetações, batalhas, belezas e horrores que confrontam a aventura insistente da vida contra os projetos contundentes da morte (Simas, 2023, p. 61).

Reportando ao que anuncia Simas, temos que, destacadamente entre bolsonaristas e progressistas, tudo se transforma e distingue quando analisamos para onde aponta a busca por sentido(s) pelos sujeitos em cultura. Ou seja, se ela se fecha em torno de um único sentido ou de sentidos imutáveis e apriorísticos – o que via de regra conduz a deuses, mitos e tradições⁴⁴ –, ou se essa busca se abre às diferenciações próprias aos fluxos da vida e da história, a sentidos múltiplos e variáveis segundo a própria irrefutabilidade do caos, do acaso-rei e da divina equivalência que nasce da anarquia, como conclui Camus e como é próprio à razão e à ciência⁴⁵ – sem que se deixe de considerar a multiplicidade das formas de se experimentar a religiosidade, diga-se.

Estamos diante do que histórica e radicalmente opõe a fé, reveladora da necessidade humana de certeza e da segurança que dela possa advir (uma ilusão, na concepção de Freud), à razão, que aponta para uma busca pela estabilidade possível, com a assunção da inerência da dúvida, o que compreende um processo de desilusão ou, no mínimo, de desidealização. Essa oposição, a nosso ver, está na base do que estabelece uma relação antagônica entre os bolsonaristas e os ditos progressistas, que não se resumem à esquerda, tampouco correspondem a todos os que se opõem ao bolsonarismo.

Quanto aos que ora definimos amplamente como progressistas, percebemos-los alarmados com a falta de sentido racional dos atos e discursos dos bolsonaristas – ilógicos porque abertamente contraditórios e, em considerável medida, ao menos por parte da massa de seguidores, amparados exclusivamente nos afetos e, mesmo, na fé. Já no que concerne aos bolsonaristas, caracterizam-se por se apresentarem prontamente suscetíveis a pânico morais, sempre assombrados com a possibilidade de caos, fragmentação, instabilidade e equivalência anunciada pelos valores, pensamentos e modos de vida daqueles outros.

Posto isso, mostram-se convenientes, neste momento, duas importantes considerações a que se confere a força de premissas. Em primeiro lugar, se vamos além da exposição exclusivamente conceitual e adentramos questões inerentes à realidade

⁴³ No que reporta àquelas identidades que o próprio opressor se atribui e às que impõe a seus oprimidos, como forma de manter estagnadas as relações de poder que lhe garante historicamente a condição de senhor.

⁴⁴ Que remetem a dogmas, a princípios dados, anteriores à experiência.

⁴⁵ Inclusive, percebemos, nessa distinção, quais escolhas são mais facilitadoras de uma repetição do mesmo e quais são mais abertas à repetição diferencial.

subjetiva, é de se destacar que, quando opomos razão e fé ou afetos, lidamos com preponderâncias. Noutras palavras, não há sujeito imunizado à força dos afetos, tampouco a razão se traduz como obstáculo intransponível para a fé.

Entretanto, e já especificamente quanto aos afetos, temos que nem todos os sujeitos se colocam absolutamente à sua mercê em circunstâncias ordinárias, para o que a racionalidade exerce importante função. Dizemos, então, de uma racionalidade que não só é capaz de orientar os afetos, como concorre para sua transformação, de modo que o ódio possa dar lugar à empatia, ao amor ou ao apelo por um ideal de justiça capaz de transcender interesses individuais ou de grupos específicos para acomodar as diferenças que constituem uma sociedade ou a própria humanidade. Isso se dá em proteção ao próprio laço social, que pressupõe as restrições civilizatórias referidas anteriormente quando abordamos o empuxo exercido pela fantasia de uma liberdade absoluta, em cujas origens está o ideal narcísico de satisfação plena.

Em segundo lugar, cabe pontuar que a razão – e, por conseguinte, a ciência – também tem autoridades como referência. Entretanto, diferentemente do que se dá com a fé e com as ideias religiosas que a sustentam – destacadamente em suas expressões mais radicais –, as autoridades da razão não se garantem pela certeza e imobilidade de deuses ou mitos, mas se legitimam justamente a partir da incessante dúvida que as inscreve na instabilidade e, logo, na crise, o que convoca a uma constante atividade crítica em relação a elas (autoridades) e às verdades que autorizam ou produzem. A dúvida, por sua vez, sendo incessante, expõe as verdades postas a esforços contínuos de questionamento e à verificação de sua autenticidade pelo escrutínio dos processos que a elas conduziram.

Dessa forma, legitimando-se pela dúvida que sempre a coloca à prova, a autoridade decorrente da razão projeta o sujeito e a civilização que engendra para um futuro de verdades (ou paradigmas) em constante tensionamento e, logo, passíveis de transformações. Em sentido contrário, as autoridades que extraem seu poder da fé remetem o sujeito a um passado ancorado na tradição, em dogmas ou mitos cuja força é assegurada pela convicção subjetiva e pelos afetos que acionam – ou seja, pela experiência interior que dá testemunho de verdade (Freud, 1917/1997a, p. 45) –, os quais, inclusive, terminam por impedir sua colocação à prova.

Referindo-se à impossibilidade de autenticação dos ensinamentos religiosos, pontua Freud:

Tentemos aplicar o mesmo teste aos ensinamentos da religião. Quando indagamos em que se funda sua reivindicação a ser acreditada, deparamo-nos com três respostas, que se harmonizam de modo excepcionalmente mau umas com as outras. Em primeiro lugar, os ensinamentos merecem ser acreditados porque já o eram por nossos primitivos antepassados; em segundo, possuímos provas que nos foram transmitidas desde esses mesmos tempos primevos; em terceiro, é totalmente

proibido levantar a questão de sua autenticidade. Em épocas anteriores, uma tal presunção era punida com os mais severos castigos, e ainda hoje a sociedade olha com desconfiança para qualquer tentativa de levantar novamente a questão (Freud, 1927/1997a, p. 42).

Após essas considerações, parece lógico concluir que as ideias religiosas – e a fé que eventualmente sustentem – tendem a se arrefecer ou a se sofisticar na medida em que habitamos um mundo cada vez mais decifrado e cognoscível a partir da razão. O mundo ocidental contemporâneo, entretanto, traz bons exemplos de que essa equação não é tão simples.

Aliás, seguindo com Freud (1927/1997a) e a partir do que se pode observar com a ascensão da extrema direita pelo planeta⁴⁶ – e especialmente no Brasil –, o que se tem dado a perceber é que a ampliação dos domínios da razão, na medida em que tornam o mundo mais complexo, pode até mesmo recrudescer o empuxo do religioso nas subjetividades. Isso porque termina privando os sujeitos das ilusões – ou de importante parte delas – que sempre atenuaram os sofrimentos decorrentes de seu desamparo. À deriva, ameaçados de fragmentação por dúvidas intransponíveis pelo repertório de conhecimento racional que lhes é disponível, as ideias religiosas emergem, no fim das contas, como o único recurso com que contam muitos sujeitos na tentativa de amenizar as dores de seu desamparo – quando não abandono – inexorável, os negacionismos politicamente úteis e facilmente acionáveis apresentando-se como verdadeiros escudos protetores de sua fé e de suas ilusões de estabilidade frente ao acaso-rei referido por Camus.

Nesse contexto, fato é que o bolsonarismo adiantou-se coeso a partir de crenças e afetos desobrigados de lógica ou crítica, trazendo para junto de si a parcela da população que se posicionava contra aqueles apontados como o inimigo a ser combatido em razão dos ideais, das ideias e, principalmente, das dúvidas que ostentam em seus pensamentos e modos de vida⁴⁷. Enquanto isso, estes, integrando o chamado campo progressista, assistiam como que narcotizados ao espetáculo medievalesco encenado por grupos cujos integrantes não titubeavam em demitir qualquer noção de realidade fática ou de verdade

⁴⁶ A propósito, ilustrativamente: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2024/03/6817569-evangelicos-brasileiros-mostram-forca-nas-eleicoes-de-portugal.html>. Acesso em: 13 maio 2024.

⁴⁷ Modos de vida que, dessa forma, são portadores de *peste* semelhante àquela que Freud teria dito levar consigo em sua viagem aos EUA, em 1909, logo ao aportar na América do Norte. De se observar que a excursão tinha por objetivo a internacionalização da psicanálise e a referência à peste por ela representada fazia alusão ao caráter subversivo deste saber, cuja teorização recém se iniciara pelo gênio de Freud e que tocava questões-tabu, como eram a sexualidade – especialmente a infantil – e a prevalência de uma dimensão inconsciente na regência do sujeito. Ao relatar o episódio, Lacan, numa conferência de 1955, destacou o engano em que incorria Freud: "ele havia acreditado que a psicanálise seria uma revolução para a América, e, na realidade, a América é que tinha devorado sua doutrina, retirando-lhe seu espírito subversivo" (Roudinesco & Plon, 1998, p. 1379).

logicamente comprometida para defender as narrativas em que escolhiam crer, esgarçando ao máximo o nexos de correspondência entre a palavra empregada e aquilo que deve representar segundo convenções que, em resumo, são condição mínima de consistência (na incompletude) para uma existência partilhada em sociedade (Lebrun, 2008b).

Ostentando uma ignorância orgulhosa de si como representação máxima de um anti-intelectualismo caracterizador do fascismo enquanto manifestação política específica e atemporal⁴⁸ – o *fascismo eterno*, segundo Eco (2018) –, o movimento bolsonarista conseguiu superar justamente a essência do progresso civilizatório, valor maior do Iluminismo e fundador da Modernidade⁴⁹, princípio máximo da resistência exercida frente às investidas obscurantistas que se sucederam no mundo ocidental nos últimos séculos: a razão humana. Em um mundo complexo, hiperacelerado, em que o avanço neoliberal tudo fragmenta ao ponto de corroer qualquer solidariedade e converter individualismo em abandono, a instabilidade alcançando inclusive as identidades e, logo, a segurança existencial⁵⁰, a fantasia de solidez apresenta-se como flanco aberto à mobilização de afetos e ao seu investimento em crenças que reportam a ideias religiosas, em ideais militarizados afiançados pela hierarquia ou em qualquer narrativa capaz de oferecer garantias mínimas de proteção ao sujeito contra as infinitas dúvidas que o ameaçam *de fora*, desde *o outro*, e parecem suficientes a despersonalizá-lo⁵¹.

Se pensamos a razão como filha da dúvida e da crítica, conclusão lógica – quanta ironia! – é que ela, nas circunstâncias acima expostas, sucumbirá diante de afetos como medo, ódio e ressentimento. É tempo de esclarecermos que nos valem da noção de *afeto* como equivalente à de *paixão*, enquanto força que toma e submete o sujeito por ela *afetado*, mobilizando-o narcisicamente.

O grande especialista americano dos estudos gregos e latinos, Eric Robertson Dodds, explica assim que “o grego sempre viu na experiência de uma paixão uma coisa misteriosa e assustadora, a experiência de uma força que está nele, que o possui em vez de ser possuída por ele. A própria palavra *pathos* mostra isso: como seu equivalente latino *passio*, ela significa algo que ‘acontece com’ um homem, algo de que ele é a vítima passiva. Aristóteles compara o homem num momento de

⁴⁸ A dedicação ao intelecto e à razão sendo símbolo máximo da assunção da dúvida – logo, da crítica – enquanto elemento inerente à razão humana e motor primeiro do avanço civilizatório; dúvida – e crítica – tão temida e rechaçada pelos reacionários conservadores como são aqueles que conformam o bolsonarismo.

⁴⁹ Em brevíssimas linhas, pode-se definir a Modernidade como o período histórico em que a razão, e, logo, o homem, foi erigida à condição de princípio norteador da ideia de progresso civilizatório, o qual seria orientado pelo domínio da natureza e pela distribuição de bem-estar ao maior número possível de seres humanos, que, assim, melhor poderiam explorar suas próprias potencialidades no sentido de uma existência digna. Em última análise, vislumbramos o lema da Revolução Francesa (1789) na base dessa ideia de Modernidade: liberdade, igualdade e fraternidade.

⁵⁰ É provável que talvez já assistamos à evaporação da *Modernidade líquida* teorizada por Bauman (2001).

⁵¹ Não por acaso, igreja e exército são as duas instituições referidas por Freud em *Psicologia de grupo e a análise do ego* (1996j/1921).

paixão com pessoas adormecidas, dementes ou ébrias: sua razão, como a delas, está suspensa” (Dufour, 2008, 159).

Aliás, a concepção proposta mostra-se bastante interessante ao enfatizar o aspecto *quantitativo* do afeto, ou seja, o excesso de excitação pulsional que o caracteriza, enquanto energia psíquica investida em determinada representação ou significante, a qual destes se desgarra – sem deixar de lhes dizer respeito – em razão dos processos determinantes de seu recalque. E, se o recalque incide sobre representações e significantes, retendo-os no inconsciente, igual efeito não tem sobre o afeto que os energizava e que continua a ecoá-los, mesmo que remotamente.

Segundo Freud (1915a/1996e):

Até esse momento, em nosso exame, tratamos da repressão de um representante instintual, entendendo por este último uma ideia, ou grupo de ideias, catexizadas com uma quota definida de energia psíquica (libido ou interesse) proveniente de um instinto. Agora, a observação clínica nos obriga a dividir aquilo que até o presente consideramos como sendo uma entidade única, de uma vez que essa observação nos indica que, além da ideia, outro elemento representativo do instinto tem de ser levado em consideração, e que esse outro elemento passa por vicissitudes de repressão que podem ser bem diferentes das experimentadas pela ideia. Geralmente, a expressão *quota de afeto* tem sido adotada para designar esse outro elemento do representante psíquico. Corresponde ao instinto na medida em que este se afasta da ideia e encontra expressão proporcional à sua quantidade, em processos que são sentidos como afetos. A partir desse ponto, ao descrevermos um caso de repressão, teremos de acompanhar separadamente aquilo que aconteceu à ideia como resultado da repressão e aquilo que acontece à energia instintual vinculada a ela (Freud, 1915a/1996e, p. 157).

Ainda que reverbere marcas de experiências de prazer ou desprazer, tem-se que o afeto, por se tratar de energia *qualificável*, pode ser transformado aos moldes do investimento que se lhe dedique, sendo, inclusive, passível de racionalização e também de contenção pela via da repressão. Para reprimi-lo, contudo, faz-se necessário esforço proporcional à quantidade de energia investida no conteúdo que tenderia a se expressar, o que demanda algumas considerações.

Isso porque esse conteúdo pode ser um substituto representacional em alguma medida mais aproximado daquele originalmente recalcado, o que, por si só, indicaria a necessidade de um dispêndio maior de energia para reprimi-lo – dado o próprio *quantum* investido para o recalque. Mas, mais que isso: as forças sociais que, em circunstâncias *normais*, concorreriam para a repressão de determinado conteúdo em nome do pacto social podem estar enfraquecidas ou mesmo suspensas em razão de pactos dissidentes e dos mecanismos que estes acionam para mobilizar e instrumentalizar conteúdos e afetos que deveriam ser reprimidos, como se dá a partir da negação, pelas razões já expostas.

Com isso, parece-nos claro que a energia emprestada pelos afetos a determinadas ideias e as representações que estas veiculam, na medida em que as religa a conteúdos

recalcados⁵², termina por dotá-las de um poder maior de atração e engajamento se comparadas àquelas sustentadas apenas pela razão⁵³. Aliás, para bem expressar a dimensão dessa força, podemos mesmo dizer de um poder de contaminação dos afetos, uma vez que por eles se estabelecem conexões a partir do que há de mais arcaico nas subjetividades, sintonizando-as em frequências que, a partir de Freud, podemos afirmar *pré-edípicas* – e, por que não, *pré-rationais*, se tomamos a racionalidade como capacidade mínima de organização lógica da consciência, orientada no tempo e no espaço.

Prosseguindo, se dizemos de afetos que reportam a um estágio pré-edípico, dizemos de afetos que se associam a conteúdos relacionados ao narcisismo instituinte da subjetividade. Ou seja, tratamos de uma regressão a um ego idealizado – *eu ideal* –, instituído segundo a ilusão de perfeição e completude, de satisfação total, dada a integração que, nessa fase, o sujeito – bebê – estabelece com o objeto que o nutre – a mãe –, ao ponto de constituir uma mônada imaginária excludente da alteridade.

E, conectando-se a conteúdos associados ao narcisismo, temos que os afetos estarão voltados a assegurar essa ilusão de perfeição, podendo ser mobilizados por tudo que a ameace. Assim podem ser o medo, o ressentimento e o ódio que deles derive, afetos que, segundo defendemos, despontam como responsáveis em grande medida pelo engajamento dos sujeitos que compõem a massa bolsonarista e, logo, por sua coesão.

Resumidamente, identifica-se o *medo* em relação a quem, de qualquer modo, ameaça a integridade narcísica do sujeito – para o que basta ser *outro*, diferente; o *ressentimento*, por sua vez, é experimentado pelo sujeito face àquele que teria lhe retirado algo que *por direito* lhe pertence, de modo a torná-lo vítima de uma privação passivamente experimentada. E, de todos esses afetos, tende a derivar o *ódio*, enquanto afeto que se pode afirmar primário por decorrer da experiência arcaica que se tem com a intervenção da *terceiridade* que nos priva do objeto de satisfação, ou seja, da alteridade cuja intervenção desfaz a ilusão de completude narcísica caracterizadora do *eu ideal*, expondo a falta que está no cerne do humano e que nos instala na linguagem.

Sendo assim, se a falta é nossa substância, o ódio é o afeto que decorre de sua experimentação, o que revela sua anterioridade em relação a qualquer outro afeto que se invista na alteridade enquanto referência de identificação e não como mero objeto de satisfação pulsional. Esse é o caso da empatia e dos afetos que dela derivam, como, por exemplo, podem ser o amor e a indignação em face de injustiças cometidas contra o outro ou coletivamente experimentadas.

⁵² O uso do verbo *religar* nessa afirmação mostra-se bastante oportuno, na medida em que diz da possibilidade de reconexão do sujeito a conteúdos que lhe são imediatamente inacessíveis pela via da consciência, dando a dimensão da potência que lhes podem lhes conferir os afetos.

⁵³ Sem desconsiderar os afetos que se podem comunicar racionalmente e aqueles que investem a própria ideia de razão, como expressão de um sublime.

. . . a condição humana não é somente constituída pelo positivo que permite a fala, mas também pelo negativo, ao redor do qual esse positivo se organiza. É esse esvaziamento que aparece como o coração da linguagem, essa ausência escavada na presença, esse buraco feito no real, da mesma maneira que o gesto do oleiro dá forma à sua cerâmica girando ao redor de um vazio central. É no mesmo movimento que ele faz seu vaso e cerca o vazio. É aqui que o ódio se origina. A razão do meu ódio é esse vazio que me habita, ao qual sou obrigado a dar lugar pelo fato de que falo. Eis porque Freud punha o ódio – e não o amor – no ponto de partida do humano (Lebrun, 2008a, p. 18).

Pelo exposto, no que concerne à massa, em termos metafóricos, é possível dizer que os afetos compartilhados fazem com que os sujeitos que a integram vibrem numa mesma frequência. Se assim é, então, no caso de uma massa fascista, é possível acrescentar que o fazem regidos pela batuta do mesmo maestro, do que nos ocuparemos de maneira mais detida oportunamente.

Se a razão depende da dúvida e da crítica, os afetos, por sua vez, constituem pura positividade eficaz em converter os conteúdos que energizam em convicção. Dessa forma, estarão na base da identificação e reunião de todos que os compartilham e se afetam mutuamente em um bloco coeso e convicto contra aqueles *outros* que lhes representem a ameaça da dúvida, da crítica e, portanto, da razão⁵⁴, justamente o que pode devolvê-los ao estado de insegurança e abandono contra o qual, na massa, buscam se proteger.

Em breves linhas, vemos como a mobilização de afetos na definição de um inimigo comum é capaz de assegurar a coesão do grupo ou da massa, o que também é estratégia caracterizadora do fascismo, inclusive em suas versões contemporâneas, como é o caso do bolsonarismo, segundo sustentamos. Disso também podemos ao menos supor alguns dos motivos pelos quais grande número de evangélicos, católicos, pequenos agricultores e grandes empresários do agronegócio, militares e agentes de segurança em geral, constitui o que podemos chamar de núcleo duro do bolsonarismo, ao qual se somam outros segmentos conservadores – e, além ou antes disso, reacionários (Starling, 2022) – da sociedade⁵⁵. Com relação a estes, destacamos uma classe média que teme deixar de sê-lo em razão do incremento de direitos e ascensão social dos pobres, além de uma fração considerável das elites econômicas que veem no avanço da extrema direita fascista – aqui, correndo-se o risco do pleonasmo – a possibilidade de aniquilar o que resta de garantias aos mais

⁵⁴ É conhecida entre os evangélicos a afirmação de que “toda dúvida provém do demônio, enquanto em Deus só há certeza” (Dip, 2018, p. 82). Ora, nada mais exemplificativo daquilo a que nos referimos e que age como uma espécie de princípio de autoproteção das ideias religiosas, considerando que “estão fora da jurisdição da razão – acima dela. Suas verdades devem ser sentidas interiormente, e não precisam ser compreendidas” (Freud, 1927/1997a, p. 45).

⁵⁵ Não à toa, “Deus, pátria e família” como lema agregador.

vulneráveis e pretensão de bem-estar social nas políticas públicas para, dessa maneira, melhor *passar a boiada*⁵⁶ neoliberal.

Enquanto os progressistas duvidavam e temiam, tentando compreender pelo viés da reflexão crítica o que se passava no país para assim melhor resistirem ao assalto reacionário, o bolsonarismo, movido pelas convicções afetivas de seus seguidores e conduzido pela perversão de suas lideranças, dedicava-se a dismantelar as políticas públicas de educação, saúde, assistência social e meio ambiente⁵⁷ – dentre outras. Para tanto, valeu-se especialmente de uma máquina bem articulada de desinformação que funciona em velocidade algorítmica e se mostrou – como ainda se mostra – bastante eficaz em mobilizar os afetos já referidos. O bolsonarismo – e, de modo geral, a extrema direita – promove, dessa forma, o engajamento maciço de seguidores ou simpatizantes para suas ações de destruição dos direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988, visando, ao fim e ao cabo, à abolição do próprio Estado Democrático de Direito, como bem demonstraram os eventos de 8 de janeiro de 2023.

Referindo-se a Bolsonaro e seu projeto antipolítico, Leonardo Avritzer (2020) tece as seguintes considerações:

Ele chegou à presidência não como líder político, mas como alguém disposto a destruir políticas e políticos⁵⁸. Durante o primeiro ano de governo, foi em ministérios-

⁵⁶ No que reportamos à conhecida frase de Ricardo Salles, então ministro do Meio Ambiente, durante reunião ministerial ocorrida em 22/04/2020, em que sugeriu que o governo aproveitasse as atenções voltadas à pandemia da covid-19 para promover uma “baciada” de alterações normativas que beneficiariam o mercado – especialmente o agronegócio – e que certamente seriam questionadas juridicamente. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 8 abr. 2024.

O dismantelamento das políticas públicas de proteção ao meio ambiente efetivado por Bolsonaro é objeto de documento elaborado pelo Observatório do Clima, intitulado “4 anos de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro”. Disponível em: https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/AF_reduzido_20220323_individuais_nunca-mais-outra-vez-1.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

⁵⁷ Enquanto escrevíamos este texto, o Rio Grande do Sul experimentava a maior catástrofe de sua história, com enchentes relacionadas à devastação ambiental as quais deixaram um rastro de destruição que incluiu mais de uma centena de mortos, além de um número de desalojados que superou meio milhão de pessoas. Nesse sentido: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/05/11/boletim-rs-chuvas.htm>. Acesso em: 13 maio 2024.

Em meio ao caos provocado pelas chuvas e inundações, a extrema direita organizou-se a partir de uma *blitz* de desinformação, caldo do qual vimos emergir o seguinte bordão: “o povo pelo povo”. De olhos e ouvidos atentos, percebemos que a expressão serve aos interesses neoliberais ao inflamar o medo das pessoas diante da catástrofe, alimentando e deflagrando seu ódio contra o poder público, na medida em que a desinformação era – e é – maciçamente direcionada ao fortalecimento da ficção de que as forças estatais se mantêm inertes diante da devastação, o socorro às vítimas tendo sido assegurado exclusivamente por esforços privados.

⁵⁸ Parece-nos evidente que o desmonte do que resta do Estado de bem-estar social previsto na Constituição de 1988 é parte do projeto neoliberal que se impôs ao país com especial força a partir de 2016 e que foi encampado por Bolsonaro para angariar o apoio do Mercado – e de seus principais representantes e procuradores – e, assim, conseguir eleger-se em 2018. Todavia, também nos parece claro que, consideradas as bases de seu projeto populista – que incluem membros das Forças Armadas (FFAA), agentes da segurança pública e um número considerável

chave como Educação, Meio Ambiente e Direitos Humanos que essa concepção se expressou melhor. Seus ministros foram nomeados devido à capacidade de tensionar com a respectiva área. Alguns exemplos: o controle de queimadas na Amazônia, cuidadosa e diligentemente elaborado pelos governos anteriores, foi simplesmente desmontado, assim como a gestão da pós-graduação pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes. Não são políticas menores. Pelo contrário, ambas constituem áreas nas quais o Brasil conseguiu oferecer respostas positivas às fortes deficiências que tinha. Há – ou pelo menos havia, até o início de 2020 – uma lógica nessa loucura. A lógica era a seguinte: essas políticas não eram necessárias ao país ou não interessavam à base política do capitão (Avritzer, 2020, pp. 5-6).

Fato é que, se a razão sempre foi o campo de batalha da preferência dos progressistas, o movimento bolsonarista, a seu turno, avançou valendo-se de toda violência disponível, da simbólica à concreta, tendo a morte como referencial, afirmação que sustentamos a partir dos conceitos psicanalíticos de pulsões de vida e de morte, bem como da prevalência desta na mobilização de afetos totalitários que visam a tamponar toda *falta* viabilizadora do desejo e da vida⁵⁹, condição da diferença e da alteridade. Neste ponto, a título ilustrativo, vale rememorar o esforço de vários cientistas brasileiros no sentido de conscientizar a população quanto à importância do uso de máscaras e da vacinação para prevenção de infecção pela covid-19, o que não foi suficiente para conter, como era de se esperar, a eficácia dos afetos mobilizados e, logo, da crença nas notícias falsas disseminadas, ainda que propalassem narrativas delirantes em relação a teorias da conspiração ou aos males supostamente causados pela vacinação ou pelo uso de máscaras⁶⁰.

Ao mesmo tempo em que promovia a sabotagem das medidas preventivas em relação à covid-19, a equipe de Jair Bolsonaro cuidava de dificultar a devida assistência financeira aos mais pobres, afrouxava as regras de proteção ao meio ambiente, desmantelava a educação pública e, por meio da ampla concessão de certificação para colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (os CACs), facilitava ao máximo o acesso da população a armas e munições dos mais variados calibres, incluindo fuzis – o que certamente visava à constituição de milícias populares que pudessem apoiar o projeto

de servidores públicos –, Bolsonaro foi aos poucos rompendo com o Mercado que, ao que tudo indica, optou pela eleição de seu opositor, Lula, nas eleições presidenciais de 2022.

⁵⁹ Falta, essa, que, reportando a uma ausência, também é instituinte da democracia, como bem vemos em Lefort (2011).

⁶⁰ A título de exemplo: <https://jornal.usp.br/podcast/fake-news-nao-pod-12-e-fake-que-as-mascaras-nao-funcionam-e-dificultam-as-trocas-gasosas/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

Sobre o investimento metódico na morte dos brasileiros, que interpretamos como genocídio, em parceria com Tarso Genro, escrevemos, em janeiro de 2021, o texto *Com quantos cadáveres se faz um genocídio?*, disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/com-quantos-cadaveres-se-faz-um-genocidio-por-domingos-barroso-da-costa-e-tarso-genro/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

autoritário do bolsonarismo⁶¹. No contexto dessa devastação, paralelamente às medidas de caráter nitidamente neoliberal – que envolviam o sucateamento de Estado em proveito do mercado –, eram nítidos os acenos e favorecimentos a evangélicos e militares, dois dos principais eixos de apoio ao projeto de Jair Bolsonaro.

A cooptação desses dois grandes grupos e a capitalização de seus ressentimentos e medos talvez tenha sido a manobra política mais perspicaz do bolsonarismo. Quanto aos evangélicos, conforme pesquisa do Datafolha mencionada, já constituíam, em 2020, cerca de 31% da população brasileira⁶². Por sua vez, quando dizemos de militares, importante destacar que não nos restringimos aos integrantes das Forças Armadas⁶³, mas também aos agentes das polícias militares, que, embora sejam submetidos aos governos estaduais, gozaram reflexamente do prestígio assegurado por Bolsonaro àqueles.

Inclusive, parece-nos relevante apontar que, houvesse Bolsonaro contado com mais tempo para autonomizar as polícias militares em relação aos governos estaduais⁶⁴, teria, sem dúvidas, conseguido apoio armado para seu projeto de abolir o Estado Democrático de Direito. Veja-se que, mesmo sem tê-lo feito, os eventos de 8 de janeiro de 2023 deixaram claro que a intentona golpista contou, no mínimo, com a adesão por omissão de muitos policiais militares do Distrito Federal⁶⁵, amostra que corrobora o que acima defendemos em relação não só à cooptação dos militares estaduais, como também aos riscos que a autonomização dessas forças pode representar à democracia, dado seu número de agentes, sua capilaridade e poder bélico, maior inclusive que o das FFAA⁶⁶.

Estabelecido o contexto a partir do qual desenvolveremos nosso estudo, cuidaremos agora de evidenciar o problema ao qual dedicamos nossa atenção, indicando a abordagem teórico-metodológica assumida nesse percurso.

⁶¹ Como era de se esperar, a facilitação do acesso a armas favoreceu a criminalidade, inclusive a organizada. A propósito: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/05/22/investigacoes-em-ba-e-sp-apontam-cacs-como-fornecedores-de-armas-para-faccoes.ghtml> e <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/09/11/video-alem-de-fornecer-armas-e-municao-cacs-treinaram-integrantes-do-pcc-para-ataques-de-novo-cangaco-em-sp.ghtml>. Acesso em: 11 de set. de 2024.

⁶² Vide nota de rodapé 17.

⁶³ Os militares chegaram a ocupar mais de 6000 cargos civis no governo federal sob Bolsonaro, mais precisamente em 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/militares-governo-bolsonaro-6-mil-cargos-civis/>. Acesso em: 13 maio 2024.

⁶⁴ Sobre a questão: <https://www.conectas.org/noticias/como-os-projetos-de-autonomia-das-policias-ameacam-a-democracia/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

⁶⁵ A título de exemplo: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-02/stf-torna-re-e-mantem-presa-cupula-da-pm-df-nos-atos-de-8-de-janeiro>. Acesso em: 17 abr. 2024.

⁶⁶ Sobre o risco de autonomização das polícias, remetemos ao nosso “Autonomização das polícias: risco grave e imediato ao Estado Democrático de Direito” (Costa & Melo, 2023), disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-ago-31/opiniao-autonomizacao-policias-risco-grave-imediato/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

3 Percurso Teórico-Metodológico

Tem dois inimigos: o primeiro ameaça-o por trás, desde as origens; o segundo fecha-lhe o caminho para diante. Luta contra ambos. Na realidade, o primeiro apóia-o em sua luta contra o segundo, quer impeli-lo para adiante e da mesma maneira o segundo o apóia em sua luta contra o primeiro, empurra-o para trás. Mas isto é somente teórico. Por que além dos adversários também existe ele, e quem conhece suas intenções? Sempre sonha que em um momento de descuido – para isso faz falta uma noite inimaginavelmente escura – possa se safar da linha de combate e ser elevado, pela sua experiência de luta, por cima dos combatentes, como árbitro.

Franz Kafka, *Ele*.

O pequeno conto kafkiano, que pode ser interpretado como uma disputa entre presente, passado e futuro, em que o primeiro é quem suporta as maiores pressões, buscando alguma primazia e concretude na impermanência, parece-nos bastante adequado para fixar um ponto de partida ao que definimos como nosso *percurso teórico-metodológico*. Importante frisar que alçamos a definição *Percurso teórico-metodológico* à condição de título deste capítulo por entendermos que ela comporta os processos de acionamento e orientação do desejo de saber que se expressa por este trabalho – nosso *percurso* –, além de fazer referência ao substrato teórico e conceitual acionado frente a determinada trama acontecimental enquanto princípio de construção e fonte de validação de nossa pesquisa – o que reporta ao *método* de investigação e verificação de validade do produto de nossas reflexões.

Posto isso, no que concerne aos procedimentos observados, as elaborações que constituem esta pesquisa pautam-se pelo trabalho conceitual e pela pesquisa documental. Esses são os procedimentos de que nos valeremos para articular a teoria produzida pelos autores que orientam a análise proposta ao problema que nos mobiliza no contexto fático-histórico que delimitamos ou, como adiante o definiremos, em certa trama acontecimental.

Nessa perspectiva, enquanto a teoria que utilizamos é acionada a partir do que chamamos trabalho conceitual, o contexto fático-histórico do qual emerge nossa problematização é delimitado pela pesquisa documental, que se dá a partir da consulta a documentos diversos como matérias jornalísticas e outros registros fáticos desprovidos de pretensão acadêmica ou científica. Se a pesquisa documental é procedimento cuja definição dispensa considerações para além das articuladas, temos que a explicitação do que denominamos trabalho conceitual, por sua vez, demanda uma abordagem mais cuidadosa.

Com esse objetivo, socorremo-nos da física e de sua definição de trabalho para aplicá-la aos conceitos que acionaremos na condição de verdadeiros operadores analíticos

para a elaboração do estudo que se propõe. Partindo desse pressuposto, destacamos a importância de conceitos como *ideias religiosas*, *repetição* e *estranho (in)familiar*, que funcionarão como eixos viabilizadores das articulações interpretativas de que nos valeremos para tentar compreender e explicar os fatos e fenômenos que escolhemos analisar.

Para a física, o trabalho é uma *grandeza*, ou seja, um fenômeno cujas propriedades são mensuráveis, o qual envolve a aplicação de uma força sobre um corpo que se desloca em razão da transferência de energia. Assim, podemos definir o procedimento que designamos *trabalho* como a força que empenhamos sobre determinados conceitos para deslocá-los, articulando-os a fim de que possibilitem a compreensão e explicação dos objetos a que nos dedicamos.

Por certo, a compreensão e explicação pretendidas não são suficientes ao esgotamento dos temas que miram. Com isso, deixamos bem estabelecida a parcialidade da *escuta* que se dedica aos fatos e fenômenos analisados, até mesmo porque sintonizada aos conceitos que a orientam. Tem-se, então, que a *energia de reflexão* exercida sobre os objetos da pesquisa a conduz nos trilhos estabelecidos pelos conceitos acionados, em percurso ao final do qual teremos o trabalho como produto dos esforços envidados e com as marcas do caminho trilhado.

3.1 Do problema e da hipótese de trabalho

Em nosso segundo capítulo, pretendemos ter já suficientemente delimitado a *trama acontecimental* em que despontam nossas indagações acerca de como se fez possível, no Brasil, a articulação de grupos diversos em torno de afetos e ideias de caráter fascista que constituem o movimento político que designamos bolsonarismo. Com Fiorenza Carnielli (2021), entendemos *trama acontecimental* como o enredo fático estabelecido a partir da disputa comunicacional acerca de definições discursivas de acontecimentos públicos singulares, mas que se entrelaçam no mesmo campo problemático para a conformação de sentidos públicos, como, por exemplo, hoje se observa na conexão inafastável entre temas como vacinação, política, ciência e religião, dentre outras interrelações que conformam o quadro sobre o qual desenvolvemos nossas reflexões. Ao dedicarmo-nos à questão de pesquisa de como a sociedade brasileira ensejou ou mesmo engendrou o bolsonarismo, interessante desde já destacar que a complexidade do fenômeno que escolhemos como objeto de estudo nos convoca a um escrutínio interdisciplinar, para o qual adotamos como referência primeira a psicanálise, em especial as teorizações de Freud, historicamente contextualizadas.

Entretanto, como é da essência da própria psicanálise, consideramos que a melhor compreensão das subjetividades depende do estudo das maneiras como elas se afetam e

enlaçam em sociedade, além das formas como se organizam politicamente em cada contexto histórico. Atentos às transformações observadas nas últimas décadas em relação aos modos como os sujeitos estabelecem ou não estabelecem laços – com destaque para o que se passa no Brasil –, temos por abordagem hipotética que as ideias preponderantes nas dinâmicas de reunião daqueles que se identificam *com e no* bolsonarismo têm caráter religioso⁶⁷, tal qual referido por Freud em seu *O futuro de uma ilusão* (1927/1997a) – texto que, ao lado de *Psicologia de grupo e a análise do ego* (Freud, 1921/1996j), adotamos como referência primeira para a elaboração de nossas reflexões. Assim sendo, sustentamos, por hipótese, que *a sociedade – e a cultura – brasileira ensejou e engendrou o fascismo bolsonarista repetindo o mesmo de um paradigma escravocrata que institui nossa sociabilidade, o movimento extraíndo engajamento e coesão da força de ideias religiosas*.

Nesse sentido, importante frisar, com Freud, que aqui concebemos *ideias religiosas* como produtos do próprio processo civilizatório, prestando-se à defesa do sujeito frente a tudo o que o ameaça e que não possa controlar, o que aponta para a natureza, o destino – conceito que alargamos para corresponder ao *inevitável* – e o(s) outro(s), cujos desígnios são de todo inescrutáveis (Freud, 1927/1997a, p. 31).

. . . nossas possibilidades de felicidade sempre são restringidas por nossa própria constituição. Já a infelicidade é muito menos difícil de experimentar. O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo, condenado à decadência e dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertência; do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente, de nossos relacionamentos com os outros homens. O sofrimento que provém dessa última fonte talvez nos seja mais penoso do que qualquer outro. Tendemos a encará-lo como uma espécie de acréscimo gratuito, embora ele não possa ser menos fatidicamente inevitável do que o sofrimento oriundo de outras fontes (Freud, 1930[1929]/1997b).

Indo um pouco além, temos que as *ideias religiosas* constituem os recursos mais facilmente acionáveis – porque sempre disponíveis – pelo sujeito no sentido de conferir uma ordem ao universo e às forças que o ameacem de fragmentação, o que inclui as próprias dúvidas e incertezas comportadas pela razão, situação que, com bastante frequência, termina por colocá-las em oposição (*ideias religiosas* e *razão*). Posto isso, uma advertência: as *ideias religiosas*, segundo as compreendemos e aplicamos neste trabalho, são concepções que remetem a uma transcendência ordenadora, o que não se limita às religiões e suas divindades, abrangendo, por exemplo, as ideias e ideologias propaladas por líderes políticos. Afinal, estas também podem constituir grandes narrativas (Dufour, 2008) e, assim, conferir ao sujeito sentidos estabilizadores de sua existência – sendo mesmo frequente que àqueles líderes se atribuam poderes próprios a divindades.

⁶⁷ Já anunciamos que, em torno das ideias religiosas, que a nosso ver constituem força primeira de coesão do bolsonarismo, podem ser observados os que as manipulam e os que são por elas genuinamente afetados, enquanto nelas investem sua fé.

E se tratamos da definição de nossa problematização, temos que o anteriormente afirmado induz a uma questão de primeira grandeza para o estudo proposto. Parece-nos imprescindível indagar o que está na origem dessa necessidade de defesa do sujeito ou, dito de outro modo, o que faz do ser humano um ser propenso a uma verdadeira dependência das ideias religiosas. Aliás, se pudermos bem responder a essa indagação, pensamos que talvez seja possível lançar alguma luz sobre o aparente paradoxo que emerge do fato de serem as ideias religiosas produtos da racionalidade que impulsiona o processo civilizatório – racionalidade que, com construções lógicas, estabelece grandes narrativas ordenadoras do universo –, mas que, em última análise e no avançar da história, terminam com ela conflitando ao recusarem as dúvidas (incertezas e instabilidades) que estão no cerne dos progressos da razão humana e, logo, da própria marcha civilizatória⁶⁸.

Em síntese, as ideias religiosas são produtos do processo civilizatório que, em determinados momentos da história, se impõem como obstáculos ao seu regular desenvolvimento se o compreendemos como expressão da razão humana e se entendemos a razão humana como o principal recurso com que contamos para assegurar nossa autopreservação. Indo além: eventualmente, mais que obstáculos, observamos que as ideias religiosas podem colocar em risco o próprio trabalho de cultura, se o concebemos a partir do já citado conceito de Zaltzman, adotado por Lebrun, qual seja, o de um: “. . . processo inconsciente, motor da evolução humana que tem por tarefa fazer os humanos viverem juntos, obrigando-os a transformar individual e coletivamente suas tendências mortíferas tanto quanto for possível” (Lebrun, 2008b, p. 186)⁶⁹.

Não são poucos, na história, os exemplos de semelhantes ameaças, bastando que mencionemos os fundamentalismos de toda ordem e os totalitarismos detonadores da Segunda Guerra. Aliás, nesse mesmo contexto, uma ressalva se mostra mais que recomendável: a razão científica fetichizada também termina por assumir ares de religião.

Posto isso, voltamos à indagação quanto ao que está na origem da dependência do sujeito em relação às ideias religiosas como recurso de defesa contra as forças que o ameaçam e escapam a seu controle. Como resposta breve, que inaugura a discussão central deste trabalho na medida em que sustenta todas as demais, podemos dizer que o desamparo que está na essência da condição humana, a falta que nos exila da natureza na

⁶⁸ O paradoxo aparente a que se refere é expresso com sagacidade no título conferido à tradução para o português de obra de Dany-Robert Dufour, qual seja, *A existência de Deus comprovada por um filósofo ateu* (2016). Ora, se é comprometido com a verdade, não poderia um filósofo comprovar a existência de Deus e se afirmar ateu. Essa aparente contradição se desfaz na medida em que o filósofo comprova que Deus existe, mas enquanto invenção de sujeitos que dele necessitam dado seu desamparo constitutivo.

⁶⁹ Relevante destacar como esse conceito de trabalho de cultura transpõe para o social as dinâmicas das pulsões de vida e de morte próprias aos processos de subjetivação. Isso reforça o que defenderemos ao longo de todo este trabalho quanto à impossibilidade de um fazer ou de um saber psicanalíticos que desconsiderem o social.

linguagem, nos instalando na transitoriedade e incompletude, é o que nos torna seres bastante inclinados à dependência de *ideias religiosas* – na concepção ampla que propomos –, bem como propensos à servidão em relação aos senhores que as propalem. Segundo Freud:

Foi assim que se criou um cabedal de ideias, nascido da necessidade que tem o homem de tornar tolerável seu desamparo, e construído com o material das lembranças do desamparo de sua própria infância e da infância da raça humana. Pode-se perceber claramente que a posse dessas ideias o protege em dois sentidos: contra os perigos da natureza e do Destino, e contra os danos que o ameaçam por parte da própria sociedade humana. Reside aqui a essência da questão (Freud, 1927/1997a, p. 31).

Em suma, tendo por referência a psicanálise, com destaque para o que Freud concebeu como *ideias religiosas* em *O futuro de uma ilusão* (1927/1997a), pretendemos compreender como a sociedade e, portanto, a cultura brasileira ensejaram ou mesmo engendraram a reunião de pessoas identificadas por discursos *virtuosos* e afetos *viciosos* para constituir o movimento de massa de caráter fascista que, com muitos outros, designamos bolsonarismo. É o que nos mobiliza no percurso que já vamos trilhando.

3.2 Sobre ideias religiosas, a repetição e o estranho (in)familiar em Freud e na Psicanálise

Em relação às teorias consultadas e aplicadas na tentativa de responder ao problema que definimos no tópico anterior, reiteramos que os conceitos freudianos têm primazia na orientação da pesquisa e das conclusões a partir dela alcançadas. É da teoria freudiana que extraímos a importância da concepção de *ideias religiosas* (Freud, 1927/1997a) como ponto nuclear para a compreensão de nosso problema, mas é também nela que buscamos outros conceitos fundamentais para o acionamento e condução de nosso desejo de saber ante as veredas abertas pelas questões que *conduzem à* ou *surgem da* problematização central, como é o caso de *repetição* e de *estranho*.

Dentre esses conceitos, destacamos o que se constrói na obra *Além do princípio de prazer* (Freud, 1920/1996i) acerca da *repetição*. Se as *ideias religiosas* constituem concepção de primeira importância na resposta ao problema de pesquisa proposto, podemos dizer que os conceitos freudianos de *repetição* e de *estranho* foram os que de pronto nos socorreram diante dos eventos e fenômenos que nos interpelam especialmente desde 2016, assegurando orientação teórica às reflexões que pavimentam nosso percurso de trabalho.

É em *Além do princípio de prazer* (Freud, 1920/1996i) que identificamos o germen da segunda tópica freudiana (Iannini & Tavares, 2020, pp. 25-26), verificando-se, na referida obra, uma divisão dual das pulsões que mobilizam a subjetividade, definindo-as como de

vida (*Eros*) e de morte (*Tânatos*). Para Freud, essas pulsões agem numa dinâmica de imbricação, de modo que, num organismo vivo, jamais se poderia dizer da ação exclusiva de uma em relação à outra. Referindo-se a esse arranjo nem sempre afinado entre pulsões de vida e morte que se anuncia nos processos de subjetivação, afirma Hélio Pellegrino (1988):

Existe sempre, no caroço das coisas, um limite a partir do qual elas começam a transformar-se em seus contrários. Por isto, há que ter conformidade – e paciência – para enfrentar o fato de que todos os apoios e garantias, mesmo os mais sólidos, acabam por transformar-se em areia movediça, sob nossos pés. Em verdade, andamos sempre sobre as águas, uma vez que, no coração do granito – de qualquer granito – canta sempre uma fonte . . . a morte, no morto, se absolutiza e, por isto, se torna impensável para nós, vivos. Só se morre vivendo, só se vive morrendo. O minueto é este, até que cesse a vida. A morte, descolada de seu par, deixa de ser morte para tornar-se o infinito paredão de pedra onde nos esfolamos – transidos (Pellegrino, 1988, p. 23).

Enquanto a pulsão de vida age assegurando o tensionamento vital, ou seja, a manutenção de uma instabilidade em que se sustenta a vida do organismo, a pulsão de morte manifesta-se por empuxos no sentido da estabilidade definitiva, tendentes ao nível zero de tensão, ao estado inanimado, à morte, ao fim e ao cabo. Em ambos os casos, o princípio de prazer se apresenta como uma espécie de dispositivo de homeostase, um referencial de regulação em contrastes de tensão e distensão, que, contudo, não se mostra eficaz em equilibrar as dinâmicas de excitação e descarga da pulsão de morte.

Segundo Freud (1920/1996i):

O princípio de prazer, então, é uma tendência que opera a serviço de uma função, cuja missão é libertar inteiramente o aparelho mental de excitações, conservar a quantidade de excitação constante nele, ou mantê-la tão baixa quanto possível. Ainda não podemos decidir com certeza em favor de nenhum desses enunciados, mas é claro que a função estaria assim relacionada com o esforço mais fundamental de toda substância viva: o retorno à quiescência do mundo inorgânico. Todos nós já experimentamos como o maior prazer por nós atingível, o do ato sexual, acha-se associado à extinção momentânea altamente intensificada. A sujeição de um impulso instintual seria uma função preliminar, destinada a preparar a excitação para sua eliminação final no prazer da descarga (Freud, 1920/1996i, p. 73).

Precisamente em razão da ineficácia referida emerge a formulação freudiana acerca de um *além do princípio de prazer*, na medida em que a satisfação mobilizada pela pulsão de morte escapa à regulação deste princípio, que, nem por isso, deixa de ser um dispositivo de homeostase. Nessa perspectiva, convém ressaltar que, para Freud, a pulsão de vida também se manifesta por repetição, porém enquanto repetição de contrastes que sustentam o tensionamento vital (*a repetição diferencial*).

Com Lacan, podemos dizer que a pulsão de vida tem no *desejo* sua via de expressão por excelência, ou seja, na repetição de seu deslizamento significativo em torno da falta que institui a subjetividade linguageira. O “ato desejante, sempre a renovar-se, é portador de um desejo novo conquistado do não-realizado que é, em Lacan, a própria

definição daquilo que insiste no inconsciente” (Valas, 2001, p. 16). À medida que mobiliza os significantes em seu constante câmbio, o desejar constitui dinâmica enredada pelo Simbólico, pelos processos de recordação e elaboração (Freud, 1914a/1996c), via pela qual o sujeito busca sentidos para o Imaginário e tenta apreender – no *a posteriori* – o Real de uma falta que sempre lhe escapa ao mesmo tempo que o institui.

Tem-se o desejo, portanto, como a causa remota da mobilização do sujeito instituído pela falta que o exila do Real ao mesmo tempo em que o asila no Simbólico e no Imaginário. É a falta de acesso à *Coisa* que nos lança à necessidade de um trabalho ininterrupto de representação, que tem na linguagem sua melhor expressão⁷⁰ e que se apresenta ao sujeito como uma espécie de destino na exata medida de sua insuficiência, sua inadequação ao que busca representar, o que convoca a novas representações que, de igual modo, jamais serão suficientes. E, vale repetir, tratando-se de um trabalho interminável, que sempre lança o sujeito a um futuro que se afasta à medida que para ele avança, pode-se, com Lebrun (2008b), conceber o desejo como verdadeiro “húmus humano” (pp. 68-69).

Para bem expor o que vem a ser o desejo, Lebrun faz dialogar o Édipo, de Freud, com as teorizações lacanianas sobre o interdito do sujeito enquanto ser de linguagem – o *falasser*.

. . . Situemos de saída o que está em jogo: a fisiologia do desejo humano é feita de modo que uma renúncia ao gozo imediato e absoluto é necessária para poder desejar. O sujeito deve consentir em perder o gozo do objeto inteiramente satisfatório, metaforizado pela mãe. É a razão do Interdito do incesto que organiza o que Lacan denomina o caráter fundamentalmente decepcionante da ordem simbólica . . . Se para, Freud, o proibidor do incesto é o Pai, para Lacan é a linguagem que torna o incesto impossível. Para habitar o mundo mediatizado pelas palavras, o sujeito teve de consentir em perder o gozo imediato das coisas. Paradoxalmente, a natureza do homem é então ter perdido o natural (Lebrun, 2010, p. 29).

O incessante trabalho de representação, de bordejamento de uma falta instituinte a que o desejo compele o sujeito, como se pode observar, remete ao já referido trabalho de cultura, em que a humanidade busca construir sua morada uma vez que exilada da natureza. A atividade de margeamento a que nos referimos inspirou em Lacan uma representação comparativa, em que relaciona a constituição subjetiva ao trabalho do ceramista na criação de potes ou vasos. Segundo Lacan, em “todas as culturas, podemos ter certeza de que uma civilização está completa e instalada quando encontramos as primeiras peças [vasos ou potes] de cerâmica” (2005a/1962-1963, p. 205):

. . . quando se fazem potes, ainda que sejam todos iguais, com certeza esses potes são diferentes . . .

Minha história dos potes continua. O momento seguinte é que a identidade deles, ou seja, o que há de substituível entre os potes, é o vazio em torno do qual cada um se

⁷⁰ Em bela síntese, Dufour (2008) aponta a língua (a linguagem) como “o lugar comum dos homens” (p. 171).

constrói. E o terceiro tempo é que a ação humana começa quando esse vazio é barrado, para ser preenchido com o que criará o vazio do pote ao lado, ou seja, ela começa quando estar meio cheio é a mesma coisa, para um pote, que estar meio vazio – o que pressupõe que o pote não vaze por todos os lados.

. . . Mesmo que não saibamos ler o que está pintado, magnífica e luxuosamente em suas paredes, mesmo que não possamos traduzi-lo numa linguagem articulada de ritos e mitos, há uma coisa que sabemos: é que no vaso há tudo. O vaso basta; a relação do homem com o objeto e com o desejo está inteira nele, sensível e sobrevivente (Lacan, 1962-1963/2005a, p. 205).

A seu turno, ainda numa perspectiva lacaniana, a pulsão de morte encontra sua principal representação no gozo, que se manifesta por *repetições* que escapam à cadeia significante – ao Simbólico – em um sempre *a mais* de descarga pulsional que, tendendo à satisfação máxima e, logo, ao grau zero de tensionamento do organismo, anunciam o Real em sua impossibilidade de apreensão significante. Relembramos que esse grau zero de tensão equivale à morte⁷¹, cuja impossibilidade de representação a inscreve na dimensão do Real lacaniano⁷².

Sobre repetição, gozo e morte, ensina Lacan:

A vida, disse [Bichat] – e é a definição mais profunda, de modo algum acaciana se vocês a olham de perto –, é o conjunto de forças que resiste à morte . . . Certamente faz-se presente no seio da experiência analítica, que é uma experiência de discurso, essa tendência de retorno ao inanimado. Freud chega até aí. Mas o que constitui, diz ele, a subsistência dessa bolha – a imagem verdadeiramente se impõe à audição dessas páginas – é que a vida só retorna aí pelos mesmos caminhos de sempre, que ela uma vez traçou. O que será isto, senão o verdadeiro sentido dado ao que encontramos na noção de instinto, o de implicação de um saber? Essa trilha, esse caminho, já o conhecemos, é o saber ancestral. E o que é esse saber, se não esquecemos que Freud introduz o que ele mesmo chama de além do princípio do prazer, o qual nem por isso é derrubado? O saber, isto é o que faz com que a vida se detenha em certo limite em direção ao gozo. Pois o caminho para a morte – é disso que se trata, é um discurso sobre o masoquismo –, o caminho para a morte nada mais é do que aquilo que se chama gozo (Lacan, 1954-1955/1985, p. 16).

Ao possibilitar uma satisfação pulsional eficaz em sustentar o tensionamento vital, observamos que as dinâmicas do desejo – a *repetição diferencial* – funcionam como verdadeiro anteparo da vida frente aos empuxos mortíferos do gozo – a *repetição do*

⁷¹ “A satisfação pulsional é paradoxal, pois ela exige uma satisfação constante que, no entanto, é impossível devido ao status de objeto perdido. A pulsão jamais se satisfaz inteiramente, pois responder totalmente à exigência pulsional implica o gozo total, a morte” (Quinet, 2012, p. 31).

⁷² “O antigo que as pulsões recolhem, veiculam e atualizam não pode ser uma fantasia inaugural porque uma fantasia sempre remete a outra que supõe outra, e assim até o infinito. A origem é um ponto no infinito do passado. Eis por que o inicial que procuramos identificar, o acontecimento antigo que as pulsões recolhem, é uma realidade imemorial perdida para sempre, uma realidade de faces múltiplas que identificamos indiferentemente pelos nomes trauma, gozo ou, ainda, real. Proponho, pois, a seguinte fórmula: por trás de um sintoma que se repete há uma fantasia que se exterioriza; e por trás da fantasia, há... o real. O real é o enigma do começo, mas é também o enigma do fim. O real não é apenas o passado mais recuado na origem de um sintoma, é ainda seu futuro mais incerto. Considerado numa perspectiva temporal, o real é o duplo enigma do passado e do futuro, da origem e do destino” (Nasio, 2014, p. 82).

mesmo. Inscrevendo-se no Simbólico e nas satisfações parciais que proporciona, o desejo impulsiona o sujeito a um desconhecido passível de ser conhecido, enquanto o gozo, estabelecendo-se no registro do Real, a partir de descargas tensionais que se dão em repetição compulsiva e tendem à satisfação total, empuxam o sujeito a um desconhecido impassível – e impossível – de ser conhecido (Rosolato, 1999, p. 172).

Avançando um pouco mais, cabe agora destacar que a repetição se caracteriza como importante operador analítico, seja na clínica, seja para a observação de fenômenos sociais, consoante pretendemos neste estudo. Isso porque, como anteriormente exposto, onde ela se dá, ali se anuncia um conteúdo cuja recordação ou elaboração se veem impedidas pela repressão ou pelo recalque.

A repetição, portanto, é algo que se atua compulsivamente *porque* diz de um conteúdo que insiste em emergir, mas do qual não se tem recordação, servindo, ainda, *para que* esse conteúdo não seja recordado. A repetição é, assim, uma via de escoamento seguro para ideias e afetos reprimidos ou recalcados, ao passo que a recordação e a elaboração podem fazer cessar a satisfação pulsional que por meio dela se obtém.

Aprendemos que o paciente repete ao invés de recordar e repete sob as condições da resistência. Podemos agora perguntar o que é que ele de fato repete ou atua (*acts out*). A resposta é que repete tudo o que já avançou a partir das fontes do reprimido para sua personalidade manifesta – suas inibições, suas atitudes inúteis e seus traços patológicos de caráter. Repete também todos os seus sintomas, no decurso do tratamento. E podemos agora ver que, ao chamar atenção para a compulsão à repetição, não obtivemos um fato novo, mas apenas uma visão mais ampla. Só esclarecemos a nós mesmos que o estudo da enfermidade do paciente não pode cessar com o início de sua análise, e que devemos tratar sua doença não como um acontecimento do passado, mas como uma força atual [que se afirma pela repetição]. Este estado de enfermidade é colocado, fragmento por fragmento, dentro do campo e alcance do tratamento e, enquanto o paciente o experimenta como algo real e contemporâneo, temos de fazer sobre ele nosso trabalho terapêutico, que consiste, em grande parte, em remontá-lo ao passado (Freud, 1914a/1996c, p. 167).

Por ostentar as características destacadas, a repetição é interpretada como resistência ao processo analítico, uma forma de o sujeito, pelo gozo, não se haver com o próprio desejo. “Quanto maior a resistência, mais extensivamente a atuação (*acting out*) (repetição) substituirá o recordar, pois o recordar ideal do que foi esquecido, que ocorre na hipnose, corresponde a um estado no qual a resistência foi posta completamente de lado” (Freud, 1914a/1996c, p. 166). Por intermédio da repetição, portanto, o conteúdo impedido, a um só tempo, se manifesta e se mantém inacessível, o que denota uma dupla função bastante interessante, que combina expressão e ocultação.

Se em termos psicanalíticos entendemos bem estabelecidas as formas como subjetivamente agem as repetições do gozo no sentido de uma satisfação pulsional total – *repetição do mesmo* – e, portanto, da morte, resta saber se e *como* essa teorização pode

ser aplicada ao social. Mais: no percurso que propomos, pretendemos nos valer da *repetição do mesmo* a que nos dedicaremos como operador analítico articulável para a compreensão do social, à semelhança do que se dá na clínica.

Ou seja, uma vez que o apoio de considerável parcela da sociedade brasileira a projetos autoritários não constitui novidade em nossa história recente⁷³, tratando-se, de fato, de repetição que se atualiza com o bolsonarismo, cumpre-nos considerá-la para tentar bem definir o que ela oculta ao se expressar. A repetição de que cuidamos, portanto, nos servirá como bússola na busca pela identificação das ideias e afetos os quais, embora cuidadosamente negados e contidos, voltam a emergir em discursos moralizantes que mal escondem a faceta autoritária e cruel de uma sociedade que recusa ativamente a recordar-se de seu passado escravocrata, o qual, não elaborado, se reedita em nosso presente e nos acena desde o futuro, oferecendo respostas claras a três questões fundamentais para que bem compreendamos a essência instituinte da sociedade brasileira: de onde viemos, quem somos e para onde (provavelmente) vamos (Souza, 2019).

Assim, com Souza (2019), analisando nossa história, estamos convencidos de que uma essência de dominação autoritária e cruel, arrimada em profundas desigualdades, se repete compulsivamente e denuncia que o modelo escravocrata a partir do qual se constituiu nossa sociedade é o que, de fato, funda nossa sociabilidade. Essa hipótese parece melhor esclarecer nossa realidade social e supera a prevalência da corrupção como explicação que não só se tornou dominante, como legitimou a repetição que denunciemos, servindo aos interesses das elites para assegurar as desigualdades que as conservam na condição de opressoras. Noutras palavras, a corrupção tomada como explicação pronta e totalizante para os problemas brasileiros concorreu não só para que não recordássemos nosso passado escravocrata, como também para que não compreendamos seus ecos no presente, de modo que, cegamente, seguimos concorrendo para perpetuá-lo no futuro (Souza, 2019).

Por certo, a transposição possível de conceitos psicanalíticos de uma abordagem subjetiva para a análise do social não se dá como um encaixe perfeito. Nem por isso, entretanto, tal aplicação deixa de ser legítima⁷⁴.

A nosso ver, assim como já defendemos em relação a outros conceitos e ideias, como a *negativa* e o *trabalho de cultura*, as dinâmicas de gozo e a prevalência da pulsão de morte que aquelas revelam podem ser transpostas para o exame de fenômenos sociais,

⁷³ Merecendo menção, a título de exemplo, a adesão ao Integralismo, na década de 30 do século passado, bem como o apoio ao golpe civil-militar de 1964, especialmente por parte da classe média.

⁷⁴ Aliás, o próprio Freud cruza a fronteira do subjetivo para alcançar o social com suas teorizações. É o que se passa em seus chamados textos sociais, como são, por exemplo, *Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna* (1908/1996b), *Totem e tabu* (1912-1913/2005), *Psicologia de grupo e a análise do ego* (1921/1996j), *O futuro de uma ilusão* (1927/1997a) e *O mal-estar na civilização* (1930[1929]/1997b).

especialmente se as pensamos no contexto da chamada *psicologia das massas* (Freud, 1921/1996j). Isso porque os agrupamentos a que nos referimos e aos quais Freud se dedicou no texto reportado se conformam a partir de processos de identificação e relações de objeto estabelecidos na dimensão dos afetos, que terminam concertados ao ponto de constituir uma unidade coesa, em que as subjetividades se diluem em fortalecimento à totalidade da massa, a qual, a partir de uma liderança situada no lugar de exceção – encarnando seu *ideal do ego*⁷⁵ –, sintoniza e manipula os modos de satisfação pulsional dos sujeitos assim reduzidos a simples partes de um todo.

Necessário ainda destacar que essas massas são hostis à diferença, que buscam aniquilar e, dessa forma, suprimir a falta que denunciam, o que bem revela as moções totalizantes que as impulsionam, as quais, ao fim e ao cabo, se opõem à instabilidade e incompletude inerentes à vida. Posto isso, se o trabalho de cultura e o processo civilizatório que compreende são voltados justamente ao estabelecimento de condições que permitam aos seres humanos viverem juntos, reconhecida sua igualdade na diferença que constitui a alteridade, conclusão certa se dá no sentido de que os grupos totalitários se opõem à própria civilização e à vida comum que ela possibilita, colocando-se a serviço da barbárie e da morte.

Para Dufour (2013):

É necessário reconsiderar a questão da pulsão de morte na civilização: ela foi suposta por Freud e, posteriormente, questionada por Lacan. Paul Valéry resolveu o impasse ao dar a palavra à própria civilização, em prosopopeia: “Nós, as civilizações, sabemos agora que somos mortais” (Dufour, 2013, p. 387).

É a barbárie e a ameaça à vida, portanto, que se anunciam pela repetição do mesmo que nos convoca à pesquisa, não sem antes ter nos instalado no registro de um estranhamento bastante (in)familiar, tal como o descrito por Freud no texto *O estranho* (1996h/1919). Neste, após refletir sobre várias traduções possíveis para a palavra alemã *Heimlich*, passando por significados como estranho, familiar ou doméstico, Freud detém-se na possibilidade de apreendê-la como uma espécie de eixo significante que pode expressar tanto o que é familiar, quanto aquilo que se desgarra do âmago dessa familiaridade e que, exteriorizado, causa estranheza, inquietação – o *Unheimlich*. Dizemos, então, de algo como a materialização de nossos próprios fantasmas, que, embora nos sejam familiares, ao deixarem o *lugar* em que deveriam estar permanentemente confinados, nos inquietam e assombram, deslocando-nos de posições que preestabelecemos como condição para nos situarmos com alguma estabilidade no mundo (Costa, 2021, p. 101).

Desse modo, assim como procedemos em relação à repetição, importa destacar que o conceito freudiano de estranho (in)familiar será instrumentalizado como operador analítico

⁷⁵ *Ideal do ego* que corresponde a um *ideal do Outro*, segundo Quinet (2012).

a serviço dos objetivos visados por este estudo. Ocorre que, enquanto a repetição se caracteriza por uma expressão reiterada de conteúdos reprimidos ou recalçados, o estranho, em sua (in)familiaridade, permite que escutemos dimensões de uma angústia que emerge apesar dos esforços em calá-la.

Prosseguindo, ao passo que a repetição revela pela insistência o que concorre para manter oculto, o estranhamento (in)familiar emerge como uma disrupção ao denunciar o que até ali se conservava inacessível, abafado. Isso remete à sensação de absurdo a que vimos nos referindo desde o início de nosso trabalho, valendo novamente frisar que tratamos de uma *sensação*, e não de um efetivo absurdo, na medida em que reconhecemos que as violências, os negacionismos e a grande adesão social a movimentos autoritários, como é o caso do bolsonarismo, não são fenômenos inéditos na história brasileira recente.

Enquanto sociedade, não desconhecíamos – ou não podíamos desconhecer – os vinte e um anos de ditadura militar que terminaram com a anistia dos que a integraram⁷⁶. De igual modo, sempre soubemos que seus entusiastas seguiam entre nós, muitos deles com voz ativa, livres para defender em público as torturas e mortes levadas a cabo no período.

Aliás, o próprio Jair Bolsonaro sempre dispensou qualquer pudor para homenagear militares torturadores e assassinos⁷⁷. Autorizou-se também a defender na TV, em 1999, enquanto ocupava o cargo de deputado federal, o fechamento do Congresso e a morte do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, além de pelo menos outros trinta mil brasileiros⁷⁸.

A sensação de absurdo e o correlato estranhamento, portanto, parecem advir da constatação da ascensão à realidade de algo fantasmagórico a que se reservava o lugar do bizarro, verdadeira materialização de uma caricatura de mau gosto. Explorando as potencialidades da metáfora, podemos também dizer da estupefação diante de um passado que se presentifica, sensação que, no caso, se agravou sobremaneira em razão da pandemia da covid-19, que nos assolou praticamente ao mesmo tempo que o bolsonarismo.

⁷⁶ Sendo concreta a probabilidade de anistia de todos os envolvidos na tentativa de 8 de janeiro de 2023, inclusive para que se restitua a elegibilidade a Jair Bolsonaro, com os olhos voltados à corrida presidencial de 2026. A propósito: <https://www.camara.leg.br/noticias/1101467-relator-le-parecer-pela-anistia-de-envolvidos-em-atos-de-8-de-janeiro-mas-votacao-fica-para-proxima-semana/> e <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/anistia-a-bolsonaro-sera-condicao-para-apoio-do-pl-em-eleicao-no-congresso-diz-valdemar/>. Acesso em: 19 out. 2024.

⁷⁷ Não foram poucas as homenagens feitas por Bolsonaro ao militar torturador Ustra, chamado por Jair de “herói nacional”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-afirma-que-torturador-brilhante-ustra-e-um-heroi-nacional>. Acesso em: 16 de set. de 2024. De igual modo, são conhecidas as homenagens feitas pela família Bolsonaro a Adriano da Nóbrega e outros policiais acusados de envolvimento com milícias no Rio de Janeiro. A propósito: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-e-flavio-visitaram-miliciano-adriano-nobrega-na-prisao-diz-portal/>. Acesso em: 16 set. 2024.

⁷⁸ Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/ha-20-anos-bolsonaro-defendeu-fechamento-do-congresso-e-morte-do-entao-presidente-fernando-henrique-cardoso.html>. Acesso em: 16 set. 2024.

Ou seja, não se desconhecia o passado brasileiro e seus empuxos, o mesmo se podendo dizer das ideias necrófilas de Bolsonaro⁷⁹ e dos riscos, sempre presentes, de uma pandemia. Entretanto, para considerável parcela dos brasileiros, a possibilidade da ascensão de Bolsonaro ao poder e a reedição de uma ditadura militarizada era algo tido como da ordem de uma fantasia distópica – sempre ameaçadora à falta de utopias que a contenham. Já no que concerne à ocorrência de uma pandemia letal como foi a da covid-19, é possível afirmar que se tratou de algo sequer cogitado pela quase totalidade dos brasileiros.

Em quaisquer das hipóteses, vemo-nos diante da necessidade de lidar com ideias (representações), afetos ou realidades que, embora negados, reprimidos ou recalçados, terminaram por romper as defesas que se lhes opunham. Enquanto sujeitos e sociedade, vemo-nos, pois, convocados a tentar recordar e elaborar quais os conteúdos ideativos que, pela repetição e negações, conseguiram se manter imunes à nossa apreensão crítica, de modo a nos assegurar uma desresponsabilização quanto ao que de nós revela nossa história.

As nuvens sombrias que nos chegam do passado para encobrir de cinza nossos horizontes remetem à interpretação que Simas (2023) faz a propósito das conhecidas considerações de Benjamin sobre o quadro de Paul Klee, o *Angelus Novus*. Começemos pelas reflexões benjaminianas, que inclusive dizem de repetições como a que nos mobiliza e orienta no percurso de pesquisa proposto:

Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece preparar-se para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que aparece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstituir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já não as consegue fechar. Esse vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que chamamos o progresso é este vendaval (Benjamin, 2012, p. 14).

Segundo Simas (2023):

Na percepção de Benjamin, o passado não é um dado imutável e o futuro passa, necessariamente, pela reconstrução do passado e das suas lutas, e o compromisso ético do historiador não se estabelece apenas com os vivos e com os que ainda virão, mas também com os mortos. A escrita da história não é neutra; ela pressupõe embates, e o “progresso” não pode ser considerado norma, sob pena de calarmos diante das catástrofes e silenciamentos que, em nome dele, foram praticados. Foi

⁷⁹ Ideias necrófilas que foram ainda mais despudoradamente sustentadas e, mesmo, atuadas durante a pandemia.

dessa crença inabalável no progresso, que justificou todo um espólio de horrores, que o fascismo se alimentou (Simas, 2023, pp. 141-142).

Se o bolsonarismo tenta mitificar nosso passado autoritário ditatorial em nome da ordem e do progresso – de Deus, da pátria e da família –, cabe aos que a ele se opõem resgatar as ideias e as lutas dos que antes de nós compreenderam que a ordem e o progresso em nome dos quais avançaram as marchas fascistas só produziram as ruínas com que hoje nos deparamos: ruínas políticas, subjetivas, sociais e ambientais⁸⁰. O bolsonarismo não visa apenas à desertificação das matas em nome do progresso a que se referem Benjamin e Simas, mira também a devastação das pessoas e de suas esperanças, na medida em que, em um país onde a pobreza é alarmante e a desigualdade estruturante, atua para desmontar a saúde, a solidariedade e a educação públicas, que se traduzem como a possibilidade de acesso a algum futuro pela maior parcela da população brasileira.

Parte central do projeto bolsonarista é a deformação de nossa memória – lembremos das disputas discursivas que constituem a trama acontecimental sobre a qual desenvolvemos nossas reflexões –, o que expõe a dimensão totalitária da rapina almejada. O bolsonarismo não pretende tomar à força apenas nosso presente, intenta esbulhar o nosso passado para melhor dragar os potenciais de nosso futuro.

O fascismo de roupagens bolsonaristas demonstra-nos, mais uma vez, que, para nós, seres de linguagem, o passado não é tão imutável como era de se esperar. Pelo contrário, trata-se de matéria dotada de especial plasticidade, cuja manipulação tem se mostrado bastante eficaz para os que tentam colonizar o futuro.

Ou seja, é preciso que os vivos disputem o passado e seus mortos para que não sejam expropriados de seu futuro. Temos que nos socorrer das mitologias – e também socorrê-las de seus esbulhadores! – para que elas não se tornem instrumento primeiro de nossa alienação e consequente colonização. Nesse sentido, é preciso aprender com Exu, orixá mensageiro, que lança hoje a pedra que acerta no pássaro que já voou.

Podemos cruzar o que Benjamin chama de “Anjo da História” com a “Pedra de Exu”. Em um tempo contaminado de urgências, parece que perdemos a dimensão do compromisso com as lutas do passado. À maioria, elas causam apenas certo alheamento, algum enfado e, na melhor das hipóteses, curiosidade.

O pássaro do passado só pode ser alcançado com a pedra que lançamos hoje; seu voo é incessante. Exu não vai ao ontem porque sabe que (nas espirais do tempo) é

⁸⁰ Enquanto elaborávamos este estudo, o Brasil era consumido por incêndios que cobriram os céus do país de fumaça, em grande parte atribuídos a condutas criminosas. O fato de terem se iniciado e alastrado em vários estados quase ao mesmo tempo tornou inevitável que se cogitasse uma ação orquestrada. Na Amazônia, incêndios de proporções graves foram atribuídos a grileiros. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/09/invasores-fogo-terras-indigenas-pasto-para/> . Acesso em: 17 set. 2024.

no presente que a pedra é lançada em busca do pássaro que, em seu voo incerto, pousará no futuro (Simas, 2023, pp. 142-143).

O percurso teórico-metodológico que escolhemos diante das encruzilhadas a que nos conduziram as repetições históricas e o estranhamento (in)familiar que tais repetições nos causam traz a certeza de que o fascismo é pássaro que já iniciou há muito seu voo. É necessário compreender o que motiva esse voo, identificar as correntes que possibilitam seu deslocamento e mapear seu trajeto, o que, metaforicamente, bem resume o estudo a que nos dedicamos. Afinal, também sabemos que a pedra que pode acertar o pássaro do fascismo e interromper o curso de seu voo tem que ser, mais uma vez, lançada hoje.

4 A Brasilidade do Bolsonarismo

“Só o inimigo não trai nunca”.

Nelson Rodrigues

Por fidelidade aos objetivos deste estudo e aos referenciais teóricos que o orientam – associando repetição e estranhamento –, consideramos que a análise do contexto de surgimento do bolsonarismo, enquanto fenômeno de massas brasileiro de caráter fascista, nos demanda um exercício de reflexão que vá além da investigação e exposição de suas questões *imediatamente circunstanciais*. É necessário que nos interroguemos sobre particularidades que são *estruturantes* e distintivas de nossa sociabilidade. Em outras palavras, para que superemos a repetição tal qual a denunciemos segundo nosso estranhamento, como atuação que obtura a recordação e, conseqüentemente, a elaboração de nossas questões mais profundas, julgamos necessário não reduzir nossa escuta e olhar, ainda que críticos, à sucessão de eventos que, na condição de fatos históricos e políticos, viabilizaram a eclosão do bolsonarismo.

A nosso sentir, soa reducionista atribuir a eleição de Jair Bolsonaro para o cargo de presidente da República a uma generalizada insatisfação com *o sistema* – a palavra *sistema* abrangendo os meios e modos com que se pratica a política no Brasil, incluídos os personagens que dela se ocupam. Essa explicação, embora possa conter verdades, mais nos parece uma justificativa pronta e útil à blindagem das repetições tais quais as abordamos neste trabalho, propondo-nos a analisá-las. Aliás, nos termos do que a seguir defenderemos, nada mais coerente com a sociedade brasileira, segundo suas matrizes estruturantes e a história a partir delas engendrada, quanto a eleição, como seu representante maior, de um sujeito autoritário, apologista de toda sorte de violências, expressão encarnada de uma ignorância satisfeita de si e arauto de discursos da mais evidente demagogia.

Bolsonaro é a síntese decantada de um país forjado por violências, inclusive oficiais. Um país que, no ano de 2021, em números absolutos, liderava o ranking mundial de homicídios⁸¹. Um país onde, por ano, são assassinados cerca de 5.000 crianças e adolescentes⁸². Brasil que, entre 2012 e 2022, assistiu ao homicídio de mais de 48.000

⁸¹ Disponível em: <https://exame.com/mundo/os-paises-com-maiores-taxas-de-homicidio-segundo-a-onu/>. Acesso em: 18 set. 2024.

⁸² Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/08/23/brasil-tem-5-mil-criancas-e-adolescentes-assassinados-por-ano-aponta-debate#:~:text=Brasil%20tem%205%20mil%20crian%C3%A7as%20e%20adolescentes%20assassinados%20por%20ano%2C%20aponta%20debate,->

mulheres⁸³, cuja polícia, no ano de 2022, foi responsável por mais de 5.500 homicídios⁸⁴. Por fim, dizemos de um país que já há algum tempo ostenta a terceira maior população prisional do mundo⁸⁵, constituída, em 2023, por mais de 850.000 pessoas encarceradas em condições medievais⁸⁶.

Limitamos nossas referências aos homicídios por considerá-los representativos do que abstratamente se pode entender como a violência máxima exercível contra uma pessoa, precisamente por lhe privar da existência. Contudo, sabemos todos que a violência, no Brasil, não se restringe a esses crimes. Aliás, nem mesmo se restringe à delinquência estudada e catalogada por diversas organizações, como é o caso do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), cujos anuários são fontes seguras para pesquisas sobre nossos índices de criminalidade⁸⁷, e do próprio Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com seus atlas sobre a violência em variados recortes⁸⁸. A violência no Brasil também é simbólica e pode ser observada nas mais diversificadas formas pelas quais se expressa nossa abissal desigualdade social, como é o caso das condições indignas de moradia, do subemprego e do desemprego, que mantêm marginalizada considerável parcela de nossa população.

Essas muitas e históricas violências podem ser analisadas de acordo com as mais distintas variáveis, mas há uma constante que não pode passar despercebida: os negros (pardos e pretos) são, inalteradamente, os mais atingidos pelas violências descritas. Como se pode extrair das fontes já referidas, constituem cerca de 70% da população carcerária⁸⁹, 83,5% das crianças e adolescentes mortos⁹⁰, aproximadamente 67% das pessoas que vivem em favelas⁹¹ e, por fim, entre 2012 e 2022, correspondiam a 73% do total de pessoas

[Compartilhe%20este%20conte%C3%BAdo&text=Os%20n%C3%BAmeros%20chocam%3A%20entr%202021,dia%20somente%20no%20ano%20passado](#). Acesso em: 18 set. 2024.

⁸³ Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/homicidio-de-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 18 set. 2024.

⁸⁴ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/numero-de-civis-mortos-para-cada-policia-assassinado-mais-que-dobrou>. Acesso em: 18 de set. de 2024.

⁸⁵ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-dez-14/o-excesso-de-prisoas-no-brasil-um-outro-angulo/#:~:text=Com%20cerca%20de%20832%20mil,China%20e%20dos%20Estados%20Unidos%20C>. Acesso em: 18 set. 2024.

⁸⁶ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-07/estudo-70-da-populacao-carceraria-no-brasil-e-negra#:~:text=Publicado%20em%2019%2F07%2F2024,estrutural%20no%20sistema%20carcer%C3%A1rio%20brasileiro>. Acesso em: 18 set. 2024.

⁸⁷ O último anuário divulgado pela instituição (18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública) pode ser consultado em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>. Acesso em: 18 set. 2024.

⁸⁸ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 18 set. 2024.

⁸⁹ Vide nota de rodapé 86.

⁹⁰ Vide nota de rodapé 81.

⁹¹ Vide nota de rodapé 10.

assassinadas no Brasil⁹². O percentual de 70% tende a se repetir, quando se pensa na proporção de negros entre os mais pobres do país⁹³, não obstante representem, segundo o Censo de 2022, 55,5% da população brasileira⁹⁴.

A regularidade apontada emerge como evidência das matrizes que estruturam a sociedade brasileira, transcendendo questões circunstanciais para melhor nos explicar como um todo. E, para tanto, convoca à superação da costumeira negação ou, mesmo, da alienação quanto às múltiplas violências que mantêm estagnadas as relações de poder instituintes de nossa sociedade, revelando-se historicamente como o instrumento eficaz de que se valem as elites dominantes para conservar, quando não para agravar, a nítida distinção que as separa das camadas oprimidas da população.

Estamos a dizer que a violência real ou simbólica, destacadamente a dirigida contra a população negra, nos institui e estrutura enquanto sociedade. E vamos além, nossa repetição e a recusa ativa em reconhecê-la como problema de base ao longo da história autoriza-nos inclusive a concluir que se trata de formas de dominação incrustadas no inconsciente dos sujeitos em sua brasilidade. Aliás, se as tomamos como formas de dominação que nos colonizam desde o recôndito de nossas mais ignoradas fantasias, reportando a nosso passado escravocrata de história não muito distante, encontramos inclusive explicação para a lógica binária que assegura a alienação de que depende a sedimentação das desigualdades em questão, garantindo que contra esse estado de coisas não haja insurreições.

Enfim, se dizemos da manutenção de formas de dominação que remetem à ordem escravocrata, sustentamos a persistência de uma lógica binária que, em sua essência, opõe cidadãos livres a escravos, em que ou se é um, ou se é outro. Temos, aqui, uma conclusão importante, especialmente para a compreensão do apelo, verdadeiro magnetismo, que a ideia de liberdade e seus derivados, tais quais contemporaneamente acionados⁹⁵, têm representado no engajamento das massas em torno do bolsonarismo e seu projeto autoritário de poder.

Retomando análises já iniciadas neste trabalho, a construção acima elaborada permite que se dimensione a real gravidade do problema que se toma por objeto, uma vez

⁹² Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/19/em-11-anos-73-dos-homicidios-no-brasil-foram-contranegros>. Acesso em: 18 set. 2024.

⁹³ Nesse caso, os números mais recentes são de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm>. Acesso em: 18 set. 2024.

⁹⁴ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/maior-presenca-de-negros-no-pais-reflete-reconhecimento-racial#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20est%C3%A1%20tendo,identifica%20como%20preta%20ou%20parda>. Acesso em: 22 set. 2024.

⁹⁵ Ideias de liberdade e quejandos que se afirmam marcadamente em oposição a qualquer forma de intervenção estatal.

que expõe o porquê de uma verdadeira inclinação da sociedade brasileira a filiar-se a projetos autoritários que se comprometam a bem distinguir dominantes e dominados, de modo a conservar as coisas como sempre foram na maior medida possível, minorando ao máximo as perdas que as circunstâncias possam impor como condição para a manutenção do *status quo* – sempre com o sacrifício das camadas mais vulneráveis, inclusive nas disputas das próprias elites⁹⁶. Nesse contexto, tal construção também oferece uma explicação bastante razoável para uma contradição que causa perplexidade aos que resistem à inclinação referida e à alienação ou negações que a determinam, qual seja, a ampla adesão das camadas mais pobres, e mesmo miseráveis, da população a projetos autoritários que, a toda evidência, recrudescerão a precariedade de sua situação. Aliás, ao possibilitar algum esclarecimento a esse paradoxo, a formulação proposta termina por expô-lo como mera aparência.

Afinal, nada mais lógico do que, em uma sociedade na qual ou se é dominante ou se é dominado, os sujeitos prefiram se identificar *com* e *como* aqueles, ainda que simplesmente em virtude dos benefícios que extraem por servi-los de um modo mais próximo, ou mesmo que sejam objeto de sua mais escancarada exploração. Nesta hipótese, que aparentemente é ainda mais paradoxal, sustentamos que a identificação com o opressor e a defesa dos valores e interesses que lhes são próprios se justificam por representarem meios de preservação narcísica, pelos quais os sujeitos evitam se haver com suas próprias misérias, com sua condição imperfeita, que, no caso, equivale à condição de oprimidos, a qual remete, no recôndito de suas representações inconscientes, à condição de escravos – e não nos esqueçamos de que pretos e pardos predominam entre pobres e miseráveis no Brasil, o que reforça as conclusões externadas.

Dizemos de alienações ou negações⁹⁷ que, a um só tempo, asseguram ao sujeito, pela via da identificação, um alívio afirmativo diante de suas imperfeições e misérias, além de, por meio de refutações, garantirem que não tenha de se haver com as causas de sua condição, o que possibilitaria ou mesmo determinaria seu engajamento em um psiquicamente dispendioso trabalho crítico de emancipação. “Sem a consciência crítica da ação dessas ideias sobre nosso comportamento, somos todos vítimas indefesas de uma concepção que nos domina sem que possamos sequer esboçar reação” (Souza, 2019, pp. 23-24).

⁹⁶ Nesse sentido, relembramos do que se passou com a Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão no contexto da deposição da presidente Dilma e no curso da chamada Operação Lava Jato. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/lava-jato-5-anos-depois-empresas-pagam-e-empresarios-ficam-livres/>. Acesso em: 22 set. 2024.

⁹⁷ Alienções ou negações que incidem numa dimensão pré-reflexiva, se nos valem das palavras de Jessé Souza (2019, p. 24).

Como se pode observar, trata-se de mecanismos que possibilitam as repetições tais quais as abordamos neste estudo, os quais, ao serem desconstruídos e expostos, constituem elaboração pela qual se abre uma possibilidade de compreensão da conhecida síntese extraída do pensamento de Paulo Freire, assim formulada: “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”. Referimo-nos a uma hierarquia entre classes e pessoas que termina introjetada e sedimentada a partir de processos invisibilizados pelo senso comum e, por isso mesmo, muito eficientes em colonizar o espírito dos próprios oprimidos (Souza, 2019, p. 25).

Por pertinente, oportuno resgatar La Boétie e suas considerações sobre o que definiu como *servidão voluntária*:

Aqueles que vos domina tanto só tem dois olhos, só tem duas mãos, só tem um corpo, e não tem outra coisa que o que tem o menor homem do grande e infinito número de vossas cidades, senão a vantagem que lhe dais para destruir-vos. De onde tirou tantos olhos com os quais vos espia, se não os colocais a serviço dele? Como tem tantas mãos para golpear-vos, se não as toma de vós? Os pés com que espezinha vossas cidades, de onde lhe vêm senão dos vossos? Como ele tem algum poder sobre vós, senão por vós? Como ousaria atacar-vos se não estivesse conivente convosco? Que poderia fazer-vos se não fôsseis receptadores do ladrão que vos pilha, cúmplices do assassino que vos mata, e traidores de vós mesmos? (Boétie, 1577/1999, p. 16).

Entendemos que a própria definição de senso comum, como “o conjunto de crenças dominantes compartilhadas pela esmagadora maioria de indivíduos de uma sociedade” (Souza, 2019, p. 18), explica como se dá a invisibilização desses processos de dominação em que o oprimido acaba por se tornar cúmplice do opressor. Trata-se do empuxo exercido pela autoridade da maioria, cuja força é investida em suas crenças e consensos, que assim se fazem blindados à crítica e, por isso mesmo, tendem a se perpetuar.

Isso nos convida a uma abordagem psicanalítica da questão, que também nos socorrerá mais adiante neste trabalho. Nesse sentido, interessa-nos dedicar atenção a um dispositivo específico do aparelho psíquico, qual seja, o *ideal do ego*, que tem por função orientar o ego a partir de referências identificatórias que reverberam ideais em nome dos quais o sujeito restou interditado pelo Pai.

O ideal do ego, portanto, emerge como dispositivo legitimador da interdição levada a cabo pelo Pai, que o faz enquanto representante da cultura, justamente aquilo que transmite ao sujeito no exercício de sua função interditora. É como castrado, então, que o sujeito pode acessar as dimensões do humano, da cultura, do Simbólico. Essa interdição, contudo, não se dá apenas em nome da cultura abstratamente considerada como o lugar do humano, mas também comunica valores específicos da cultura de uma sociedade específica ou mesmo de determinados grupos em que se opera a função paterna de interdição do sujeito que, assim, estará apto a integrar o laço social.

É precisamente em razão dessas dinâmicas que se toma o ideal do ego como dispositivo, ou seja, como o que cumpre uma função ordenadora, prescritiva, em relação ao ego, que naquele terá as referências que orientarão o sujeito enquanto inserido em determinado pacto social. Referimo-nos a ideais que o sujeito deverá cumprir ou aos quais deve se submeter para convalidar seu acolhimento em sociedade, para quitar a dívida contraída ao receber, pela castração, a condição linguajeira que o permitiu integrar a ordem da cultura, do humano.

Dá-se poder afirmar, com Freud, que além dos ideais transmitidos pelo Pai, também compõem o ideal do ego todos os valores, mandamentos e proibições que são comunicados ao sujeito ao longo de sua vida por autoridades às quais atribua a condição de delegatárias ou guardiãs do pacto social (Freud, 1914b/1996d, p. 102).

É fácil demonstrar que o ideal do ego responde a tudo o que é esperado da mais alta natureza do homem. Como substituto de um anseio pelo pai, ele contém o germe do qual todas as religiões evoluíram. O autojulgamento que declara que o ego não alcança o seu ideal produz o sentimento religioso de humildade a que o crente apela em seu anseio. À medida que uma criança cresce, o papel do pai é exercido pelos professores e outras pessoas colocadas em posição de autoridade; suas injunções e proibições permanecem poderosas no ideal do ego e continuam, sob a forma de consciência (conscience), a exercer a censura moral (Freud, 1923/1996k, p. 49).

Em síntese, parece-nos possível atribuir ao ideal do ego a condição de dispositivo civilizatório que o Pai instala no sujeito no exercício de sua função interditora, de transmissão de uma Lei que, subjetivada, permite o estabelecimento do laço social, além de conformar um elo entre as gerações que em seu nome são interditadas. Nessa perspectiva, o ideal do ego constitui o dispositivo por meio do qual se transmitem dimensões do humano e do social que são transcendentais em relação a todos e a cada sujeito de uma mesma comunidade (Arendt, 2010), o que se dá a partir dos valores e ideais estruturantes às grandes narrativas que conformam os pactos sociais e garantem enredo à história humana (Costa, 2016).

Mas, como dissemos anteriormente, os valores e representações que constituem o ideal do ego dizem respeito não só à cultura abstratamente considerada, como lugar do humano, como também a uma cultura específica, aos ideais que conformam determinada sociedade ou agrupamento. Assim sendo, não se pode perder de vista que os valores transmitidos refletem as relações de poder e os conflitos em meio aos quais se definem os grupos dominantes e os grupos dominados em certo arranjo social. Disso decorre que os valores que serão transmitidos ao sujeito pelas autoridades delegatárias do pacto social em nome do qual se dá a interdição serão aqueles caros aos grupos dominantes, os valores próprios aos grupos subjugados sendo transmitidos e assimilados, a princípio, apenas como referência negativa.

Chegamos, então, ao ponto que nos interessa. Se são os valores dos grupos dominantes que predominam na conformação do ideal do ego em um contexto social específico, no que concerne à sociedade brasileira e seu paradigma escravocrata estruturante, conclusão lógica se dá no sentido de que são os ideais do senhor que servem de mandamento aos sujeitos interditados em nome de nosso pacto social, inclusive os oprimidos. Abre-se, dessa forma, uma possibilidade de compreensão mediada pela psicanálise da identificação do oprimido com seu opressor, da adesão a seus discursos e valores.

O sonho do escravo é ser livre, não ter um senhor e, se só os senhores são livres, coerente que o servo queira ser senhor. Já em nada pode nos surpreender, portanto, o apelo que a ideia fetichizada de liberdade tem exercido sobre os brasileiros, tampouco a clara relação que isso tem com uma espécie de obsessão corrente por um empreendedorismo que faça o sujeito livre, sem patrão, senhor de si, de seu tempo – segundo as ilusões propaladas. Em linha de continuidade, uma vez que também envolve uma fantasia de riqueza própria dos senhores livres, é possível compreender a disseminada compulsão por apostas, as chamadas *bets*, que muitos danos têm causado às parcelas mais pauperizadas da população, inclusive entre os beneficiários de programas públicos assistenciais, como é o caso do Bolsa Família⁹⁸. Por fim, sob essa perspectiva, podemos também compreender o ódio dirigido ao Estado e ao que seja público, uma vez que se trata da última trincheira de contenção ao gozo irrestrito dos senhores, à sua liberdade absoluta.

Posto isso, voltamos a Jessé Souza (2019) e às formulações críticas que o levam a apontar a experiência da escravidão como “a semente de toda a sociabilidade brasileira” (p. 10), constituindo o grande problema nacional. Consoante o referido autor, essa constatação impõe que se abandone a narrativa predominante segundo a qual a corrupção política, além de ser determinante à nossa definição enquanto sociedade, estaria na raiz de todos os nossos males.

De fato, e como destacamos anteriormente, nossa história atesta que a corrupção política, ou, de forma mais abrangente, pública, se apresenta como argumento pronto para ser acionado em legitimação aos mais variados discursos e atos, uma amostra considerável deles resultando em evidente prejuízo ao próprio povo cujos interesses reivindicavam defender. Em demonstração do que se acaba de afirmar, restringindo-nos à nossa história

⁹⁸ A propósito, vale relembrar que as apostas esportivas foram permitidas no governo Temer por meio da Medida Provisória (MP) n. 846/18, posteriormente convertida na Lei n. 13.756/18. O texto previa que a regulamentação ocorresse em até quatro anos, o que não foi cumprido durante o governo Bolsonaro, somente o sendo com a Lei n. 14.790/23. Nesse ínterim, o mercado das apostas (*bets*) expandiu-se descontroladamente sem contrapartida para o Estado brasileiro, com empresas instaladas em paraísos fiscais e, logo, blindadas de qualquer fiscalização. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/10/01/mais-de-22-milhoes-de-pessoas-apostaram-nas-bets-no-ultimo-mes-revela-datasenado>. Acesso em: 5 out. 2024.

recente, recordamos que as eleições de Jânio Quadros – que tomou posse em janeiro de 1961, renunciando em agosto do mesmo ano –, de Fernando Collor de Mello – empossado em 1990 e destituído por *impeachment* em 1992 – e de Jair Bolsonaro – presidente de 2019 a 2022 – se deveram, em grande medida, à crença de seus apoiadores na cruzada anticorrupção que prometiam empreender, nenhum dos três tendo concretizado minimamente os discursos proferidos nesse sentido. De igual modo, a partir de um pretenso combate à corrupção pública, buscaram apoio popular e a legitimação que dele decorreria o golpe civil-militar de 1964, uma ditadura que se estendeu por 21 anos, e a denominada Operação Lava Jato, cujos abusos, já amplamente reconhecidos pelo STF, interferiram diretamente na deposição da presidente Dilma, em 2016, bem como nas eleições presidenciais de 2018 (Limongi, 2023), ao final das quais se alçou, pelo voto, um político abertamente autoritário e partidário de golpes de Estado ao cargo de chefe do Poder Executivo nacional.

Essa amostra, meramente ilustrativa, é suficiente a pelo menos indicar a eficácia dos discursos anticorrupção em assegurar engajamento e camuflar toda sorte de abusos, incluídas a própria corrupção de muitos dos que os proferem e, mesmo, a restrição ditatorial a direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros que a eles aderem. A propósito, oportuno reavivar a ideia de que não existe corrupto sem corruptor, sendo pouco frequentes os casos em que a corrupção pública se dá desassociada da corrupção privada. Dito de outra forma, ao desconsiderar a corrupção privada e vinculá-la com exclusividade ao Estado e seus agentes (Bignotto, 2020, p. 189), os discursos a que nos referimos mostram-se abertamente falaciosos e mal disfarçam a mobilização das elites no sentido de se apropriarem do aparato estatal e instrumentalizá-lo segundo seus interesses, intenção que o neoliberalismo expõe a céu aberto.

Vê-se, portanto, que os correntes discursos anticorrupção aos quais nos referimos, embora restem esvaziados de substância ao mais leve toque da crítica, seguem tendo sua força retórica manipulada pelas elites em proteção a seus interesses e para a manutenção do estado de coisas que assegure sua dominação. Como se observa, trata-se de discursos em que o “conflito entre as classes também é distorcido e tornado irreconhecível, sendo substituído por um falso conflito entre Estado corrupto e patrimonial e mercado virtuoso” (Souza, 2019, p. 11).

Ainda acompanhando Jessé, temos que a corrupção pública é ideia que retira sua força de engajamento e mobilização na medida em que tem importância central numa narrativa totalizadora que propõe uma definição acabada do que somos enquanto sociedade. Ou seja, ao modo do que se passa com uma narrativa religiosa, a corrupção, ao lado de um patrimonialismo herdado de Portugal, dentre outras ideias correlatas convertidas

em dogmas, constituiria uma fonte de sentidos que nos regem e oferecem respostas a três questões essenciais para sujeitos e sociedades, a saber, *de onde viemos, quem somos e para onde vamos*.

Uma explicação, para ser dominante, tem que esclarecer a totalidade da realidade social. Ou seja, ela tem que esclarecer as três questões principais tanto para os indivíduos quanto para as sociedades: de onde viemos, quem somos e para onde vamos. A teoria que responde a essas três questões de forma convincente é aquela que se candidata à interpretação dominante, definindo a forma como toda uma sociedade vê a si mesma. Não por acaso, essas eram as três questões que todas as religiões bem-sucedidas respondiam a seus fiéis (Souza, 2019, p. 41).

Ora, a corrupção, vinculando-se a condutas (ações ou omissões), apresenta-se como algo que é *circunstancial* e que, por ser assim, não pode ser *essencial*, constituinte de subjetividades ou sociedades. Tão só por isso, se objetivamos apreender o que nos define como sociedade, esclarece nosso passado e nos acena do futuro, parece-nos mais adequado que recorramos aos valores de uma cultura escravista que está em nossas origens e às relações de poder que engendra e em que está engendrada.

Afinal, esses são os valores que estão arraigados em nossa história, oficialmente chancelados até pouco menos de um século e meio atrás. Mais que isso, como já demonstrado neste trabalho, inclusive com amparo em números, são esses valores que seguem regendo nossa sociedade, nada indicando que não o farão no futuro. Muito pelo contrário, o agravamento das desigualdades atribuível ao progressivo desmonte da estrutura de bem-estar social prevista pela Constituição de 1988 indica que o futuro nos reserva um nada surpreendente, embora certamente atualizado, encontro com o passado a que nos referimos.

Por todo o exposto, tal como entende Souza (2019), parece-nos que a experiência da escravidão engendra a melhor narrativa com que contamos para responder às três questões essenciais para nós, sujeitos brasileiros, e a sociedade que constituímos, quais sejam, *de onde viemos, quem somos e para onde vamos*. Justamente por isso, se o que se pretende é oferecer uma explicação totalizante acerca da gênese de nossa sociabilidade, mais adequado que tomemos a experiência da escravidão como referência primeira, seu contexto ensejando interpretações mais condizentes com nossa brasilidade. E, por assim ser, trata-se de narrativa potencialmente mais eficaz quando se tem em mente a superação do paradigma que se apoia na corrupção pública e no patrimonialismo para nos explicar enquanto sujeitos e sociedade.

Mas é possível ir além. Em grande medida, a corrupção pública, tão cuidadosamente colocada em primeiro plano como causa maior de nossos males pelas elites, ao fim e ao cabo, trata-se tão somente de mais um instrumento que se presta a manter estagnadas as relações entre dominantes e dominados, em moldes apenas reeditados em relação a

nossas matrizes escravocratas de sociabilidade. Dito de outro modo, sua invocação, acompanhada ou não da produção artificial de outros pânicos, inclusive morais, geralmente visa à derrubada de governos empenhados na redução das desigualdades sociais – como se observa nos casos de João Goulart e Dilma Rousseff –, para que as elites possam recuperar o monopólio da própria corrupção pública que atribuem a seus adversários políticos.

A propósito da deposição de João Goulart, quando também se acionou o fantasma do comunismo, escreve Bignotto (2020):

As lutas políticas da década de 1960 no Brasil foram marcadas pelo espectro do comunismo e por uma exigência de reformas capazes de resolver os graves problemas estruturais que condenavam grande parte dos brasileiros à miséria. O então presidente João Goulart, que assumiu o governo em 1961, lançou o projeto chamado de “reformas de base”, que incluía a reforma agrária, uma reforma urbana suscetível de tornar proprietários de suas habitações antigos locatários, a concessão do direito de voto aos analfabetos e algumas medidas econômicas visando aumentar a participação do Estado na economia. Como observou o historiador Boris Fausto, nada disso indicava que ele desejava a implantação de uma sociedade socialista no Brasil. Seus propósitos eram bem modestos e indicavam apenas o desejo de modernizar o capitalismo brasileiro por meio da redução das desigualdades sociais. No entanto, não foi dessa maneira que as elites conservadoras compreenderam seus planos de governo. Como ocorre ainda hoje no país, qualquer tentativa de atacar o problema das desigualdades de condição dos cidadãos aparece como uma ameaça aos privilégios acumulados durante séculos por uma elite predatória e antidemocrática (Bignotto, 2020, pp.134-135).

Prosseguindo, não podemos nos esquecer de que há corrupções públicas e privadas que podem ser consideradas sistêmicas e que independem da ideologia de quem ocupe o poder, o que apenas demonstra que a política, em último caso, se faz subordinada ao capital. Dentre tantos outros casos capazes de atestar o que acabamos de afirmar⁹⁹, vale relembrar o escândalo em torno das famosas planilhas da Odebrecht, que continham

⁹⁹ Para fins exclusivamente ilustrativos, mencionamos que, apesar de uma imprensa amplamente favorável, nem mesmo o governo de Fernando Henrique Cardoso se viu livre das acusações de corrupção e seus escândalos correlatos, merecendo referência, por todas, as relacionadas ao recebimento de propinas pelas privatizações realizadas, além das concernentes à suposta compra de votos para a aprovação da emenda constitucional que lhe garantiu a reeleição, esquema que teria sido conduzido pelo então ministro das Comunicações, Sérgio Motta. Claro que a corrupção atribuída ao governo tucano recebeu tratamento midiático muito mais suave que o dedicado a minar as administrações petistas, com destaque para o linchamento imposto à presidente Dilma Rousseff em seu segundo mandato.

A propósito da suposta compra de votos para aprovação da emenda da reeleição: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/06/epoca-negocios-delator-da-lava-jato-desenterra-emenda-da-reeleicao-no-governo-fhc.html> e <https://www.poder360.com.br/brasil/entenda-como-foi-a-compra-de-votos-a-favor-da-emenda-da-reeleicao-em-1997/>. Acesso em: 24 set. 2024.

Acerca das privatizações e propinas correspondentes, há dois livros que se tornaram bastante conhecidos no país: *A privatária tucana*, do jornalista Amaury Ribeiro Júnior, e *O príncipe da privatária: a história secreta de como o Brasil perdeu seu patrimônio e Fernando Henrique Cardoso ganhou sua reeleição*, do também jornalista Palmério Dória.

apelidos dados a parlamentares das mais variadas siglas, os quais teriam sido ilicitamente beneficiados com a transferência de recursos por parte da referida empresa¹⁰⁰. Além de evidenciar que a corrupção não é exclusivamente pública, a realidade ainda faz prova de que mesmo a corrupção pública está frequentemente a serviço de interesses privados corruptores – corrupção privada, portanto – diretamente associados ao Mercado, por sua vez representado pelas elites dominantes.

Ou seja, verifica-se que a própria corrupção, efetivamente perpetrada ou retoricamente acionada, também está a serviço do paradigma escravista que mantém estagnada a relação entre senhores e oprimidos, sendo, pois, a ele subordinada. Quando se diz de uma corrupção sistêmica, portanto, não podemos perder de vista que o sistema em que está entranhada é precisamente o estabelecido segundo o paradigma escravocrata, para a sua perpetuação. Por assim ser, não é na corrupção pública, mas no paradigma escravocrata de dominação que podemos encontrar a fonte de sentidos primeira para interpretação de nossa sociedade e projeção de seus rumos, além de referência segura para o que poderíamos chamar de gramática dos nossos afetos.

Essa compreensão é necessária para que busquemos noutro lugar a explicação para nossos males e, logo, as melhores formas de solucioná-los. Retomando Jessé Souza (2019), uma vez que já não se sustenta a narrativa da corrupção pública e do patrimonialismo herdado de Portugal como a gênese da sociabilidade brasileira, cumpre substituí-la pelo paradigma que situa em nossas matrizes escravocratas as bases do que nos estrutura enquanto sociedade e, desse modo, permite-nos melhor responder de onde viemos, quem somos e para onde vamos.

Posto isso, delineado o contexto maior, podemos avançar um pouco mais para estabelecer os contextos menores capazes de permitir uma interpretação mais precisa do bolsonarismo. Noutras palavras, contextos que permitam compreender não só o que ensinou, mas também o que engendrou o movimento bolsonarista, considerada a história recente do Brasil.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/apelidos-de-politicos-na-odebrecht-quem-e-quem.ghtml> . Acesso em: 24 de set. de 2024.

4.1. “Eu sou você amanhã”¹⁰¹: dos estertores da Terceira República à Intentona Bolsonaroista

Como o próprio título deste tópico indica, pretendemos, agora, estabelecer algumas situações em que, recentemente, tivemos encontros com nosso passado. E, talvez, possamos dizer de encontros marcados, na medida em que se deram no registro da *repetição do mesmo* de que tanto tratamos neste trabalho. Repetição desdobrada em repetições que, como ressaltado, dão-se a fim de assegurar a descarga de conteúdos reprimidos ou recalcados, ao mesmo tempo em que garantem que suas causas remotas não sejam recordadas e elaboradas, o que poderia interromper o quanto de satisfação pulsional que se obtém pela vazão de elementos represados e que é proporcionada justamente pela repetição.

A fim de estabelecer esses pontos de encontro, propomos o retorno aos últimos anos da chamada Terceira República do Brasil (1945-1964)¹⁰². Entretanto, uma vez que nos interessa, antes de chegarmos aos estertores deste período, findo com o golpe civil-militar de 1964, cumpre pontuar que ele se inicia com a deposição de Getúlio Vargas da Presidência da República pelos militares, em outubro de 1945, e a subsequente eleição do então general Eurico Gaspar Dutra para o cargo, ainda em dezembro do mesmo ano.

Esse fato é suficiente para demonstrar a força que à época possuíam os militares, os quais também exerceram pressão para que Getúlio Vargas renunciasse à Presidência em 1954, não obstante ocupasse o cargo porque democraticamente eleito em 1950. Prova disso foram os manifestos dos generais e dos brigadeiros, ambos datados de 22 de agosto de 1954 – dois dias antes do suicídio de Getúlio –, o primeiro, assinado por 19 generais do Exército, enquanto o segundo, subscrito por 30 brigadeiros da Força Aérea Brasileira (FAB).

Da mesma forma, merece destaque o *Memorial dos coronéis*, de fevereiro daquele ano, em que oficiais diziam que a decadência moral do país ameaçava degradar as FFAA (Martins Filho, 2022, p. 120). Conforme se extrai do verbete *Manifesto dos coronéis*,

¹⁰¹ Referência à conhecida campanha publicitária da vodka *Orloff*, que circulou em meados da década de 1980 e buscava comunicar a mensagem de que o consumo da bebida, diferentemente do que se experimentava com outras marcas, não causava ressacas. Numa sátira a essa mensagem e ao bordão da campanha publicitária (“eu sou você amanhã”), deu-se o nome de *efeito Orloff* ao fenômeno político e econômico que relacionou Brasil e Argentina até a implementação do Plano Real: os fracassos econômicos daquele país teimavam em se repetir no nosso. Não sem ironia, percebemos, hoje, que esse *efeito Orloff* se inverteu. Afinal, após nossa experiência com um personagem bufo na Presidência da República, foram eles que, em seguida, elegeram Javier Milei como seu presidente. Um dos vídeos que difundiam a campanha publicitária referida pode ser visto em: <https://www.youtube.com/watch?v=r5-Tsp1nLJU>. Acesso em: 24 set. 2024.

¹⁰² Embora saibamos que muitos preferem dar a esse intervalo o nome de Quarta República, havendo ainda quem o defina como Segunda República (Bignotto, 2020), saltando a chamada Era Vargas (1930-1945), alinhamo-nos àqueles que o denominam Terceira República, como é o caso de Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado, consoante se extrai da obra *O Brasil republicano*, de que são organizadores e que conta com 5 volumes.

constante no *Atlas Histórico do Brasil*, publicação eletrônica da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o dito *Memorial dos coronéis*, assinado por 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis, foi dirigido à alta hierarquia militar em fevereiro de 1954, “em protesto contra a exiguidade dos recursos destinados ao Exército e a proposta governamental de elevação do salário mínimo em 100%”¹⁰³.

Nesse mesmo contexto, a propósito do que nos dispomos a abordar neste tópico, digna de nota era a oposição ferrenha dedicada por Carlos Lacerda a Getúlio Vargas e que marcou a campanha que culminou na eleição deste, em 1950, para a Presidência da República. Mais que isso, importa destacar que Lacerda era o principal representante da União Democrática Nacional (UDN), partido fundado em 1945, conservador ao ponto de dar origem a um neologismo substantivado na palavra *udenismo*, que amalgamava, dentre outros elementos, conservadorismo, reacionarismo, liberalismo, moralismo e elitismo.

Ao tratar dos partidos políticos que à época ocupavam o centro da cena política brasileira – Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Democrático (PSD), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Socialista Brasileiro (PSB) –, Bignotto assim se refere à UDN:

Finalmente, no campo dos grandes partidos, foi criada a União Democrática Nacional (UDN), que agrupava todas as forças conservadoras e reacionárias. Incapaz de chegar ao poder por meio das eleições, o partido passou toda a Segunda República conspirando e tentando produzir um golpe de Estado (Bignotto, 2020, p. 115).

Por falar em conspiração, reportando ao elitismo e reacionarismo historicamente atribuídos à UDN, do mesmo verbete *Manifesto dos coronéis*, constante do mencionado *Atlas Histórico do Brasil*, também se extrai que o referido partido compunha, associado à grande imprensa de Rio e São Paulo, o braço civil da obstinada oposição, que, unida a oficiais conservadores, se lançava “contra a política nacionalista de Vargas e sua aproximação das classes trabalhadoras”¹⁰⁴. A UDN, então, apresenta-se como uma boa representação da faceta civil do golpismo de nossas elites (Souza, 2019), que, historicamente, sempre se mostraram abertas às alianças que se fizessem necessárias para retomar o poder quando este não lhes foi assegurado por eleições, acionando, para tanto, todas as violências disponíveis, das simbólicas às materiais. Noutras palavras, não importam os meios, se armados, judicializados ou políticos, em proveito de seus fins, bastante precificáveis, as elites brasileiras nunca hesitaram em sacrificar a democracia e, logo, a dignidade do povo cuja soberania esse regime deveria salvaguardar.

A elite escravocrata é a elite da rapina selvagem e de curto prazo. Vigora a mesma lei do Brasil atual, com uma elite sem projeto para o país, mas ansiosa em assaltá-lo – por meio de mecanismos de mercado e de Estado – e privatizar prontamente suas

¹⁰³ Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/5991> . Acesso em: 24 set. 2024.

¹⁰⁴ Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/5991> . Acesso em: 24 set. 2024.

riquezas para encher o bolso de meia dúzia. É isso, afinal, que a privatização sempre representou. Alguma diferença real? Nunca houve verdadeiro aprendizado de nossas elites espoliadoras. Existe um vínculo de continuidade real e institucionalizado que faz com que qualquer tentativa – mesmo parcial e frágil, como as que ocorreram até agora – de romper nosso *apartheid* de classes desemboque em golpes de Estado e reação violenta das elites da rapina selvagem (Souza, 2022, p. 56).

Posto isso, é possível que avancemos nossas reflexões até a década de 60 do século passado. Naquele ano de 1960, Jânio Quadros, candidato pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e com o apoio da UDN¹⁰⁵, foi eleito para a Presidência da República após uma campanha que tinha por símbolo maior uma vassoura, com a qual prometia, já sem qualquer surpresa retrospectiva, varrer a política e o Brasil da bandalheira e da corrupção¹⁰⁶.



Figura 3¹⁰⁷

Sobre o apoio da UDN a Jânio, escreve Boris Fausto (2018):

A UDN hesitava entre o lançamento de uma candidatura própria e o apoio a Jânio. Jânio corria em faixa própria, criticando a corrupção do governo e a desordem financeira. Sem ter um programa definido e desprezando os partidos políticos, atraía o povo com sua figura popularesca e ameaçadora que prometia castigo implacável aos beneficiários de negociatas e de qualquer tipo de corrupção. Estava longe do figurino bem-comportado da UDN, mas ao mesmo tempo incorporava, a seu modo, algo do discurso udenista. Representava sobretudo uma grande oportunidade de o

¹⁰⁵ UDN que, com o PTN, integrava coligação também composta pelo Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Republicano (PR) e Partido Libertador (PL).

¹⁰⁶ O *jingle* da campanha de Jânio continha os versos abaixo transcritos e pode ser ouvido em: <https://www.youtube.com/watch?v=QOio5Cezpuw>. Acesso em: 28 set. 2024.

“Varre, varre, varre vassourinha!

Varre, varre a bandalheira!

Que o povo já 'tá cansado

De sofrer dessa maneira

Jânio Quadros é a esperança desse povo abandonado!

Jânio Quadros é a certeza de um Brasil, moralizado!

Alerta, meu irmão!

Vassoura, contrerrâneo!

Vamos vencer com Jânio!”

¹⁰⁷ Disponível em: <http://www.radionors.jor.br/2014/03/varre-varre-vassourinha-e-as-lembrancas.html>. Acesso em: 20 out. 2024.

partido chegar afinal ao poder, embora por um atalho desconhecido. Na convenção realizada pela UDN, em novembro de 1959, o apoio a Jânio acabou por prevalecer (Fausto, 2018, p. 240).

Tomados pelo *efeito Orloff* que anunciamos no título deste tópico – mas não sem ressaca –, a partir dos apontamentos de Boris Fausto, podemos divisar, em Jânio, o que hoje se define como *antissistema*, um candidato que é “contra tudo que está aí”, enunciado que ditou a tônica da campanha de Bolsonaro para a Presidência da República em 2018¹⁰⁸. As semelhanças, entretanto, não param por aí.

Jânio, como fizeram Bolsonaro, Collor e tantos outros personagens de nossa história – inclusive magistrados, que não são investidos no cargo por eleição –, extraía a popularidade que lhe garantiu uma vitória acachapante nas urnas¹⁰⁹ ao afirmar-se inimigo fidalga da corrupção e perseguidor implacável de seus artífices e beneficiários, a própria encarnação da figura mítica de um pai forte, nos moldes do antigo testamento, tanto castigador, quanto protetor. Mais: à semelhança do que se passa em nossa cena política atual, nos quase 7 meses em que esteve no poder, até renunciar em agosto de 1961, Jânio investiu em medidas moralistas que expressavam o compromisso com as parcelas mais conservadoras da população, a chamada *pauta de costumes*, o que se traduziu em excentricidades como a proibição do biquíni, do lança-perfume e das rinhas de galo. E prossigamos, a fim de tocar um aspecto essencial: assim como suas versões contemporâneas, em especial a bolsonarista, Jânio, embora não vestisse o figurino bem-comportado das direitas mais ocupadas com aparências de civilidade, representava uma grande chance para que elas ascendessem ao poder pela via eleitoral.

Esse casamento, contudo, não demoraria a ruir:

O presidente vinha administrando o país sem contar com uma base política de apoio. O PSD e o PTB dominavam o Congresso; Lacerda passara-se para a oposição, martelando suas críticas a Jânio com a mesma veemência com que o apoiara. A UDN tinha várias razões de queixa. O presidente agia praticamente sem consultar a liderança udenista no Congresso. Além disso, a política externa independente, assim como a simpatia presidencial pela reforma agrária, causava preocupações.

Na noite de 24 de agosto de 1961, Lacerda – que tinha sido eleito governador da Guanabara – fez um discurso, transmitido pela rádio, denunciando uma tentativa de golpe janista articulado pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Oscar Pedrosa Horta. Estranhamente, teria sido convidado a aderir a ele. Pedrosa Horta negou a acusação. Logo no dia seguinte, Jânio renunciou à presidência da República, comunicando a decisão ao Congresso Nacional (Fausto, 2018, p. 242).

¹⁰⁸ A propósito: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/a-campanha-presidencial-do-contra-tudo-que-esta-ai/>. Acesso em: 28 set. 2024.

¹⁰⁹ Uma vitória consolidada pela diferença de 20 pontos percentuais (48% dos 11,7 milhões de votos) em relação ao segundo colocado naquela eleição, o marechal Henrique Teixeira Lott, candidato à Presidência pela coligação PSD e PTB, compondo chapa com João Goulart (Fausto, 2018, p. 241).

Diante da renúncia de Jânio, em 25 de agosto de 1961 – data que o aproximava de Getúlio, cujo suicídio ocorreu 7 anos antes, em 24 de agosto –, caberia a João Goulart (PTB), que derrotara Milton Campos (candidato da chapa de Jânio) na eleição para a vice-Presidência, assumir a chefia do Executivo nacional. A subida de Jango¹¹⁰ ao poder, todavia, não interessava às elites, tampouco a seu braço armado, que, à época, já se mostrava hegemonicamente alinhado aos interesses dos EUA e, portanto, propenso ao engajamento na cruzada anticomunista encampada por aquele país no contexto da Guerra Fria¹¹¹.

Ocorre que essa cruzada anticomunista, à falta de ameaça externa para o Brasil, estava atrelada à ideia de uma guerra revolucionária interna (Martins Filho, 2022, p. 109). Em síntese, as Forças Armadas brasileiras colocaram-se a serviço dos interesses dos EUA especialmente contra os brasileiros que em face destes se insurgissem.

. . . a doutrina hegemônica no seio das Forças Armadas vinculou num pacto faustiano os objetivos da nação brasileira aos objetivos da Segurança Nacional dos Estados Unidos. Como na Quinta Sinfonia de Beethoven, dizia o coronel [Golbery Couto e Silva], os acordes iniciais da Guerra Fria marcavam o desafio que se apresentava: cabia às elites do país aceitar ou não esse destino manifesto. Nesse quadro mais amplo, a nova doutrina acabava por destinar às Forças Armadas um papel bastante amplo de defesa global das instituições nacionais. Como lembrou em conferência na ESG [Escola Superior de Guerra] o primeiro presidente do regime militar do pós-1964, sua principal característica era a preocupação com a “agressão interna”, corporificada na infiltração e subversão ideológica. No limite, tal agressão se expressaria em movimentos de guerrilha, mais prováveis que uma guerra externa. Tratava-se de uma guerra insidiosa e traiçoeira, marcada pelo enrijecimento ideológico e pela infiltração (Castelo Branco, 1967 como citado em Martins Filho, 2022, p. 107).

¹¹⁰ Conhecido apelido de João Goulart.

¹¹¹ Mas, como sabemos, não só no contexto da Guerra Fria, uma vez que, nos EUA, o comunismo terminou fetichizado como representação de todo mal, o que reverbera até os dias de hoje, quando ainda é invocado para despertar pânico morais de variadas ordens na população e, assim, facilitar a manipulação de afetos como medo e ódio por quem está ou pretende estar no poder. Aliás, não se pode desprezar a força dessa ideia-fetice que até por aqui segue produzindo engajamento em torno de inimigos imaginários da extrema direita, rotulados de comunistas independentemente de seu alinhamento ideológico.

A palavra comunismo, portanto, de forma bastante sintética e facilitada, termina por representar o campo ideológico e o conjunto de características de todos aqueles que, por qualquer razão, discordem dos valores defendidos pela extrema direita, que, por aqui, ainda atende principalmente pelo nome de bolsonarismo. Do ponto de vista do bolsonarismo – e da extrema direita –, então, comunista é todo aquele que pensa diferente. Em resumo, trata-se de verdadeiro *balaio de gatos*, ao qual foram atirados personagens como João Agripino da Costa Doria Junior e o próprio Jair Messias Bolsonaro, este por obra de seu concorrente direto, Pablo Marçal, figura que desponta na cena política e merece atenção, especialmente por se saber que não há espaço para mais de um no lugar de exceção reservado ao pai da horda (Freud, 2005) – o *ao menos um não castrado* –, característica que se entende própria das matilhas.

Sobre Doria e Bolsonaro comunistas, vale consultar: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/03/08/protesto-doria-contrafase-vermelha.htm> e <https://cbn.globo.com/politica/noticia/2024/09/09/marcal-diz-que-bolsonaro-se-curvedo-ao-comunismo-apos-nao-poder-subir-em-carro-de-som-na-paulista.ghtml> . Acesso em: 28 set. 2024.

Filiado ao PTB, João Goulart era comprometido com pautas de cunho social que, considerado o imaginário da época – o contexto da Guerra Fria – e os interesses das elites, bem como das Forças Armadas, prontamente o relacionavam ao comunismo. Para tornar ainda mais fácil essa associação, por ocasião da renúncia de Jânio, Jango estava fora do país, visitando a China em missão oficial que, segundo alguns, teria sido armada por Jânio para agravar a crise que se instauraria com sua renúncia, facilitando o golpe que planejava, mas que foi abortado pelo Congresso ao aceitar sua renúncia¹¹².

A ideologia de Jango e as peculiaridades da renúncia de Jânio, considerado o cenário político internacional, foram interpretadas pelos militares como uma boa oportunidade para um golpe de Estado. Aliás, interessante observar que, dois dias depois da renúncia de Quadros, ou seja, em 27 de agosto de 1961, o marechal Lott, que se tornara conhecido defensor da legalidade e da não interferência militar em questões políticas civis¹¹³, apressou-se em publicar uma espécie de manifesto preventivo, conclamando à resistência contra o golpe pelo qual se pretendia impedir a posse de João Goulart na Presidência da República (Martins Filho, 2022, p. 121).

A prova de que Teixeira Lott tinha razão não demorou a se mostrar. Além de ter sido preso e recolhido à Fortaleza da Laje (Forte Tamandaré da Laje/RJ) em razão de seu pronunciamento de 27 de agosto, já no dia 30 daquele mês, os três ministros militares de Jânio, Sílvio Heck (Marinha), Odylio Denys (Exército) e Grün Moss (Aeronáutica), publicaram manifesto em que afirmavam a não aceitação da posse de João Goulart pelas Forças Armadas (Martins Filho, 2022, p. 121)¹¹⁴.

Tentava-se, nessas circunstâncias, um golpe de Estado *de baixo custo*, que consistiria na coação militar do Congresso para que fosse decretado o *impeachment* de Jango. Os ministros militares, entretanto, embora soubessem que sua iniciativa não era endossada por parcela das próprias Forças Armadas, não contavam com a resistência dos partidos políticos e da sociedade civil, eficaz em impedir o golpe que se daria na forma de

¹¹² Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-60-anos-congresso-aceitou-renuncia-e-abortou-golpe-de-janio-quadros>. Acesso em: 7 out. 2024.

¹¹³ Em 1955, Lott liderou a mobilização que terminou conhecida como *Movimento do 11 de Novembro* e que garantiu a posse de Juscelino Kubitschek e de seu vice João Goulart. Em setembro do mesmo ano, na condição de Ministro da Guerra, expediu circular afirmando a necessidade de os militares não interferirem na política (Martins Filho, 2022, p. 120). Sobre o marechal Lott: <https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/henrique-teixeira-lott#:~:text=Em%201905%2C%20matriculou%2Dse%20no,o%20primeiro%20lugar%20da%20turma>. Acesso em: 28 set. 2024.

¹¹⁴ Esse tipo de manifesto repete-se na história e bem demonstra a arrogância dos militares que, em regra, o fazem como pretensos guardiões de uma moralidade nacional que recende a mofo. A propósito, o exército recentemente indiciou três coronéis em razão de uma carta golpista, levada a público no contexto maior da intentona bolsonarista. A carta conclamava a adesão da força a um golpe contra o presidente Lula. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/exercito-indicia-3-militares-por-carta-que-pressionou-por-golpe/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

impeachment, certamente em busca de uma aparência de legalidade: o espírito golpista sempre em busca de corpos de legalidade (Ferreira, 2022, p. 404).

A mobilização exitosa em conter a tentativa de golpe em nome da democracia ficou conhecida como *Campanha da Legalidade* e teve como principal líder o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola. A resistência pela manutenção da ordem legal ganhou o país pelas ondas do rádio e contou com o apoio de sindicatos, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da União Nacional dos Estudantes (UNE), da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dentre outras entidades.

“A imprensa apoiou o cumprimento da Constituição e somente poucos jornais, como *O Estado de S. Paulo*, a *Tribuna da Imprensa* [jornal fundado por Carlos Lacerda] e *O Globo*, apoiaram o golpe dos ministros militares” (Ferreira, 2022, pp. 404-405). Visto em retrospectiva, esse apoio não pode surpreender, de modo que, mais uma vez, nos deparamos com nosso *efeito Orloff* e a correspondente ressaca dos que não se recordam ou elaboram, apenas repetem, numa dinâmica de compulsão bem própria às adições.

Mas a posse de Jango não se deu desembaraçada de acordos, tendo ocorrido em meio a uma crise militar e, no mínimo, sob o manto da desconfiança por parte das elites¹¹⁵, que não iriam se esquecer de suas inclinações ideológicas. No contexto da Guerra Fria, o fantasma da ameaça comunista dotava-se de consistência suficiente a despertar pânico nos mais variados estratos sociais e o correlato oportunismo das classes que dele pudessem se beneficiar, inclusive para recuperar o poder independentemente de eleições.

Afinal, o Congresso adotou uma solução de compromisso. O sistema de governo passou de presidencialista a parlamentarista e João Goulart tomou posse, com poderes diminuídos, em 7 de setembro de 1961. Utilizado como simples expediente para resolver uma crise, o parlamentarismo não poderia durar muito, como de fato não durou (Fausto, 2018, p. 243).

Ainda não foi daquela vez. Entretanto, se a tentativa dos militares não foi suficiente a consumir o golpe logo em seguida à renúncia de Jânio Quadros, no mínimo evidenciou que o caminho estava pavimentado para o êxito da investida golpista de 1964, quando Jango foi deposto pelos militares entre os dias 31 de março e 1º de abril – dia em que se iniciou a sessão extraordinária ao final da qual, já no dia 2 de abril, o presidente do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a Presidência da República.

Aliás, se nos propomos a uma *escuta* da história orientada pela psicanálise e suas interpretações, não nos pode passar despercebida a expressão utilizada por Boris Fausto no trecho acima transcrito ao se referir ao arranjo feito pelo Congresso para pacificar os militares e, assim, poder assegurar a posse de Jango e o cumprimento da Constituição.

¹¹⁵ Por aqui, tanto ontem, quanto hoje, o equívoco nunca foi permitido à esquerda. Pelo contrário, ele lhe é presumido.

Fausto (2018) disse de uma “solução de compromisso” (p. 243), que, conforme extraímos de Freud (1917[1916-1917]/1996g; 1926[1925]/1996m, por exemplo), trata-se de expressão que bem define o sintoma, enquanto o que se repete no sujeito e o impede de recordar ou elaborar, na medida em que, por meio dele, sintoma, o sujeito consegue conciliar as exigências defensivas do ego com alguma vazão pulsional relacionada às representações recalçadas de seu desejo. Dito de outro modo, consegue estabelecer uma solução de compromisso conciliatória ante o conflito estabelecido entre a resistência defensiva exercida pelo ego e a pressão de satisfação pulsional exercida pelas representações recalçadas do desejo:

O conflito surge pela frustração, em consequência da qual a libido, impedida de encontrar satisfação, é forçada a procurar outros objetos e outros caminhos. A precondição necessária do conflito é que esses outros caminhos e objetos suscitem desaprovação em uma parte da personalidade, de forma que se impõe um veto que impossibilita o novo método de satisfação, tal como se apresenta. A partir desse ponto, a formação dos sintomas prossegue seu curso, que seguiremos mais tarde. As tendências libidinais rechaçadas conseguem, não obstante, abrir caminho por algumas vias indiretas, embora, verdadeiramente, não sem levar em conta a objeção, submetendo-se a algumas deformações e atenuações. As vias indiretas são aquelas que toma a formação dos sintomas; estes constituem a satisfação nova ou substituta, que se tornou necessária devido ao fato de frustração (Freud, 1917[1916-1917]/1996g, p. 353).

Nessa perspectiva, consideramos que este tópico vai cumprindo seu objetivo ao sinalizar algumas repetições de nossa história que temos como caracterizadoras de verdadeiros sintomas sociais e, ao fim e a cabo, da *repetição do mesmo*. Nessa condição, dão notícias das forças que, sob formas e retóricas que mal disfarçam sua essência, insistem em reeditar, no presente e, provavelmente, em nosso futuro, as estruturas próprias a nosso passado escravocrata, as quais, enquanto sujeitos e sociedade brasileira, resistimos a recordar e elaborar, certamente por dizerem de segregações perversas, de uma barbárie que despreza o projeto civilizatório e que, reconhecida, atingiria em cheio nosso narcisismo, colocando-nos cara a cara com nossas mais radicais indignidades.

Neste ponto do debate proposto, algumas considerações mostram-se bastante relevantes. Não se desconhece que, à época, uma crescente radicalização tomava a esquerda, inclusive com bem marcadas pretensões revolucionárias animadas pela necessidade de uma melhor redistribuição de direitos e das riquezas do país (Ferreira, 2022). Uma tal revolução materializaria em ato o sentimento de injustiça que reclamava alguma contenção de gozo das elites perpetuadas no poder e, considerada a estagnação das relações entre opressores e oprimidos que por aqui se observa, se tratava de verdadeira condição sem a qual não se alcançaria uma resultante de igualdade social tal qual pretendida, ou, ao menos, a redução das desigualdades sociais abissais que caracterizavam e ainda caracterizam o Brasil.

E cabe a pergunta: considerado nosso histórico de perenização de privilégios de elites que não hesitam em se valer de quaisquer violências, das materiais às simbólicas, para manter o estado de coisas que as beneficia, não seria legítima a pretensão revolucionária então atribuída à esquerda? Se a ideia de justiça é valor primeiro de legitimação dos movimentos revolucionários, não era o mínimo que se podia esperar daqueles que tinham a igualdade como zênite de sua ideologia e esperanças? Diante de uma história de golpes e manobras diversas, como a que havia se dado recentemente no sentido de impedir a própria posse de João Goulart, não se mostrava a revolução como uma das vias possíveis – talvez, a mais eficaz entre as possíveis –, para alcance da justiça e, logo, da igualdade almejadas?

Parece-nos que a resposta a essas perguntas só pode ser afirmativa, como já demonstrava a história que antecedia aquele tempo – do que é bom exemplo a própria Revolução Francesa, em sua essência de movimento de superação de toda uma estrutura calcada em privilégios perenizados – e como também nos demonstra, em ratificação, a que o sucedeu. Afinal, em termos nacionais e regionais, o que sabemos é que os movimentos emancipatórios que se difundiam e fortaleciam não só no Brasil, mas por toda a América Latina, terminaram sufocados por golpes de Estado levados a cabo por forças militares que, para tanto, contaram não só com o apoio das elites e de parcela das sociedades locais, como também com o importante suporte dos EUA, engajados na luta contra a expansão do comunismo e, logo, contra o aumento da influência soviética na América Latina – nesse contexto, o exemplo de Cuba não era desconsiderado.

Sobre o apoio da sociedade civil às pretensões golpistas dos militares, hoje não podem passar despercebidas – assim como não deveria acontecer à época – as mobilizações genericamente denominadas de *Marcha da família com Deus pela liberdade*, que ocorreram entre março e junho de 1964 no Brasil e reuniram diversas representações conservadoras da sociedade civil, desde o clero ao empresariado. Após o golpe, essas mobilizações passaram a ser conhecidas como *Marchas da vitória*:

No dia 19 [de março], dia de São José, padroeiro da família, foi realizado, na cidade de São Paulo, um ato que mereceu o desprezo das esquerdas, mas que demonstrava a divisão e a radicalização política do país: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Os discursos contra Goulart foram a tônica do comício que se seguiu. Cálculos falam em 500 mil pessoas presentes à marcha. Outros, considerando os que assistiram nas ruas de acesso, chegaram à cifra de 800 mil (Duarte, 1964, pp. 132-134)¹¹⁶. As esquerdas, no entanto, não levaram o ato a sério por dois motivos. Primeiro, por tratar-se de uma manifestação de classe média. “Isto

¹¹⁶ Em 1964, São Paulo tinha uma população estimada em 4.725.000, de modo que os presentes à marcha representavam mais de 10% dos habitantes locais, se consideradas as estimativas mais tímidas apontadas por Jorge Ferreira (2022, p. 443) no trecho transcrito. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1965/populacao1965aeb_02_1a03.pdf. Acesso em: 2 out. 2024.

não é povo”, disseram alguns com irreverência. Segundo, pelo caráter religioso, algo merecedor de desprezo (Ferreira, 2022, p. 443).

Prosseguindo, acerca do apoio estadunidense aos golpes e ditaduras latino-americanas, necessário pontuar que isso se tornou fato de conhecimento público, afirmação que inclusive encontra respaldo no repasse de documentos pelos EUA ao Brasil, os quais comprovam a participação ativa daquele país em suporte aos regimes autoritários que por aqui se instalaram e ao terrorismo de Estado que praticavam. Os documentos a que nos referimos, especificamente, foram solenemente entregues por Joe Biden, então vice de Barack Obama, à presidente Dilma Rousseff em 2014, tendo grande importância para a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Afinal, os documentos entregues ao governo Dilma continham registros que as FFAA se recusavam a fornecer à Comissão, de modo a impedir o esclarecimento de sequestros, torturas e homicídios, dentre outros crimes praticados pelos militares no período ditatorial¹¹⁷.

Para além desses documentos, também se tornou notório o apoio dos EUA à chamada *Operação Condor*, em que as ditaduras sul-americanas se associaram para combater seus opositores, valendo-se de importante colaboração da CIA, que é a agência central de inteligência estadunidense. CIA que, conforme Moniz Bandeira, referido por Ferreira (2022), valendo-se da corrupção como instrumento de desestabilização do governo Jango, teria aliciado, em favor de seus interesses imperialistas, “empresários, latifundiários, militares, políticos, governadores de estado, jornalistas, donas de casa, estudantes, sindicalistas, camponeses, o clero católico entre outros” (Ferreira, 2022, p. 460).

Mas não é só. Também são conhecidos os propósitos que mal velava o programa designado *Aliança pelo progresso*, com que os EUA, estabelecendo cooperação com os governos latino-americanos, garantia-lhes recursos que seriam destinados ao investimento em desenvolvimento econômico e social, assegurando, ao mesmo tempo, a manutenção da repressão que esses países impunham às mobilizações internas que se mostrassem ideologicamente alinhadas à esquerda.

Resumindo o quadro, escreve Bignotto (2020):

Mais uma vez, o regime democrático entrou em colapso sob o peso das forças entrópicas que o tinham dominado. É claro que, no contexto da guerra fria, não é possível ignorar os elementos externos que interferiram diretamente nos eventos que levaram ao golpe civil-militar. A presença de agentes americanos no território nacional e a pressão contínua do governo dos Estados Unidos sobre os dirigentes brasileiros e sobre o empresariado são hoje fatos comprovados pelos documentos diplomáticos dos dois países que foram revelados recentemente. O medo do comunismo fazia com que o Brasil fosse considerado um país importante na luta

¹¹⁷ A entrega dos documentos também representava uma tentativa de minimizar os ruídos diplomáticos causados pela revelação acerca de atos de espionagem dos EUA que incluíam o monitoramento de conversas da presidente Dilma. A propósito: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54472967>. Acesso em 02 out. 2024.

geopolítica que as duas potências travavam em várias regiões do planeta. Nesse contexto, no entanto, também não se pode desconsiderar o fato de que, desde o início dos anos 1950, a democracia brasileira, baseada em uma base popular mais ampla do que a da Primeira República, mas, ainda assim, muito restrita, mostrou que não podia estabilizar suas formas e resolver de maneira equilibrada os conflitos que a atravessavam. Sem resolver os problemas decorrentes da enorme desigualdade social que subsistia, sem alcançar no plano internacional a autonomia sonhada e incapaz de estabelecer sua própria identidade política, o Brasil foi mais uma vez tomado pela entropia que caracteriza sua história republicana (Bignotto, 2020, pp. 137-138).

Pensamos, então, já ser o momento de realçarmos alguns pontos que nos encerram em um verdadeiro *efeito Orloff*, se comparamos o período que marcou o fim da Terceira República com o nosso presente, especialmente considerada a última década. Certamente, não o faremos de maneira aprofundada ou com a pretensão de esgotar as semelhanças entre um período e outro, algumas delas tendo sido referidas enquanto desenvolvíamos este tópico.

Limitar-nos-emos, mesóclise que bem a propósito nos remete a Michel Temer, a indicar algumas situações, eventos, modos de discursar e agir políticos que, ocorridos recentemente, caracterizam importantes repetições tais quais a entendemos neste trabalho. E o faremos para preparar as análises que se sucederão, compondo as tramas de nosso estudo a abordagem que propomos ao fenômeno do bolsonarismo como algo que não é acidental, mas que, pelo contrário, reverbera os ecos escravocratas que constituem a essência de nossa sociabilidade (Souza, 2019).

Posto isso, e antes de mais nada, convém tratar das interferências constantes dos militares na vida política brasileira, que, se foram frequentes na Terceira República e obviamente predominaram nos 21 anos de ditadura (militar), novamente se fizeram sentir na última década. Assim como se podia deduzir naquele tempo, a imagem de timidez e de contenção das FFAA diante dos limites democráticos e constitucionais, algumas vezes atribuída a um sentimento de inferioridade em relação às forças políticas civis, não passa de mera fantasia – bastante conveniente aos militares, vale frisar – que se desfaz ao mínimo sopro da realidade.

Se fracassaram nas tentativas de golpe de 1954 e 1961, isso deveu-se muito mais a questões circunstanciais, como foram as divergências internas que fragilizaram as iniciativas, do que à ausência de autoconfiança ou ousadia (Martins Filho, 2022). Aliás, as constantes investidas militares nas dimensões políticas reservadas aos civis, em absoluta desconsideração às previsões normativas que delimitam esses espaços, além de evidenciar uma essência golpista – coerente com nosso paradigma escravocrata de sociabilidade, diga-se –, faz prova de que, em verdade, na relação entre civis e militares, são os militares

que sempre menosprezaram os civis, valendo-se destes apenas para melhor acessar o poder, descartando-os quando puderam agir autonomamente.

O golpe de 1964 deixou tragicamente claro que as forças políticas civis – à direita ou à esquerda – pecaram ao subestimar a capacidade das Forças Armadas de intervir de maneira autônoma nos destinos do país. Nesse sentido, não apenas a vitória do movimento golpista, mas a forma como os chefes militares trataram seus aliados da classe política depois da derrubada do regime civil, mostram um desembaraço imprevisto das forças castrenses. Além disso, a própria permanência do regime ditatorial ao longo de duas décadas, num processo que incluiu sucessivos “golpes dentro do golpe”, escapou a todos os vaticínios. O mesmo vale para a forma com que os militares saíram do poder, ao final de um longo e controlado processo de abertura política, em condições institucionais que lhes permitiram manter prerrogativas e influências que dificultariam a democratização do país (Martins Filho, 2022, p. 97).

Certo é que essa falta de timidez ou mesmo de pudor de militares – especialmente das FFAA – em investir contra o que lhes impõem a Constituição e a democracia mais uma vez se fez sentir em nossa história. Demonstrando nítido inconformismo com a ausência de protagonismo na vida política do país e ante a ausência de inimigos externos, novamente investiram contra a sociedade brasileira ao atacar, aberta ou insidiosamente, suas instituições basilares, o que se fez progressivamente perceptível desde o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

O descontentamento dos militares com o PT nunca foi novidade e pode, inclusive, ser interpretado em linha de continuidade com seu histórico alinhamento às elites conservadoras e, por conseguinte, sua oposição às ideologias de esquerda, animadas por uma concepção de justiça que tem por norte a igualdade ou, ao menos, a diminuição das desigualdades instituintes do Brasil – o que passa necessariamente pela redução de privilégios e redistribuição de direitos e riquezas¹¹⁸. Esse descontentamento e mesmo o ressentimento que lhe é subjacente, se foram mantidos sob controle durante os dois primeiros mandatos do presidente Lula, vieram à tona no curso do governo Dilma, especialmente em seu inconcluso segundo mandato.

Estando há muito alijados do núcleo central do poder político que sempre ocuparam, além de despidos do prestígio de que outrora gozavam, parece ter se tornado insuportável para os militares tolerar um quarto mandato presidencial do PT, especialmente em razão de tudo o que essa continuidade representava enquanto afronta aos valores castrenses. Nesse sentido, para além do já referido desprestígio, não podemos desconsiderar o fato de que as sucessivas vitórias da esquerda pela via democrática equivaliam à derrota do espírito

¹¹⁸ A redução de privilégios não pode interessar aos militares das FFAA, bastando, a tal conclusão, que se mirem as regalias previdenciárias que os distinguem dos demais cidadãos, inclusive servidores públicos – também considerados privilegiados –, as quais incluem, por exemplo, pensão vitalícia para filhas daqueles que ingressaram nos quadros até o ano de 2000, além de reserva remunerada com soldo integral em determinadas hipóteses.

autoritário dos militares de nossas FFAA, além de sinalizar o ocaso dos valores a que ainda associam sua potência¹¹⁹. Mais: a perda dessa potência fazia-se evidenciada não só pelas sucessivas escolhas dos projetos e valores da esquerda por parte do eleitorado, como pelo próprio fato de estarem subordinados a uma mulher – o que não se coaduna com a estrutura patriarcal castrense. E avancemos ainda um pouco para dizer que não se tratava de qualquer mulher, mas de uma militante de esquerda que foi vítima de tortura durante a ditadura e que emergia do passado no mais alto cargo da República, de onde reavivava e expunha os piores pecados dos militares, justo aqueles que contradizem, expondo como vil hipocrisia, sua pretensa moralidade incorruptível.

Em síntese: Dilma Rousseff era, como é, a prova do terrorismo de Estado praticado pelos militares, sua desonra encarnada e, para além disso, representava a vitória da democracia sobre sua truculência e autoritarismo. Aliás, o período de seu governo não foi a primeira vez em que os militares sofreram impulsos de esconder o rosto diante de Dilma, como demonstra a conhecida imagem do interrogatório a que foi submetida na Auditoria Militar do Rio de Janeiro (RJ), em 17 de novembro de 1970.



Figura 4¹²⁰

Como se observa, não eram poucas as razões de insatisfação dos militares com os governos petistas, sendo ainda mais evidentes em relação a Dilma Rousseff. E, às

¹¹⁹ O ocaso da potência que os militares ainda buscam afirmar, enquanto reminiscência da ditadura e de períodos anteriores – e, não por acaso, os mais entusiasmados entre eles são os mais velhos, remanescentes saudosos do período ditatorial –, deu-se bem a ver no desfile de 7 de setembro de 2021, a decadência dos equipamentos expostos ao público em pretensa demonstração de força encontrando representação caricatural no veículo que ficou conhecido como *tanque do fumacê*. Para agravar as contradições reveladas pelas circunstâncias, em que afirmações de potência simbólica eram desmentidas por demonstrações de impotência mecânica, o espetáculo de sucata deu-se em meio às conhecidas bravatas golpistas de Bolsonaro, em ameaça à democracia, ao STF e, na ocasião, com a promessa de que só sairia da presidência preso ou morto. Sobre o episódio, vale consultar: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4942819-fumace-desfile-de-tanques-em-brasilia-vira-meme-nas-redes-sociais.html> e <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58479785>. Acesso em: 2 out. 2024.

¹²⁰ Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2011/12/por-que-os-torturadores-de-dilma.html>. Acesso em 20 out. 2024.

divergências ideológicas históricas, haveriam de se somar receios relacionados ao fortalecimento da Comissão Nacional da Verdade e de alterações na Lei da Anistia.

Confrontados com seus fantasmas e diante da instabilidade do governo de Dilma em seu segundo mandato, quando o país foi efetivamente alcançado pelos efeitos da crise financeira internacional de 2008, os militares das FFAA não demoraram a encontrar em Michel Temer, emedebista e vice-presidente de Dilma, um importante aliado de ocasião. Temer inclusive conta em livro que, no ano anterior ao impedimento da presidente, se encontrou secretamente e por várias vezes com o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, e com o antigo oficial do Estado-Maior, general Sérgio Etchegoyen. Segundo Temer, havia receio por parte das FFAA de que o PT interferisse em sua carreira, em especial no acesso ao generalato e na formação dos militares nas academias. Diante dessas preocupações, teriam se encontrado com Temer para saber com que possibilidades deveriam se ocupar¹²¹.

Antes de prosseguir, interessante uma pausa para a leitura de algumas das considerações de Tales Ab'Sáber (2018) sobre Michel Temer:

Ele representa a organicidade da política em si, responsável somente pela conservação e expansão do sempre o mesmo. Seu poder vem, e ainda é, da máquina orgânica e profundamente enraizada de seu partido nos municípios do Brasil, o partido único de oposição que emergiu da Ditadura, e herdou o poder de controle da política desde o interior do Brasil, construído mesmo quando era a única opção permitida de oposição política nos 21 anos de Ditadura Civil-Militar no Brasil, os anos de 1960 e 1970. Os vinte e um anos de reserva de mercado política para o MDB, depois PMDB, agora MDB novamente. Porque no Brasil quando um partido vai completamente à falência se troca o seu nome, mas não os seus homens. MDB, o partido que gira ao redor do próprio eixo, que apenas se expande, amplia os negócios e controla fortemente a expansão da democracia no Brasil. A força de Temer, um *insider* orgânico, que herdou o PMDB paulista após a morte de Quéricia e a degradação política de Fleury, vem do enraizamento material da oligarquia política peemedebista em todo o Brasil, de municípios ao Congresso, herdada da própria administração feita na Ditadura Militar. É o passado incrustado no atual (Ab'Sáber, 2018, p. 16).

Embora tente edulcorar os objetivos desses encontros e, no geral, de sua aproximação com os militares, a história evidencia que o movimento era conspiratório. Villas Bôas, inclusive, permaneceu no comando do Exército depois que Temer assumiu a Presidência, tendo este, pela primeira vez desde a criação da pasta, em 1999, nomeado um militar, general Silva e Luna, para comandar interinamente o Ministério da Defesa¹²². Etchegoyen, por sua vez, foi nomeado ministro do novo Gabinete de Segurança Institucional

¹²¹ A propósito: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/11/02/interna_politica,1200319/em-livro-temer-revela-contato-com-militares-antes-impeachment-dilma.shtml . Acesso em: 03 out. 2024.

¹²² Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/general-silva-e-luna-e-o-primeiro-militar-a-assumir-ministerio-da-defesa.ghtml> . Acesso em: 3 out. 2024.

(GSI), recriado por Temer – cargo ocupado pelo atrabiliário general Augusto Heleno durante todo o mandato de Bolsonaro.

Não há dúvidas, portanto, de que as pretensões usurpadoras do emedebista Temer e o *impeachment* de Dilma abriram novas chances aos militares, que não perderam a oportunidade que lhes foi dada para, mais uma vez, se imiscuírem na política civil¹²³. Cumprem, dessa forma, o que se revela como verdadeira vocação, a qual, embora pouco confessável, na medida em que expõe um golpismo essencial, termina atestada pela história. Assim, na tentativa de resgatar o protagonismo perdido com o fim da ditadura, passaram a estender seus tentáculos por todos os nichos de poder a que tivessem acesso.

A propósito, ficaram conhecidos os tuítes do general Villas Bôas e sua utilização das redes sociais para pressionar o STF no tumultuado ano de 2018, justamente por ocasião do julgamento de *habeas corpus* impetrado em favor de Lula. Fosse concedida a ordem pleiteada na ação constitucional, Lula se veria livre e em condições de concorrer à Presidência nas eleições daquele ano. Cabe-nos, nessa conjuntura, recordar que a prisão de Lula se deu no bojo da chamada Operação Lava Jato e alterou todo o cenário político da disputa presidencial daquele ano, pavimentando o caminho para a eleição de Jair Bolsonaro.

Consigne-se que, já em 2021, o STF começava a colocar por terra a farsa lavajatista, invalidando por inúmeros motivos provas produzidas e decisões proferidas no curso da operação, que se revelou mais midiática e política que jurídica. Naquela ocasião, a *revista piauí* relembrou o estratégico ativismo digital de Villas Bôas e a influência que exerceu no STF. Vejamos¹²⁴:

Na segunda-feira, 8 de março, quando o ministro Edson Fachin anulou todas as sentenças que condenavam o ex-presidente Lula nas investigações da Lava Jato, o general Eduardo Villas Bôas, 69 anos, viu sua obra desmoronar subitamente. Com paciência e método, o general havia construído uma notável influência junto ao Supremo Tribunal Federal no decorrer de 2018, o ano decisivo em que Jair Bolsonaro foi eleito para o Palácio do Planalto. A estratégia de Villas Bôas ganhou a arena pública em 3 de abril daquele ano, quando o STF se preparava para votar um *habeas corpus* que poderia livrar Lula da prisão. O general, então no cargo de comandante do Exército, disparou uma nota de 239 caracteres em sua conta pessoal no Twitter. Dizia o seguinte: “Asseguro à nação que o Exército brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões constitucionais.” No dia seguinte, depois de quase onze horas de discussão, os ministros rejeitaram o *habeas corpus* do petista por uma margem

¹²³ As eleições de 2022 contaram com mais de 1.700 candidatos vinculados às forças de segurança, que incluem policiais, bombeiros militares e membros das FFAA. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/08/16/numero-de-candidatos-policiais-e-das-forcas-de-seguranca-cresce-27percent-em-2022.ghtml> . Acesso em: 4 out. 2024.

¹²⁴ A matéria, que terá dois de seus trechos transcritos, está disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-general-o-tuite-e-promessa/> . Acesso em: 3 out. 2024.

apertada: 6 votos a 5. Lula seria preso logo depois e estava definitivamente fora da eleição presidencial de 2018 (Gugliano & Monteiro, 2021, n.p.).

Note-se que, apesar dos poucos caracteres, a presteza golpista faz-se evidente no texto do general, uma vez que, exercendo pressão sobre a mais alta corte do país em julgamento crucial para os rumos da democracia, coloca o Exército ao lado dos brasileiros e “atento às suas missões constitucionais”, ameaça que não encontrou disfarce eficaz nos já esgarçados discursos moralistas e patrióticos com apelo anticorrupção – observe-se que o general refere-se ao que seria “o anseio de todos os cidadãos de bem” e dirige-se à “nação”, em “repúdio à impunidade”. Como nos mostra a Terceira República, esse alinhamento interessado não é novidade, o teor da nota reeditando o de muitos manifestos publicados naquela época – alguns deles aqui referidos, inclusive.

Ainda segundo a revista, o tuíte que o general definiu não como ameaça, mas como *alerta*, reverberou na Corte a que se destinava, produzindo frutos ainda naquele agosto de 2018. Naquele mês, o general recebeu a visita, em seu gabinete, do ministro que em poucos dias assumiria a presidência do STF, qual seja, Dias Toffoli, que teria então solicitado a Villas Bôas a indicação de um militar para integrar sua assessoria. Segundo a *piauí*:

O encontro, no entanto, foi bem mais do que isso. A um interlocutor, o general disse o seguinte, na época: “Ele [Toffoli] nos procurou e aí nos afirmou, nos garantiu: ‘Vocês fiquem tranquilos. Enquanto eu estiver na presidência [do STF] não haverá alteração da lei de anistia e tampouco outras coisas de caráter ideológico.’” Segundo o general, Toffoli também prometeu que Lula – a essa altura, já preso em Curitiba – não ganharia nenhum benefício jurídico até a eleição presidencial, que ocorreria dentro de algumas semanas. “Nos afirmou que até a eleição ele não ia pautar nada que alterasse a situação do presidente Lula, tanto do ponto de vista de punição de segunda instância, quanto da questão da lei da ficha limpa eleitoral.” (Gugliano & Monteiro, 2021, n.p.).

Inventariando as repetições até aqui relatadas para que prossigamos com desembaraço, podemos indicar, em relação aos militares, para além da histórica ojeriza à esquerda e aos valores que representa (com destaque para a igualdade), a efetiva participação em conluio golpista para atender aos interesses das elites – cujo pendor ao golpe também se atualizou –, pelo qual se alçou à Presidência da República representante de partido incapaz de a ela chegar pelo voto, qual seja, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). De uma só tacada, portanto, as FFAA recuperaram-se de dois fracassos históricos experimentados em 1961: além de impor a Dilma a derrota que se pretende *lavada* pelas formas de um *impeachment* que não conseguiram imprimir a Jango, contribuíram ativamente para conceder ao MDB de Temer o que não asseguraram à UDN de Lacerda¹²⁵. Tudo isso em meio aos tão conhecidos discursos moralistas, apelos patrióticos e clamores

¹²⁵ Com apoio em Nobre (2022), parece-nos que, à semelhança do que se passava com o *udenismo*, a ideia de *pemedebismo* – por conseguinte, de *emedebismo* – circunscreve “o que seria o conservadorismo *democrático* e sua maneira de operar” (pp. 61-62).

anticorrupção, os quais mal escondem a conhecida ousadia autoritária que retira sua arrogância decadente de priscas eras.

Após concorrerem para o *impeachment* de 2016 e influenciarem nas eleições presidenciais de 2018, os militares não hesitaram em subir a rampa do Palácio do Planalto com Bolsonaro, com quem inclusive compuseram chapa, uma vez que seu vice era o general da reserva Antônio Hamilton Martins Mourão, hoje senador pelo Republicanos.

Na tentativa de reeleição, em 2022, o apoio militar a Bolsonaro seguiu maciço. Dessa vez, coube ao general Walter Braga Netto, filiado ao Partido Liberal (PL), a composição da chapa na condição de vice.

A aliança entre Bolsonaro e considerável parcela das FFAA será objeto de novas reflexões em outro momento deste estudo. Por ora, basta pontuar que, fosse o contexto político mais favorável, interna e externamente, muito provavelmente essa união teria se estendido no tempo, para além da tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, que, embora possa repetir o que se passou em 1964 sob vários aspectos, não o faz sob tantos outros. Dentre eles, destacamos a inexistência de apoio suficiente tanto no que concerne às próprias FFAA, como no que diz respeito à sociedade civil, que acabara de eleger Lula para seu terceiro mandato como presidente da República. Some-se a isso a inexistência de apoio externo¹²⁶ e uma atuação muito eficaz do Judiciário, em especial do STF, no sentido de conter e debelar as mobilizações golpistas, do que, inclusive, tratamos anteriormente.

Dando prosseguimento à nossa proposta, urge abordar mais alguns pontos de contato entre o contexto de 1964 e a atualidade. Antes, como hoje, não se pode desprezar o peso da classe média e de membros de comunidades religiosas no crescimento e avanço da extrema direita no Brasil, com destaque para o bolsonarismo.

Se em 1964 houve a *Marcha da família com Deus pela liberdade*, nos últimos 10 anos foram muitas as mobilizações semelhantes, como se pôde observar inclusive na *Marcha para Jesus*, evento que mobiliza milhões de pessoas anualmente e que, nos últimos anos, se destacou pelos discursos politizados, Bolsonaro sendo presença constante. No mesmo sentido, oportuno relembrar que, em 2022, se tentou reeditar a *Marcha da família com Deus pela liberdade*, em comemoração a seu equivalente de 1964¹²⁷, o que faz prova da manipulação das repetições denunciadas, conforme sua utilidade. Entretanto, a

¹²⁶ Pelo contrário, vários líderes mundiais externaram publicamente sua solidariedade a Lula, dentre eles Joe Biden, presidente dos EUA à época. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64210028>. Acesso em: 3 out. 2024.

¹²⁷ A propósito: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2022/03/manifestantes-relembra-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade-em-ato-em-porto-alegre-cl0zsf1gg000q0165ft9z3k3b.html> e https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/11/12/interna_politica,1420508/bolsonaristas-reeditam-em-bh-a-marcha-que-antecedeu-o-golpe-de-1964.shtml. Acesso em: 3 out. 2024.

mobilização não contou com a adesão esperada pelo bolsonarismo, que terminou não colhendo grandes frutos da iniciativa.

Independentemente do nome dado, fato é que as mobilizações bolsonaristas, acionando significantes como *Deus*, *pátria* e *família*, invariavelmente contam com o engajamento de comunidades religiosas, sendo digna de nota a presença constante das lideranças evangélicas nesses eventos. Também é digna de nota a ressuscitação de um discurso anticomunista, que, não sem alguma surpresa, ainda se mostra vigoroso em deflagrar muitos pânicos, mesmo que estes não encontrem qualquer amparo na realidade.

Por fim, tal como se observava em 1964, também não há dúvidas de que a classe média segue conferindo apoio importante a essas mobilizações. A novidade fica a cargo da adesão das parcelas mais pauperizadas da população, o que se atribui à sua identificação com muitos dos valores e ideias nelas acionados, que vão desde os relacionados às pautas de costumes, até aqueles associados a questões religiosas e, mesmo, econômicas ou de mercado, como é o caso da concepção de liberdade pensada em oposição à intervenção estatal ou do discurso enaltecedor do empreendedorismo que lhe é correlato.

A esses temas, ainda retornaremos. Antes, porém, cumpre abordar, mesmo que brevemente, alguns eventos políticos os quais, em seu contexto, constituem marcos importantes para se pensar o surgimento e o avanço do bolsonarismo, movimento que, vale repetir, segue se apresentando como representação maior da extrema direita brasileira.

4.1.1 As promessas democráticas da Constituição de 1988 e as Jornadas de Junho de 2013: como as energias de mudança podem ser instrumentalizadas para que tudo permaneça como sempre foi¹²⁸

Ao cabo de um processo amplamente controlado pelos militares, após 21 anos de ditadura militar e por meio de eleições indiretas, um civil pôde novamente assumir o cargo de presidente da República. Isso, todavia, não ocorreu sem muitos sustos e reviravoltas.

Referimo-nos ao ano de 1985, em que Tancredo Neves foi eleito presidente da República após disputa com Paulo Maluf, candidato preferido pelos militares. A eleição deu-se por um Colégio Eleitoral, órgão integrado por membros do Congresso Nacional e delegados das assembleias legislativas de todo o país, os quais concederam 480 votos a Tancredo, cujo vice era José Sarney, e 180 a Maluf.

Cerca de 2 mil pessoas acompanharam a votação diante do Congresso Nacional. Em várias capitais multidões foram às ruas festejar o fim da ditadura. Elio Gaspari afirma que as comemorações com a vitória de Tancredo eram semelhantes às das

¹²⁸ O que nos remete à conhecida afirmação do personagem Tancredi, de *O leopardo*, obra de Giuseppe Tomasi di Lampedusa (2017/1958), no sentido de que é preciso que tudo mude para que tudo continue como está.

vitórias da seleção brasileira de futebol nas copas. “Chovia em Brasília e centenas de pessoas abrigavam-se debaixo de uma bandeira brasileira de 250 metros quadrados” (Gaspari, 2016, pp. 290-291 como citado em Ferreira, 2018, pp. 34-35).

A posse da chapa de Tancredo e Sarney estava marcada para 15 de março daquele ano. O evento, se representava motivo de comemoração para muitos, por outro lado, ainda despertava muita insatisfação entre grupos militares, especialmente os vinculados aos setores de informações, os quais, inconformados com a abertura, inclusive investiram em métodos terroristas para promover o caos que poderia ser determinante à manutenção das FFAA no comando político do país.

Em agosto de 1980 – sempre agosto –, uma carta-bomba matou Lyda Monteiro, secretária da OAB do Rio de Janeiro. A carta foi aberta na sede da instituição e era endereçada a Eduardo Seabra Fagundes, à época presidente nacional da Ordem¹²⁹.

Já em 30 de abril de 1981, esses grupos militares puseram em curso um plano que, fosse exitoso, poderia ter matado milhares de pessoas que se faziam presentes a um show comemorativo ao Dia do Trabalhador em um centro de convenções localizado na cidade do Rio de Janeiro. O episódio ficou conhecido como o *Atentado do Riocentro* e não alcançou seus objetivos por incompetência de seus executores.

O artefato, que deveria produzir lesões, mortes e pânico entre civis que participavam do show, acabou explodindo no momento em que era preparado por dois militares dentro de um carro. Enquanto o capitão Wilson Dias Machado sobreviveu à explosão, o sargento Guilherme do Rosário morreu ainda dentro do veículo.

Contrariando setores do Exército que desejavam a punição dos responsáveis pelo ato, prevaleceu a vontade dos que preferiam abafar o caso, de sorte que os envolvidos terminaram inocentados. Essa tensão expôs a fraqueza política do general-presidente João Batista Figueiredo e foi determinante à saída do governo, em protesto, do já então general Golbery do Couto e Silva. Evidenciavam-se, assim, as divergências internas que colocavam o ambiente das FFAA em ebulição, com riscos à própria instituição (Ferreira, 2018, p. 33).

Os militares contrários ao abandono do poder demonstravam sua força e ainda acreditavam que a abertura poderia ser interrompida, a possibilidade de manutenção do controle do processo político atestando-se pela não aprovação da chamada *Emenda Dante de Oliveira*, de 1984, pela qual se pretendia assegurar eleições presidenciais pelo voto direto. Essa derrota concorreu para a conclusão de que os militares não seriam retirados do poder pelo enfrentamento, emergindo como estratégia melhor para as oposições que se organizassem para vencer o regime segundo suas próprias regras, ou seja, submetendo uma candidatura à Presidência ao escrutínio do Colégio Eleitoral (Ferreira, 2018, pp. 33-34).

¹²⁹ Disponível em: <https://www.oab.org.br/noticia/20439/oab-lembra-os-30-anos-de-atentado-com-explosao-de-carta-bomba-no-rio> . Acesso em: 5 out. 2024.

Afinal de contas,

As Forças Armadas até aquele momento haviam derrotado todos os adversários: primeiro, a direita civil aliada no golpe de 1964, como Adhemar de Barros, e os liberais da União Democrática Nacional (UDN) que discordaram dos rumos do governo militar, cujo maior expoente era Carlos Lacerda; segundo, o movimento estudantil e a Frente Ampla – formada pelo udenista Carlos Lacerda, o pessedista Juscelino Kubitschek, o trabalhista João Goulart e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – ambos derrotados em 1968; terceiro, a esquerda armada; por fim, a grande mobilização das Diretas Já. Mesmo com a imensa participação popular nas ruas e a atuação dos partidos políticos, o poder militar impôs sua vontade (Ferreira, 2018, p. 33).

Fato é que, sendo impossível pelo enfrentamento direto, a vitória só pôde acontecer com a eleição da chapa de Tancredo Neves e José Sarney segundo as regras postas pelos militares, ou seja, pela votação do Colégio Eleitoral, em 1985, consoante anunciado. A posse de Tancredo, contudo, não aconteceu.

Cerca de uma semana antes da posse, marcada, como já dito, para o dia 15 de março de 1985, Tancredo começou a sentir-se mal. As dores que vinha sentindo na região do abdome se intensificaram progressivamente, evoluindo para um quadro febril que conduziu ao diagnóstico de uma infecção cujo tratamento demandaria intervenção cirúrgica.

Tancredo negou. Exigiu tratamento alternativo para tomar posse no dia 15 e receber visitantes estrangeiros no dia 17. Somente aí o político autorizaria a intervenção cirúrgica. Tancredo sabia que era vigiado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), e uma doença grave ou mesmo a morte seriam motivo para os setores radicais do Exército desfecharem um golpe. Por isso ele insistia em tomar posse. No dia 14, estava com o abdômen inchado e dificuldade para respirar. Segundo os médicos, tratava-se de bacteriemia – presença de bactérias no sangue (Ribeiro, 2015, pp. 750, 756 e 760). A cirurgia teria que ser imediata (Ferreira, 2018, p. 35).

A submissão do presidente eleito à intervenção cirúrgica impediria a posse, situação determinante de dificuldades quanto à definição daquele a quem competiria exercer as funções, se Ulysses Guimarães, na condição de presidente da Câmara dos Deputados, ou se José Sarney, vice na chapa de Tancredo. Na tentativa de se evitar uma nova eleição pelo Colégio Eleitoral, os políticos de oposição ao regime conseguiram costurar uma interpretação da Constituição que terminou possibilitando a posse de Sarney. Em fortalecimento a seus argumentos, afirmavam que a interpretação prevalente era a mesma de Tancredo, que, inclusive, só teria autorizado a cirurgia ao saber que Sarney seria empossado (Ferreira, 2018, p. 37).

Sarney, nessas circunstâncias, tomou posse no dia 15 de março de 1985, na condição de interino, assumindo definitivamente o cargo com a morte de Tancredo, em 21 de abril daquele ano, por septicemia, após submeter-se a diversas cirurgias. Uma vez que tratamos de repetições, um fato nos chama a atenção, na medida em que, pela impostura na derrota, aproxima o então general-presidente João Batista Figueiredo de Jair Bolsonaro:

O general João Figueiredo, desafeto político de Sarney, negou-se a passar-lhe a faixa presidencial e saiu pela porta dos fundos do Palácio do Planalto. Ninguém parecia perceber e nem se preocupar com o episódio. Os militares, que entraram no Palácio arrombando a porta da frente, saíram sem serem percebidos pela porta dos fundos (Ferreira, 2018, p. 37).

Pensando nas condições que viabilizam as repetições que, mobilizados pelo estranhamento, identificamos e analisamos neste trabalho, importante refletir sobre algumas das soluções de compromisso que firmamos no curso de nossa história, neste momento interessando destacar as garantias de impunidade concedidas aos militares no curso da transição para a democracia. Sabe-se que esse compromisso de imunizar os militares em relação a investigações e, mesmo, constrangimentos em decorrência dos muitos crimes praticados durante o regime foi assumido pelo próprio Tancredo, ao que Sarney aderiu com presteza.

Tivesse sido diferente a postura ou, dito de outro modo, tivessem sido os militares investigados e julgados por seus atos, bem como despidos dos privilégios que conseguiram preservar mesmo depois de 21 anos de regime autoritário, talvez não estaríamos nos deparando ainda hoje com essa *volta dos que não foram* (Victor, 2022), caracterizada pela mesma ousadia, sede de poder e disposição golpista que muito marcaram a Terceira República – embora não só ela. A fim de bem dimensionar a gravidade desse comprometimento, que melhor é definido como cumplicidade, oportuna a menção a dois casos.

Em certa ocasião, tendo planejado uma visita à Escola Superior de Guerra (ESG), o general Euclides Figueiredo vetou, de antemão, a presença do então governador do Rio, Leonel Brizola, no evento. Sarney dobrou-se à ordem do militar, optando por cancelar a visita. Em outra oportunidade, durante visita ao Uruguai, a deputada Bete Mendes, que integrava a comitiva presidencial, ali reconheceu o coronel Ustra como o militar que a havia torturado, enquanto esteve presa nas dependências do DOI-Codi de São Paulo. Apesar da denúncia e da repercussão do fato, Sarney manteve Ustra¹³⁰ como adido militar no Uruguai (Ferreira, 2018, p. 42).

Como se vê, Sarney fazia jus a toda antipatia que lhe dedicavam os opositores do regime ditatorial. Tratava-se, afinal, de um conhecido colaborador dos militares, entusiasta de muitas das restrições impostas às liberdades democráticas entre 1964 e o início da década de 1980. Isso autoriza a conclusão no sentido de que a transição democrática

¹³⁰ A propósito, com o apoio de Bolsonaro, 2.669 porto-alegrenses votaram e elegeram vereador o tenente-coronel Marcelo Ustra, parente do torturador Brilhante Ustra e ex-servidor do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) sob o comando do general Augusto Heleno. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2024/10/07/ex-gsi-primo-de-ustra-e-eleito-vereador-com-apoio-de-bolsonaro.htm>. Acesso em: 7 out. 2024.

estava a cargo de um defensor e fiel servidor da ditadura. Permite, ainda, inferir que a transição para a democracia se deu sob a tutela militar.

Sobre os compromissos da transição e a pusilanimidade que ecoavam, escreve Fábio Victor (2022):

A Nova República é filha de um acórdão. Traço cultural brasileiro desde a Independência, a opção por transições negociadas em vez de rupturas, preservando-se boa parte do poder dos que saem de cena, prevaleceu também ao final da ditadura. O pacto imposto pelos militares em 1979, com a revogação do AI-5 e a sanção da Lei da Anistia, prolongou-se nos primeiros anos do renascimento democrático, encontrando pouca oposição nas instituições fragilizadas e esgotadas por vinte anos de autoritarismo (Victor, 2022, p. 48).

E prossegue o autor:

Do lado dos políticos, em nome do término formal da ditadura, optou-se por escamotear as barbaridades com chancela oficial ocorridas nos porões. Era como se a vitória da ala do Exército liderada por Geisel e Golbery, infligindo sua abertura “lenta, gradual e segura” sobre Sylvio Frota e a linha-dura do regime – para citar –, fosse suficiente para aquele momento histórico. O acórdão estava escancarado desde o Compromisso com a Nação, uma carta-documento assinada em 7 de agosto de 1984 por Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves e Marco Maciel, que compunham a Aliança Democrática, união entre o PMDB de Tancredo e Ulysses e a Frente Liberal de Aureliano e Maciel. “Este pacto político propugna a conciliação entre a sociedade e o Estado, entre o Povo e o Governo. Sem ressentimentos, com os olhos voltados para o futuro, propõe o entendimento de todos os brasileiros”, dizia o texto (Victor, 2022, pp. 48-49).

Tomados do estranhamento induzido pelas tantas repetições do mesmo que nos dispusemos a analisar, com tranquilidade sustentamos que “olhos voltados para o futuro”, como diz a carta, é algo de que nunca desfrutamos enquanto sociedade. As elites, seus aliados e suas violências sempre operaram para que jamais houvesse um projeto de Brasil, até mesmo porque isso demandaria a inclusão de todos os brasileiros e, logo, a necessária restrição a seus gozos perpétuos – inclusive sobre grande parcela dos próprios brasileiros, que devem ser mantidos exploráveis para assegurar o lucro de seus senhores.

Entretanto, se de fato nossos olhos nunca se voltaram seriamente para o futuro, pode-se dizer que nunca faltaram discursos e promessas nesse sentido, frequentemente revestidos de uma estonteante retórica. Prova disso é o belíssimo texto da Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988, em que direitos fundamentais de todas as gerações se apresentaram aos brasileiros embrulhados para presente, aglutinando as esperanças e as melhores intenções daqueles que acreditavam em um futuro mais livre, justo e solidário.

Do extenso texto constitucional extraem-se imprescindíveis garantias às liberdades, além da previsão dos chamados direitos sociais, disposições em proteção à infância e juventude, aos idosos, ao consumidor e ao meio ambiente. Além disso, não só constitui a

democracia como nosso regime político, como disponibiliza mecanismos e investe instituições, com destaque para o Ministério Público, do dever de resguardá-la e à pluralidade de que se faz expressão.

A Constituição de 1988 equilibra as muitas liberdades asseguradas com a previsão de uma intervenção estatal eficaz em regulá-las e, assim, promover a redução das desigualdades, protegendo os mais vulneráveis em suas relações com partes mais poderosas – inclusive o próprio Estado. Impõe, ainda, ao Poder Público deveres relacionados a garantias de acesso à justiça, educação e saúde públicas de qualidade, um sistema tributário que deve se reger segundo a capacidade contributiva dos cidadãos, além de uma estrutura de assistência social capaz de reservar o mínimo de dignidade aos social e economicamente mais fragilizados.

Trata-se, portanto, de texto que pode ser considerado moderno, na medida em que expressa “uma tensão constante entre imperativos sistêmicos derivados do modo de produção capitalista e expectativas normativas igualitárias e universalizáveis” (Gomes, 2020, p. 267). Concebida após 21 anos de ditadura militar, é preciso reconhecer que a Constituição de 1988 reverbera as lutas sociais travadas contra os modos de produção e dominação capitalista, mais precisamente contra as desigualdades que dele resultam e que procura perpetuar. Ou seja, das lutas sociais, acolhe as

expectativas normativas igualitárias, expectativas essas traduzidas na linguagem dos direitos, linguagem variável conforme as distintas configurações paradigmáticas que esses direitos assumiram ao longo da Modernidade (direitos individuais e políticos; mais tarde, ao lado daqueles os novos direitos sociais, econômicos e trabalhistas; mais recentemente, ao lado de todos esses direitos anteriores, também agora direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos). Tais direitos, na medida em que possuem uma dimensão contra-sistêmica, não podem ser reconduzidos à condição de mera derivação do imperativo sistêmico basilar do modo de produção capitalista, derivando sua lógica específica, ao contrário, de expectativas normativas igualitárias oriundas de um mundo da vida configurado linguisticamente (Gomes, 2020, p. 269).

Fato é que a Constituição vinha cumprindo seu papel e, apesar de oscilações coerentes com a história brasileira, conseguiu sustentar por muito tempo a estrutura pública de bem-estar social prevista em seu texto, além de ter pavimentado a afirmação de uma pluralidade jamais vista no país. Aliás, as chamadas *Jornadas de junho de 2013* constituem exemplo vivo dessa afirmação de pluralidade a que nos referimos e, mais que isso, como bem se revelou *a posteriori*, deu a ver no mundo dos fatos a tensão entre os imperativos sistêmicos derivados do modo de produção capitalista e as expectativas normativas igualitárias e universalizáveis a que se refere David Gomes (2020).

Não obstante os tempos de aparente calma, eram muitos os mal-estares sociais e subjetivos mais profundos que foram adquirindo força sob a superfície e explodiram nas

reivindicações que ganharam as ruas brasileiras naquele outono de 2013 (Zizek, 2013). Expandindo-se espontaneamente, o movimento tomou diversas cidades do país, com destaque para o observado em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre. Não tendo sido convocadas por partidos ou agremiações de cunho político tradicionais, como são os sindicatos, por exemplo, as mobilizações, a princípio, veiculavam demandas que podiam ser associadas tanto às pautas de esquerda, como às da direita, ou, mesmo, a nenhuma delas, não sendo raros os casos dos que aderiram às manifestações porque atraídos pela força das multidões nas ruas.

O direito à cidade – passe livre no transporte público –, à saúde e educação de qualidade (*padrão FIFA*) e os protestos contra a corrupção até podem ser apontados como algumas das motivações centrais das manifestações. Entretanto, independentemente das cores que se possam atribuir a cada uma das bandeiras levantadas nas mobilizações, do vermelho da justiça social ao verde e amarelo de um patriotismo destro, certo é que o vigor do movimento advinha da vazão de revoltas as mais diversas que, no fim das contas, viessem da direita, do centro ou da esquerda, confluíam contra pelo menos um alvo em comum: o modelo econômico-político-eleitoral brasileiro, “que se concretiza nas cidades e impacta profundamente a vida cotidiana” (Rolnik & Andrés, 2023, p. 30), o que podemos definir resumidamente como o *sistema*. Mais: essas revoltas passavam a se afetar e se comunicar por meios virtuais que também terminaram por se revelar bastante eficazes em catalisá-las e organizá-las.

Protestava-se contra tudo: contra a má qualidade dos serviços públicos, contra os gastos exorbitantes com os megaeventos esportivos – em especial as construções de estádios a valores superfaturados que começavam a ser revelados pela imprensa –, contra o oligopólio dos meios de comunicação, principalmente o da TV Globo, contra os políticos, contra a dominação dos partidos sobre os movimentos populares, contra a violência policial, contra a miséria, contra o desemprego. As palavras de ordem iam de “Queremos hospitais e escolas padrão FIFA” – numa crítica às despesas com a Copa e ao baixo investimento em programas sociais – até “Os governantes agora somos nós¹³¹”.

...

A difusão da revolta foi facilitada por uma novidade na forma de comunicação entre os manifestantes: as mensagens virtuais, via celulares, e as mídias alternativas. Dessa forma, era possível reunir uma multidão em pouco tempo. Misturado a ela, surgiu um novo tipo de manifestante: os black blocs, jovens encapuzados e violentos, com sanha destrutiva (Dieguez, 2022, pp. 30-31).

É nas chamadas *Jornadas de junho de 2013*, portanto, que, em nossa história recente, se redescobre o potencial engajador dos discursos antissistema (“contra tudo isso que está aí”), cuja impressionante força em boa medida se pode atribuir a um engenhoso artifício que, inclusive, foi objeto de abordagem neste estudo: a capacidade de encobrir os

¹³¹ Qualquer semelhança com o já referido lema “O povo pelo povo”, que tomou o Rio Grande do Sul durante as enchentes deste ano de 2024, não é mera coincidência.

mais virulentos afetos e ideologias com o manto mágico da neutralidade política, da imparcialidade própria a um juiz mítico. Dizemos do acionamento de fantasias que alçam aqueles que se identificam como sendo antissistema acima de interesses partidários ou, mesmo, políticos – segundo creem –, representantes do bem em uma cruzada contra o mal.

Sobre isso, algumas considerações mostram-se oportunas. Os discursos antissistema têm um poder que merece destaque se pensamos no bolsonarismo como um movimento fascista, representação maior da extrema direita que, por aqui, ganhou destacado impulso a partir das *Jornadas de junho de 2013* (Dieguez, 2022). Dizemos de sua capacidade de engendrar grupos a partir dessa ideia de isenção política e pureza ideológica, fantasias bem definidoras daqueles que se identificam como *cidadãos de bem*. E a concepção de bem, como cediço, é relativa, de sorte que o mal é necessário para confirmá-la, dessa lógica emergindo a condição maior para a coesão desses grupos – elemento caracterizador do fascismo –, qual seja, a existência de um inimigo – ou de inimigos – que represente o mal, o qual, sabemos, passou a ser interessadamente identificado com a esquerda e as pautas progressistas.

Um caso específico pode ajudar-nos a bem divisar a virulência política que se deu a exhibir com cada vez menos pudor a partir de junho de 2013. Referimo-nos à participação efetiva do empresário paulistano Marcello Reis naquelas mobilizações e na difusão de elementos que conformariam as narrativas e o imaginário antiesquerda que progressivamente tomaram o Brasil, culminando na violência cuja melhor expressão se deu a ver na tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023.

Sobre o referido empresário, conhecido entusiasta da ditadura militar, escreve Camila Rocha (2023):

Reis, hoje ex-marido da deputada federal Carla Zambelli (PL), era proprietário de uma página do Facebook intitulada *Revoltados Online*, criada em 2010, cujas origens remontam a uma comunidade do Orkut fundada em 2006 e utilizada para buscar suspeitos de pedofilia na internet. Neto de militares, o empresário foi criado pelo marido de sua prima, um metalúrgico espanhol antigrevista que reclamava das paralisações conduzidas por Lula na década de 1980 e o chamava de “sapo barbudo” e “vagabundo”, adjetivos que o empresário adotou desde a infância para se referir ao ex-sindicalista (Rocha, 2023, pp. 96-97).

Impossível não relacionar a difusão do uso da palavra *vagabundo* associada à ideologia de esquerda ao ativismo digital de administradores de páginas como era a *Revoltados Online*. O ódio que hoje permeia discursos e relações políticas já estava sendo dedicadamente insuflado e produzido naquela época.

Seguimos com Camila Rocha (2023):

Após 2010, a página dos *Revoltados Online* passou a integrar o ecossistema digital das direitas emergentes quando seus membros começaram a expressar a própria inconformidade com a corrupção na política e com o PT de modo mais explícito e

agressivo. Porém, foi a partir das manifestações de Junho de 2013 que discursos que mobilizavam os temas da anticorrupção e do antipetismo, que já circulavam em páginas de direita na internet desde o escândalo do mensalão, se tornaram centrais para o ativismo de direita nas redes e nas ruas. E, para tanto, a atuação dos Revoltados Online foi fundamental (Rocha, 2023, pp. 96-97).

Muito embora ali tenha se dado a união das novas direitas em torno de um projeto de poder que excluía a esquerda e não dispensava a violência, nem por isso pensamos que seja possível definir as mobilizações do outono de 2013 como o ovo da serpente do fascismo bolsonarista que emergiria alguns anos depois, como o faz Dieguez (2022) e sugere a própria Dilma Rousseff no prólogo do livro *Junho de 2013: a rebelião fantasma* (Rousseff, 2023). Isso porque, pelas razões que consideramos suficientemente articuladas neste trabalho, esse espírito fascista está arraigado em nossa própria sociabilidade (Souza, 2019), nas violências e no autoritarismo que a costuram com o mesmo fio com que se teciam as relações de dominação escravocratas¹³².

Todavia, mesmo que não possam ser definidos como o ovo da serpente, certo é que, como se pôde antecipar, os movimentos de 2013 descortinaram afetos à deriva e passíveis de instrumentalização por quem melhor soubesse apresentar sentidos capazes de atraí-los e orientá-los. Foi justamente o que a esquerda não soube fazer e o que as novas direitas¹³³ fizeram com maestria, com destaque para os métodos de engajamento de que se valeram suas alas mais radicalizadas, das quais emergiu o bolsonarismo, também se aproveitando das energias disponibilizadas em 2013, cuja reciclagem não cessa de acontecer¹³⁴.

Segundo Rolnik e Andrés (2023):

¹³² Na mesma linha do que afirmou Marilena Chauí em entrevista concedida a Juca Kfourri, quando disse que os movimentos de 2013 deixavam entrever um fascismo que é subterrâneo à sociedade brasileira. Aliás, tendo dito isso, não definiu as mobilizações de 2013 como sendo o ovo da serpente, ainda que tenha se valido da expressão. Isso contraria o que muitos concluíram de suas afirmações. A entrevista está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CCwnvbA93_U&list=PLDMooGemPD3GFwCT71BPhtwzILlzuYPbK. Acesso em: 6 out. 2024.

¹³³ Essas novas direitas compreendem coletividades políticas constituídas por evangélicos, agentes das forças de segurança, representantes do agronegócio (Nobre, 2022), além de entusiastas do ultraliberalismo, todos com presença nas casas legislativas e no Executivo de municípios e estados.

¹³⁴ Do que é prova o novo fenômeno político à extrema direita protagonizado pelo influenciador digital Pablo Marçal, cuja campanha para prefeito da cidade de São Paulo evidenciou, mais uma vez, o poder de afetos como o ódio e a violência que dele decorre no engajamento do eleitorado. Ao final do primeiro turno, ocorrido em 06 de outubro de 2024, Marçal logrou conquistar 1.719.274 votos, que correspondem a 28,14% dos eleitores que foram às urnas, com uma diferença de 56,8 mil votos em relação ao segundo colocado, Guilherme Boulos. A disputa foi acirrada e, ao término do primeiro turno, a distância entre o primeiro colocado, Ricardo Nunes, e o terceiro, Pablo Marçal, foi de apenas 1,34%. Os votos brancos e nulos, totalizando 684.536, superaram a votação da quarta colocada, Tabata Amaral, que obteve 605.552 votos. A abstenção também chama a atenção em São Paulo. Mais de 2,5 milhões de pessoas deixaram de votar, o que corresponde a 27,34% do eleitorado e supera a votação do primeiro colocado no primeiro turno, Ricardo Nunes. Inevitável interpretar a abstenção como reflexo da generalizada perda de confiança no sistema político. A propósito: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/diferenca-de-cerca-de-55-mil-votos-deixa-pablo-marcal-fora-do-segundo-turno/> e <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/abstencao-supera-votacao-tanto-de-nunes-quanto-de-boulos-em-sp/>. Acesso em: 7 out. 2024.

Mais uma vez, como ocorrera reiteradamente na história brasileira, o sistema político se fechou, em vez de enxergar a possibilidade de utilizar a tempestade nas ruas para enfrentar o modelo vigente. O PT, que vocalizara boa parte das demandas colocadas pelos manifestantes de Junho nas décadas anteriores, encarou os protestos como risco, perdendo a oportunidade de lançar uma agenda mais radical e robusta de reforma urbana. Uma grande coalizão da repressão foi montada, a fim de evitar que os protestos se replicassem durante a Copa de 2014. As ocupações de câmaras municipais e assembleias legislativas, e os protestos por direitos de professores, garis e pela melhoria do transporte que ganharam escala após Junho foram duramente reprimidos. Milhares de manifestantes foram presos, agredidos, pintados como terroristas nas páginas de jornais. Assim, criou-se o vácuo das ruas que seria aproveitado por uma nova direita política que crescia em escala e organização (Rolnik & Andrés, 2023, pp. 30-31).

E concluem os autores:

Nesse contexto, não foi difícil para a direita – econômica, política, midiática e atuante no Judiciário – capturar os desejos frustrados de transformação que emergiram em Junho de 2013 e converter a insatisfação em uma luta contra “os corruptos do PT”. O que veio em seguida é amplamente conhecido – o golpe que destituiu Dilma Rousseff sem crime de responsabilidade e a ascensão de Bolsonaro e da ultradireita (Rolnik & Andrés, 2023, p. 31).

Vê-se, portanto, que, incapaz de interpretar e acolher os afetos e interesses que se expressavam nas manifestações do outono de 2013 e, mais que isso, demonstrando uma absoluta inépcia no que diz respeito às interações virtuais, que se tornaram um ambiente político talvez mais importante que aqueles constituídos pelas interações face a face (não mediadas por dispositivos tecnológicos de comunicação), a esquerda brasileira, em especial o PT, se viu mais uma vez exposta ao golpismo nato de nossas direitas¹³⁵. E dele foi vítima consumada, apanhada em um arranjo midiático, judicial e parlamentar que culminou na deposição ilegítima da presidente Dilma Rousseff, em 2016, o que atestou, nas suas próprias palavras, “uma transição democrática ainda inconclusa, cujo avanço esbarra em formidáveis interesses econômicos e políticos” (Rocha, 2023, p. 10).

O que era ruim, todavia, viria a piorar, uma vez que os afetos expostos e atizados em 2013 ainda seriam instrumentalizados nas eleições presidenciais de 2018, em que medo, ressentimento e ódio convergiram para assegurar uma vitória democrática à extrema direita brasileira, o bolsonarismo ascendendo ao poder com um discurso antissistema cuja

¹³⁵ Sempre oportuno lembrar que as mobilizações golpistas de 8 de janeiro de 2023, que conformaram a intentona bolsonarista contaram com o apoio de forças de segurança, mediante ações e omissões (já referidas, inclusive), além de terem sido financiadas por pessoas físicas e empresários de diversos setores. Sobre a questão, indicamos: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/20/atos-golpistas-o-que-a-abin-rastreou-sobre-financiadores-e-novas-tentativas-de-ataques.ghtml> e <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/17/quem-sao-as-pessoas-e-empresas-suspeitas-de-financiar-atos-golpistas.htm>. Acesso em: 7 out. 2024.

demagogia se expõe à mínima crítica¹³⁶. Afinal, não pode ser antissistema um capitão do exército reformado que ocupava cargos políticos desde 1989, quando foi eleito vereador da cidade do Rio de Janeiro¹³⁷.

É, portanto, possível dizer que as diversificadas cores que distinguiram as revoltas daquele outono de 2013, especialmente em seu início, desbotaram até adquirir o tom cinza chumbo de uma espessa bruma que encobriu os horizontes de nossa democracia. Aliás, o cinza e o chumbo são signos que remetem a alguns de seus mais fiéis inimigos, os quais, como sabemos, retornariam maciçamente à cena política nacional em 2018.

4.1.2 O impeachment de Dilma Rousseff: golpe branco à moda brasileira

Você acha que os fins justificam os meios, por mais abjetos que sejam. Eu lhe digo: O fim é o meio pelo qual você o atinge. O passo de hoje é a vida de amanhã. Fins grandiosos não podem ser alcançados por meios torpes. Isso você provou em todos os seus levantes sociais. A mesquinhez e a desumanidade dos meios fazem com que você seja mesquinho e desumano, e tornam os fins inatingíveis (Reich, 2007, p. 76).

Como tratamos de repetições e do estranhamento que nos causam, convocando-nos à tentativa de interpretá-las, é chegada a hora de, nos limites deste estudo, nos dedicarmos à análise contextual do golpe imposto à presidente Dilma Rousseff em 2016, sob a forma de *impeachment*. Parece que o impedimento que se tentou infligir a João Goulart em 1961 acabou se consumando 55 anos depois, contra uma presidente de esquerda, eleita democraticamente e que, de igual modo, dava curso a políticas voltadas à redução das desigualdades brasileiras, mas que, também por isso, não contava com a simpatia das elites e dos militares.

Há, entretanto, algumas diferenças politicamente bastante relevantes que bem distinguem aqueles tempos em relação aos nossos. Se, na década de 1960, o mundo ainda sofria os efeitos do espírito da Segunda Grande Guerra, o que remete à polarização que por muito tempo dividiu a política internacional entre comunistas e capitalistas, além de uma tensão constante diante da possibilidade ou mesmo da probabilidade de um novo conflito militar em escala mundial, o fantasma de inimigos armados internos ou externos há muito já não encontra qualquer suporte na realidade em se tratando de ameaça à soberania do Brasil.

¹³⁶ O que nos lembra Tim Maia em uma de suas frases lapidares: “A demagogia é a pior das mentiras, porque é uma mentira mentirosa”.

¹³⁷ Bolsonaro foi vereador no Rio entre 1989 e 1991, deputado federal entre 1991 e 2018, além de presidente do Brasil entre 2019 e 2022. Em seus quase 30 anos de legislativo nacional, aprovou apenas 2 projetos de lei. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2017/07/em-26-anos-bolsonaro-apresentou-171-projetos-dois-foram-aprovados-9850750.html> . Acesso em: 13 out. 2024.

O contexto de paz que se estabeleceu especialmente com o fim da polarização ideológica aos modos do que se passava no contexto da Guerra Fria – que encontra símbolo maior na queda do muro de Berlim, em 1989 – não se mostrava acolhedor a golpes militares tais quais os fomentados pelos EUA por toda a América Latina na segunda metade do século passado. Ademais, trata-se de um tipo de violência que, considerando a importância alcançada pelo Brasil na cena política internacional – especialmente consolidada nos dois primeiros mandatos de Lula –, não seria legitimada pelas lideranças mundiais.

Nessas circunstâncias, tendo ainda em vista a relativa estabilidade política interna, o sucesso da retomada do poder político pelo consórcio de elites internas e externas passou a depender de estratégias e manobras menos estrepitosas. Até mesmo a fim de evitar a legitimação e o fortalecimento de resistências que contra elas eventualmente se insurgissem, nas duas primeiras décadas deste século XXI, golpes militares ainda não se apresentavam como a opção mais adequada quando o que se pretendia era eliminar obstáculos ao livre curso de um capitalismo já sem concorrência, que se expandia como neoliberalismo.

Certo é que, embora não fossem novidade por aqui, as investidas do neoliberalismo encontraram nos governos do PT um incômodo entrave à colonização definitiva de nosso país em proveito dos interesses do Mercado. Afinal, além de conservar o controle público de empresas de importância estratégica em termos de mercado – como é o caso da Petrobras –, desagradar o empresariado com intervenções nas relações trabalhistas e restrições ambientais, os representantes do PT ainda resistiam ao desmonte de nosso aparato estatal de bem-estar social, tudo mirando um projeto de país mais igualitário, menos injusto.

Entre 2002 e 2016, não sem concessões, o PT resistiu como pôde ao neoliberalismo, sabedor de que, uma vez definitivamente instalado, implementaria por aqui um modelo de capitalismo acelerado que assumiria suas formas mais selvagens, vorazes ao ponto de consumir não só nossas reservas, como as de todo o mundo, desertificando-o. Trata-se, aliás, de uma desertificação que deve ser compreendida na polissemia a que se abre o substantivo no contexto neoliberal, cuja expressão econômica se dá através de um ultraliberalismo de financeirização verdadeiramente parasitário, uma vez que tende à progressiva substituição do investimento em atividades diretamente produtivas pelo acúmulo gerido por intermédio de canais financeiros.

Estando na gênese da crise que se instalou por aqui desde 2013 e que teima em não nos deixar, a questão do neoliberalismo convoca a algumas reflexões, as quais iniciamos defendendo que o parasitismo que lhe é característico padece de uma falha essencial, qual seja, a forte tendência a exterminar seu hospedeiro. E isso se dá a ver por alguns motivos.

Primeiramente, parece-nos que há um limite real em que a fantasia de autorreprodução do capital tende a esbarrar, o qual coincide com a redução insustentável das atividades diretamente produtivas, os acúmulos excludentes que enseja mesmo entre os investidores, além da consequente impossibilidade de satisfação das demandas inerentes às sociedades e suas necessidades – inclusive as básicas –, justamente por afetar de forma deletéria as atividades diretamente produtivas. Em especial no que diz respeito ao mercado de ações, a lógica desse sistema e a possibilidade de que seja tomado por especuladores, não por acaso, envolvem riscos individuais e coletivos que encontram toco e reduzido simulacro no modo de funcionamento do conhecido golpe da pirâmide financeira, a ausência de lastro suficiente para satisfazer a ambição investida por todos os que ingressam nesse jogo em busca de ganhos vultosos e rápidos apresentando-se, senão como certeza – no caso das pirâmides –, ao menos como verdadeira probabilidade – no caso dos mercados de ações –, como bem demonstram as inúmeras e desastrosas quebras de bolsas de valores ao longo da história, bem ilustradas pelo conhecido caso da *Bolha das tulipas* (ou *tulipomania holandesa*)¹³⁸, a primeira grande bolha especulativa na história das finanças, ocorrida no século XVII.

Esses abalos financeiros, as quebras passariam a ser uma característica normal dos mercados de capitais. E, apesar de todos os esforços reguladores feitos para eliminar essa instabilidade, continuaram a sê-lo – e haverão de continuar. A instabilidade reside no coração do sistema e é parte essencial dele. Onde há aposta, sempre haverá ganhadores e perdedores. A especulação pode desunir temporariamente essa conjunção. É possível que todos ganhem (enquanto a bolha se expande), mas isso significa que é possível também que todos percam (quando a bolha estoura) (Strathern, 2003, p. 26).

Em segundo lugar, é preciso reconhecer que o próprio planeta tem seus limites. Os eventos climáticos recentes – e especialmente os deste ano de 2024, em termos de Brasil – bem o atestam, evidenciando que o modelo predatório de um capitalismo que se desconecta das atividades produtivas e de seus efeitos sobre o meio ambiente avança para o esgotamento da Terra, e mais rápido do que anunciavam as mais pessimistas previsões¹³⁹. Assistimos a um processo amplo, porque não apenas político, de legitimação da pleonexia, que consiste na “vontade de ter mais e de querer ter sempre e ainda mais” (Dufour, 2015, p. 12), a dispensa do *métron* e a vitória da *hýbris* anunciando, segundo a mitologia grega, que

¹³⁸ Sobre a desconexão entre preços praticados e valores que contem com referências concretas – como é o caso do conhecido *preço de custo* –, interessante a seguinte formulação: “O dito ‘tudo tem preço’ avançara agora até o ponto em que o preço era tudo. A flor intrinsecamente desprovida de valor era agora inestimável. O dinheiro se dissociava da realidade que avaliava” (Strathern, 2003, p. 25).

¹³⁹ A propósito: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/mundo-atinge-limite-pre-colapso-com-aquecimento-global-de-15-oc-em-julho/>. Acesso em: 9 out. 2024.

a tragédia é certa e, nesse caso, não nos lega quaisquer heróis, uma vez que a desmesura a reclamar castigo em nada toca o divino.

Neste ponto, algumas considerações mostram-se pertinentes, além de necessárias. Segundo Dufour (2015), a proibição da pleonexia é estreitamente relacionada à proibição do incesto, ambas dizendo de desmesuras que atingem em cheio o laço social a partir de uma ambição de ter mais que sua própria parte, ou seja, um *a mais* que não se deve acessar. Diz-se, portanto, de gozo não restrito e da morte a que conduz, a sociedade ocidental experimentando os efeitos do que o filósofo define como uma “virada libidinal do capitalismo” (Dufour, 2015, p. 28), pela qual se passa de uma ordem voltada ao controle das paixões para um regime que se expande em escala mundial e que tem por princípio regente explorá-las ao máximo, extraindo tudo da pleonexia humana em proveito de uma cada vez mais restrita minoria.

Reportando aos gregos, é justo aí que se anuncia o castigo que tal desmesura reclama: enquanto o regime ultraliberal da pleonexia pensa ter ganhado o mundo, em verdade o perde pela destruição que impõe ao planeta e que é condição de sua expansão. Divisamos, nas dinâmicas expostas, um sistema que aufere mais-valia da mais-valia, um moto-contínuo pulsional que desvela um gozo impassível de apreensão simbólica e que, por isso, anuncia a pulsão de morte (Dufour, 2015, p. 28).

Posto isso, após ter analisado as razões econômicas e socioambientais pelas quais entendemos que o parasitismo ultraliberal tende a matar seu hospedeiro, é hora de abordarmos o que revela, em termos subjetivos, a faceta mortífera das políticas neoliberais – que incluem o ultraliberalismo como sua expressão econômica. Nesse sentido, destacamos que a conclusão quanto à desertificação do mundo, se pôde ser antevista em sua literalidade, dada a devastação ambiental que já produz efeitos assustadores, deve agora ser interpretada enquanto metáfora, considerados seus efeitos nas relações intersubjetivas.

A normalização da pleonexia, como é de se deduzir, outra consequência não pode ter senão a instauração de uma guerra de todos contra todos, aos moldes daquela aludida por Hobbes (1651/2006, pp. 96-97) e contra a qual o filósofo opõe o Estado (representação da Lei), estrutura que se faz legitimada por um pacto social e que representa, resumidamente, a resultante das liberdades nele investidas para que a liberdade do mais forte não possa prevalecer contra a dos mais fracos, situação, por sua vez, definidora de um estado de permanente conflito, real ou iminente. Tendo ou não lido Hobbes, fato é que Freud associou o mal-estar inerente à civilização a essa possibilidade, que é, no mínimo, intuída por cada sujeito como causa de impedimento à fruição irrestrita de seus impulsos e, por conseguinte, razão primeira da frustração que disso decorre.

Segundo Freud (1930[1929]/1997b):

A vida humana em comum só se torna possível quando se reúne uma maioria mais forte do que qualquer indivíduo isolado e que permanece unida contra todos os indivíduos isolados. O poder dessa comunidade é então estabelecido como “direito”, em oposição ao poder do indivíduo, condenado como “força bruta”. A substituição do poder do indivíduo pelo poder de uma comunidade constitui o passo decisivo da civilização. Sua essência reside no fato de os membros da comunidade se restringirem em suas possibilidades de satisfação, ao passo que o indivíduo desconhece tais restrições. A primeira exigência da civilização, portanto, é a da justiça, ou seja, a garantia de que uma lei, uma vez criada, não será violada em favor de um indivíduo (Freud, 1930[1929]/1997b, p. 49).

E prossegue:

Isso não acarreta nada quanto ao valor ético de tal lei. O curso ulterior do desenvolvimento cultural parece tender no sentido de tornar a lei não mais expressão da vontade de uma pequena comunidade – uma casta ou camada de uma população ou grupo racial –, que, por sua vez, se comporta como um indivíduo violento frente a outros agrupamentos de pessoas, talvez mais numerosos. O resultado final seria um estatuto legal para o qual todos – exceto os incapazes de ingressar numa comunidade – contribuíram com um sacrifício de seus instintos, que não deixa ninguém – novamente com a mesma exceção – à mercê da força bruta (Freud, 1930[1929]/1997b, p. 49).

Não são essencialmente diferentes as conclusões de Freud em *Totem e tabu* (1912-1913/2005), na medida em que identifica na sacralização do pai morto, representado na figura totêmica, essa terceira instância da qual emana a Lei capaz de agregar os irmãos parricidas em torno de uma ordem que termina fortificada enquanto remete ao regramento do próprio morto, a qual se funda em duas proibições: do incesto e do parricídio. Em nome do Pai, idealizado no totem, os irmãos renunciam ao gozo pleno que os induziria à rivalidade insuperável, à guerra constante, reconhecendo-o como um gozo exclusivo Daquele já morto – o *ao menos um não castrado*. Assim, unidos por tabus comuns que singularizam seu clã sob a representação totêmica, podem iniciar seu trabalho de cultura, que envolve processos de deslocamento da libido em sua plasticidade, com a sublimação da parcela de gozo à qual se renunciou, e a instauração das relações de troca com outros clãs singularizados a partir de seus próprios totens e interditos (Freud, 1912-1913/2005).

Expresse ou não uma verdade científica, a importância da teoria desenvolvida por Freud em *Totem e tabu* – à semelhança do que se ressaltou em relação à filosofia de Hobbes – deve-se muito mais ao fato de, mais uma vez, nos colocar diante do que há de irreduzível na condição humana. Diz-se, pois, da incontornável dependência do sujeito, enquanto ser de linguagem, de uma Lei que o relacione a outros que, representando-a e transmitindo-a, possam inseri-lo na cultura que é sua única natureza possível, fora da qual não se cogita a existência humana. Afinal:

Ainda não se descobriu outra forma de existência humana a não ser a compartilhada com outros seres humanos; e tal compartilhamento não se faz possível se não sob a

mediação de alguma Lei que se mostre suficientemente capaz de possibilitar essa coexistência. Ou seja, uma Lei que distancie e aproxime, diferencie e iguale ao ponto de possibilitar a consciência da alteridade, capaz de impedir que um excesso de proximidade e igualdade converta o outro em objeto apropriável para consumo, passível de ser narcisicamente devorado; ou que um excesso de distanciamento e diferença o torne alienígena, dessemelhante ao ponto de poder ser reificado, posto à mercê de uma vontade alheia (Costa, 2013, p. 111).

Posto isso, sentimo-nos seguros para afirmar que a desertificação subjetiva ensejada pelo neoliberalismo ocorre justamente com a normalização da pleonexia, por meio da qual se efetiva a colonização das próprias subjetividades por imperativos do capitalismo, que, assim, passa a permear todas as dimensões da vida do sujeito, inclusive as mais íntimas, inserindo-o numa lógica concorrencial própria às empresas e ao mercado (Dardot & Laval, 2016). Dizemos, portanto, de um *capitalismo total*, que assim se dá a conhecer ao ultrapassar as últimas trincheiras capazes de deter sua expansão sem controle, ao colonizar – e devastar – as dimensões da vida em que o sujeito sempre pôde encontrar-se a si mesmo através dos laços que estabelece com seus outros, iguais porque diferentes, alteridades instituintes por se reconhecerem reciprocamente sob a mediação de uma Lei que igualmente lhes transcenda.

Referindo-se ao ano de 2008, mais precisamente ao contexto de estragos da crise financeira internacional cujos efeitos mais fortes se fizeram sentir, em termos de Brasil, nos mandatos de Dilma Rousseff, assim escrevem Dardot e Laval (2016):

. . . a crise não foi suficiente para fazer o neoliberalismo desaparecer. Muito pelo contrário, a crise apareceu para as classes dominantes como uma oportunidade inesperada. Melhor, como um modo de governo. Ficou demonstrado que o neoliberalismo, apesar dos desastres que engendra, possui uma notável capacidade de *autofortalecimento*. Ele fez surgir um sistema de normas e instituições que comprime as sociedades como um *nó de força*. As crises não são para ele uma ocasião para limitar-se, como aconteceu em meados do século XX, mas um meio de prosseguir cada vez com mais vigor sua trajetória de *ilimitação*. O capitalismo, com ele, não parece mais capaz de encontrar compensações, contrapartidas, compromissos. A maneira como a crise de 2008 foi provisoriamente superada, com uma inundação de moeda especulativa emitida pelos bancos centrais, mostra que a lógica neoliberal escapa de maneira extraordinariamente perigosa (Dardot & Laval, 2016, p. 8).

E a dominação das subjetividades pelo capitalismo, como vínhamos nos referindo, passa necessariamente pelo desmonte de qualquer estrutura pública e, por consequência, de qualquer aparato de Estado capaz de restringir as liberdades absolutas e os interesses do Mercado em proteção a uma coletividade, às dimensões do comum. O neoliberalismo, como expressão política de um capitalismo total, quer o Estado só para si, para assegurar que os representantes do Mercado não apenas contem com financiamentos e condições ideais para o exercício de suas atividades, como também atuem livres e desembaraçados das pretensões igualitárias dos por eles explorados. Para que a pleonexia possa bem servir

de engate subjetivo ao projeto neoliberal, de modo a facilitar que o capitalismo deslize sem freios e em aceleração, imprescindível que se minem as ações coletivas, que se desfaçam as redes de solidariedade pública, que a concorrência em todos os níveis engendre novos modos de subjetivação resistentes à alteridade e, logo, à cidadania, à ação política, ao trabalho de cultura (Dardot & Laval, 2016).

Se o outro é visto como adversário, a própria política passa a ser objeto da mais invencível desconfiança, o que inviabiliza de antemão a construção de projetos comuns que possam legitimá-la. “Abstenção eleitoral, dessindicalização, racismo, tudo parece conduzir à destruição das condições do coletivo e, por consequência, ao enfraquecimento da capacidade de agir contra o neoliberalismo” (Dardot & Laval, 2016, p. 9).

É de abandono que se trata, de um sujeito abandonado a si mesmo, que não pode contar com solidariedades públicas ou privadas, porque encerrado na lógica concorrencial própria ao mercado. Trata-se do sujeito condenado a uma condição degradada para alguém do desamparo humanizante e civilizatório, condenado ao *isolismo*, palavra sadiana que reporta a um egoísmo radical, à impossibilidade de empatia (Dufour, 2013, p. 143) e até mesmo ao ódio, tendo em vista o estado de conflito real ou iminente em que se vê imerso. Enquanto o desamparo se abre à esperança de um mundo comum mediado pela linguagem, pela política do Simbólico, o abandono encerra o sujeito no desespero dos que não têm a alteridade para se encontrar, dos que não têm outro do qual possam esperar que lhes reconheça, dos que, portanto, já não têm esperança.

Num mundo de inimigos em potencial, não é por acaso que Dardot e Laval (2016) definem o neoliberalismo como aguilhão de uma era pós-democrática, em que as mutações subjetivas por ele induzidas “operam no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição e que podem desembocar em movimentos reacionários ou até mesmo neofascistas” (Dardot & Laval, 2016, p. 9). Qualquer semelhança com o Brasil contemporâneo, portanto, não é mera coincidência.

Mas, antes de chegar ao Brasil do bolsonarismo, ainda nos interessa tratar de 2016, ano em que as forças à direita, consoante referido, se reuniram para destituir a esquerda do poder e dar passagem a esse projeto que reúne desde o dismantelamento da estrutura pública de bem-estar social, até a devastação ambiental¹⁴⁰, passando pela desertificação das subjetividades e a legitimação da pleonexia como modo de se estar no mundo. E, não havendo contexto de conflito internacional, ameaça interna ou externa que pudessem

¹⁴⁰ Remetemos às referências feitas às políticas privatistas e ao desmonte da legislação trabalhista sob Temer, além das ações no sentido de se dar livre curso à devastação ambiental, em proveito de variados interesses, do garimpo ao agro, sob Bolsonaro. Se antes já não era fácil contê-los, vimos assistindo, desde 2016, ao passar cada vez mais desimpedido não só da boiada de Salles, como de vários outros rebanhos consciente ou inconscientemente alinhados ao projeto neoliberal.

justificar um golpe *manu militari*, valeram-se nossas direitas de um expediente que ganharia força na destituição de governos à esquerda por toda a América Latina.

Dizemos da *lawfare*, da instrumentalização de sistemas de justiça, da interpretação e aplicação que dão a constituições e à lei para desobstruir o caminho dos grupos políticos mais alinhados ao projeto neoliberal e, por conseguinte, aos interesses do Mercado e da financeirização ultraliberal¹⁴¹. Trata-se de expediente que se mostrou eficaz em implodir as resistências que se impunham ao avanço neoliberal a partir das regras do próprio sistema que as estruturava, desestabilizando-o ao ponto de viabilizar sua apropriação justamente pelas forças políticas intestinas que o instalaram na crise. Trata-se de um golpe ao estilo *soft*, como o denomina Dufour (2009) – que, posteriormente, ainda o definirá como *golpe de Estado invisível* (Dufour, 2021) –, o qual, segundo nos parece, dentre outros proveitos, tem como principal vantagem a de revestir o ato de (re)tomada espúria do poder e suas motivações com uma aparência de legitimidade, o que contribui para minar as resistências de oposição, as quais, inclusive, terminariam fortalecidas se sufocadas à base de violência.

A *lawfare* fez tantos estragos por aqui que, sob a pena de Alexandre da Maia (2022), se tornou verbete do *Dicionário dos negacionismos do Brasil*, de onde se extrai o seguinte:

Lawfare é um neologismo formado pelas palavras “*law*”, entendida aqui como “direito”, e “*warfare*” (guerra). Em síntese, o *lawfare* é um mecanismo de utilização do direito como arma ou máquina de guerra – o que demonstra desde já a feição militarista desse conceito. Na primeira menção que se faz à expressão *lawfare*, em artigo publicado por Carlson e Yeomans em 1975, os autores indicam que, com o *lawfare*, o duelo acontece pela utilização das palavras, e não de espadas. Em um sentido complementar, para Martins e Valim, o *lawfare* configura-se como uma forma de utilização estratégica de procedimentos jurídicos para fins políticos, geopolíticos ou econômicos, com o objetivo de perseguir um inimigo de forma deliberada.

Orde Kittrie enumera duas características do *lawfare*: 1) uso do direito para gerar efeitos semelhantes ao que se busca alcançar em operações militares; II) esse uso tem por objetivo atingir alguém (pessoas ou instituições) de maneira destrutiva¹⁴² (Maia, 2022, p. 174).

Tudo funcionou como pretendiam as elites, as instabilidades impulsionadas pelas *Jornadas de junho de 2013* ampliando-se com a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, em certame cujo resultado foi posto em questão pelo derrotado Aécio Neves assim que

¹⁴¹ À semelhança do que se passou no Brasil, a *lawfare* foi ferramenta essencial dos golpes perpetrados em Honduras, Paraguai e Bolívia, dentre outros.

¹⁴² Para além das injustiças materializadas no *impeachment* de Dilma e na prisão de Lula, a destrutividade da *lawfare* empregada pela Operação Lava Jato deixou um mártir que não pode ser esquecido, inclusive por antecipar todo o ódio que a horda fascista, já iniciando sua marcha sobre o Brasil, dedicava à intelectualidade, à universidade pública, à ciência e à cultura. Referimo-nos à morte de Luiz Carlos Cancellier de Olivo, então reitor da Universidade de Santa Catarina, que, diante da desonra pública a que foi submetido pela Operação Lava Jato, a justiça e a racionalidade que deveriam ser asseguradas pelos procedimentos jurídicos dando lugar ao espetáculo de múltiplas destruições ressentidas, viu no autoextermínio a única forma de deixar de sofrer as dores da infâmia que lhe foi infligida (Proner & Tavares, 2024).

confirmada a vitória da petista¹⁴³. No ano seguinte, em 2015, quando já se falava em *impeachment*, tamanha era a crise instalada, o tucano paulista Aloysio Nunes chegou a declarar que não desejava o impedimento de Dilma, uma vez que preferia vê-la “sangrar” nos quatro anos de seu mandato.

Voltemos, entretanto, a 2014 para tratar de outro fator imprescindível à devastação política do país e à potencialização das instabilidades ao ponto de pavimentar o caminho para a eleição democrática de um personagem de inspiração evidentemente fascista à Presidência da República. Referimo-nos à Operação Lava Jato, deflagrada naquele ano e que, estando a serviço das elites internas e externas¹⁴⁴, quase arruinou de vez nossa ainda cambaleante democracia.

Segundo João Ricardo Dornelles (2024):

Não é possível falar da Operação Lava Jato sem fazer referência às suas consequências diretas, como o golpe de 2016, a destituição da Presidenta Dilma Rousseff, a prisão injusta do Presidente Lula, a chegada ao poder do fascista Jair Bolsonaro, o desemprego de milhões de brasileiros, a volta do país ao mapa da fome, a destruição da indústria nacional, o negacionismo obscurantista durante a pandemia de coronavírus, a morte de 700 mil pessoas como projeto fascizante bolsonarista, as ameaças de golpe miliciano, o armamento generalizado da sociedade, a intentona neofascista de 8 de janeiro de 2023 e as ameaças que ainda estão presentes no cenário político brasileiro. Como também é impossível não relacionar o lavajatismo com a histórica característica golpista, elitista, excludente, colonial, oligárquica e escravista do conjunto das classes dominantes brasileiras. O lavajatismo foi o instrumento de guerra híbrida, através do lawfare, que abriu espaço para o desenvolvimento da barbárie neofascista no Brasil e a vitória do modelo necrocapitalista neoliberal (Dornelles, 2024, p. 203).

Os atos parlamentares concernentes ao julgamento do pedido de *impeachment*¹⁴⁵ contra a presidente Dilma Rousseff estenderam-se entre os dias 11 de abril e 31 de agosto

¹⁴³ A propósito: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>. Acesso em: 8 out. 2024.

¹⁴⁴ A propósito, a participação dos EUA no golpe de 2016 ainda está por ser devidamente esclarecida, sendo muitos os indícios de sua intervenção direta, inclusive por intermédio da Lava Jato, como destaca Dufour, com referência ao *Projeto Pontes* (2021, pp. 271-294). Sobre a questão, tratando do que definiu como *terceiro pulso* orquestrador do golpe, afirma Ciro Gomes (2016):

“E, por fim, está o terceiro pulso, que é motivado pela tentativa de destruir o esforço de afirmação da soberania nacional entregando petróleo e outras riquezas para o capital estrangeiro. Esse caso ficou evidente com a aprovação no Senado Federal da mudança da regra de partilha do Pré-Sal e com o discurso de posse do novo diretor da Petrobras, Pedro Parente, em 2 de junho de 2016, que declarou não ver necessidade do Brasil ser detentor da exclusividade da exploração.” (Gomes, 2016, p. 40).

Quanto ao *Projeto Pontes*, indicamos: <https://www.conjur.com.br/2021-abr-10/jornal-frances-mostra-eua-usaram-moro-lava-jato/> e https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anaais/8/1530472505_ARQUIVO_KANAAN,GabrielLecznieski.OBrasilnamiradoTioSam%5BANPUHRJ%5D.pdf. Acesso em: 13 out. 2024.

¹⁴⁵ O *impeachment* foi julgado a partir de denúncia por crime de responsabilidade apresentada em 15 de outubro de 2015 pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo em concurso com os advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal. Os subscritores da denúncia que culminou no impedimento de Dilma são bastante conhecidos na cena política e jurídica nacional e, como tratamos de repetições, merece destaque o fato de Miguel Reale Júnior ser filho do afamado jurista

de 2016 (mais uma vez agosto). Na Câmara, a abertura do processo foi aprovada pela comissão especial em 11 de abril, ocorrendo no dia 17 seguinte a sessão de votação nominal pelo Plenário da Câmara, que culminaria na aprovação da abertura do processo contra Dilma, com 367 votos a favor, 137 votos contra e 7 abstenções. No Senado, por sua vez, a então presidente terminou afastada do cargo em 12 de maio, a cassação por *impeachment* de Dilma Rousseff sendo decidida em 31 de agosto, com 61 votos a favor e 20 contra¹⁴⁶.

A tensão que cuidadosamente foi alimentada e mantida em ebulição no país desde 2013 até que se conseguiu interromper o projeto de país e de futuro que vinha sendo conduzido pela esquerda deu azo a um espetáculo dantesco em que os contrários e os favoráveis ao *impeachment* terminaram divididos tais quais torcidas violentas de futebol. E não se trata de metáfora. O governo do Distrito Federal instalou um muro na Esplanada dos Ministérios para separar os favoráveis dos contrários ao impedimento de Dilma Rousseff¹⁴⁷, fato que inclusive inspirou o título do documentário *O muro – processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff*, produzido pela equipe da UnBTV¹⁴⁸. O contexto do julgamento, as tensões que o constituíam e o sucederam também foram retratadas no filme *Democracia em vertigem*, da cineasta Petra Costa, indicado ao Oscar de melhor documentário em 2019¹⁴⁹.

Miguel Reale, um dos principais nomes da Ação Integralista Brasileira, estando atrás apenas de Plínio Salgado e Gustavo Barroso. Dada sua competência como jurista, Miguel Reale seria o responsável pelo projeto de organização do Estado fascista brasileiro (Doria, 2020).

¹⁴⁶ Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 10 out. 2024.

¹⁴⁷ O muro, inclusive, tornou-se atração turística, como noticiado à época: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/16/muro-do-impeachment-vira-atracao-turistica-em-brasilia.htm>. Acesso em: 10 out. 2024.

¹⁴⁸ Disponível em: <https://eduplay.rnp.br/portal/video/193453>. Acesso em: 10 out. 2024.

¹⁴⁹ A propósito: <https://www.poder360.com.br/midia/documentario-brasileiro-democracia-em-vertigem-e-indicado-ao-oscar/> e https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/20/politica/1561039982_821507.html. Acesso em 10 out. 2024.

Figura 5¹⁵⁰

Mas o espetáculo dantesco não se restringiu às ruas, anunciando o que se consumaria em um futuro próximo pelo vilipêndio a liturgias e pudores públicos que se pôde observar especialmente na votação para a abertura do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados. Entre muitos votos justificados em nome de Deus e da família, bandeiras do Brasil utilizadas como capa, um era merecedor de especial atenção, dada a absoluta ausência de decoro que expressava em sua apologia à barbárie. Pela ética e pela estética – ou pelo franco vilipêndio a elas –, ali se anunciava o que tomaria o Brasil pouco tempo depois, mais precisamente o que se descortinaria pelas eleições de 2018, a ignorância e a violência alçadas à condição de imperativos em um governo que se dedicaria a diversas mortes, reais e simbólicas. Afirmando que “perderam em 64 e perderam agora, em 2016”, ao votar pelo impedimento em nome da família, contra o comunismo e “pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos”, Bolsonaro deu a ver toda sua torpeza, uma degradação que seria escolhida como representação máxima do país dois anos depois, dando curso à devastação iniciada e a adotando como método¹⁵¹.

¹⁵⁰ Imagem disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/04/18/brasil-na-rua-2-analises-sobre-a-convivencia-sem-confrontos> . Acesso em: 20 out. 2024.

¹⁵¹ O vídeo do voto de Bolsonaro pode ser visto em: <https://www.youtube.com/watch?v=WvN7nYxbH-o> . Acesso em: 10 out. 2024.

É o momento, portanto, de indicarmos os motivos pelos quais defendemos que a deposição da presidente Dilma foi ilegítima, um *impeachment* sem crime de responsabilidade que, assim sendo, nada mais é do que um golpe. Para tanto, cumpre abordarmos os aspectos jurídicos de seu julgamento, apontando os expedientes utilizados para que práticas comuns e reiteradas na Administração Pública fossem, naquelas específicas circunstâncias, consideradas crimes de responsabilidade.

Para que se consumasse essa seletiva alquimia, entretanto, era necessário um ambiente instável o suficiente para que o rigor das normas jurídicas desse lugar à decisão puramente política, o que, como vimos, já estava assegurado. E isso se fazia necessário para que o *clamor público* mais uma vez fosse acionado em justificativa à submissão das garantias jurídicas aos interesses políticos das elites, albergados sob o manto de um suposto *consenso*.

No meio jurídico, para os mais críticos, onde quer que seja acionado o *clamor público* ou quaisquer de seus diversos equivalentes, expressa ou tacitamente, tem-se um sinal de que ali se identificarão arbitrariedades, não tendo sido diferente naquela oportunidade. Afinal, à semelhança de outras aqui mencionadas, trata-se de uma ideia-fetice e que, justamente por isso, se mostra plena de sentidos, dispensando trabalho argumentativo mais elaborado quanto a razões fáticas e fundamentos normativos que possibilite a crítica à(s) decisão(ões) que nela busque(m) fundamento e legitimidade.

Para a retirada da esquerda do poder, o clamor público já tinha sido produzido a partir da espetacularização de diversos eventos – como a midiaticização de procedimentos, decisões e diligências da Lava Jato – e da cuidadosa seleção quanto ao que deveria caracterizar o grande apoio popular à destituição da presidente. Foram muitos os mecanismos articulados para assegurar uma aparência de legitimidade ao julgamento, o que inclui a construção de uma narrativa cuidadosamente disseminada por grandes veículos de imprensa em torno da qual se viram reunidos cidadãos, parlamentares e o sistema de justiça, dando contornos a um golpe que se pode definir como jurídico-midiático-parlamentar¹⁵².

Lembremos, com da Maia (2022), que a

. . . ritualização dos procedimentos não acontece apenas no âmbito do Poder Judiciário. É possível vislumbrá-lo também em espaços institucionais de deliberação política, como aconteceu no caso do impeachment da ex-presidenta da República Dilma Rousseff. Daí a tese de que o impeachment de Dilma foi um golpe parlamentar. Afinal, a “ampla defesa” e o “contraditório” serviram tão somente como cumprimento formal de etapa naquela ritualística disfarçada de procedimento jurídico (Maia, 2022, p. 175).

¹⁵² Muitas das reflexões ora apresentadas a propósito do impeachment de Dilma Rousseff retomam as desenvolvidas em nosso artigo *Sobre as veredas jurídico-políticas da deposição da presidenta Dilma Rousseff* (Costa & Melo, 2023).

Posto isso, cumpre dizer que os contornos formais gerais do processo de *impeachment* estão previstos nos arts. 85 e 86 da Constituição Federal de 1988, reunidos na seção que trata da *Responsabilidade do Presidente da República*. Enquanto o art. 85 traz um rol de condutas atentatórias ao dever de responsabilidade, o art. 86 define os modos de processamento do impedimento. Em complemento à previsão constitucional – que traz normas gerais –, é a Lei n. 1.079/50 que definirá tanto os chamados crimes de responsabilidade¹⁵³, quanto os ritos processuais de seu julgamento.

O processamento dos crimes de responsabilidade dá-se em duas fases, consoante se infere do art. 86, *caput*, da Constituição. A primeira passa-se perante a Câmara dos Deputados, responsável pelo juízo de admissão da acusação a qual depende do voto favorável de 2/3 de seus membros. Se admitida a acusação, ao Senado caberá processá-la e julgá-la (segunda fase). Sendo instaurado o processo, o Presidente é afastado de suas funções (art. 86, inciso II, Constituição Federal, 1988).

E vale ressaltar que, conforme dispõe o art. 14 da Lei n. 1.079/50, é permitido a qualquer cidadão denunciar o Presidente da República por crime de responsabilidade perante a Câmara dos Deputados. Assim se deu, a acusação sendo obra de três patronos: Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reale Júnior.

Não se trata de procedimentos complexos e, dada a relevância do caso, deveriam ser rigorosamente observados para que se assegurasse credibilidade ao julgamento. Ou seja, a absoluta preservação das formas era uma das condições sem as quais os vícios de conteúdo ficariam ainda mais expostos, de modo que haveria de ser zelosamente observada. Sobre o caso, destacam Beatriz Vargas Ramos e Camila Prando (2016):

Claro que o rito é importante e sua não observância pode gerar nulidade, mas a forma não é tudo. A razão de ser do processo não é a forma e sim o conteúdo. A forma está a serviço do conteúdo, da finalidade – cumprimento das garantias constitucionais. O impeachment em curso contra a Presidenta Dilma, podemos afirmar, é apenas “forma à procura de um conteúdo”¹⁵⁴. É simples forma e, por si mesma, não garante a constitucionalidade do processo, ainda que observadas as delimitações feitas pelo STF. Falta-lhe conteúdo que se enquadre nas categorias de crime de responsabilidade previstas na Constituição (art. 85, CRFB) (Ramos & Prando, 2016, p. 53).

¹⁵³ A rigor, não se trata de crimes, mas de infrações político-administrativas cujo reconhecimento não tem por consequência penas corporais – como se observa em relação aos crimes –, mas suspensão de direitos políticos (sanção política) e perda do cargo (sanção administrativa) (art. 52, parágrafo único, Constituição Federal, 1988).

¹⁵⁴ Segundo Marcelo Semer (2016), referindo-se ao impedimento de Dilma Rousseff: “[...] o movimento pelo impeachment começou antes da posse da presidenta. Desde o início, tratou-se da pena à procura de um crime. Ao fim, são desvios orçamentários, frutos de uma alteração de entendimento do TCU, com efeitos retroativos, que maquiaram a deposição como afastamento, instalando no poder aquele que, presidente em exercício, praticara idênticos atos aos inquinados de ilegais” (Semer, 2016, p. 108).

A observância das formas, contudo – e como pontuam as autoras citadas –, não foi eficaz em obturar a clara percepção quanto ao golpe que deveria encobrir, as vozes mais críticas não demorando a se opor à deposição ilegítima de uma presidente democraticamente eleita em nome de interesses facilmente identificáveis tanto naquela ocasião, quanto na história. O próprio Ciro Gomes foi um dos muitos que se somou ao coro de juristas que denunciavam a repetida interrupção de nossos projetos democráticos a partir de atos que nos fixavam ao passado. Nesse sentido, afirmou que, “no Brasil, a regra é o golpe e o autoritarismo” (Gomes, 2016, p. 39), considerando que, até então, apenas três dentre os presidentes democraticamente eleitos haviam terminado seu mandato.

Voltando às especificidades do caso, certo é que a acusação recebida e processada no Congresso indicava dois fundamentos para o *impeachment*: a edição, em 2015, de decretos não numerados para abertura de créditos suplementares, além do atraso, também em 2015, do pagamento devido ao Banco do Brasil em razão de subvenções relativas ao Plano Safra (Ramos & Moreira, 2016, p. 57). Nisso consistiam as chamadas *pedaladas fiscais*, que, além de configurarem expedientes utilizados à exaustão por diversos agentes políticos nacionais – como referido pelo citado Marcelo Semer (2016)¹⁵⁵ –, não poderiam caracterizar crime de responsabilidade, na medida em que, conforme alegado pela defesa da presidente, os decretos referentes à suplementação de crédito não determinariam aumento de despesa, ou seja, não haveria lesão a ser punida, considerando que escorados em superávit financeiro, excesso de arrecadação ou remanejamento de recursos. Além disso, no que concernia ao atraso no pagamento ao Banco do Brasil por subvenções relacionadas ao Plano Safra, sequer seriam empréstimos da União, considerando que os valores são concedidos a agricultores.

Diante de tão flagrante inexistência de crime de responsabilidade e, no verso dessa ausência, do muito evidente ataque à democracia brasileira – *repetição do mesmo*, considerada a nossa história –, certo é que ao Judiciário caberia intervir. A ausência de violência material não excluía o caráter violento dos ataques infligidos à nossa democracia em 2016, ao ponto de se consumir o golpe pelo qual foi deposta a presidente Dilma Rousseff.

Mais: mesmo antes de se valer do argumento radical de defesa da democracia, a invalidação daquele julgamento impunha-se em preservação ao próprio *devido processo*

¹⁵⁵ Ao próprio Antonio Augusto Anastasia era atribuída a prática costumeira e metódica de malabarismos contábeis enquanto chefiou o Executivo de Minas Gerais, entre 2010 e 2014. Em razão de suas práticas, contudo, nunca sofreu punição. Isso não o impediu de, enquanto senador relator da comissão especial, votar favoravelmente à abertura do processo de *impeachment*, o que demonstra a seletividade da persecução e da punição imposta à presidente Dilma. A propósito e, por todos, indicamos: <https://apublica.org/2016/06/truco-pelo-menos-17-governadores-pedalaram-impunemente/>. Acesso em: 10 out. 2024.

legal (art. 5º, inciso LIV, Constituição Federal, 1988), princípio do qual se infere a exigência de que a acusação apresentada veicule imputação de conduta(s) que, com um mínimo de segurança, aparente(m) se amoldar a prática(s) caracterizadora(s) de crime(s) de responsabilidade¹⁵⁶. A dependência dessa subsunção à constatação da verossimilhança dos elementos ensejadores da denúncia é verdadeira condição para recebimento e processamento da acusação, sob pena de se admitirem graves violações a direitos fundamentais e, como foi o caso, o irremediável comprometimento do próprio regime democrático. Em síntese, para além de um controle restrito às formas, era exigível do STF o rígido controle quanto ao conteúdo das imputações veiculadas no pedido de *impeachment*, o que não se deu.

Não havendo dúvidas de que o Judiciário deve assegurar “aos acusados em geral” a observância do devido processo legal, descabida qualquer tentativa de sustentar que o exame quanto à presença da condição da ação – sua justa causa – está a salvo da análise constitucional, sendo, logo, dever do STF velar e zelar pela validade – formal e material – do processo de *impeachment* de um presidente da República. A definição de devido processo legal aplicada ao processo de *impeachment* não dispensa, pelo contrário, exige uma aferição rigorosa de sua justa causa – indícios de autoria e provas suficientes quanto à existência do crime de responsabilidade – como condição para sua admissão e julgamento pelo Congresso Nacional. A dispensa do STF quanto a esse exame – ou a desconsideração de sua imprescindibilidade –, além de rebaixar a Corte em sua importância na sustentação da democracia de que ela própria retira sua razão de ser, equivale à admissão da possibilidade de se submeter um presidente eleito a um *impeachment* sem qualquer fundamento jurídico, a partir apenas de motivações políticas as mais aleatórias, o que equivale à violação mais escancarada do sistema presidencial de mandato fixo (Ramos & Prando, 2016, pp. 55-56).

Aliás, motivações aleatórias constituíram a marca do julgamento de Dilma Rousseff pelo Congresso, deixando bastante claro que o espetáculo encenado em nada se conectava às razões que deveriam justificar as votações que ali seguiram seu curso. A cada voto que aos berros se dedicava à família, a Deus e torturadores, dentre tantas outras razões absolutamente divorciadas daquelas que poderiam justificar o *impeachment*, o que se ouvia eram os ecos do escravismo que se mantém ativo na estagnação das relações de poder que envolvem não só cor ou etnia, como também classe, sexo e gênero no Brasil. Aliás, a

¹⁵⁶ Tem-se notícia de pelo menos dois pedidos de invalidação do *impeachment*, um deles, inclusive, após constar em delação do doleiro Lúcio Funaro de que houve compra de votos para a deposição de Dilma por parte de Eduardo Cunha. A propósito: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/23/impeachment-lewandowski-nega-pedido-para-anular-votacao-da-pronuncia> e <https://g1.globo.com/politica/noticia/com-base-na-delacao-de-funaro-dilma-reitera-pedido-ao-stf-para-anular-impeachment.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2024.

misoginia era a marca distintiva de muitos dos violentos ataques dirigidos a Dilma, o absoluto desprezo por qualquer pudor público devendo ser apreendido como prenúncio da baixaza que o bolsonarismo transformaria em liturgia, como se vê na figura a seguir:



Figura 6¹⁵⁷

Para concluir a abordagem ao processo que culminou no golpe de 2016, citamos, mais uma vez, *Ciro Gomes*¹⁵⁸ (2016), que, a partir das eleições de 2018, passou a exercer virulenta oposição ao PT:

O que se formou, então, para a garantia da aprovação do impeachment e, portanto, do golpe, foi um consenso entre o presidente (afastado¹⁵⁹) da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que é investigado e réu por desviar mais de R\$ 500 milhões do orçamento público em contas na Suíça, com o vice-presidente Michel Temer¹⁶⁰, que também tem contra si uma série de denúncias e investigações por corrupção, e com todo o status quo do PMDB, do PSDB e de outros partidos que viram no golpe a chance de se livrarem de acusações e assaltarem o poder a fim de desenvolver seus interesses próprios, mesmo que estes tenham sido derrotados nas urnas (Gomes, 2016, p. 41).

Consideradas as premissas deste trabalho e os eventos que orientam as reflexões que o constituem, entendemos bastante adequado que designemos a deposição da presidente Dilma e os atos que a determinaram como um *golpe branco*. Nesse sentido, vale lembrar que este estudo parte do pressuposto de que o paradigma da sociabilidade brasileira remete a nosso passado escravocrata, de onde extrai sua força para manter estagnadas as relações de poder entre senhores e subjugados que o caracterizam (Souza, 2019). É o que explica, na contraface de números já expostos, que os brancos sigam

¹⁵⁷ Imagem disponível em: <https://www.agazetabahia.com/noticias/geral/9521/adeseivos-provocativos-sao-a-nova-moda-que-circulam-nas-redes-sociais-contr-a-presidenta-dilma-rouss-02-07-2015/>.

Acesso em: 20 out. 2024.

¹⁵⁸ Oportuno recordar que, anos depois, Michel Temer chamou o *impeachment* de golpe, ressaltando a honestidade de Dilma Rousseff. Já o ministro Luís Roberto Barroso, em 2022, reconheceu publicamente que a deposição se deveu à falta de apoio político ao governo, as chamadas *pedaladas fiscais* tratando-se de *justificativa formal* para o impedimento. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/crise/temer-assumiu-golpe/> e <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/02/03/barroso-atribui-impeachment-de-dilma-a-falta-de-apoio-politico-e-chama-pedaladas-de-justificativa-formal.ghtml>. Acesso em: 11 de out. de 2024.

¹⁵⁹ Eduardo Cunha foi posteriormente cassado e preso, tendo sido acusado em diversos processos.

¹⁶⁰ Michel Temer também chegou a ser preso em março de 2019.

predominantes em cargos de poder e, de um modo geral, constituam os estratos mais privilegiados de nossa sociedade.

E, se nos referimos a um *golpe branco* na medida em que remete a nosso paradigma escravocrata, dizemos, por conseguinte, de um golpe racista, em cujos subterrâneos fluíam medos, ressentimentos e ódios das elites e da classe média atribuíveis a uma nova realidade conformada enquanto efeito da redistribuição de renda e direitos promovida pelas gestões do PT. Ainda que tímidas, as políticas de igualdade promovidas pelo PT mostraram-se suficientes para afetar o narcisismo dessas classes, despertando-lhes medo – especialmente na classe média – e ódio, uma vez que ameaçadas em suas possibilidades, maiores ou menores, de dominação. Fato é que elites e classe média não se conformaram com algumas novidades sentidas e observadas na cena da sociabilidade brasileira, como, por exemplo, as dificuldades para se conseguir uma empregada doméstica – símbolo maior de um passado escravista ainda não superado –, a presença de pobres e pretos em aeroportos e universidades – como alunos e, em seguida, como professores – ou, ainda, o acesso desses mesmos pobres e pretos a bens de consumo antes reservados aos, em alguma medida, mais abastados, como é o caso de carros, eletrodomésticos mais sofisticados e, mesmo, à moradia digna, o que inclui a casa própria.

Como bem expressa a frase resgatada por Sidney Chalhoub de um cartaz ostentado em manifestação contrária à deposição de Dilma Rousseff, “quando a senzala aprende a ler, a casa grande surta” (Chalhoub, 2016, posição 1069). Essa frase bem resume os afetos mobilizados na farsa golpista consumada em 2016, além de revelar seus idealizadores, capatazes e apoiadores, todos identificados e reunidos em torno dos interesses de elites nada dispostas a dividir com os mais pobres qualquer fração dos gozos que lhes são histórica e exclusivamente assegurados.

É, portanto, de um *golpe branco* que se trata quando resgatamos as manobras que determinaram a interrupção do projeto político que, iniciado 14 anos antes, vinha reduzindo as desigualdades que no Brasil são estruturantes, inclusive assegurando o acesso dos mais pobres – cuja maioria é composta por negros – aos meios viabilizadores de uma ascensão não só social e econômica, como também intelectual, tal qual se dá por meio das cotas. E a *brancura* que caracteriza esse golpe bem faz amálgama entre a cor do dominador histórico e a suavidade dos métodos de que desta vez se valeu para sequestrar o futuro do país.

E, mais uma vez, a trama golpista visava à cessação das reformas de base que um governo de esquerda tentava implementar – ainda que vagarosamente, porque também servindo aos interesses das elites –, a fim de retirar do horizonte a possibilidade de um país mais igualitário e, portanto, justo, para ali mais uma vez instalar a realidade das repetições que nos conduzem ao mesmo de uma dominação branca própria de nosso escravismo nato.

Em síntese, reinvestiu nosso futuro de um passado, e desta vez, ao menos por ora, sem o uso de tanques ou equipamentos bélicos próprios aos golpes militares.

Feitas essas considerações, retomamos o debate sobre a dimensão institucional do *impeachment* para destacar que a participação do Judiciário na deposição da presidente Dilma Rousseff não se limitou à atuação, especialmente por omissão, do STF. No âmbito da jurisdição ordinária, o ativismo dos juízos de primeiro e segundo grau foi fundamental à construção do golpe (Semer, 2016).

Voltamos, assim, à cena ocupada destacadamente pela Operação Lava Jato, com suas conduções coercitivas ilícitas, prisões indevidas, vazamentos de conversas captadas em interceptações ilegais, condenações açodadas, uma escancarada seletividade persecutória, além da associação espúria com a grande mídia para dar suporte à construção de narrativas legitimadoras de uma atuação em que os fins justificariam os meios, em detrimento de todo e qualquer limite posto pelo direito. E esses são apenas alguns dos exemplos de como a apelidada *República de Curitiba* e seus muitos braços atuaram para submeter a República Federativa do Brasil a seus interesses e ao das elites internas e externas a que serviam.

No ano de 2018, a condenação imposta por Sergio Moro a Lula foi a razão de fundo da prisão e exclusão do então ex-presidente da corrida eleitoral, fato que, se não foi a causa primeira, foi, no mínimo, uma das determinantes fundamentais à eleição de Jair Bolsonaro. A farsa judicializada pela referida operação, cujos objetivos exclusivamente políticos sempre se deram a perceber, emergiu ainda mais clara quando, em 1º de janeiro de 2019, Moro tomou posse como ministro da Justiça de Jair Bolsonaro¹⁶¹, conforme registrado na imagem que segue.



Figura 7¹⁶²

¹⁶¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/01/sergio-moro-posse-governo-bolsonaro-discreto.htm> . Acesso em: 11 out. 2024.

¹⁶² Imagem disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/moro-diz-ao-stf-que-bolsonaro-deve-depor-pessoalmente-sobre-interferencia-na-pf/> . Acesso em: 20 out. 2024.

Mas, se isso ainda não fosse suficiente para atestar a parcialidade de Moro e os vícios que invalidavam a Lava Jato, as ilegalidades terminaram expostas a céu aberto com a divulgação de diálogos mantidos por agentes da operação, os quais foram captados por um *hacker* e logo tornados públicos pela imprensa, em episódio que terminou conhecido como *Vaza Jato*¹⁶³. Diante de tantos vícios, muitas nulidades foram declaradas pelo STF, sendo, inclusive, determinantes à soltura de Lula, que pôde concorrer à eleição em 2022, da qual saiu vencedor.

Como bem sintetizam Bahia, Bacha e Silva, Corby e Oliveira (2024):

Além da perseguição judicial e a utilização das estruturas jurídicas como arma política, aprendemos que a Operação Lava Jato era um projeto político de extrema-direita. O afastamento da candidatura de Lula da disputa presidencial de 2018, líder nas pesquisas, bem como o fato de que Sergio Moro, o juiz responsável pela condenação de Lula, assumiu o cargo de Ministro da Justiça do governo de Jair Bolsonaro que só foi eleito graças à exclusão de Lula da disputa comprovam que, sob o manto das acusações criminais, havia um projeto de poder político que deveria ser duradouro. A utilização do direito como arma política tinha um propósito bem específico: eliminar os adversários da disputa política, sobretudo aqueles que tinham popularidade suficiente para serem eleitos, de modo a possibilitar que um projeto com adesão popular menor pudesse tomar o poder. Esse projeto político foi engendrado por atores políticos nacionais e internacionais. Membros do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e da magistratura federal eram o núcleo nacional, enquanto que agentes do Departamento de Justiça e do Estado dos Estados Unidos foram os agentes internacionais (Bahia, Bacha e Silva, Corby, & Oliveira, 2024, pp. 31-32).

Moro, portanto, enquanto protagonista da Operação Lava Jato, pode ser considerado o parteiro de um fascismo sempre gestado por nossa sociedade e que, em 2019, apadrinhado por elites internas e externas, deu à luz do poder nacional a figura de Jair Messias Bolsonaro. As advertências de que esse fascismo emergiria já podiam ser percebidas a partir de junho de 2013, destacadamente pelo conluio que se estabeleceu entre a direita tradicional e as chamadas novas direitas, conservadorismo, reacionarismo e brutalidade engajando-se no mesmo projeto. Segundo Paxton (2007):

É entendendo de que forma o fascismo do passado funcionava, e não checando as cores de suas camisas, ou procurando por ecos da retórica dos nacional-sindicalistas dissidentes de início do século XX, que nos tornaremos capazes de reconhecê-lo. Os bem-conhecidos sinais de advertência – a propaganda de nacionalismo extremado e os crimes de ódio – são importantes, mas não bastam. Sabendo o que sabemos hoje sobre o ciclo fascista, poderemos encontrar sinais de advertência ainda mais funestos em situações de impasse político diante de uma crise, em que os conservadores ameaçados procuram por aliados brutais, dispostos a abrir mão do devido processo legal e do estado de direito, tentando angariar o apoio das massas por meio de demagogia nacionalista e racista. Os fascistas se aproximam do poder quando os conservadores começam a tomar emprestado suas técnicas, apelar a “paixões mobilizadoras” e a tentar cooptar suas hostes (Paxton, 2007, p. 334).

¹⁶³ Sobre a “Vaza jato”, vale acessar: <https://www.intercept.com.br/especiais/mensagens-lava-jato/> . Acesso em: 11 out. 2024.

No contexto de uma grande teia narrativa tecida pelo Mercado, segundo seus princípios e interesses – o que atende pelo nome de neoliberalismo –, a partir da qual este termina por ocupar o lugar de deus (Dufour, 2008) ou de um soberano marionetista (Dufour, 2021), vislumbramos em Sergio Moro a condição de um títere exemplar. Afinal, por suas mãos, foram abaixo praticamente todas as últimas linhas de resistência pública e política à colonização total do Brasil pelo Mercado, o que Moro logrou enquanto cumpria o ideal do perverso: ocupar o lugar da lei para administrá-la a seu modo (Dufour, 2021, p. 267).

No cenário de devastação do sistema político nacional e de sua confiabilidade legado por Moro e asseclas, emergiu Messias Bolsonaro. Chamado de *mito* por seus seguidores, investiu no elogio ao ódio como combustível para sua ascensão, profanou crenças ao instrumentalizá-las segundo seus interesses, promoveu motociatas, disseminou diversos tipos de negacionismo, atuou como pôde para arruinar a saúde e a educação públicas do país, atacou sem pudor a cultura e a diversidade, além de sempre retirar forças e reunir os seus em oposição a inimigos, que, como referido, são genericamente chamados de *comunistas*. Enfim, seguiu a conhecida cartilha do fascismo, adaptando-a ao sabor dos brasileiros, com temperos em verde e amarelo.

É disso que trataremos a seguir.

5 A Psicologia das Massas e o Bolsonarismo

Quando o fascismo vier, virá enrolado em uma bandeira e carregando uma cruz.

Sinclair Lewis

Evidenciando-se como fenômenos multifatoriais, o fascismo e, segundo nos interessa, o bolsonarismo, como expressão daquele, exigem uma abordagem que os considere em sua complexidade, logo, sob várias perspectivas. Nesse sentido, realçamos a importância de sua investigação também psicanalítica, especialmente por se tratar de saber que, debruçando-se sobre o sujeito, toma em conta o entrelaçamento que este estabelece com a sociedade e a Lei, assim conformando a tríade de sustentação da cultura (Costa, 2016), da qual o psiquismo é palco vivo (Rocha, 2022, posição 1672).

E a abordagem psicanalítica ao fascismo bolsonarista, como já demos a perceber, transcende aquilo que Freud desenvolveu em seu *Psicologia de grupo e a análise do ego* (Freud, 1921/1996j). Aliás, os conceitos articulados nesse texto, e mesmo aqueles anterior ou posteriormente concebidos por Freud e por outros teóricos da psicanálise, reclamam cuidadosa consideração na busca pela elucidação das causas profundas do bolsonarismo – e da extrema direita fascista –, o que nos parece fundamental inclusive para que sejam devidamente elaboradas e, assim, melhor compreendidas ao ponto de, uma vez identificadas, poderem ser eficazmente confrontadas em qualquer época na qual se apresentem, considerado todo o seu potencial deletério em termos civilizatórios.

Em virtude do exposto, o debate que propomos torna-se necessário e premente, máxime diante de contextos sociopolíticos conturbados como são os atualmente experimentados no Brasil e em diversas partes do mundo¹⁶⁴, os quais terminam aproximados por importantes semelhanças, incluída a repetição do mesmo que expressam e da qual aqui tratamos. A investigação psicanalítica, nessas circunstâncias, mostra-se de suma relevância quando o que se pretende é melhor apreender o fenômeno para, desse modo, integrar os esforços no sentido de barrar o refluxo das vagas autoritárias que insistem em tentar pôr abaixo as democracias que ainda resistem mundo afora.

Em termos essenciais, o ataque à democracia é o ataque à alteridade e, logo, à diferença que iguala os sujeitos em humanidade. Portanto, o que temos é uma verdadeira investida contra o tensionamento vital inerente à pluralidade humana, um movimento de aniquilamento da civilização e do trabalho de cultura com graves implicações sobre a própria

¹⁶⁴ Embora saibamos que as teorias e reflexões articuladas tenham sido construídas e, nos parece, melhor se apliquem ao chamado *mundo ocidental*, não podemos deixar de anotar que o que se passa por aqui tem importantes similaridades com o que também ocorre mais ao leste do planeta, como se dá, por exemplo, na Hungria, sob Viktor Orbán, e na Turquia, sob Erdogan.

habitabilidade do mundo, destacadamente se consideradas as consequências ambientais da devastação almejada e já em curso, ao ponto de nos instalar em um estado de emergência climática.

Antes de prosseguir, todavia, convém que nos detenhamos nas razões pelas quais a psicanálise se apresenta como saber adequado para a interpretação de fenômenos sociais e políticos, como é o caso do fascismo e, logo, do bolsonarismo.

5.1 Toda psicanálise é social – e, portanto, política

A questão que a seguir enfrentaremos é antiga e sua superação se apresenta como verdadeiro pressuposto de validade das interpretações que propomos a partir deste estudo. Vamos a ela.

A ausência de consenso quanto à possibilidade de aplicação da psicanálise para a interpretação de fenômenos sociais e políticos não é novidade. Dizemos de uma verdadeira resistência que emerge mais forte diante da necessidade de posicionamento de instituições psicanalíticas e dos próprios psicanalistas frente a determinados eventos e contextos, como é o caso do engendrado pelo bolsonarismo. Não são poucos os que ainda atribuem às práticas psicanalíticas uma pretensa neutralidade¹⁶⁵, capaz de isolar analistas e analisantes dos conflitos sociais em que estão imersos, como se a psicanálise e o sujeito que nela busca alívio para seu mal-estar pudessem deles se desvincular de qualquer forma, como se a própria origem desses sofrimentos não remetesse ao momento histórico e ao contexto político em que vive o sujeito e no qual ele se pensa, no qual se pratica e constrói a própria psicanálise.

Quanto ao que se afirma, é necessário pontuar que não se pretende uma discussão acerca da existência de um preestabelecido alinhamento político da psicanálise ou de psicanalistas, seja à esquerda, seja à direita. Nada seria mais estéril e impeditivo ao acesso à questão verdadeiramente posta.

Certamente, nada obriga a psicanálise ou os psicanalistas em termos de orientação política, determinando seu alinhamento a conservadores ou progressistas. Diferente, entretanto, é o caso de seu posicionamento diante do avanço de um movimento de extrema direita¹⁶⁶ e de caráter fascista que, como bem demonstrou a intentona de nosso 8 de janeiro

¹⁶⁵ Essa pretensa neutralidade política e ideológica – ela própria política e ideologicamente comprometidas – foi abordada por Christian Dunker em seu programa *Falando nisso*, episódio de 5 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n-LY4pme9f8>. Acesso em: 14 out. 2024.

¹⁶⁶ Em 4 de agosto de 2021, em episódio anterior do mesmo programa e no contexto dramático da pandemia em termos de número de mortes atingido no Brasil, Dunker foi categórico ao afirmar a absoluta incompatibilidade entre a psicanálise e os ideais e movimentos de extrema direita. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JVQ1Ni22qfl>. Acesso em: 14 out. 2024.

de 2023, conduzia a um golpe de Estado e às violências e limitações de direito inerentes a esse tipo de ruptura, tanto em termos simbólicos, quanto concretos.

Não é demais destacar que a limitação de direitos e a violência referidas recaem drasticamente sobre liberdades fundamentais, dentre elas a de expressão e as que asseguram a pluralidade política, além de outras garantias de que depende o sujeito para manifestar livremente suas singularidades. Essas restrições atingem reflexamente a própria psicanálise, assim como outros campos do saber cujas práticas requerem o uso democraticamente livre da palavra.

Em síntese, o alinhamento à extrema direita é incompatível com a psicanálise, entendimento contrário tendo nítido cariz perverso, na medida em que envolve desmentidos, ou, no mínimo, veiculando expressão certa de alienação.

No sentido que lhe é dado por Marx, [a alienação é] a ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados [1] aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou [2] à natureza na qual vivem, e/ou [3] a outros seres humanos, e – além de, e através de, [1], [2] e [3] – também [4] a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou autoalienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica. Por outro lado, a “autoalienação” ou alienação de si mesmo não é apenas um conceito (descritivo), mas também um apelo em favor de uma modificação revolucionária do mundo (desalienação) (Bottomore, Harris, Kiernan, & Miliband, 2012, pp. 6-7).

E no caso específico da psicanálise e dos psicanalistas, a incompatibilidade de sua adesão a movimentos de caráter fascista, como é o caso do bolsonarismo, não encontra explicação apenas na ética a que escolhem se sujeitar, precisamente a que se articula a partir do desejo e da falta que o institui, reclamando a alteridade de desejos outros – e de um desejo Outro –, razão pela qual avessa a totalitarismos de qualquer ordem. Se a ética não for suficiente para explicar a incompatibilidade, se o recurso à dignidade, àquilo que não tem preço, não bastar, é preciso acrescentar que a impossibilidade de se conciliar psicanálise e fascismo também é conclusão que se alcança a partir de um raciocínio puramente pragmático, o que afirmamos invocando fatos históricos.

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que é sabido por todos os que lidam com a psicanálise – ou ao menos deveria sê-lo – que Freud terminou seus dias exilado na Inglaterra, escapando da máquina genocida nazista que tomara a Áustria e ali dava curso a seu projeto de exterminar os judeus. Do mesmo modo, quanto aos nazistas e seu antisemitismo, também é assaz conhecido o episódio da queima de livros de Freud promovido por Goebbels:

Em 11 de maio de 1933, Goebbels ordenou o auto de fé de vinte mil livros “judeus”. Encenado durante uma noite inteira na Opernplatz¹⁶⁷, o espetáculo reuniu professores, estudantes, seções de SS e AS. Todos desfilaram alegremente, brandindo archotes, cantando hinos patrióticos e entoando sortilégios: “Contra a luta de classes e o materialismo, entrego às chamas os livros de Marx e Kautsky, contra a exaltação dos instintos e a favor do enobrecimento da alma humana, entrego às chamas os escritos de Sigmund Freud.” De Viena, Freud retorquiu: “Quanto progresso! Na Idade Média, teriam me queimado; agora limitam-se a queimar meus livros” (Roudinesco, 2016, pp. 409-410).

Resumidamente, o apoio, a omissão conivente ou mesmo o apassivamento crítico em relação ao avanço de ideias e movimentos políticos de caráter fascista – como era o nazismo, que se distinguia por seu feroz antissemitismo – são, de fato, não só antipsicanalíticos, porque contrariam toda a teoria e a práxis da psicanálise, mas também uma contribuição efetiva para seu impedimento ou mesmo sua extinção. Representam, assim, e no mínimo, uma recusa ao caráter subversivo da psicanálise e à ética que o sustenta, os quais se opõem frontalmente ao totalitarismo almejado pelo fascismo e, fazendo-o, o ameaçam e contra si convocam toda sua força destrutiva.

Diante disso, cumpre já de início demarcar nossa filiação à orientação teórica que pensa a psicanálise como saber cujo campo não se restringe a questões exclusivamente subjetivas, transcendendo-as em reflexões que alcançam fenômenos sociais, inclusive os de massa. Prosseguindo, não obstante saibamos de correntes contrárias, as quais defendem a possibilidade de restrição máxima do campo psicanalítico a questões que seriam estritamente subjetivas, tal perspectiva limitadora parece-nos insustentável, uma vez que impossível se cogitar um sujeito isolado de certo contexto sócio-histórico ou, ainda, um arranjo social que não se constitua de sujeitos. Afinal, dizemos de realidades imbricadas, que se instituem mutuamente, a ideia mesma de inconsciente, como veremos adiante, tendo por pressuposto “interditos que encontram origem e extraem sua força justamente dos arranjos sociais em cujas tramas se enredarão os processos de subjetivação.” (Costa, 2021, p. 102).

Sobre a questão, segundo o próprio Freud:

O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto. É verdade que a psicologia individual relaciona-se com o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para seus impulsos instintuais; contudo, apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social (Freud, 1921/1996j, p. 81).

¹⁶⁷ Casa de espetáculos em Frankfurt.

O que também se pretende, portanto, nos limites deste trabalho, é analisar como sujeito, sociedade e psicanálise são, a um só tempo, causa e efeito da história em que se inserem, de modo que tentativas de isolamento quanto ao contexto sociopolítico no qual se veem imersos só pode ter por resultado a alienação. E se, para a psicanálise, essa alienação pode representar a falência teórica como resultado de uma obsolescência inevitável, suas consequências para o sujeito não podem ser outras que não sua desresponsabilização em relação ao próprio desejo, o qual só encontra expressão nos laços que produz com outros, diferentes, mas iguais, em determinado momento da história. Um tal efeito, aliás, pode-se afirmar contrapsicanalítico, na medida em que trai um dos objetivos primeiros do percurso de análise, que é precisamente o engajamento do sujeito com seu desejo, o que certamente concorre para a transição da heteronomia para a autonomia que lhe seja acessível, considerada a prevalência do inconsciente.

A crítica ora iniciada dirige-se, portanto, contra a tentativa defensiva de isolamento. Isso porque, no fim das contas, além de não proteger, tal isolamento representaria sérios riscos à psicanálise e ao próprio sujeito que nela busca justamente a desalienação em relação ao próprio desejo ou, dito de outro modo, a possibilidade de sustentar perante o mundo sua singularidade enquanto sujeito desejante, enquanto sujeito do inconsciente.

5.1.1 O sujeito, a sociedade e a Lei

A impossibilidade de apartar o sujeito – e, logo, a psicanálise – do contexto sociopolítico em que se encontra imbricado decorre mesmo da noção de inconsciente enquanto formação instituída, em grande medida, por conteúdos recalcados (Roudinesco & Plon, 1998). Diz-se, então, da importância dos processos de interdição, ou seja, da submissão do sujeito a imperativos sociais na constituição daquilo que funda a subjetividade e representa a pedra angular da psicanálise: o inconsciente.

Já aqui podemos antever a impossibilidade de analisar o sujeito sem se considerar a sociedade em que está inserido e a Lei que a institui (Lei, aqui, sintetizando o conjunto de referenciais simbólicos que transcendem o sujeito e ordenam determinado arranjo social). Aliás, como antes referido, a própria ideia de cultura pode ser pensada como resultante da inter-relação entre sujeito, sociedade e Lei, tomados enquanto instâncias que se pressupõem e se arranjam em uma dinâmica de mútua interferência constante.

Não há, portanto, como conceber o sujeito isolando-o de uma sociedade, tampouco uma sociedade que prescindia de sujeitos, os quais constituem uma sociedade a partir do momento em que acedem à Lei que, a um só tempo, institui o social e o subjetivo, na medida em que interdita o sujeito em sua relação com seus outros. A Lei, nessa perspectiva,

emerge como o referencial que, transcendendo a todos e a cada um, estabelece campos de igualdade, possibilitando, assim, e por outro lado, que também se expressem as diferenças que caracterizam cada sujeito desejante.

Sobre essa diferença na igualdade, com Hannah Arendt, vale dizer que

não se pode conceber um ser atuante e falante no singular . . . Assim como não existe o ser humano como tal, mas somente homens e mulheres que em sua absoluta distinção são iguais, ou seja, humanos, essa indiferenciação humana comum é a igualdade que, por sua vez, só se manifesta na diferença absoluta de um igual em relação ao outro (Arendt, 2008, p. 109).

E se na instituição do sujeito o interdito se dá pelo outro que, no exercício da função paterna, o impõe (o interdito) em nome do Outro cuja Lei funda determinada sociedade, parece-nos acertado concluir que o inconsciente que se estrutura a partir dessa interdição alberga conteúdos em alguma medida socialmente compartilhados, justo porque resultantes do exercício de um poder e de narrativas minimamente unificadores. Noutras palavras, se é possível identificar imperativos comuns nos processos de interdição – como é o próprio caso das proibições de incesto e parricídio, por exemplo¹⁶⁸ –, estamos autorizados a deduzir que mesmo o inconsciente, ou principalmente o inconsciente, é consequência da incidência do poder social sobre o sujeito.

Parece-nos, então, irrefutável que a existência do sujeito está umbilicalmente ligada a outros – diferentes, mas iguais –, que o precedem e o sucederão em um mundo compartilhado, bem como a uma instância Outra – a qual remete a uma Ordem maior, representada pela Lei já referida – que lhe permite situar-se em relação aos seus outros e, por sua ação e discurso, interferir no mundo que habita, construindo sentidos ao mesmo tempo comuns e singulares, como marcas de sua passagem pela história humana. E, como acima sinalizado, quando se diz de uma instância Outra, também se faz referência a uma Ordem Simbólica que transcende os sujeitos e, de uma posição terceira em relação a todos e a cada um, expressando-se por uma Lei, lhes assegura um repertório relativamente compartilhado de símbolos/signos a partir dos quais poderão significar a própria existência e o universo em que ela se dá.

É sob essa perspectiva que se pode afirmar o social como instituinte do inconsciente do sujeito, do que lhe permite a expressão de sua singularidade desejante, mas que, como se vê, não remete a uma história tão privada quanto se pode acreditar. Nos dizeres de Melman (2002), recorrendo a Lacan:

Lacan tinha uma expressão muito interessante, quando dizia que “o inconsciente é o social”, porque cada um de nós está persuadido de que seu inconsciente é uma história estritamente privada, um assunto singular. Por que Lacan dizia que o

¹⁶⁸ Nesse sentido, como bem resume Mezan (2003), o “complexo de Édipo seria assim não só a base da vida psíquica, mas também o fundamento das instituições sociais” (p. 110).

inconsciente é o social? Porque o recalçamento, e em particular o recalçamento originário, provém de um consenso social: se eu quiser participar do meio social, tenho que compartilhar esse recalçamento, senão vou parecer um indivíduo anormal. O normal é compartilhar o recalçamento próprio ao meio cultural do qual participo (Melman, 2002, p. 99).

Foi analisando o sujeito do conflito moderno que Freud escreveu seu *O mal-estar na civilização* (1930[1929]/1997b). Como se pode inferir do texto e das reflexões que induz, o conflito definidor do sujeito – o sujeito do conflito (neurótico) – decorre justamente dos interditos que a sociedade – o Outro e seus outros – lhe impõe, sejam os definidores do recalque primeiro, instituinte do inconsciente, sejam aqueles conformadores de seu ideal do ego¹⁶⁹, segundo os quais, numa perspectiva freudiana, o ego é julgado pelo superego, o rigor desses limites impostos ao sujeito em suas dinâmicas pulsionais instaurando então o conflito – e o mal-estar – a que se refere na base da estrutura neurótica.

Parece-nos, neste momento, oportuno afirmar que o mal-estar do sujeito (seu sofrimento psíquico) decorre principalmente dos modos como ele se faz submetido ao social, o que nos convoca a dedicar especial atenção ao que caracteriza a sociedade em determinado momento histórico para bem entender o que se passa com o sujeito nela inserido, não havendo dúvidas de que o mal-estar que caracterizava a modernidade já não é o mesmo que o observado na contemporaneidade. Como se infere de Birman (2020), é preciso perceber o mal-estar como

. . . o signo privilegiado e a caixa de ressonância daquilo que se configura nas relações do sujeito consigo mesmo e com o outro, revelando, assim, as coordenadas cruciais que seriam constitutivas da experiência subjetiva. Vale dizer, é preciso delinear diferencialmente a condição do sujeito, na modernidade e na atualidade, pela leitura de suas respectivas modalidades de mal-estar. Enfim, as formas de estruturação do sujeito se evidenciam melhor pela captação de suas formas de padecimento (Birman, 2020, p. 55).

Referindo-se aos possíveis efeitos da contemporaneidade (para alguns, pós-modernidade) sobre o inconsciente, eis o que afirma Jean-Pierre Lebrun (2010):

A questão crucial que se coloca é então aquela de saber se tal revolução do social – o desmoronamento da função patriarcal – tem efeito no inconsciente dos sujeitos, e quais? O inconsciente é o social, teria pretendido Lacan, maneira de fazer entender que nossa questão tem toda sua pertinência, mesmo se são, sobretudo, as modificações da clínica atual que nos levam a ter de considerá-la. O inconsciente de um sujeito, com efeito, não é habitado apenas por representações familiares, ele o é também por representações sociais; sobretudo, ele se articula com interações entre o ambiente social e os primeiros outros – habitualmente seu pai e sua mãe – a partir dos quais se organiza sua realidade psíquica. Esquematizemos nossa reflexão postulando um tríplice escalonamento de representações que organizam o inconsciente: um primeiro estrato que contém os traços da espécie humana, a terceiridade, o fato de habitar a linguagem, a competência metafórica; um segundo no qual se encontram os traços definitórios do

¹⁶⁹ Não por acaso, um *ideal do Outro*, segundo Quinet (2012).

humano, mas tais que são transmitidos ao sujeito por uma sociedade e uma cultura dada para que, por sua vez, ele possa transmiti-los; um terceiro, enfim, no qual é por meio de representações fornecidas pelos primeiros outros encontrados – pai, mãe, família... – que se constrói a realidade psíquica desse mesmo sujeito (Lebrun, 2010, pp. 30-31).

As construções acima remetem, portanto, ao fato de que a pedra fundamental – ou as pedras fundamentais, as balizas primeiras – da constituição subjetiva é posta por aqueles que antecedem o sujeito no mundo, a partir dos limites e dos laços que os inserem na sociedade que integram, na qual interagem e à qual se veem submetidos. São esses limites e esses laços que, refletindo mitos, crenças e ideais compartilhados em dado momento, substanciam o trabalho de recalçamento – e o de repressão –, cuja mirada é a continuidade da história e a comunhão de um mesmo habitat por sujeitos diferentes, mas iguais, na medida em que demarcam as divisas que viabilizarão a coexistência de suas liberdades.

Em última análise, o recalçamento originário pode ser tomado como resultado das dinâmicas de uma intervenção outra – legitimada por uma instância Outra – sobre o sujeito, as quais lhe dão condições de se sustentar no mundo não natural da cultura – o universo da representação –, o que, a grosso modo, reporta aos mitos de passagem do estado de natureza ao estado de cultura. Trata-se, assim, do impedimento primeiro aos esforços de acesso à satisfação plena – impossível, desde sempre – pelo gozo irrestrito de um objeto privilegiado, representado pela mãe que nutre.

A partir dessa primeira intervenção traumatizante, já se estabelece uma fundamental demarcação da alteridade que se expressa pelo estabelecimento da diferença entre gerações sinalizada pela proibição da satisfação incestuosa. Por sua vez, essa demarcação de alteridade dá-se por intermédio de uma autoridade que, investida de um poder terceiro o qual representa e que a legitima – extraído da instância Outra –, funda aquele que doravante se faz sujeito à fala, mais precisamente ao mundo da linguagem que lhe servirá no incessante trabalho de contornar a falta que separa o agora sujeito das coisas que o circundam e às quais jamais terá acesso pleno, justamente por não ser capaz de um viver perfeitamente integrado ao mundo porque constitutivamente privado do imediato.

Tudo o que dissemos até aqui remete ao fato de o sujeito e tudo o que é da ordem do humano não escaparem à história e suas marcas. O sujeito, seu inconsciente e seus sofrimentos são sociais, políticos e históricos. Tal como destaca Birman (2020), o mal-estar analisado por Freud é o mal-estar da civilização moderna, podendo-se, então, atualmente dizer, como faz Lebrun (2008b, 2010), de sofrimentos característicos de uma sociedade pós-moderna, tais quais os determinados pelo progressivo isolamento do sujeito e seu encolhimento diante da exigência ininterrupta de performances sobre-humanas, o gozo massacrando o desejo.

Diante disso, esvaem-se fantasias e pretensões de isolamento e neutralidade em psicanálise. Analisantes e analistas são sujeitos históricos, assim como a psicanálise é um saber histórico, todos sendo afetados e implicados em contextos sociais e políticos que fazem sofrer a seu modo. O mal-estar, o sofrimento que mobiliza o sujeito a procurar por análise vincula-se necessariamente aos laços que faz ou não faz, bem como às relações de poder em que está envolvido, a que está submetido.

Conceber um analisante ou um analista imune ou impermeável a essas relações de poder e aos laços que induzem é, ao fim e ao cabo, cogitar um sujeito imune à alteridade, verdadeiro contrassenso na medida em que a noção de sujeito pressupõe o outro. Observando o título dado por Freud ao texto em que cuida da possibilidade de se analisar o sujeito a partir de uma psicologia de agrupamentos humanos (*Psicologia de grupo e a análise do ego*), afirma Goldenberg (2014):

Toda psicologia individual é social. É a intuição que move o livro de Freud sobre as multidões. Ou, então, se prestarmos atenção à segunda parte do título [análise do ego], pode-se dizer que generaliza e leva às últimas consequências o *dictum* que Arthur Rimbaud (1897) reservava apenas para a criação artística: *Je est un autre*.

“Eu é um outro”

Ora, se “eu é um outro”, como fica a nossa cara identidade? E, sobretudo, como é possível relacionar-se com um semelhante se dependendo dele para ser mais “eu”, como se diz? Todo “sou” – este livro irá demonstrar – resulta de um “és” que lhe seria anterior, e a certeza do que penso sobre mim mesmo repousa sobre uma ilusão. Insistente, tenaz, mas ilusão no fim das contas. Uma crença (Goldenberg, 2014, p. 35).

Posto isso, consideramos suficientemente expostas as razões pelas quais entendemos ser impossível a construção de um *saber* ou de um *fazer* psicanalíticos que recusem o social enquanto conformador das subjetividades. Aliás, especialmente em contextos de ameaça a liberdades e ao pluralismo inerente à condição humana, tal recusa, se não configura defesa alienada, equivale a verdadeiro desmentido, afirmação que bem revela os traços perversos que propaladas pretensões de neutralidade buscam escamotear. E a história bem demonstra que, diante do fascismo, trate-se de alienação ou de desmentido cúmplice, o que resulta dessa pretensa neutralidade omissa são graves riscos à psicanálise mesma, na medida em que, negando ativamente o passado – o seu próprio, inclusive –, fechando-se à possibilidade de recordar para elaborá-lo, termina exposta à possibilidade de ser atropelada pela repetição do mesmo (Freud, 1914a/1996c).

5.2 O fenômeno que interpela: a ascensão da extrema direita e a conformação do bolsonarismo

Se a pandemia da covid-19 (2020-¹⁷⁰) nos remete à da gripe espanhola (1918-1920)¹⁷¹, nem só de doenças mundialmente disseminadas por agentes biológicos se caracterizam as repetições que nos induzem ao estranhamento ou à sensação de absurdo já descrita com apoio em Camus (2012). Aliás, podemos dizer que a sensação de absurdo, que nos assalta como gozo racionalmente inapreensível, especialmente desde 2016, caracterizando verdadeiro “divórcio entre o espírito que deseja [e pensa criticamente] e o mundo que decepciona” (Camus, 2012, p. 56), foi o principal combustível do desejo de saber que mobiliza as reflexões que passamos a articular teoricamente. Referimo-nos ao sempre renovado estranhamento diante das repetições não só microbiológicas, mas especialmente daquela demasiado humana, que *reedita o mesmo* e se manifesta nas subjetividades, bem como em mobilizações sociais e políticas, violentando qualquer lógica na medida em que dá vazão a afetos e enseja satisfações a partir de ideias que ameaçaram e novamente ameaçam arruinar a civilização, com riscos reais para a humanidade.

E fique claro, desde logo, que não dizemos de repetição que se expressa por exata equivalência, de ciclos bem definidos, mas de *fenômenos que insistem em essência*, enquanto refletem moções e fantasias constitutivas do humano e que terminam reeditados porque não recordados e elaborados ao ponto de se transformarem radicalmente. A propósito, condição mesma da repetição a que destacadamente nos referimos – que reporta a fantasias e afetos (Nasio, 2014, p. 20) – é que se apresente superficialmente diferenciada para melhor trespassar, ou seja, para mais facilmente ser *contrabandeada* para além das defesas contra ela estruturadas. Por fim, exposta a perspectiva a partir da qual identificamos a repetição a cuja compreensão nos propomos, parece-nos salutar destacar a psicanálise como *saber* e *fazer* capazes de habilitar o sujeito a não naufragar em suas heranças – repetições transgeracionais –, noutras palavras – e com Lacan –, a responder por seu desejo.

Considerado em sua gravidade, a melhor compreensão do estado de coisas que nos últimos anos se experimentou no Brasil – e em outras partes do mundo – convoca Marx e Freud, aquele, quando afirma que a história se repete “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (Marx, 2011, p. 156)¹⁷², enquanto este quando teoriza que recordar e

¹⁷⁰ Embora tenha declarado cessada a Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional em 05 de maio de 2023, até a conclusão deste trabalho, a Organização Mundial da Saúde (OMS) ainda não havia decretado o fim da pandemia do novo coronavírus. Sobre o reconhecimento do fim do estado de emergência, vide: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 27 maio 2024.

¹⁷¹ Enquanto as enchentes e a devastação de Porto Alegre nos remetem a evento semelhante ocorrido em 1941.

¹⁷² “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em

elaborar são fundamentais para que consigamos escapar dos caminhos facilitados da repetição e das *atuações* que a expressam como compulsão (Freud, 1914a/1996c)¹⁷³. Ora, se a gripe espanhola e as duas grandes guerras que aquela pandemia sucedeu e antecedeu constituíram tragédias inéditas enquanto conjunto, dimensão e gravidade, que incluía a consolidação e o surgimento de regimes que terminaram por se revelar autoritários ou que desde o início assim se davam a conhecer – como eram os casos de nazismo e fascismo –, algumas das reações induzidas pela pandemia da covid-19 e a ascensão da extrema direita pelo mundo contemporâneo apresentam-se como uma trágica farsa especialmente viabilizada por uma alienação facilmente manipulável e conduzida à repetição devido a reforços de resistência (pelos negacionismos, por exemplo) determinantes da incapacidade de recordação e elaboração de considerável parte da população mundial e dos grupos ou massas em que se reúne.

Dizemos que, embora essencialmente trágicas e deletérias em suas consequências imediatas ou mediatas, considerável amostra das reações à pandemia da covid-19 e a ascensão da extrema direita mundo afora – questões que são em importante medida conexas, diga-se – ostentam muito de um grotesco simulacro. Trata-se de manifestações não raro caricatas, mas muito eficazes em, mais uma vez, despertar e potencializar afetos como medo e ódio, bem como em engajar os assim afetados em torno de ideias e projetos autoritários que têm por característica primeira a aberta recusa a ideais civilizatórios modernos como são os de liberdade, igualdade, fraternidade (que abrange, por exemplo, a necessidade de preservação do meio ambiente) e primazia da razão (inclusive a científica), todos articulados em torno da dignidade humana. Merece destaque o fato de a dignidade humana ter sido alçada a princípio máximo da política e, por conseguinte, de boa parte dos ordenamentos jurídicos ocidentais pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, justamente em razão das barbáries cometidas na Segunda Guerra Mundial por

transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial” (Marx, 2011, pp. 158-161).

¹⁷³ Neste ponto, valem as mesmas considerações feitas quanto à negativa, segundo Freud. Ainda que em seu texto *Recordar, repetir e elaborar* (1914a/1996c) Freud tenha dito de constatações e conclusões que emergiam da técnica psicanalítica na relação transferencial, temos que sua teorização também se aplica ao que se passa em sociedade. A nosso sentir, impossível desconectar o sujeito do social, de modo que a psicanálise também pode ser instrumento de análise de fenômenos sociais, mesmo que não se possa dizer de uma clínica da sociedade. De todo modo, a clínica é apenas uma das dimensões da psicanálise.

movimentos como o nazismo e o fascismo, as quais se anunciam em repetição elementar com a ascensão da extrema direita em vários países do mundo¹⁷⁴.

Ilustrativamente, no que tange às repetições observáveis nas reações à pandemia da covid-19 e sua conexão com a ascensão da extrema direita mundo afora – a instrumentalização de fenômenos patológicos a serviço de interesses políticos –, remetemos à obra *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*, de Heloisa Starling e Lilia Schwarcz (2020). Do trabalho destacado extraem-se as seguintes reflexões sobre as peculiaridades da comunicação então estabelecida em relação ao vírus H1N1, cuja disseminação provocou uma devastação em escala mundial entre os anos de 1918-1920 (Schwarcz & Starling, 2020):

O alerta inicial veio da Espanha, o primeiro país a dar publicidade à virulência e à carnificina características da doença. Como não participava da guerra, não houve censura na imprensa local, ao contrário dos países diretamente implicados no conflito e que não queriam dar qualquer sinal de fraqueza. Por essa razão, a moléstia entrou para a história com o nome de “gripe espanhola”. Mas recebeu diversas alcunhas. Designar uma doença com o nome do inimigo ou do estrangeiro é algo que se repete pelo menos desde a Idade Média, apesar de constituir um modo covarde de apontar o outro como culpado pelo mal e acusá-lo de semear o contágio. O procedimento foi reiterado durante a epidemia de 1918. Os soldados alemães, no campo de batalha, chamavam a peste de “febre de Flandres”. Na Polônia, era a “gripe bolchevique”, e na Pérsia, a “gripe inglesa”. . . . E havia quem acreditasse, nos Estados Unidos – e também no Brasil –, que a gripe era uma arma química, inventada na Alemanha, fabricada pelo laboratório farmacêutico Bayer e espalhada por espiões que desembarcavam de madrugada dos submarinos alemães nos portos das cidades inimigas e destampavam cuidadosamente os tubos de ensaio repletos de germes (Schwarcz & Starling, 2020, pp. 82-90).

Conectando o passado ao presente, mentiras politicamente interessadas de outrora e de agora, oportuno relembrar que o SARS-CoV-2 não demorou a ser chamado de *vírus chinês* ou *vírus de Wuhan*¹⁷⁵, com referência à província e ao país onde foi primeiramente identificado. Trata-se de clara alusão à China que, como se sabe, é o principal rival político e comercial dos EUA, os quais, quando da expansão da pandemia da covid-19, eram presididos por Donald Trump, conhecido e metódico negacionista, que ainda hoje busca engajamento político – e consegue – a partir da disseminação de desinformação¹⁷⁶.

¹⁷⁴ E não percamos de vista a possibilidade de que seja deflagrado um conflito armado em escala mundial, considerando o que se passa entre Rússia e Ucrânia, bem como no Oriente Médio, com a mobilização e possível choque direto entre as forças bélicas de Israel e Irã.

¹⁷⁵ A propósito: <https://www.museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/pandemia-e-estigma-nota-sobre-as-expressoes-virus-chines-e-virus-de-wuhan>. Acesso em: 21 abr. 2024.

¹⁷⁶ Nesse sentido, destacamos a recente fala de Trump em debate para as eleições presidenciais estadunidenses de 2024, na qual acusou imigrantes ilegais de comerem cães, gatos e animais de estimação dos moradores de Springfield, Ohio. A fala foi prontamente refutada pelo jornalista e mediador do debate, David Muir. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2024/noticia/2024/09/11/anatomia-de-um-boato-de-onde-trump-tirou-historia-de-que-imigrantes-comem-pets-de-cidadaos-dos-eua.ghtml>. Acesso em: 16 set. 2024.

Tratamos – também – das chamadas *fake news*, que incluem narrativas frequentemente criadas em torno de inimigos quase sempre imaginários os quais, apesar disso, se mostram bastante eficazes em produzir efeitos de verdade e promover a coesão dos grupos que contra eles se reúnem.

Mentiras com efeitos de verdade nos remetem ao chamado *Teorema de Thomas*, segundo o qual "se as pessoas definem certas situações como reais, elas são reais em suas consequências"¹⁷⁷, síntese que muito explica a eficácia da propaganda bolsonarista. Isso se dá na medida em que permite compreender que são desnecessárias causas reais para que as ações que provocam o sejam, assim como sejam objetivamente mensuráveis as consequências destas. O que importa, portanto, é manipular a interpretação subjetiva sobre uma específica situação – real ou artificialmente produzida – de modo a induzir – causar – ações, estas sim, de efeitos concretos.

Esse trabalho de manipulação de interpretações e preordenação de ações resta facilitado na proporção do sucesso obtido em relação à suspensão do juízo crítico dos destinatários das mentiras, bem como de toda sorte de desinformação disseminadas a partir da mobilização de seus afetos e seu engajamento em grupos por identificação. Neste ponto, algumas considerações mostram-se oportunas, no que resgatamos argumentos articulados ainda nos primeiros capítulos deste estudo.

Ao dizermos de uma “suspensão do juízo crítico dos destinatários das mentiras disseminadas a partir da mobilização de seus afetos e seu engajamento em grupos por identificação”, não nos referimos, que fique claro, à abolição acabada de sua racionalidade. Embora certamente existam em número não desprezível, não cremos que todos os destinatários e, menos ainda, que todos os replicadores de mentiras ou desinformação em geral sejam néscios ou ingênuos o suficiente para acreditar no que recebem e compartilham – e quando falamos de compartilhamento, certamente conferimos destaque às interações que se dão nas redes sociais.

Entretanto, parece-nos autorizada a conclusão de que determinadas identificações afetivamente estabelecidas a partir de ideias ou valores dispensam qualquer verificação quanto à veracidade, em termos lógicos e científicos, ou à realidade factual daquilo que se recebe e se propala. “Uma notícia que gera confiança não precisa ser necessariamente

Oportuno lembrar que o tema não é novo nos círculos da extrema direita brasileira, o próprio Bolsonaro já tendo acusado venezuelanos de comerem cães, gatos e outros animais, conduta que também atribuiu a moradores de Araraquara/SP durante a pandemia. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2021/4/10/enquanto-fome-cresce-no-brasil-bolsonaro-ataca-venezuela-comeram-todos-os-animais-95060.html> e <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/antes-de-trump-no-debate-bolsonaro-espalhou-fake-news-de-que-pessoas-comiam-caes/>. Acesso em: 16 set. 2024.

¹⁷⁷ Referimo-nos à teoria sociológica elaborada por William Isaac Thomas e Dorothy Swaine Thomas na obra *The Child in America: Behavior Problems and Programs*, de 1928.

verdadeira” (Bruno & Roque, 2019, p. 13), bastando que se confie naquele(s) que a propaga(m), bem como nos valores e ideias que defenda(m).

Se há essa confiança acionadora de afetos estabelecadores de uma rede segura de identificações, a verdade lógica ou cientificamente comprometida e a realidade factual terminam em segundo plano, até mesmo porque, em última análise, podem representar uma ameaça ao grupo cuja coesão incessantemente se reafirma pela circulação desses conteúdos que, sejam verdadeiros ou não, reais ou não, mais valem por fortalecer o pacto entre aqueles que os compartilham, na medida em que ratificam seus valores e ideias. Dizemos da preponderância dos afetos num processo de engajamento que se estabelece pela identificação e, por pressuposto, pela confiança mútua entre os que compõem determinado grupo ou massa. A questão, portanto, deixa o campo da realidade factual ou de uma verdade lógica ou cientificamente comprometida para adentrar os domínios da credibilidade, da confiança ou mesmo da fé, se a tomamos como sinônimo de *fidúcia*¹⁷⁸.

O fenômeno da pós-verdade pode ser apenas a ponta do *iceberg*: por baixo há um mundo em que a confiança está se dissolvendo. A confiança está sendo minada nas redes sociais, com novas crenças e novos valores que contestam o método científico e desafiam consensos há tempos estabelecidos.

. . . as pessoas tendem a aceitar informações compatíveis com suas crenças anteriores e as processam com mais fluência. Isso torna essas informações mais familiares e propensas a serem aceitas. Essas mesmas pesquisas mostram que, quanto mais uma informação é compatível com crenças e conhecimentos anteriores, mais resistentes se tornam à refutação ou correção. Atribuir toda essa força das crenças à religião parece-nos insuficiente. Talvez estejamos vivendo uma crise nos modos tradicionais de aferição da verdade. Não um questionamento da verdade como relevante, e sim uma crise no modo como sabemos se algo é ou não verdadeiro. O modelo estabelecido pela ciência para obter verdades usa evidências às quais apenas os especialistas têm acesso. É como se dissessem: acreditem em nós, pois temos os atributos para fazer verificações consistentes. Essa opacidade dos regimes de verdade está sendo questionada – de forma bastante radical (Bruno & Roque, 2019, pp. 17-18).

Na esteira do que acabamos de sustentar, calha reiterar que a complexificação da realidade e a consequente dificuldade em apreendê-la concorrem para a agudização de uma instabilidade que se torna difusa e bastante ameaçadora, fantasma terrificante sempre

¹⁷⁸ Tratando do engajamento que se estabelece mais pelo acionamento de afetos e pela identificação por valores e crenças que pela realidade factual, impossível não fazer referência ao ilustrativo caso de um influenciador que, pelas redes, pedia doações em favor de sua filha, uma criança acometida de paralisia cerebral. Consoante apurado em investigações, o influenciador afirmava que o dinheiro obtido com a campanha seria destinado à compra de uma cadeira para a filha e o pedido de doações se justificava pelo fato de ter sofrido um golpe que o fez perder todos os valores anteriormente arrecadados para esse fim. Posteriormente, apurou-se que o influenciador utilizou o dinheiro obtido com as doações para comprar um automóvel. Questionado sobre sua conduta e mentiras, disse o influenciador que “o engajamento não vem com a verdade. A verdade não engaja e a verdade não vende”.

Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2024/06/26/influenciador-suspeito-de-maus-tratos-contr-filha-com-paralisia-assume-que-mentiu-ao-falar-sobre-golpe-em-pedido-de-doacao-verdade-nao-engaja.html>. Acesso em: 16 set. 2024.

à espreita. A experimentação dessa instabilidade, como inclusive já ressaltamos, termina por favorecer a formação e o fortalecimento de grupos e massas cuja coesão se estabelece a partir de identificações que se dão pelo compartilhamento de conteúdos que (re)confirmam valores e ideias dessas coletividades.

Daí se infere uma credibilidade que decorre dessa confirmação e que ainda tem por efeito reforçar as crenças que consolidam tais coletividades, a isso se relacionando a importância desses conteúdos compartilhados, os quais, assim, terminam praticamente autonomizados em relação à realidade factual ou à verdade cientificamente comprometida¹⁷⁹. Mais: a necessidade que os membros desses coletivos têm de se proteger desse mundo complexo, inapreensível e, por isso, ainda mais ameaçador, cria um ambiente paranoide, favorável à projeção de inimigos comuns e teorias conspiratórias, elementos que, por fim, têm a função de reforçar, mais uma vez, a coesão do agrupamento.

Isso foi justamente o que Trump resgatou de mais relevante das lições históricas legadas pela extrema direita no que concerne a seu sistema de comunicação (e propaganda), repetindo-o com a eficácia dos algoritmos. Referimo-nos à importância política da mentira e da desinformação de um modo geral para a promoção do engajamento político real em torno da criação de inimigos e de situações conspiratórias que agreguem seguidores a partir de afetos e identificações.

Como se sabe, a criação de inimigos e de narrativas que os convertam em verdadeira representação do mal em face dos que a eles se opõem, os que, portanto, representam o bem¹⁸⁰, é estratégia conhecida da extrema direita – e dos totalitarismos, em geral – ao longo da história. A partir dessas narrativas e da polarização que estabelecem, da mobilização de afetos como medo, ódio e ressentimento, diversos líderes políticos têm, historicamente, assegurado adesão popular a seus projetos autoritários.

À medida que o medo em relação a “eles” cresce, “nós” passamos a representar tudo o que é virtuoso. “Nós” vivemos no centro rural, onde os valores puros e as tradições da nação ainda existem milagrosamente, apesar da ameaça de cosmopolitismo das cidades da nação, ao lado das hordas de minorias que vivem ali, encorajadas pela tolerância liberal. “Nós” somos trabalhadores e conquistamos nosso primeiro lugar com luta e mérito. “Eles” são preguiçosos, sobrevivem dos bens que produzimos, explorando a generosidade de nossos sistemas de bem-estar social ou empregando instituições corruptas, como sindicatos, para separar os cidadãos honestos e trabalhadores de seus salários. “Nós” somos produtores; “eles” são parasitas (Stanley, 2020, pp. 16-17).

¹⁷⁹ Dizemos de conteúdos que se tornam praticamente autonomizados em relação à realidade factual ou à verdade cientificamente comprometida porque, como sabemos, cacos de realidade e verdade compõem uma mentira ou desinformação *melhores*, em termos de credibilidade e produção de efeitos de verdade.

¹⁸⁰ Não por acaso, no Brasil, os bolsonaristas afirmam-se *cidadãos de bem*.

Em relação à recente ascensão da extrema direita nos EUA, pelas mãos de Trump, oportuna se mostra a análise de Michiko Kakutani (2018), em seu *A morte da verdade*:

Hofstadter argumenta que a direita moderna tende a ser mobilizada por um sentimento de ressentimento e desapropriação. “Os Estados Unidos, em grande parte, foram tomados dessas pessoas”, escreveu ele, e elas podem acabar achando que “não têm acesso à barganha política ou à tomada de decisões”.

No caso dos Estados Unidos dos *millenials* (e de grande parte da Europa Ocidental também), esse ressentimento é exacerbado pelas mudanças demográficas e pelos costumes sociais que fizeram alguns membros da classe operária branca se sentirem cada vez mais marginalizados; por conta de desigualdades de renda cada vez maiores, aceleradas pela crise financeira de 2008; e por forças como a globalização e a tecnologia, que estão acabando com os trabalhos de manufatura e injetando uma nova dose de incerteza e angústia na vida cotidiana (Kakutani, 2018, p. 27).

Destacamos que a referência a Trump é imprescindível na medida em que se trata da maior representação política da extrema direita contemporânea e, nessa condição, não apenas por atuar uma diversidade de repetições históricas, mas também por disseminá-las mundo afora na forma de simulacros, como bem se observa no Brasil a partir do bolsonarismo¹⁸¹. Aliás, a propósito da disseminação dessas repetições e das formas como são manipuladas para melhor mobilizar afetos como o ressentimento referido pela autora antes citada, impossível não nos determos ainda que brevemente na sua catalisação em velocidade algorítmica viabilizada pela internet e, mais precisamente, pelas redes sociais.

Ou seja, e a título de exemplo, se há cem anos as mentiras usadas em propagandas políticas de partidos como o nazista e o fascista tinham seu alcance máximo limitado pelas ondas do rádio¹⁸², muitas vezes restrito à população ou a parcela da população dos próprios países em que eram veiculadas, a desinformação atualmente difundida no sentido de propalar negacionismos e arregimentar apoiadores para as causas da extrema direita têm alcance mundial e precisão muito bem ajustada pelo modo de funcionamento dos algoritmos, concertados para sintonizar os interesses externados pelo internauta em sua navegação com os conteúdos que lhe são ativamente oferecidos enquanto transita pela internet¹⁸³. É dessa sintonia que nascem as chamadas *bolhas* ou *câmaras de eco* nas redes sociais, enquanto fruto da ação dos algoritmos que identificam os interesses do internauta para selecionar os conteúdos que lhe são disponibilizados, além dos contatos que lhe são sugeridos.

Seja a personalização dos filtros promovida por algoritmos ou não, esteja o indivíduo ciente disso ou não, o pior prejuízo para o nível pessoal, reverberando no nível coletivo, segundo Parisier, consiste no fechamento que as bolhas filtradas promovem

¹⁸¹ Ilustrativamente, parece-nos muito claro que a intentona bolsonarista de 8 de janeiro de 2023 se tratou de mal atuado simulacro da invasão ao Capitólio estadunidense em janeiro de 2021.

¹⁸² O meio de comunicação de maior alcance à época, também revolucionário a seu tempo.

¹⁸³ Merecendo destaque o efeito de realidade assegurado pela inteligência artificial aos conteúdos produzidos e disseminados com método pela extrema direita.

contra novas ideias, assuntos e informações importantes. No nível coletivo, os filtros são formas de manipulação que colocam o usuário mal informado sobretudo a serviço de interesses políticos escusos. De fato, pesquisas realizadas por fontes confiáveis confirmaram que máquinas de buscas e mídias sociais promovem a segregação ideológica, pois o usuário acaba por se expor quase exclusivamente a visões unilaterais dentro do espectro político mais amplo. Quando muito arraigado devido à repetição ininterrupta do mesmo, a unilateralidade de uma visão acaba por gerar crenças fixas, amortecidas por hábitos inflexíveis do pensamento, que dão abrigo à formação de seitas cegas a tudo aquilo que está fora da bolha circundante. Isso acaba por minar qualquer discurso cívico, tornando as pessoas mais vulneráveis a propagandas e manipulações, devido à confirmação preconceituosa de suas crenças (Santaella, 2019, pp. 15-16).

Ainda se referindo a Donald Trump e o apontando como alguém que sempre usou “a mentira nos seus negócios”, Kakutani (2018) afirma o seguinte:

O problema não é que Trump apenas tenha mentido de maneira espontânea e desavergonhada, mas que essas centenas e centenas de mentiras tenham se acumulado para criar histórias igualmente falsas, que se encaixam perfeitamente nos medos das pessoas. Ele descreveu os Estados Unidos como um país devastado pelo crime (quando, na verdade, a taxa de criminalidade exibia baixas históricas – menos da metade do que era no seu pico, em 1991). Disse ser um país assolado por ondas de imigrantes violentos (quando, na verdade, estudos mostram que os imigrantes são menos propensos a cometer crimes violentos do que os cidadãos nascidos nos Estados Unidos). Alegou que os imigrantes são um fardo para o país e que deveriam ser investigados com mais cuidado (quando, na verdade, 31 dos 78 prêmios Nobel norte-americanos, desde 2000, foram conquistados por imigrantes; e os imigrantes e seus filhos ajudaram a fundar cerca de 60% das principais empresas de tecnologia dos Estados Unidos, com um valor estimado de quase US\$ 4 trilhões). Em suma, Trump criou uma imagem de uma nação em apuros, que precisava muito de um salvador (Kakutani, 2018, pp. 98-99).

Fato é que Trump tem feito escola e seus métodos têm sido aplicados com relativo sucesso pelo mundo¹⁸⁴, de modo que, sem risco de erro, podemos afirmar que se trata do polo difusor de um projeto de caráter fascista neoliberal que outras lideranças com propensões autoritárias tentam impor, adaptando-o às suas realidades políticas e históricas. Aliás, convém não perder de vista que ele é novamente candidato à presidência dos EUA com consideráveis chances de ser eleito, o que representa renovados riscos à democracia ocidental, destacadamente para a brasileira, que ainda não conseguiu se desvencilhar da ameaça representada pelo bolsonarismo.

Uma nova eleição de Trump certamente detonaria uma vaga autoritária difícil de conter e capaz de revigorar a extrema direita cujo avanço se luta para refrear. A propósito, não é demais lembrar que os ecos do fascismo não se têm feito ouvir somente nos países periféricos, como é o caso do Brasil. Nações de democracia muito mais consolidada, como

¹⁸⁴ Como exemplo mais recente, vale destacar a eleição do histriônico Javier Milei na Argentina.

França e Alemanha, têm experimentado com assombro o avanço da extrema direita também em seus domínios¹⁸⁵.

Por essas plagas, como antecipado, além da ocupação das redes e de todos os espaços de comunicação disponíveis para a disseminação de desinformação, que incluem teorias da conspiração em fomento a negacionismos diversos, a aplicação do projeto fascista de Trump ao modo bolsonarista destacou-se, dentre outras, pelas seguintes características: investimento na descredibilização das instituições que compõem o sistema democrático brasileiro (“o sistema”), com metódicos ataques ao Judiciário e grande parte da imprensa profissional – para que as *fake news* difundidas melhor produzissem efeitos de verdade –; no resgate da ditadura militar como uma espécie de *tempo de ouro* a ser reeditado¹⁸⁶; e na cooptação dos agentes das forças de segurança, de grupos religiosos mais radicalizados, bem como das classes insatisfeitas com as políticas públicas de seguridade e assistência social (as novas direitas), especialmente as de combate à desigualdade, que incluem as de redistribuição de renda e acesso ao ensino superior (cotas). É de se notar que as políticas de redistribuição de renda e direitos promovidas pelo PT, em alguma medida, aproximaram, ao menos simbolicamente, as classes mais baixas daquelas historicamente remediadas, ocasionando temores intensos especialmente nos que já não conseguiam se diferenciar nitidamente dos mais pobres na pirâmide social.

Dizemos, enfim, de elementos bastante conhecidos na história e que envolvem a mobilização de violência em torno de pânico morais e inimigos artificialmente criados para garantir a coesão de grupos e das massas que compõem. Um caldo que, dentre outros ingredientes, mistura sectarismo, preconceitos, negacionismos, anti-intelectualismo e afetos como medo, ressentimento e ódio.

5.3 O bolsonarismo enquanto movimento de massa de caráter fascista

É chegado, portanto, o momento de expor o porquê de tratarmos o bolsonarismo como um fenômeno de *massa*, indicando, em seguida, alguns dos elementos pelos quais se pode defini-lo como *movimento fascista*. De início, contudo, no que concerne à caracterização do bolsonarismo como movimento fascista, importante salientar que se trata de descrição que vem sendo construída ao longo de todo o texto, de modo que nossos

¹⁸⁵ A propósito: <https://www.intercept.com.br/2024/07/06/eleicoes-na-franca-fascismo-de-le-pen-cresce-e-e-normalizado/> e <https://www.brasildefato.com.br/2024/09/09/avanco-de-radicaes-nas-eleicoes-regionais-na-alemanha-desloca-o-centro-politico-para-a-direita>. Acesso em: 17 set. 2024.

¹⁸⁶ O tempo mítico que, amalgamado a elementos do período da monarquia, constitui o passado glorioso que, sob a liderança de um sujeito mitificado – apelidado de *mito*, inclusive – haveria de ser reeditado, para o bem da pátria, para a glória de Deus e em defesa da família. Esse tipo de fórmula também nos chega desde o passado e nos autoriza a pensar com Starling (2022) para afirmar que, antes de ser conservador, o bolsonarismo é reacionário, o que mais à frente analisaremos detidamente.

esforços nesta reta final de trabalho se orientarão para uma síntese, ou seja, para o apontamento e abordagem tópica dos elementos que reputamos centrais à identificação de um *fascismo bolsonarista* – *um fascismo em verde e amarelo*, como dizemos no título –, a todo momento remetendo ao que foi objeto de nossas reflexões na construção deste estudo.

Feitas essas considerações, podemos prosseguir e retomar a caracterização do bolsonarismo como uma *massa*, o que reclama que, primeiramente, se estabeleça uma distinção entre essa coletividade e a que constitui uma *multidão*. Nesse sentido, é de se dizer que, enquanto as multidões requerem a presença física dos que as compõem, a afetação¹⁸⁷ entre os que conformam uma massa dá-se mesmo à distância (Johnson, 1997, p. 101), unindo-os a partir de identificações não transitórias – como usualmente se verifica quanto às multidões –, capazes de assegurar estabilidade e coesão¹⁸⁸ a esse grupo de dimensões suficientes a absorver o que há de comum e diluir as singularidades dos sujeitos que a integram.

Justamente por essa *afetação mesmo à distância*, comumente se associa a apreensão das massas enquanto fenômeno e, por conseguinte, sua construção conceitual à evolução dos meios de comunicação, enquanto mediadores dessa afetação que se dá independentemente da copresença de seus integrantes. Daí, inclusive, o conceito de *meios de comunicação de massa*, que abrange desde os jornais até as redes sociais, passando por rádio, cinema e televisão, por exemplo (Thompson, 2012). As massas também constituem fenômeno associado aos processos de urbanização, cuja aceleração se dá com a industrialização e a concentração demográfica que induz, indissociável de problemas e questões definidoras de interesses comuns capazes de ensejar a reunião de coletividades e mobilizar sua ação – inclusive política.

Portanto, na conceituação da massa conforme propomos, um elemento que lhe é definidor merece especial destaque, qual seja, a afetação, mesmo à distância, entre seus integrantes. Afinal, é por essa afetação que se estabelece a identificação entre os sujeitos que, assim, conformam uma massa. E, se é causa de identificação, isso se dá porque esses afetos acionam e são acionados por valores, ideias ou questões das mais variadas ordens, os quais são comuns aos sujeitos que integram a massa e que, precisamente por isso, se mostram capazes de agregá-los apesar das singularidades que os definem individualmente.

¹⁸⁷ Reportamos à discussão acerca da concepção de afeto articulada no capítulo 2.

¹⁸⁸ Mencionando a coesão caracterizadora da massa – e em especial da massa fascista –, cabe tratar da palavra *fascismo* e de sua origem no *fascio* italiano, que, na literalidade, representa feixe ou maço. Mais remotamente, a palavra nos conduz ao *fasces* latino, um machado enfeixado por varas atadas uma à outra e que simbolizava a autoridade e a unidade do Estado. O termo *fascio* evocava solidariedade e compromisso entre os revolucionários italianos ao final do século XIX, tendo Mussolini cunhado o termo *fascismo* ao fim da Primeira Guerra Mundial “para descrever o estado de ânimo do pequeno bando de ex-soldados nacionalistas e de revolucionários sindicalistas pró-guerra que vinha reunindo a seu redor” (Paxton, 2007, p. 15).

Daí sustentarmos que as massas são capazes de concentrar o que há de comum e diluir as singularidades dos sujeitos que as integram.

Posto isso, já podemos passar a analisar o bolsonarismo como fenômeno de massa, estável e coeso porque atravessado por afetos que, mesmo à distância, a partir da interação em redes sociais, por exemplo – e destacadamente –, mostram-se eficazes em estabelecer identificações em torno de valores, ideias e tantas outras questões. E esse engajamento afetado dá-se por uma conexão forte ao ponto de reunir pessoas e grupos bastante heterogêneos, se considerados alguns dos interesses primeiros que os mobilizam isoladamente, que vão desde a filiação religiosa até a busca por maiores lucros. Assim é que o bolsonarismo supera o que se poderia chamar de *motivações singularizantes* ou, mesmo, *fragmentárias* para unir neoliberais e anarcocapitalistas a servidores públicos e crentes das mais variadas filiações religiosas, integrantes das elites a boa fração da classe média, pobres e até miseráveis.

A identificação que supera singularidades e retira sua força de coesão a partir de uma mútua afetação faz do bolsonarismo – e do fascismo – um movimento sincrético (Eco, 2018), assimilador de contradições por uma questão de sobrevivência e, até por isso, mais passível de dissolução se essas incongruências terminam expostas e possam, assim, ser acionadas como força desagregadora, desde que se mostrem capazes de transpor o escudo protetor da integridade narcísica erigido pelos afetos. Sob esse prisma, por reunir grupos diversos e, logo, por se tratar de movimento sincrético, se tem por conclusão que o fascismo – e, pelas mesmas razões, o bolsonarismo –, à semelhança das ideias religiosas (Freud, 1927/1997a), não tolera desacordos, justo porque estes representam verdadeira ameaça à sua integridade, sendo, por isso, interpretados como traição (Eco, 2018)¹⁸⁹.

Nenhuma forma de sincretismo pode aceitar críticas. O espírito crítico opera distinções, e distinguir é um sinal de modernidade. Na cultura moderna, a comunidade científica percebe o desacordo como instrumento de avanço dos conhecimentos. Para o Ur-Fascismo, o *desacordo é traição* (Eco, 2018, p. 49).

Neste ponto, oportunas algumas considerações. Ao tratar de um Ur-Fascismo ou fascismo eterno, Eco (2018) ressalta que este se constitui de partículas fundamentais ou

¹⁸⁹ Ilustrativamente, relembramos os ataques dirigidos por bolsonaristas aos membros das FFAA, aos quais foi atribuído o fracasso da intentona de janeiro de 2023. Considerados traidores, os militares não tardaram a ser culpados pelo fracasso da tentativa de golpe, passando, inclusive, a ser frequentemente chamados de *melancias*: verdes (patriotas) por fora e vermelhos (comunistas) por dentro. Além de recusar o desacordo, a massa sincrética bolsonarista recompõe e fortalece sua coesão ao destacar de seu conjunto aquele a quem o atribui, doravante traidor, papel então desempenhado pelos militares. A propósito: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/fardado-deputado-presos-culpa-forcas-armadas-por-fracasso-de-golpe/>. Acesso em: 29 abr. 2024. Quanto aos militares melancia: <https://www.terra.com.br/noticias/checamos/comentarios-mais-curtidos-pregam-boicote-e-acusam-melancias-no-instagram-do-exercito,c44389dbf920d625dc9a4430423e950ae40ucrfe.html>. Acesso em: 29 abr. 2024.

elementares, suficientes, cada uma delas, à identificação de um movimento como sendo fascista. Vejamos:

. . . considero possível indicar uma lista de características típicas daquilo que eu gostaria de chamar de “Ur-Fascismo”, ou “fascismo eterno”. Tais características não podem ser reunidas em um sistema; muitas se contradizem entre si e são típicas de outras formas de despotismo ou fanatismo. Mas é suficiente que uma delas se apresente para fazer com que se forme uma nebulosa fascista (Eco, 2018, p. 44).

As reflexões de Eco (2018) em torno de um *fascismo eterno* remetem às conclusões de Traverso (2023) quanto ao caráter não só transnacional como *transistórico* do fascismo, na medida em que transcende o período e as circunstâncias que o engendraram (logo em seguida à Primeira Grande Guerra) para ser observado em outros momentos na história. Reportando a considerações de Adorno e aos modos como a primeira versão fascista se opunha à democracia, Traverso (2023, pp. 15-16) ainda chama a atenção para uma questão de máxima importância: mais perigosa que as manifestações fascistas em oposição à democracia, apartadas desta, é a sobrevivência e o ressurgimento do fascismo dentro da própria democracia, especialmente pelas mãos do neoliberalismo. Os riscos já não são apenas externos, a democracia podendo ser implodida, ou seja, destruída de dentro – o que se dá a ver, por exemplo, com a eleição democrática de um fascista.

A propósito, a demora de reação do campo progressista às ondas do autoritarismo de essência fascista que tomaram o mundo nos últimos anos bem demonstra a necessidade de articularmos – e com o máximo de clareza possível – a proposta que desenvolvemos neste trabalho. A nosso ver, solapadas pela velocidade da interação dos grupos fascistas (altamente potencializada pelas redes sociais) e pela reduzida racionalidade de suas manifestações – o que bem esconde estratégias bastante coerentes –, as forças democráticas viram-se praticamente paralisadas pela sensação de absurdo e estranhamento a que já nos referimos, circunstância determinante da demora de reação que, ao menos em termos de Brasil, por pouco não nos custou a democracia e o Estado de Direito.

Dito isso, pensamos ser o momento adequado para começar a inventariar e abordar topicamente os elementos que reputamos centrais à caracterização do bolsonarismo como movimento fascista. Por certo, os elementos que isolaremos a seguir se articulam em um contexto de instabilidade que é efeito e causa de uma divisão política cuidadosamente incentivada, mantida e manipulada pela extrema direita, a fim de arregimentar e assegurar coesão a suas hostes, o que não se poderia pensar sem a figura do(s) inimigo(s).

A esse respeito, cabe-nos destacar que a figura do inimigo parece tão ancestral quanto o próprio ódio que nos afeta primariamente, concomitante à intervenção *outra* (e *Outra*) que nos priva do primeiro objeto de satisfação. Indo um pouco além, em termos

arcaicos, podemos inclusive defender que, nas circunstâncias dadas, o inimigo representa o primeiro agente externo (terceiro) pelo qual se afirma a unidade subjetiva. E essas dinâmicas, como bem podemos perceber, são facilmente projetadas na dimensão do social, onde as disputas passam a também envolver ideais.

Como se extrai de Eco (2021):

Ter um inimigo é importante não somente para definir a nossa identidade, mas também para encontrar o obstáculo em relação ao qual medir nosso sistema de valores e mostrar, no confronto, o nosso próprio valor. Portanto, quando o inimigo não existe, é preciso construí-lo. Vejam a generosa flexibilidade com que os *skinheads* de Verona escolhiam qualquer um que não pertencesse ao grupo como inimigo, tudo para garantir seu autorreconhecimento como grupo. E aqui, nesta ocasião, mais do que o fenômeno quase natural de identificação de um inimigo que nos ameaça, o que nos interessa é o processo de produção e demonização do inimigo (Eco, 2021, p. 12).

Queremos, portanto, bem demarcar que é no contexto geral de uma política que se sedimenta na oposição do *nós* contra *eles* que se dão a ver alguns dos principais elementos caracterizadores do fascismo – e, logo, do *bolsofascismo*¹⁹⁰. É desses elementos que passaremos a tratar com especial apoio em Stanley (2020), levando em conta algumas das reflexões desenvolvidas pelo referido autor em seu esforço de caracterização do fascismo como fenômeno transistórico (Traverso, 2023) que é. Nesse sentido, começaremos pelo que Stanley define como *Passado mítico*.

5.3.1 A força do mito no bolsofascismo

Como algumas vezes lembrado neste estudo, *mito* talvez seja o principal apelido pelo qual Jair Messias Bolsonaro era e ainda é invocado por seus seguidores. Certamente, boa parte desses fiéis discípulos não faz ideia da riqueza semântica da palavra, mas fato é que ela foi e segue sendo recorrentemente utilizada em referência a Bolsonaro, e isso não pode passar despercebido a quem se propõe a uma reflexão psicanalítica acerca da questão.

Como se sabe, o mito é uma narrativa através da qual se procura explicar realidades cujos sentidos escapam à razão, como se dá com as questões mais arcaicas relacionadas à nossa origem, enquanto sujeitos ou enquanto humanidade. Aliás, não é sem fundamento que a construção do mito tenha vinculação estreita com a impossibilidade do sujeito de acessar a cena sexual da qual é fruto, impossibilidade que também incide no que atine a explicações sobre a origem das sociedades e da própria humanidade.

¹⁹⁰ A síntese entre bolsonarismo e fascismo tornada palavra, o *bolsofascismo*, compõe o título da recém-publicada obra de Alexandre Aragão de Albuquerque, *Religião em tempos de bolsofascismo* (2024).

No que nos interessa, ao dizer de origens, o mito sempre reporta a um passado para o qual atribui sentidos, noutras palavras, um passado em que causas e efeitos são orquestrados segundo sentidos maiores e identificáveis numa história bem encadeada por uma narrativa que não dá espaço ao acaso-rei de Camus (2012, p. 57). Nos dizeres de Rosolato (1999), ao encerrar um relato originário frequentemente revelado e comungado, “o mito tem valor exemplar no apoio aos ideais, principalmente religiosos, para uma comunidade cuja união é reforçada pelo compartilhamento das fantasias individuais, quase sempre inconscientes, drenadas por esse mito” (Rosolato, 1999, p. 68).

Se parássemos por aqui, já seria possível entender as razões pelas quais os mitos constituem fonte de importante conforto para o sujeito, justo na medida em que lhe propõem sentidos nos pontos em que estes mais lhe escapam, ou seja, onde e quando se sente mais desamparado diante da falta que o institui e priva de respostas minimamente seguras sobre sua origem, essência e futuro. Contudo, o estudo proposto convoca-nos a ir um pouco além e nos questionarmos sobre a relevância que os mitos ainda ostentam em pleno século XXI, importância que, inclusive, parece vir ganhando força nas últimas décadas – e falamos em termos de mundo ocidental.

Consoante destacado, o avanço da razão em explicar um mundo que se torna cada vez mais complexo não tem o efeito apaziguador tão almejado pela Modernidade. Pelo contrário, seja por não integrar o repertório simbólico da grande maioria da população – sendo-lhe inacessível –, seja por não assegurar certezas que nos amparem ante a precariedade de nossas vidas, o progresso da razão, no fim das contas, muito frequentemente parece terminar servindo ao fortalecimento de crenças e ilusões das mais variadas ordens, frustrando as próprias expectativas externadas por Freud na conclusão de seu *O futuro de uma ilusão* (1927/1997a).

Enquanto homem de seu tempo, Freud acreditava que o futuro poderia nos reservar uma emancipação pela razão em relação a mitologias de todos os tipos, tais quais as instituídas pelas ideias religiosas. Freud externou certeza quanto à superação futura do infantilismo humano, o que decorreria de uma *educação para a realidade*, ao final da qual os sujeitos teriam de admitir a dimensão de seu desamparo e o fato de não serem objeto das atenções e cuidados de qualquer Providência transcendente. Terminariam, assim, os sujeitos, “na mesma posição de uma criança que abandonou a casa paterna, onde se achava tão bem instalada e tão confortável” (1927/1997a, p. 77).

Passados quase cem anos desde a publicação da mencionada obra, o que Freud predisse como sendo o *futuro de uma ilusão* – referindo-se à substituição de mitologias tais quais as religiosas pela razão –, hoje mais se revela como uma verdadeira *ilusão de futuro* freudiana. O avanço da extrema direita pelo mundo e seu apelo a mitos – inclusive os de

caráter religioso, como bem se observa no Brasil – dão a ver que a casa paterna referida por Freud segue sendo refúgio seguro e procurado por muitos na tentativa de amenizar o desamparo que lhes é instituinte ou, mesmo, o abandono a que o neoliberalismo os relega, enquanto monetiza até mesmo as relações intersubjetivas.

Assim como se pôde observar na gênese dos fascismos italiano e alemão (nazismo), o apelo a um Pai forte e à mitologia que ele aciona ainda engaja e mobiliza massas, especialmente em tempos de instabilidade e crises que atinjam gravemente a confiança da população, desde a que assegura equilíbrio a suas relações horizontalmente consideradas – do sujeito com seus outros –, até aquela de que depende a sensação de ordem e segurança coletivamente experimentada, ou seja, a que se estabelece verticalmente, em relação a autoridades políticas, jurídicas ou científicas, dentre outras. No caso do Brasil, como vimos, essa desconfiança que se tornou generalizada especialmente no que tange ao sistema que sustenta nossa democracia foi em importantíssima medida induzida por agentes que do caos se beneficiaram, tomando para si o poder.

As crises deflagradas e instaladas, entretanto, para além dos pânicos causados, devem ser analisadas tendo-se em conta o passado mítico cujo resgate convocam, enquanto ilusão supridora de carências. Nesse sentido, no que nos concerne, não podemos nos esquecer de que, para além de difusa desconfiança em relação ao *sistema* e ao constante acionamento da corrupção como causa original de todos os nossos males, experimentamos, no Brasil, uma violência concreta de números alarmantes.

Todos esses elementos somados parecem bem explicar o porquê de a ditadura militar ter sido o passado narrativamente mitificado que tantos ativos políticos rendeu e rende a Jair Messias na condição de *comandante primeiro* do bolsonarismo. Afinal, aciona símbolos que imediatamente remetem à ordem e à probidade – valores que são de pronto associados à hierarquia e disciplina militares –, bem como a um histórico combate ao comunismo, que, por aqui, com bastante proveito, se atribui indiscriminadamente à esquerda e às forças democráticas em geral, ao ponto de ter passado a substantivar o inimigo.

Uma vez que as carências e medos em questão se relacionam a valores e conteúdos associados a segurança, ordem e probidade, justo o que é minado por um sistema essencialmente corrupto por culpa primordial da esquerda – tal como propalam os discursos das elites que constituem a versão dominante da história¹⁹¹ –, o líder reclamado pelas

¹⁹¹ A atribuição, no Brasil, de uma corrupção pública essencial, instituinte, à esquerda é algo que não resiste ao mais simples exame crítico. Afinal de contas, por aqui, o poder sempre foi dominado pela direita e seus braços – no mínimo, em absoluta prevalência –, ao ponto, inclusive, de seus representantes se considerarem seus senhores exclusivos, autorizados a toda sorte de golpes para reavê-lo quando deles escape. Assim sendo, se é defensável a ideia de uma corrupção pública

massas insatisfeitas é precisamente o que melhor encarne a defesa desses ideais – não importando que seus *poderes* não passem de reles quimera. Aliás, uma boa ilusão ainda interessa, constatação que parece inafastável, tanto quanto a conclusão acerca da predisposição das massas a submeter-se a um líder que bem encene a fantasia de satisfação que suas carências e medos reclamem.

Já indicamos que essa predominância da vida da fantasia e da ilusão nascida de um desejo irrealizado é o fator dominante na psicologia das neuroses. Descobrimos que aquilo por que os neuróticos se guiam não é a realidade objetiva comum, mas a realidade psicológica. [...] Na verdade, tal como nos sonhos e na hipnose, nas operações mentais de um grupo a função de verificação da realidade das coisas cai para o segundo plano, em comparação com a força dos impulsos plenos de desejo com sua catexia afetiva (Freud, 1921/1996j, p. 106).

Certo é que Bolsonaro foi quem soube interpretar as carências e afetos de uma massa de insatisfeitos segundo as circunstâncias experimentadas no país, prontificando-se a personificar suas ilusões e liderá-la rumo a um passado glorificado. E, para agravar o mal que se anunciava, no contexto oportuno, Jair emergiu como um verdadeiro fenômeno da semiótica: além de ter sempre se apresentado como um personagem antissistema – uma farsa antissistema, como demonstra sua história de verdadeira acomodação no sistema, mas, ainda assim, um autodeclarado antissistema –, Bolsonaro é um capitão reformado do exército e carrega Messias no nome, tendo sobrevivido a uma facada em plena campanha eleitoral – o que lhe acrescenta a força do mártir. Em suma, Jair Messias Bolsonaro congrega signos distintivos do militarismo e da religião cristã, bem representados nas duas instituições tipificadas pelo próprio Freud (1921/1996j) como exemplos primeiros de massas cujo engajamento e coesão dependem de um líder: a igreja e o exército.

Nas palavras de Starling (2022):

A retórica de Bolsonaro conseguiu liderar a investida de volta a esse passado falsificado porque entendeu como funciona a maleabilidade de um tempo tornado lenda¹⁹². Ele pode ser vagamente lembrado, valorizado por sua suposta estabilidade e falsamente definido como um momento em que tudo o que podia ter acontecido aconteceu. Bolsonaro investiu na oportunidade de administrar e modelar o passado para comandar um programa político de regressão ao autoritarismo que passou a ser desejado e reivindicado, sem muita cerimônia, pela massa, nas ruas – com resultados que ninguém pode ainda prever (Starling, 2022, p. 100).

E prossegue a autora:

O jogo retórico inclui restaurar um Estado punidor pronto a garantir segurança e ordem e reunir a população em torno de um núcleo ambivalente de referência afetiva

instituinte de nossa sociabilidade – essencial, portanto –, ela só pode ser atribuída à direita, cujos representantes sempre detiveram o poder de fato, inclusive por sequestro.

¹⁹² O que nos remete à frase bastante conhecida, atribuída a Pedro Malan, assim divulgada: “no Brasil, até o passado é incerto”. E, de fato, não há nada mais incerto que o passado quando se sabe da plasticidade da memória, dada sua submissão a forças, inclusive inconscientes, que superam a realidade factual e a verdade lógica, questão que conta com nossa atenção ao longo deste estudo.

e política, a “pátria”, definida como lugar de expressão de homogeneidade da nação brasileira. Esse Brasil restaurado se acredita feliz: cada um conhece seu devido lugar, defende a hierarquia de gênero e a família patriarcal como modelo de organização da sociedade e reclama por moralidade pública e por sua inscrição no ordenamento legal do país para regulação de corpos, comportamento e vínculos familiares – como, por exemplo, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças por casais gays (Starling, 2022, p. 100).

Em síntese, Bolsonaro era o líder ideal de que a massa verde e amarela precisava para colocar as coisas em seu devido lugar, autêntico representante de Deus, da pátria e da família. Noutras palavras, se apresentava como o sujeito que atuava o senhor capaz de restaurar a ordem segundo o modelo escravocrata que molda nossa sociabilidade (Souza, 2019), regendo a repetição do mesmo rumo a um passado que, por definição até mesmo lógica, mostra-se contrário à vida, enquanto força de futuro. Nesse sentido, são muitas as razões pelas quais se pode atribuir a Bolsonaro uma necrofilia ou, como muito se diz, a gestão de uma necropolítica, sendo explícita sua paixão pela morte, que terminou não só encenada, mas, mesmo, expressada em atos no contexto da pandemia.

Ao encarnar seu ideal, Bolsonaro possibilitou a seus fiéis a suspensão de repressões e a liberação de conteúdos ideativos, inclusive recalcados, investidos por afetos primários cuja livre expressão põe em risco o próprio pacto social, como se dá com o ódio, por exemplo. Aliás, quando reclama por liberdade de expressão, o que mira a extrema direita é a garantia da livre expressão de seu ódio contra tudo o que a contrarie, em especial a própria democracia. E mais há a ser dito quanto ao ideal encarnado por Bolsonaro, tanto em termos subjetivos, quanto em termos políticos.

Em primeiro lugar, numa abordagem política da questão, temos que a ascensão política de alguém que encarne o ideal da massa equivale à própria personificação do poder, o que, de pronto, se mostra abertamente contrário à ideia de democracia enquanto sistema que se articula a partir de uma ausência instituída no lugar de poder (Lefort, 2011; Lebrun, 2004; 2008b). Isso porque é da essência mesma da democracia que esse lugar encerre uma ausência ou, dito de outro modo, não possa ser personificado ou apropriado, uma vez que o poder que contém e o constitui emana de todos, de um povo, ao qual é dado escolher os representantes que o exercerão em alternância.

Avançando um pouco mais, defendemos que as articulações entre diferentes e, logo, a pluralidade que caracteriza a democracia são possibilitadas precisamente por essa ausência em torno da qual se estabelecem as relações políticas. Dizemos, pois, da ausência que dinamiza as relações de poder, que, não obedecendo a uma personificação, tendem a não se estagnar. Enfim, como se dá na subjetividade, trata-se de uma falta – uma ausência – que se abre para o jogo desejante da diversidade, ao devir do trabalho de cultura.

Para bem ilustrar o que se sustenta, interessante recorrer, como também faz Lebrun (2008b), ao conhecido jogo do *resta um*. Como se sabe, para que esse jogo funcione, retira-se uma peça do centro do tabuleiro, de modo que ali se estabelece um espaço vago, a partir do qual se poderá articular o movimento das demais peças. Sem essa falta – essa negatividade central advinda da perda de uma peça – o tabuleiro permaneceria pleno, inanimado.

A totalidade representada pela peça central mantida no tabuleiro é determinante de uma homogeneidade própria das massas e que se mostra impeditiva às articulações e reposicionamentos das demais peças, os quais somente ocorrem a partir da diferenciação que nasce da falta que se estabelece a partir da ausência instituída pela retirada da peça central. Retornando a nossas questões, se o poder é personificado, não há falta que anime o jogo, no que também se observa uma distinção essencial entre o totalitarismo e a democracia.

Deixando a dimensão política, já em termos subjetivos, a encarnação do ideal por um sujeito mitificado tem por efeito a coesão da massa, que se dá a partir da identificação que se estabelece entre os sujeitos que a compõem, justamente em torno desse “ideal feito carne” (Freud, 1921/1996j, p. 126). E a utilização de uma expressão que remete a narrativas bíblicas bem diz da força desse ideal encarnado, *ao menos um não castrado*¹⁹³ capaz de determinar que a singularidade desejante caracterizadora da subjetividade termine sacrificada no altar da homogeneidade da massa, totalidade a que o sujeito se integra em esforço de reedição do narcisismo primário (eu ideal) para sempre perdido, verdadeiro passado mítico.

Divisamos, portanto, os motivos pelos quais o coletivo das massas tanto empuxo exerce sobre os sujeitos. Afinal, engata-os pelo que lhes há de mais íntimo. Entrevemos também o porquê de qualquer ameaça à integridade das massas despertar tanto ódio: trata-se daquele afeto primeiro, do ódio dirigido ao diferente que nos priva da satisfação plena – ainda que essa satisfação se trate de uma ilusão. Por fim, de igual modo, nos é dado compreender as razões pelas quais a personificação do ideal do ego suspende a capacidade crítica do sujeito e, por conseguinte, suas possibilidades de *verificação da realidade*, não sendo por acaso que Freud compara o líder ao hipnotizador (Freud, 1921/1996j, p. 124).

¹⁹³ “*Imbrochável, incomível e imorrível*”, os três *is* que estabelecem a trindade exaustivamente repetida por Bolsonaro para desmentir sua condição castrada e que estão inscritos em medalhas distribuídas por Messias a determinadas personalidades de expressão alinhadas à extrema direita, como é o caso de Javier Milei. A propósito: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/07/07/bolsonaro-da-medalha-de-imorrivel-imbrochavel-e-incomivel-a-milei.ghml>. Acesso em: 2 nov. 2024.

Em relação a isso, reportamos ao que antes dissemos sobre o ódio, quando o afirmamos um afeto pré-edípico, anterior, portanto, aos processos de recalque. E, lembremo-nos, o ódio nasce como reação a um *ataque* dirigido contra a perfeição narcísica (imaginária) desde um lugar outro, tratando-se, esse estado de plenitude, de um passado mítico que empuxa os sujeitos para que, na massa, o reeditem – segundo a ilusão a que se entregam e que tem o líder como máximo fiador, um pai forte, incestuoso e perverso que protege a unidade ideal reeditada na massa (mãe) por seus integrantes, ao mesmo tempo em que pune qualquer alteridade que ameace desfazê-la por interdição, já que toda lei e sanções lhe pertencem, podendo aplicá-las aos outros, enquanto delas preserva os seus¹⁹⁴. Isso nos autoriza a concluir que, conforme as verdades que pregue, o poder exercido por aquele que encarne o ideal do ego sobre os sujeitos-massa – verdadeiro oximoro – pode incidir gravemente sobre a repressão e o próprio recalque.

Reiterando o que recém dissemos, importa destacar que a *verdade* emanada do líder, se nessa condição arrebatada – toma de afeto – o destinatário, tem por consequência certa obturar sua capacidade crítica. E, por incidirem dessa forma sobre o sujeito, fechando-o a qualquer alteridade que se lhe oponham, as *verdades* emanadas do líder mostram-se capazes não só de suspender a repressão, como de arrefecer o recalque, tornando-o mais poroso e, dessa forma, permeável à vazão de representações até então mantidas inconscientes, dinâmicas pelas quais o Imaginário toma espaço do Simbólico.

Posto isso, na medida em que terminam por mitigar ou mesmo suspender conflitos que têm por causa a castração e a clivagem que estabelece – dimensão em que se instala a neurose –, deparamo-nos com aquilo que se pode definir como *efeito psicotizante* induzido pelo líder na massa por intermédio das verdades que lhe dá a conhecer. Aliás, não tem outro motivo a conclusão de Freud no sentido de que, no contexto da massa, “as neuroses podem diminuir ou, pelo menos temporariamente, desaparecer” (1921/1996j, p. 152), ao que acrescentamos: para dar lugar a uma substituição da realidade pelas *verdades* propaladas pelo líder que é própria da psicose. Vale frisar que não se diz de uma alteração de estrutura, mas de um efeito psicotizante que se expressa por delírios que, quanto mais compartilhados, mais força de verdade adquirem.

Não é por acaso que a verdade se trata de concepção cara ao fascismo. Lembremo-nos, a propósito, do versículo preferido por Jair Bolsonaro ao dirigir-se à sua massa verde e amarela, extraído do Evangelho de João (8:32), mas que também poderia constar profanado

¹⁹⁴ Tem-se, então, uma trindade una, que se estabelece entre líder, massa e sujeitos-massa (filhos-mãe).

em qualquer manual fascista: "E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará"¹⁹⁵ (João, 8:32). Segundo Chaloub (2022):

A "verdade" é um conceito central para as diversas variantes nacionais e históricas do fascismo. Não estamos diante, todavia, de um conceito de verdade relacionado aos traços mais característicos dos debates da filosofia moderna sobre as possibilidades e limites da razão, o qual é frontalmente recusado pelo fascismo. Na gramática fascista, o "verdadeiro" não seria racional, mas estaria em uma dimensão ao mesmo tempo superior e anterior à sociedade e à história, que poderia ser conhecida pelas massas apenas através de seus instintos. Há, nesse sentido, um elogio ao inconsciente das massas no fascismo, que seria acessado por suas relações com o líder e com a mitologia ao seu redor. É através do lugar da liderança, e dos seus estímulos, que verdades anteriores e superiores à razão se exprimiriam em meio ao povo. Em perspectiva que pode parecer paradoxal, o soberano cria através do fascismo uma verdade que já estava prevista, em movimento que é ao mesmo tempo uma criação e uma revelação (Chaloub, 2022, p. 140).

Ao final dessa exposição sobre o passado mítico como ideia característica do fascismo, surge-nos uma reflexão em forma de questionamento. No fim das contas, onde estaria o passado mítico do *fascismo eterno*, aquele comum a todos os fascismos? A resposta nos vem pronta: ele está na origem de toda subjetividade, ali onde habitam o ódio e a morte, o que nos dá bem a dimensão dos riscos que representa.

5.3.2 Propaganda e irrealidade

Para bem iniciar este tópico, importante destacar sob qual perspectiva compreendemos *propaganda*, o que há de se cumprir de pronto, no que afirmamos entendê-la como uma linguagem (Esteves, 2019), que pode ser verbal, não verbal (expressando-se por gestos, sons ou imagens, por exemplo) ou, ainda, mista, mas que tem por principal característica sua *função conativa*. Por sua vez, a função conativa reporta ao objetivo da propaganda, qual seja, o de convencer, persuadir seu receptor, segundo os interesses do emissor.

Sob essa perspectiva, tratamos de diferenciar a propaganda, enquanto linguagem, das chamadas peças publicitárias, evidenciando que ela pode se dar pelos mais variados meios, sob as mais diversificadas formas – inclusive, por peças publicitárias. Posto isso, em se tratando do bolsonarismo, observamos que sua propaganda, além de não dispensar os meios e formas tradicionais, inovou e surpreendeu pelo uso que fez das redes sociais e da propagação de desinformação, genericamente conhecida como *fake news*.

¹⁹⁵ A propósito, em evento do dia 22/10/2024, mesmo estando inelegível, ao expressar seu apoio a Ricardo Nunes nas eleições para a Prefeitura de São Paulo, Bolsonaro, quando questionado sobre o candidato à Presidência da República em 2026, respondeu: "o nome é Messias". Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/inelegivel-bolsonaro-diz-que-sera-candidato-em-2026-o-nome-e-messias/>. Acesso em: 23 out. 2024.

Feitas essas considerações, também nos parece importante ressaltar que, tomada como linguagem, a propaganda bolsonarista foi analisada implícita ou explicitamente ao longo de todo nosso estudo, assim como a *irrealidade* que induz a partir das (in)verdades que dissemina. Entretanto, ainda há reflexões relevantes a serem desenvolvidas, às quais nos dedicaremos neste tópico, tanto no que concerne à *propaganda* bolsonarista, quanto à *irrealidade* que difunde.

Partamos, então, do pressuposto de que, contemporaneamente, boa parte das interações sociais ou mesmo íntimas se dão pelos meios digitais, frequentemente em redes, a uma distância que exclui não só a copresença, como a própria fala entre os interlocutores, que, portanto, usualmente não têm nem rosto, nem voz. Valendo-nos da força da metáfora, podemos dizer que se trata de *interações cada vez mais solitárias*, as quais, por isso mesmo, se dão sob a profunda marca de um narcisismo, que, coletivizado, conforma o que se convencionou chamar de *bolhas*.

Vale reiterar que a formação dessas bolhas é catalisada por uma filtragem algorítmica cada vez mais sofisticada, que, ao interpretar as preferências do internauta a partir dos conteúdos que acessa enquanto navega, passa a *sugerir-lhe* não só produtos que a elas se relacionem, mas também pessoas que lhe possam ser afins – e para qualquer fim. Nem é preciso dizer que os rastros de navegação, inclusive dados pessoais, são todos coletados – ou são, ao menos, coletáveis – e, dessa forma, podem tanto concorrer para a sofisticação da interpretação feita pelos filtros algorítmicos, quanto terminar disponibilizados com intuito comercial.

A propósito, assim escreve Kaufman (2019):

Sofisticados algoritmos de IA individualizam as consultas ao Google, com os resultados variando em função do perfil de quem está buscando a informação. No Facebook, algoritmos de IA, por exemplo, são usados no gerenciamento das publicações que aparecem no *feed* de notícias de seus usuários. Para processar com assertividade a seleção de “conteúdos relevantes” e estabelecer correlações, os algoritmos acessam uma quantidade grande e diversificada de dados, que extrapolam um único usuário e envolvem uma comunidade de usuários afins, mediando, no processo, a comunicação entre eles (Kaufman, 2019, p. 50).

Nessas dinâmicas, verifica-se que a diversidade das relações interpessoais mais próximas e as tensões que lhe são inerentes – pressupostos do estabelecimento de um comum em que coexistam liberdades – acabam progressiva e aceleradamente dando lugar à superposição do mesmo, a *interações cada vez mais solitárias*. Os riscos que esse fechamento à alteridade representam para a democracia são objeto de inúmeros estudos, parecendo-nos bastante interessante a conclusão de Han (2022) acerca de uma degeneração da democracia no que denomina *infocracia*:

A digitalização do mundo da vida avança, implacável. Submete a uma mudança radical nossa percepção, nossa relação com o mundo, nossa convivência. Ficamos

atordoados pela embriaguez de comunicação e informação. O tsunami de informação desencadeia forças destrutivas. Abrange também, nesse meio-tempo, âmbitos políticos e leva a fraturas e disrupções massivas no processo democrático. A democracia degenera em *infocracia* (Han, 2022, p. 2018).

Para além da ameaça à democracia, cumpre também ressaltar o quanto o referido fechamento afirma-se como perversão das promessas que embalavam os melhores sonhos de globalização das interações pelos meios digitais (internet). Dentre essas, destacava-se uma redução do nível de mediação da informação, que passaria a ser selecionada pelo próprio usuário da rede, cuja autonomia política era, assim, presumida. Mais: esse usuário deixaria de ser mero receptor da informação, passando a ser também seu produtor e emissor, o que nos interessa em especial no que concerne à propaganda bolsonarista e à irrealdade que induz a partir da desinformação. Ainda com Han (2022) e as reflexões que faz a partir de *1984* (de Orwell) e *Admirável mundo novo* (de Huxley):

Teletelas e monitores são substituídos hoje pelo *touchscreen*. O novo meio de submissão é o *smartphone*. No regime de informação, as pessoas não são mais telespectadoras passivas, que se rendem ao entretenimento. São emissores ativos. Produzem e consomem, de modo permanente, informações. A embriaguez de comunicação que assume, pois, formas viciadas, compulsivas, retém as pessoas em uma nova menoridade. A fórmula da submissão do regime da informação é a seguinte: *comunicamo-nos até morrer* (Han, 2022, pp. 22-23)

Voltando às *bolhas* e à antidemocracia que representam, interessante destacar que, não por acaso, são também conhecidas como *câmaras de eco*, tratando-se Eco, na mitologia grega, justamente da ninfa que atrai Narciso ao repetir as últimas palavras que este dizia enquanto a procurava, ecoando-as, portanto. Segundo uma das várias versões do mito, por ser muito tagarela, Eco teria sido punida por Hera após pregar-lhe uma peça, restando condenada a não mais poder conversar. A partir daquele momento, estaria limitada a repetir as últimas palavras ditas por seu interlocutor.

Consta, então, que Eco teria se encantado por Narciso ao ver o belo jovem caçando nas montanhas. Tímida em razão de sua condição, Eco não se dava a ver enquanto seguia Narciso. Por fim, encorajou-se a uma interação à distância, repetindo as últimas palavras que Narciso passou a dizer em voz alta quando se percebeu sozinho na montanha.

Percebamos, desde já, que Narciso se sentiu atraído pelas próprias palavras que ouvia repetidas por Eco, a qual se deu a ver após ecoar o seguinte chamado de Narciso: “vamos nos juntar!”. Sem saber que “Narciso acha feio o que não é espelho” (Veloso, 1978, linha 12), Eco terminou rejeitada assim que foi vista pelo jovem, decepção que a levou a se isolar e definhar até morrer, restando apenas sua voz a ecoar entre seus ossos, convertidos em rochedos¹⁹⁶. Quanto a Narciso, segundo uma das versões mais correntes do mito, a

¹⁹⁶ Disponível em: <https://www.mitografias.com.br/2016/03/eco-e-narciso/> . Acesso em: 23 out. 2024.

paixão somente o arrebatava quando ele vê a própria imagem refletida no espelho d'água de uma fonte, na qual termina por se afogar, enquanto tentava fundir-se a si mesmo¹⁹⁷.

Temos, assim, reveladas pelo mito, não só as dinâmicas de funcionamento das *câmaras de eco*, como também suas consequências. Afinal, as interações solitárias estabelecidas em rede tendem a reafirmar as convicções dos que ali narcisicamente interagem, a aridez do mesmo aniquilando o amor e a vida que poderiam surgir da tensão inerente ao encontro dos diversos, o fascismo infocrático solapando a democracia.

Seguimos com Han (2020) para sustentar que esse fascismo infocrático implica novas formas de dominação que transcendem a biopolítica de que tanto tratou Foucault (1987), e que se caracterizava pela dominação e disciplina dos corpos em proveito do capitalismo de produção. A *hipercomunicação* (Han, 2017) induzida pelos meios digitais e, em especial, a forma como estes são instrumentalizados por determinados grupos que disputam o poder, instala-nos no registro de uma *psicopolítica digital*, própria de um capitalismo virtualizado de consumo que

avança da vigilância passiva ao controle ativo, empurrando-nos, assim, para uma nova crise da liberdade: até a vontade própria é atingida. Os *big data* são um instrumento psicopolítico muito eficiente, que permite alcançar um conhecimento abrangente sobre as dinâmicas da comunicação social. Trata-se de um *conhecimento de dominação* que permite intervir na psique e que pode influenciá-la em um nível pré-reflexivo (Han, 2020, p. 23).

Não que a biopolítica tenha sido definitivamente superada, a dominação dos corpos ainda se caracterizando como política ostensiva largamente utilizada nos países periféricos – como é o caso do Brasil –, destinada especialmente à população marginalizada, os dejetos do Mercado, os não-consumidores ou consumidores falhos (Bauman, 2008), cujo controle geralmente ainda se dá pelo aprisionamento (Wacquant, 2001). Por isso dizemos de uma transcendência, e não de uma superação da biopolítica pela psicopolítica. Segundo Han (2020):

Foucault vincula expressamente a biopolítica à forma disciplinar do capitalismo, que, em sua forma produtiva, socializa o *corpo*: “Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica”. Assim, a biopolítica está fundamentalmente associada ao biológico e ao corporal. Em última instância, trata-se de uma *política dos corpos* em sentido amplo. O neoliberalismo como forma de evolução ou mesmo como mutação do capitalismo não se preocupa primariamente com o “biológico, o somático, o corporal”. Antes, descobre a psique como força produtiva. A *virada para a psique* e, em consequência, para a *psicopolítica*, também está relacionada à forma de produção do capitalismo atual, pois ele é determinado por modos imateriais e incorpóreos. São produzidos objetos intangíveis, como informações e programas (Han, 2020, pp. 39-40).

E prossegue o autor:

¹⁹⁷ Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/o-mito-de-narciso> . Acesso em: 23 out. 2024.

O corpo como força produtiva não é mais tão central como na sociedade disciplinar biopolítica. Em vez de *superar* resistências corporais, processos psíquicos e mentais são *otimizados* para o aumento da produtividade. O disciplinamento corporal dá lugar à otimização mental. Assim, o *neuro-enhancement* se diferencia fundamentalmente das técnicas psiquiátricas disciplinares. Hoje, o corpo é liberado do processo imediato de produção e se torna um objeto de otimização estética ou técnico-sanitária. Logo, a intervenção *ortopédica* dá lugar à *estética*. O “corpo dócil” proposto por Foucault já não tem lugar no processo de produção. A ortopedia disciplinar é substituída pelas cirurgias plásticas e academias. Todavia, a otimização corporal significa muito mais do que mera prática *estética*. Os termos *sexy* e *fitness* tornam-se recursos econômicos que devem ser multiplicados, comercializados e explorados (Han, 2020, p. 40)

O modo de funcionamento dos algoritmos talvez represente o que melhor pode ilustrar o agir da mão invisível do Mercado neoliberal no exercício de sua psicopolítica, ao recolher os mais recônditos desejos e modos de gozar dos internautas, tais quais revelados espontaneamente durante sua *navegação livre*. O Mercado, então, cuida de convertê-los em necessidades, seja de consumo, seja de engajamento político ou de investimento pulsional, todas monetizáveis em alguma medida. E o emprego da expressão *navegação livre* se dá tomando de empréstimo o conceito freudiano de *associação livre*, preciso em definir o modo distraído como se dá a navegação pela rede, o internauta buscando e acessando conteúdos como se sozinho estivesse, dando, assim, livre vazão ao fluxo de ideias pelas quais se revelam seus desejos e modos de gozar prontamente captados pelos meios em que navega, com o que se estabelece o circuito fechado por nós referido, verdadeiro *looping*, em que estes passam a lhe *sugerir* conteúdos que se relacionem ou atendam aos interesses desnudados.

A técnica de poder do regime neoliberal assume uma forma sutil. Não se apodera do indivíduo de forma direta. Em vez disso, garante que o indivíduo, por si só, aja sobre si mesmo de forma que reproduza o contexto de dominação dentro de si e o interprete como liberdade. Aqui coincidem a otimização de si e a submissão, a liberdade e a exploração. Esse estreitamento entre liberdade e exploração na forma de exploração de si escapa ao pensamento de Foucault (Han, 2020, p. 44).

Pela força da psicopolítica neoliberal, em que o sujeito se torna feitor do escravo em que se converte enquanto pensa ser senhor de si, talvez já possamos dizer de uma servidão que deixa de ser voluntária para ser espontânea. Afinal, enquanto o que é voluntário se caracteriza pela vontade que se exerce livre de coação, podendo decorrer de pedido ou mesmo de ordem, a espontaneidade é algo que brota do próprio sujeito, dispensando a identificação de causalidade.

É justamente no ambiente dessa infocracia que se difundiu e ainda se difunde a propaganda do bolsonarismo, estabelecendo redes coesas de desinformação eficazes em estabelecer a irrealidade que vimos analisando. Dizemos de um investimento metódico no absurdo, o qual se expressa por negacionismos de variadas ordens, em contradições

somente superadas pela força da fé¹⁹⁸, tudo isso constituindo escaramuças exitosas em retirar as disputas narrativas sobre temas de primeira importância do campo da razão para instalá-las na dimensão íntima e excludente dos afetos¹⁹⁹, de modo a assim minar as possibilidades de resistência por parte dos campos progressistas.

São muitas as dificuldades enfrentadas pelas forças democráticas quando têm que disputar propostas e sentidos no campo dos afetos. Por ora, podemos afirmar que a crise cuidadosamente instalada e mantida no Brasil desde 2013 mostrou-se bastante eficaz em corroer progressiva e metodicamente a confiança da população em nosso sistema democrático (político, econômico, jurídico, público, enfim), expressão que deve ser considerada em seu sentido mais amplo, a designar O sistema, abrindo espaço para uma demanda que, não por acaso, se dá a conhecer como *antissistema*.

E a sensação de um caos artificialmente produzido, mas de efeitos reais, por ações como as protagonizadas pela Operação Lava Jato fez com que emergisse, mais uma vez, no Brasil, a demanda por um Pai forte – e mítico –, supostamente capaz de reordenar o mundo. Isso não só culminou na eleição democrática de um líder autoritário, como também deu azo à repetição do mesmo apelo que parte da população fez aos quartéis em 1964, gerando, desta vez, um espetáculo caricato dado seu mui evidente anacronismo. A propósito, a miscelânea de expressões observáveis nessas mobilizações bem dava ideia do sincretismo a que já nos referimos como caracterizador do fascismo bolsonarista.

Fazendo ressurgir no léxico de nosso cotidiano a palavra “vivandeira”²⁰⁰, as referidas manifestações, desconectadas da ameaça de qualquer conflito armado, interno ou externo, marcaram-se, dentre outras coisas, por tangenciar o carnavalesco, na medida em que mesclavam elementos que iam desde aqueles característicos das manifestações religiosas até os de clara referência desportiva – com destaque para camisas da seleção brasileira. A imagem a seguir garante adequada ilustração do que afirmamos.

¹⁹⁸ Em sentido amplo, que vai além da acepção religiosa da palavra *fé*.

¹⁹⁹ “O fascismo não tinha bases filosóficas, mas do ponto de vista emocional era firmemente articulado a alguns arquétipos” (Eco, 2018, p. 39).

²⁰⁰ Atribui-se o uso do vocábulo *vivandeiras* ao marechal Humberto Castello Branco, fazendo alusão a civis que recorriam aos militares para satisfazer seus desejos golpistas. Disse o marechal, em 1964: “Eu os identifico a todos. E são muitos deles, os mesmos que, desde 1930, como vivandeiras alvoroçadas, vêm aos biquetes bolir com os granadeiros e provocar extravagâncias do poder militar.” Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/noblat/bolsonaro-corteja-a-tropa>. Acesso em: 15 out. 2024.

Figura 8²⁰¹

Aliás, a mixórdia retratada bem demonstra que o embate não era travado, como não se trava, no campo da razão, nem mesmo em termos de prevalência. Como frisado, desde junho de 2013, a extrema direita brasileira, aproveitando-se do caos e da desconfiança induzidos, tem se mostrado muito habilidosa em conduzir as disputas políticas para o registro dos afetos, dimensão blindada à argumentação racional que constitui a tônica dos discursos progressistas. Enquanto os afetos são causa de identificação por *contaminação*²⁰², fazendo vibrar numa mesma frequência os que os compartilham, a racionalidade do debate democraticamente orientado, por sua vez, embora não dispense apelos retóricos, pressupõe a possibilidade de conhecimento e participação (pilares da democracia) entre aqueles que nele travem uma batalha argumentativa. Trata-se, como se pode antever, de uma dinâmica dialética que inclusive depende do tempo: tempo para dizer e para ouvir, tempo de reflexão sobre o que se diz e o que se ouve, ou seja, tempos de essência democrática – e politicamente civilizada – que terminam por sucumbir diante da urgência imperativa de afetos como medo e ódio, bem como da violência que suscitam, seja ela simbólica²⁰³ ou concretamente atuada²⁰⁴.

²⁰¹ Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/11/02/manifestaes-em-frente-a-quartis-so-da-esfera-da-segurana-pblica-diz-fonte-militar.ghtml>. Acesso em: 15 out. 2024.

²⁰² Remetemos ao que sobre isso dissemos no capítulo 2.

²⁰³ O que se manifesta, por exemplo, no método disseminado entre os reacionários bolsonaristas quando tinham de confrontar suas ideias com alguém que identificavam com o campo progressista, logo, um inimigo. Trata-se de práticas de intimidação que muitos atribuem às lições de Olavo de Carvalho, o guru da extrema direita brasileira. Como todos devem se lembrar, para melhor lacrar (obturar) a razão daquele a quem impunha a condição de inimigo – o que também tem sua importância simbólica –, o reacionário não costuma economizar em palavrões, nas *trollagens* de desqualificação do interlocutor ou em exortações de cunho moral ou religioso, de celular em punho para filmar o ato e, assim, ameaçar o atacado de contra ele aticar, com a velocidade das redes, todos aqueles que compartilhem de seus afetos (do agressor).

²⁰⁴ Lembremo-nos das agressões, inclusive físicas, impostas a pessoas públicas como Gilberto Gil, em 2022 – disponível em: <https://veja.abril.com.br/esporte/a-estupida-agressao-verbal-contra-gilberto-gil-no-catar>. Acesso em: 29 abr. 2024 –, e, em julho de 2023, ao próprio Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes e familiares – disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/imagens-mostram-suposta-agressao-a-filho-de-alexandre-de-moraes-no-aeroporto-de-roma/>. Acesso em: 29 abr. 2024.

Dizemos, portanto, que, diante da utilização metódica do absurdo e dos afetos que sustentam a crença em suas derivações propaladas – mentiras, teorias da conspiração e negacionismos das mais variadas ordens –, a razão pouco ou nada pode, na medida em que tratamos de registros perceptivos distintos e, sob algumas circunstâncias, imunizados um em relação ao outro. Inclusive, arriscamo-nos a sustentar que a couraça dos afetos é praticamente blindada às investidas da razão²⁰⁵, uma vez que, enquanto aqueles repelem a dúvida, a crítica (a dúvida, portanto) encontra-se no âmago de qualquer reflexão e, logo, da argumentação racional.

Em reforço ao que sustentamos, vale reportar às conclusões que determinaram o abandono da *teoria da sedução* por Freud. Diante da impossibilidade de se imputar a todos os pais – ou, ao menos, à maior parte deles – a condição de abusadores que se poderia inferir do discurso das histéricas, Freud constatou que, no ordinário, muitos dos abusos relatados por suas pacientes decorriam de fantasias com efeito de realidade. Noutras palavras, concluiu que a *realidade psíquica* não corresponde àquela objetivamente apreensível, uma vez que “no inconsciente, não há indicações de realidade, de modo que não se consegue distinguir entre a verdade e a ficção que é catexizada com o afeto” (Freud, 1950[1892-1899]/1996a, p. 310).

Conforme Goldenberg (2014):

A tese desenvolvida por Lacan é que a *realidade* e a *fantasia* são a *mesma coisa*. Não temos uma apreensão da realidade que não passe pelo filtro da fantasia inconsciente. O que desloca então o problema, já que agora requer explicação nossa convicção de estarmos dentro de uma realidade compartilhada com o restante das pessoas. Nosso singelo entendimento cotidiano revela-se como o verdadeiro enigma. A fantasia seria o forro do *eu*. E é de *eu* para *eu* que acreditamos habitar o mesmo planeta (Lacan diz que o *eu* é um local de ativo desconhecimento: *méconnaissance*). “O que me alucina”, dizia um amigo, “é a impossibilidade de saber se aquilo a que *você* chama *amarelo* corresponde ‘lá fora’ ao mesmo a que *eu* chamo *amarelo*.” É preciso confiar que sim, diria. Caso contrário, cairíamos numa paranoia generalizada²⁰⁶, ficando cada um por si e Deus contra todos ou, então, simplesmente, todos contra todos (Goldenberg, 2014, pp. 156-157).

²⁰⁵ A corroborar nossa afirmação, reportamos ao número de mortes evitáveis durante a pandemia do covid-19 e que podem ser atribuídas ao negacionismo disseminado, mais precisamente no que interferiu no uso de máscaras de proteção e na vacinação da população. Ou seja, nem a morte foi capaz de romper a blindagem afetiva à razão. Nesse contexto, vale lembrar que o Brasil inclusive chegou a liderar o número diário de novos casos e mortes em decorrência da covid-19. Ilustrativamente: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-lidera-rankings-diarios-de-novos-casos-e-novas-mortes-por-covid-19/#:~:text=in%20with%20Google-.Brasil%20lidera%20ranking%20di%C3%A1rio%20mundial%20de%20novos,novas%20mortes%20por%20Covid%2D19&text=Nenhum%20pa%C3%ADs%20registrou%20mais%20mortes,mais%20n%20ovos%20casos%20da%20doen%C3%A7a>. Acesso em: 29 abr. 2024.

²⁰⁶ Tal qual a paranoia induzida por negacionismos naqueles que os sustentam em relação aos que os refutam. Nesse sentido, não devemos nos esquecer de que os negacionismos são geralmente acompanhados de teorias da conspiração.

Temos aí, inclusive, uma das explicações possíveis para a demora de reação do campo progressista ao rápido avanço da extrema direita. Enquanto o bolsonarismo investia na mobilização em velocidade algorítmica de afetos, especialmente a partir da disseminação de conteúdos imagéticos virais e notícias falsas (desinformação), as forças progressistas, ao se depararem com os efeitos reais de causas absurdas, primeiro duvidavam daquilo a que assistiam e, depois, procuravam racionalmente comprovar a inverdade do que se propagava. Ocorre que, enquanto a validação e a contaminação por afetos dão-se de forma praticamente *imediata*, a demonstração do que racionalmente se sustenta sempre requer a *mediação* de sentidos e valores minimamente compartilhados, além de interlocutores dispostos não só a falar, mas também a ouvir. Ou seja, a compreensão racional por demonstração requer justamente o tempo que a validação e a contaminação por afetos dispensam²⁰⁷.

Precisamente por isso, observamos que o tipo de comunicação adotado e aperfeiçoado pela extrema direita contemporânea tem como alvo preferencial receptores (enunciatórios) que só estão abertos a conteúdos que validem seus afetos, mesmo que se mostrem absurdos. Assim se destacam as notícias falsas e os memes²⁰⁸, na medida em que estabelecem uma comunicação simples e de conclusões prontas, já que confirmadoras dos interesses e expectativas de seus receptores. Especialmente quando imbrica mensagem e imagem, a comunicação bolsonarista produz importante efeito de verdade, capaz de calar a crítica na proporção dos afetos mobilizados.

O efeito de verdade conferido ao absurdo pelas formas com que se comunica a extrema direita nas redes não passou incólume ao humor, que sintetizou o fenômeno em imagens como as que seguem.

²⁰⁷ Não por acaso, foi comum a comparação dos debates entre progressistas e bolsonaristas a *conversas de surdos*.

²⁰⁸ Sem dúvidas, as notícias falsas também podem ser veiculadas por memes, o que não dispensa o estudo em separado das questões, que inclusive pode se dar a partir de uma relação entre continente e conteúdo ou entre formato (meme) e mensagem (notícias falsas). Entretanto, certo é que as notícias falsas não dependiam do formato dos memes para serem difundidas, assim como o conteúdo dos memes não se restringia a notícias falsas, destacando-se, por exemplo, na propagação de *trollagens*, que nada mais são do que práticas com que se persegue e se busca a humilhação daqueles aos quais se impõem.

Figura 9²⁰⁹Figura 10²¹⁰

Resumidamente, para o grupo que se pode definir como *bolsonarista autêntico*²¹¹, em especial a massa *de fé*, racionalidade, realidade ou verdade não constituem referenciais necessariamente relacionados e de primeira importância quando se visa à compreensão do mundo. Mostram-se ineficazes, portanto, em possibilitar a superação do empuxo determinado por afetos como medo, ódio ou ressentimento, os quais defendemos estarem na base desse movimento político.

Pelo contrário, a efetiva oposição crítica a suas ideias, considerada a condição de ameaça atribuída à razão pelos movimentos de caráter fascista, somente reforça sua resistência e os afetos investidos nas crenças que, assim, se reafirmam em torno de ilusões e, com bastante frequência, de delírios compartilhados – no que reiteramos nossa hipótese de que as *ideias religiosas* estão na base do bolsonarismo e do fascismo, de um modo geral, tendo, como causa remota, o desamparo humano. Em se tratando de marcha civilizatória, cremos ser possível afirmar que o bolsonarismo, em sua recusa radical à razão e apologia a uma tradição mitificada, bem representa um movimento regressivo que, em termos figurados, desmente o Iluminismo para se fixar em ideais medievais ainda que reeditados, o que inclui, de forma ampla, o solapamento da racionalidade crítica pela crença e o engajamento em *cruzadas* (por exemplo, as cruzadas contra o comunismo, contra o identitarismo, dentre tantas outras, todas movidas por representações de inimigos bem definidos e capazes de assegurar a coesão do grupo).

E, segundo pensamos, tudo isso não teria sido possível, tal como se passou e se passa, fora da hipercomunicação (Han, 2017) que se estabeleceu pelo uso que se faz dos

²⁰⁹ Disponível em: <https://x.com/andretrig/status/1052863133000318976> . Acesso em: 14 out. 2024.

²¹⁰ Disponível em: https://memes.casa/img/vi-na-internet-deve-ser-verdade#google_vignette . Acesso em: 14 out. 2024.

²¹¹ Porque houve os que aderiram ao bolsonarismo precariamente, apenas por discordarem do que representam e defendem os que a ele não aderem ou se opõem, o que se materializa no antipetismo, por exemplo.

meios digitais – e que fora deles seria impensável. É nesse contexto que Sayad (2019) refere-se a uma “Idade Mídia” (p. 71), em que o obscurantismo não decorre do monopólio da informação e do conhecimento – como se dava na Idade Média, pelo clero –, mas, ao contrário, devido à abundância soterradora de conteúdos e à ansiedade por acessá-los, circunstâncias às quais se somam o compartilhamento interessado de desinformação e a regressão que isso provoca em termos de racionalidade.

Posto isso, temos que suficientemente abordadas a propaganda e a irrealidade como características do bolsofascismo. Passemos, então, ao próximo tópico.

5.3.3 Anti-intelectualismo

Para que se instaure o império dos afetos primários, como ódio, medo e ressentimento, a razão crítica não pode ter lugar. A racionalidade é elemento desagregador de massas cuja coesão dependa dessa afetação, seja porque traz a dúvida onde a convicção não admite oposição, seja porque, como vimos, pode determinar a repressão ou, mesmo, possibilitar a transformação desses afetos segundo princípios civilizatórios.

Enquanto afirmamos isso, sustentamos que a virulência é condição sem a qual o fascismo não se mantém, o que explica a ostentação de signos que a ela remetam, geralmente associados à virilidade, ao masculino. Ameaças de golpe, instrumentalização das forças de segurança a fim de transformá-las em milícias, facilitação máxima do acesso a armas por civis, discursos de ódio, motocicletas, dentre outros, constituem encenações e atos dessa virulência e da violência que lhe é correlata, empregadas para afastar a diferença, para impor o “nós” contra “eles”.

Aliás, se procuramos paralelo em nossa história, percebemos que há quem sustente que a Ação Integralista Brasileira (AIB) não vingou por falta da virulência necessária para promover eventos semelhantes ao *Putsch da cervejaria*, à *Noite dos longos punhais* ou à *Noite dos cristais*, levados a cabo pelo nazismo em 1923, 1934 e 1938, respectivamente. Em resumo, enquanto o *Putsch da cervejaria* pode ser traduzido como uma intentona nazista, os eventos de 1934 e 1938 envolveram chacinas e destruição, o primeiro executado contra políticos – inclusive do próprio partido nazista, um *expurgo* – e o segundo, contra judeus. São atos de violência ostensiva que, segundo alguns, a AIB, chefiada por reconhecidos intelectuais (Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale), não era capaz de realizar²¹².

²¹² Importante destacar que tomamos a AIB como movimento violento ou, no mínimo, potencialmente violento, considerados os valores que o inspiravam desde sua essência fascista. Contudo, comparando-o aos fascismos italiano e alemão (nazismo), há quem nele identifique um déficit de *virulência atuada*.

O integralismo brasileiro foi um movimento que nasceu entre intelectuais. Foi entre escritores e estudantes de direito²¹³ que encontrou seus primeiros seguidores. O fascismo italiano eliminou em um ano e meio a esquerda no norte industrial do país. Atropelada, esmagada, sufocada pelos camisas-negras. O integralismo brasileiro se humilhou no primeiro evento de grande porte que produziu. Era para demonstrar força, saiu com todo mundo apelidado de galinha verde. Plínio não estava na Praça da Sé no dia em que comunistas e anarquistas fizeram do centro geográfico paulistano um galinheiro em escala humana. A chave do fascismo é a pulsão por violência, e, no seu núcleo, a Ação Integralista Brasileira não a tinha em quantidade suficiente (Doria, 2020, p. 245).

Pois, se sobrava intelectualidade à AIB, ao ponto de fazê-la fracassar enquanto movimento fascista – de acordo com os que lhe atribuíam *pouca virulência* –, certo é que, no bolsofascismo, ela não existe em medida suficiente para garantir que o movimento se perpetue no poder. Embora possa se identificar um método que a conduz, a virulência bolsonarista é prevalente e eficaz em calar ou mesmo barrar a intelectualidade que seria necessária a seu avanço.

Trata-se de uma destrutividade que escapa a qualquer limite racional, expondo a riscos de implosão o próprio movimento a que serve. Fosse mais pragmática e menos negacionista a postura de Bolsonaro durante a pandemia, mais contidas suas manifestações de intolerância – como a insistente xenofobia dirigida a nordestinos – e menos ostensiva sua adesão a todo tipo de violência, inclusive a cometida pelo próprio Estado, é muito provável que tivesse sido reeleito, como, de fato, quase foi²¹⁴.

Mas o anti-intelectualismo bolsofascista não se manifesta apenas pela virulência que se pode entrever em seu avesso. Expressa-se, também, pelos reiterados ataques à cultura e à universidade pública, além do investimento discursivo na militarização da educação, justamente para minar a crítica que, essencialmente, é anti-hegemônica e, logo, um risco às hierarquias.

Conforme Stanley (2020):

A política fascista procura minar o discurso público atacando e desvalorizando a educação, a especialização e a linguagem. É impossível haver um debate inteligente sem uma educação que dê acesso a diferentes perspectivas, sem respeito pela especialização quando se esgota o próprio conhecimento e sem uma linguagem rica o suficiente para descrever com precisão a realidade. Quando a educação, a

²¹³ Aliás, o pendor autoritário de nossos juristas é expressão da repetição do mesmo de que tratamos e que mereceria estudos próprios e aprofundados, a fim de investigar os porquês da identificação não só de juristas, mas de profissionais do direito em geral à figura do senhor. Identificação tal ao ponto de se confundirem com a lei – traço claro de perversão –, ao invés de se sujeitarem a ela para interpretá-la e aplicá-la. A Operação Lava Jato e o apoio que ainda encontra no meio jurídico, onde pululam entusiastas da *lawfare* – ainda que nem saibam o que isso significa –, dispensam maiores esforços de exemplificação.

²¹⁴ Os números finais das eleições presidenciais de 2022 indicam que a diferença entre Lula – o vencedor – e Bolsonaro foi de 1,8% dos votos válidos, que correspondiam a pouco mais de 2 milhões de votos. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/apuracao/presidente.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2024.

especialização e as distinções linguísticas são solapadas, restam somente poder e identidade tribal (Stanley, 2020, pp. 48-49).

E continua o autor:

Isso não significa que não haja um papel para as universidades na política fascista. Na ideologia fascista, há apenas um ponto de vista legítimo: o da nação dominante. As escolas apresentam aos alunos a cultura dominante e seu passado mítico.²¹⁵ A educação, portanto, representa uma grave ameaça ao fascismo ou se torna um pilar de apoio para a nação mítica. Não é de se espantar, então, que os protestos e confrontos culturais nos campi universitários representem um verdadeiro campo de batalha político e recebam atenção nacional. Há muita coisa em jogo (Stanley, 2020, p. 49).

Como exemplos da depreciação sistêmica de tudo o que pudesse anunciar uma inteligência crítica, vale relembrar da desinformação disseminada em relação à Lei Rouanet e à universidade pública, além do episódio grave, embora patético, atuado pelo à época secretário da Cultura²¹⁶, Roberto Alvim. Para quem não se lembra, apoiando-se em uma semiótica nazista que incluía cores, gestos, penteado e ópera de Wagner, Alvim²¹⁷ divulgou nos meios digitais um pronunciamento em que plagiava trechos de conhecido discurso de Goebbels, ministro da propaganda de Hitler²¹⁸.



Figura 11²¹⁹

²¹⁵ Não por acaso, o fetiche pelas chamadas escolas cívico-militares, que remetem diretamente à natureza civil-militar do golpe de 1964, que nos instalou em uma ditadura que perduraria por 21 anos.

²¹⁶ Sob Bolsonaro, a pasta da Cultura perdeu o *status* de ministério, restando rebaixada a secretaria. A propósito: <https://jornal.usp.br/cultura/destruicao-da-cultura-no-governo-bolsonaro-e-tema-de-livro/>. Acesso em: 24 out. 2024.

²¹⁷ Na análise semiótica dos elementos que compõem a cena em que nos detemos, não pode passar despercebido que *Alvim* é um sobrenome artístico escolhido por Roberto Rêgo Pinheiro, o então secretário de Bolsonaro, o qual remete ao latim *albinus*, que também significa *branco*.

²¹⁸ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html> e <https://www.youtube.com/watch?v=Jv92Pm02BgE>. Acesso em: 24 out. 2024.

²¹⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/01/um-ano-apos-video-com-discurso-nazista-alvim-prepara-um-novo-trabalho.shtml>. Acesso em: 24 out. 2024.

O episódio bem ilustra o anti-intelectualismo de esculhambação promovido por Bolsonaro. E, no caso, o que é pior, a partir de uma encenação que se pretendia intelectualizada, mas que não passou de canastrice atuada.

5.3.4 Hierarquia, lei e ordem

A hierarquia, assim como a lei e a ordem, é uma característica do fascismo que age como resposta às inseguranças da massa, ou seja, a seus medos. Diz-se da necessidade de se convocar um Pai mítico para restaurar a *ordem natural das coisas*, reestabelecendo a distinção entre superiores e inferiores tal qual definida pela tradição – no caso do Brasil, o paradigma escravocrata (Souza, 2019) –, o que implica indicar primazias, ou *o que* está acima *de quê*. Isso explica o sucesso retórico do lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, utilizado à exaustão pelo Bolsonarismo e que, despido da demagogia que o reveste, se expõe como um simples “nós acima de tudo e de todos eles outros”.

Nesse sentido, é preciso observar que esse clamor pela hierarquia também se dá em resposta à igualdade democrática, em razão da qual privilégios naturalizados terminam ameaçados pelas dinâmicas inerentes à expressão igualitária de liberdades. Enfim, é contra a culturalização de diferenças não naturalizáveis que se insurge o fascismo em seu apelo à hierarquia, o que invariavelmente conduz à matriz do poder patriarcal.

Numa sociedade fascista, o líder da nação é análogo ao pai da família patriarcal tradicional. O líder é o pai da nação, e sua força e poder são a fonte de sua suprema autoridade moral sobre seus filhos e esposa. O líder provê a nação, assim como na família tradicional o pai é o provedor. A autoridade do pai patriarcal deriva de sua força, e a força é o principal valor autoritário. Ao apresentar o passado da nação como um passado com uma estrutura familiar patriarcal, a política fascista conecta a nostalgia a uma estrutura autoritária hierárquica organizadora central, que encontra sua mais pura representação nessas normas (Stanley, 2020, p. 22).

Expostos os princípios que fazem da hierarquia uma característica do fascismo, avançamos para dizer do apelo à lei e à ordem como traço que lhe é correlato. Aliás, mesmo em circunstâncias de normalidade democrática, os clamores populares por lei e ordem têm efeito político destacado no Brasil, inclusive dando azo ao que se convencionou chamar de *populismo punitivista*, que se caracteriza por propostas cosméticas – e eleitoreiras – voltadas ao recrudescimento da legislação penal e processual penal no combate à criminalidade. Em síntese, propostas simplistas para a solução de problemas complexos, verdadeiro canto da sereia para a massa fascista, especialmente quando entoado pelo líder.

Mas, como dito, o manto da demagogia se desfaz ao mínimo contato com a realidade ou a crítica. A fim de melhor expor o que sustentamos, começemos pela hierarquia bolsonarista. Nesse sentido, cabe reiterar que, desde a redemocratização, nunca houve tantos militares compondo um governo brasileiro, inclusive em seus mais altos escalões.

Já tendo destacado o número de militares que ocuparam cargos civis sob Bolsonaro (cerca de 6 mil²²⁰), no que concerne aos altos escalões, para além do vice, Hamilton Mourão, merecem ser lembrados como integrantes de sua cúpula civil de governo, os generais Augusto Heleno (GSI), Eduardo Pazuello (Ministério da Saúde), Carlos Alberto dos Santos Cruz (ministro-chefe da Secretaria de Governo), Fernando Azevedo e Silva (ministro da Defesa), Maynard Marques de Santa Rosa (Secretaria de Assuntos Estratégicos), Floriano Peixoto Vieira Neto (ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República), Guilherme Teophilo (Secretário Nacional de Segurança Pública), Walter Braga Netto (ministro-chefe da Casa Civil e, posteriormente, ministro da Defesa, além de candidato a vice de Bolsonaro nas eleições de 2022), Paulo Sérgio Nogueira (ministro da Defesa), Luiz Eduardo Ramos (chefe da Secretaria-Geral da Presidência), além do almirante Bento Costa Lima Leite (ministro de Minas e Energia). Como fica claro pela qualificação dos nomes acima indicados, eram muitos os generais – e também um almirante – que se aliaram a Bolsonaro, subordinando-se às suas ordens e colocando-se à sua sombra.

Essa constatação não deve vir desacompanhada de alguns questionamentos. Em primeiro lugar, sabe-se que a hierarquia constitui princípio estruturante de qualquer ordem militar, como também se dá com a disciplina. Inclusive, esses valores e os a eles correlatos subjazem à altivez comumente relacionada às carreiras militares, verdadeira presunção de probidade que parece constituir o pano de fundo do moralismo, que é característica marcante das manifestações públicas de seus agentes.

Se assim é, torna-se muito difícil compreender como tantos membros do alto oficialato das FFAA se aliaram ao capitão Bolsonaro, dobrando-se às suas ordens²²¹, especialmente se considerado seu histórico como militar. Nesse contexto, surgem duas alternativas de resposta, ambas podendo estar corretas, inclusive: ou o fizeram por um oportunismo vulgar ou motivados por um projeto comum de poder que terminaria se autonomizando em relação às forças civis democráticas.

Fora dessas hipóteses, partindo do pressuposto de que disciplina e hierarquia são estruturantes às carreiras militares, quase impossível encontrar explicação para a submissão de tantos oficiais das mais altas patentes ao projeto anárquico e autoritário de um deputado do baixo clero, cuja história de caserna é marcada por uma quase expulsão, que encontraria motivo em graves acusações de indisciplina e, mesmo, de tramas de cunho

²²⁰ Vide nota de rodapé 63.

²²¹ Servilismo que ganhou marcada expressão na frase do general Eduardo Pazuello, referindo-se a Bolsonaro, a quem obedecia: “um manda, outro obedece”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/15/um-manda-o-outro-obedece-ja-disse-pazuello-sobre-bolsonaro-veja-frases-polemicas-do-ex-ministro.ghtml> . Acesso em: 24 out. 2024.

terrorista contra a própria instituição²²². Aliás, em 1993, quando Bolsonaro já estava entranhado no sistema e ocupava o cargo de deputado federal, o general Ernesto Geisel – um dos presidentes ditadores – definiu-o como um “mau militar”²²³.

Embora o oportunismo vulgar não seja hipótese descartável – afinal, inúmeras vantagens pessoais e institucionais poderiam advir dessa bizarra relação de submissão entre altos oficiais e um insubordinado capitão –, parece-nos mais plausível que os olhos dos membros das FFAA que se uniram a Bolsonaro estivessem de fato voltados à possibilidade de se atualizar o ocorrido em 1964. Era a chance de retomar o protagonismo que lhes fora esbulhado por civis, e o pior: muitos deles *comunistas*. Essa hipótese, inclusive, ganha status de probabilidade não só pelo que se passou em 8 de janeiro de 2023, como também em razão de se apresentar como repetição de eventos históricos, não sendo inédito que líderes fascistas ascendam ao poder, senão por processos democráticos regulares – como inclusive se deu com Hitler –, ao menos a partir de considerável apoio da sociedade civil.

Historicamente, os líderes fascistas muitas vezes chegaram ao poder através de eleições democráticas. Mas o compromisso com a liberdade, como por exemplo a liberdade inerente que há no direito de voto, tende a terminar com essa vitória. Em *Mein Kampf*, após criticar a democracia parlamentar, Hitler elogia “a verdadeira democracia germânica”, com inteira responsabilidade por tudo o que faz e faz com que seja feito”. O que Hitler descreve aqui é o governo absoluto de um líder, após uma votação democrática inicial. Não há, na descrição de Hitler do que ele chama de “verdadeira democracia germânica”, qualquer indício de que o líder deva se submeter a uma eleição subsequente. (Hitler, aqui, também se inspira no passado mítico, quando os reis medievais alemães eram eleitos para sempre.) Qualquer que seja esse sistema, ele não é reconhecidamente uma democracia (Stanley, 2020, p. 43).

Retirada a capa demagógica da hierarquia, é hora de também fazê-lo em relação à lei e à ordem. Para tanto, limitamo-nos a relembrar que, apesar dos discursos, Bolsonaro nada de efetivo fez em relação aos números da criminalidade do país. A disseminação do ódio, o apoio legitimador da violência estatal e a facilitação de acesso a armas por civis, aliás, indicam justamente o contrário. E, para além disso, são bastante conhecidas as vinculações da família Bolsonaro com conhecidos milicianos do Rio de Janeiro, no que reportamos à nota de rodapé 77.

²²² A carreira militar de Bolsonaro e sua quase expulsão do exército – de que se safou por um veredicto absolutório não unânime proferido pelo Superior Tribunal Militar (STM), em 1988 – é relatada no livro *O cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel*, de Luiz Maklouf Carvalho (2019).

²²³ Sobre os fatos: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2021/02/25/bolsonaro-exercito-palavra-oficial-editorial.htm>. Acesso em: 3 out. 2024.

Em suma: hierarquia, lei e ordem nada mais são que elementos integrantes dos ilusionismos míticos do fascismo bolsonarista, conscientemente manipulados por aqueles que ocupam ou ocuparam a cúpula do movimento.

5.3.5 Vitimização

A vitimização é a característica do fascismo *transistórico* (Traverso, 2023) que remete especialmente ao ressentimento e ao medo, afetos que, por sua vez, são desencadeadores e catalisadores do ódio que fortalece e atiza o *nós* contra *eles*. É nítido, nos discursos e narrativas fascistas, o reforço de uma posição vitimizada da massa em relação a direitos que, ao longo da história, foram sendo conquistados e assegurados aos chamados grupos minoritários ou àqueles historicamente oprimidos.

A homogeneidade, como abordado, é estruturante do fascismo, as diferenças, portanto, representando-lhe uma ameaça radical. É a massa que importa, considerada sua predominância e uma autorreferência constituinte que bem reflete os narcisismos que, agregados por identificação, a sedimentam. A ela, portanto, tudo é devido, de modo que a reivindicação ou o efetivo reconhecimento de direitos aos seus diferentes termina experimentado como injusta ameaça ou efetivo esbulho das garantias que a ela devem ser reservadas, com exclusividade.

Remetendo às considerações feitas a propósito do ódio, enquanto afeto primeiro, temos que tanto o medo, quanto o ressentimento também dizem de ameaças ou perdas narcisicamente experimentadas. E mais: convocam o ódio na medida em que remetem à perda primordial de que este afeto deriva, ecoando essa perda enquanto *resto*²²⁴ da castração. Noutras palavras, são afetos que dividem a mesma raiz, ainda que se possam considerar o medo e o ressentimento como afetos posteriores ao ódio.

Quanto ao ressentimento, afirma Kehl (2020):

A atualidade do ressentimento enquanto tema é clínica e também política. O ressentimento é uma constelação afetiva que serve aos conflitos característicos do homem contemporâneo, entre as exigências e as configurações imaginárias próprias do individualismo e os mecanismos de defesa do *eu* a serviço do narcisismo. A lógica do ressentimento privilegia o *indivíduo* em detrimento do sujeito e contribui para sustentar nele uma integridade narcísica que independe do sucesso de seus empreendimentos. Adianto a hipótese de que a versão imaginária da falta, no ressentimento, é interpretada como prejuízo (Kehl, 2020, p. 9).

Essas considerações bem dão a enxergar o caráter estruturante desses afetos hostis à alteridade para o fascismo. Afinal, relacionam-se a um passado mítico e à ilusão de perfeição que aciona e à qual confere ares de verdade.

²²⁴ Dizemos do *resto* enquanto resultado da operação de subtração.

É vítima quem se sente ameaçado, é vítima quem se sente esbulhado, o ódio sendo consequência natural dessa vitimização. Vitimizam-se as elites, portanto, quando se sentem ameaçadas pela redistribuição de riquezas e direitos, uma vez que, na condição de senhores, querem todo gozo para si. Vitimizam-se, também, os militares, especialmente os das FFAA, uma vez que tiveram seu protagonismo político subtraído pelos civis; pior, o perderam para os *comunistas* que sequestraram, torturaram e se esforçaram por eliminar, os quais, agora, ainda os ameaçam com desonra.

Vitimizam-se, ainda, os cristãos de pendor sectário, uma vez que se sentem ameaçados e efetivamente prejudicados pelos heréticos que agora podem manifestar publicamente suas crenças, desejos e formas de amor, além de serem livres para contestar os dogmas a que aqueles reduzem suas vidas. Por sua vez, vitimiza-se boa parcela da classe média, crendo-se ameaçada e esbulhada pela possibilidade de ascensão dos mais pobres e historicamente oprimidos, a partir de intervenções estatais afirmativas no sentido de reduzir as desigualdades.

Especificamente quanto à classe média – ou às classes médias –, é de se destacar o verdadeiro pavor diante da possibilidade de indistinção: afinal, se o pobre já não for mais pobre, qual será o lugar da classe média a não ser... ao lado dos pobres? Não há dúvidas de que esse medo da indistinção e a certeza quanto a uma injusta subtração de direitos que historicamente eram seus – poucos, mas seus – fez com que os integrantes da classe média – pretensos ou de fato – se agarrassem a valores considerados seguros para se oporem ao progressismo do PT, o que também explica fenômenos atuais em relação à chamada *classe C*²²⁵ – a *nova classe média* –, em especial o seu anseio por ascensão econômica, bem aos modos do mito estadunidense do *self-made man* –, esquecendo-se, ironicamente, de que as melhorias em suas próprias condições de vida e expectativas deveram-se, em boa medida, a políticas de redistribuição de renda e direitos das administrações petistas²²⁶.

A casa própria, a presença de pobres nos aeroportos, de empregadas domésticas na Disney²²⁷ e transitando em veículos próprios apresentaram-se como desaforo insuportável

²²⁵ Aquela composta de pessoas cuja renda familiar varia, aproximadamente, entre R\$3.000,00 e R\$8.000,00. A propósito: <https://investnews.com.br/economia/mais-pobres-migraram-para-classe-media-com-retomada-de-empregos-diz-estudo/>. Acesso em: 24 out. 2024.

²²⁶ Inclusive, convém destacar que se deu no curso das primeiras administrações de Lula a promulgação das leis que regulamentam e protegem o tão aclamado *empreendedorismo*, quais sejam, as leis complementares 123/06 e 128/08, aquela estabelecendo normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, enquanto esta criou a figura do Microempreendedor Individual – MEI.

²²⁷ Foram inúmeras as manifestações públicas e despidoradas de indignação diante da ascensão dos pobres. Contudo, poucas foram tão cinicamente aporofóbicas e toscas quanto a de Paulo Guedes, então ministro da Economia, que, em fevereiro de 2020, comemorou a alta do dólar com a seguinte declaração: “O câmbio não está nervoso, (o câmbio) mudou. Não tem negócio de câmbio a

para os que dependem da pobreza para se identificarem com o opressor ou, mesmo, para dela extrair o máximo de gozo – enquanto opressores de fato. Daí o apelo a Deus, à família, à pátria ou a qualquer valor que se mostre eficaz em legitimar esforços no sentido de manter ou devolver os pobres à condição de pobres, que é a única capaz de assegurar àqueles outros o pertencimento a uma classe média.

Marilena Chauí (2016) assim define a questão:

A classe média não só incorpora e propaga ideologicamente as formas autoritárias das relações sociais, como também incorpora e propaga a naturalização e valorização positiva da fragmentação e dispersão socioeconômica, trazidas pela economia neoliberal e defendidas ideologicamente pelo estímulo ao individualismo competitivo agressivo e ao sucesso a qualquer preço por meio da astúcia, para operar com os procedimentos do mercado (Chauí, 2016, p. 20).

E prossegue a filósofa:

E é nisto que reside o problema da absorção ideológica da nova classe trabalhadora brasileira pelo imaginário da classe média, absorção que atualmente, no Brasil, se manifesta na disputa entre duas formulações ideológicas que enfatizam a individualidade bem-sucedida: a “teologia da prosperidade”, do pentecostalismo, e a “ideologia do empreendedorismo”, da classe média neoliberal (o sonho de virar burguesia). Em outras palavras, visto que a nova classe trabalhadora brasileira se constituiu no interior do momento neoliberal do capitalismo, nada impede que, não tendo ainda criado formas de organização e de expressão pública, ela se torne propensa a aderir ao individualismo competitivo e agressivo difundido pela classe média. Ou seja, que ela possa aderir ao modo de aparecer do social como conjunto heterogêneo de indivíduos e interesses particulares em competição. E ela própria é levada a acreditar que faz parte de uma nova classe média brasileira (Chauí, 2016, p. 20).

Vitimizam-se, enfim, todos os que compõem a base de apoio bolsosfascista diante das ameaças e prejuízos que a democracia e a estrutura pública de bem-estar social representam ao todo-direito do senhor. E, por serem incapazes de por conta própria superar os inimigos que as ameaçam e esbulham, os quais temem e dos quais se ressentem, não perdem a chance de unir suas forças e se submeterem a um líder mitificado (um Pai forte, protetor e repressor) para atuar seu ódio destrutivo em relação a tudo o que se afirma *outro*.

Isso é o que demonstra nossa história e a repetição do mesmo com que nos deparamos.

R\$ 1,80. Todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para Disneylândia, uma festa danada. Pera aí. Vai passear ali em Foz do Iguaçu, vai passear ali no Nordeste, está cheio de praia bonita. Vai para Cachoeiro de Itapemirim, vai conhecer onde o Roberto Carlos nasceu, vai passear no Brasil, vai conhecer o Brasil. Está cheio de coisa bonita para ver.” Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/guedes-diz-que-dolar-alto-bom-empregada-domestica-estava-indo-para-disney-uma-festa-danada-24245365> . Acesso em: 24 out. 2024.

6 Considerações Finais

Ao fim do percurso proposto, parece-nos possível situar a força do fascismo bolsonarista nos mitos ancestrais que estão na base não só da sociabilidade, como dos próprios processos de subjetivação, reforçando-se, aqui, a ideia de que toda psicanálise é também social. Mais que isso, toda psicanálise é cultural, por reconhecer que a conformação – e a compreensão, portanto – da subjetividade não prescinde da consideração dos laços que institui e que a instituem, sob a mediação de uma Lei que funda o contexto simbólico em que tudo isso pode se dar. Noutras palavras, é da ininterrupta e mútua interferência instituinte entre esses três elementos constitutivos da cultura, que são sujeito, sociedade e Lei, que a psicanálise nos oferece perspectiva privilegiada quando temos por objetivo tentar compreender um obscurantismo que se repete, à revelia de todo o avanço civilizatório (Costa, 2016).

É de ideias religiosas que dizemos, na mais ampla acepção da expressão, quando tratamos do empuxo que os mitos referidos exercem sobre sujeitos e sociedades. O desamparo exige respostas, as quais muito raramente incluem sua assunção enquanto condição instituinte do sujeito, inafastável, pois.

Daí se poder afirmar que Deus existe, mesmo sem qualquer evidência *científica* quanto à sua existência (Dufour, 2016a). Afinal de contas, e acima de tudo, Deus é uma necessidade humana, tamanha ao ponto de persistir apesar de todo o avanço da ciência, e, logo, da razão, nos últimos séculos, para a desilusão de Freud (1927/1997a).

Devido à dimensão e radicalidade do desamparo experimentado pelo sujeito, mais do que uma necessidade, o que bem podemos observar é uma verdadeira dependência de Deus, valendo destacar que à deidade se podem conferir variadas formas, das mais transcendentais às mais imanentes, como dá prova a própria deificação do Mercado (Dufour, 2008), a que contemporaneamente se assiste segundo o evangelho tornado cartilha pelo neoliberalismo. E, por se tratar de uma dependência, como a que se experimenta em relação ao pai, por exemplo, não são raros os que, escapando à simples repetição por ela determinada, instrumentalizam essa sujeição para dela retirar o máximo proveito. Aos que o fazem, inclusive, pouco importa a existência de Deus, só havendo interesse no gozo que dela podem extrair.

Isso foi captado pelo gênio de Dostoiévski (2013/1880), que o expressou no capítulo 5 de seu *Irmãos Karamázov*, intitulado *O Grande Inquisidor*. Nele, Ivan Karamázov, o ateu, conta a seu irmão monge, Alexei, sobre um poema que imaginara, o qual se passa no século XVI e cuja trama se desenvolve em torno do retorno de Deus à Terra, justo em Sevilha, na Espanha, “onde ardiam as fogueiras dos hereges” (Dostoiévski, 2013/1880, p. 282).

Assumindo a forma humana, portanto, Ele retorna e todos O reconhecem, passando a segui-Lo, encantados pela força do amor que Dele emanava. Após Deus ressuscitar uma criança, o cardeal, Grande Inquisidor, que na véspera havia lançado à fogueira dezenas de heréticos, vai pessoalmente até Ele, acompanhado da guarda do Santo Ofício.

Em meio à multidão, ordena, então, que O prendam, mando que não encontra qualquer oposição por parte das pessoas presentes, tão submissas eram àquela autoridade eclesiástica. Na prisão, com a certeza íntima de que se tratava de Deus, diante de Seu supremo silêncio, disse-lhe o cardeal, Grande Inquisidor:

Então, por que vieste nos perturbar? Pois Tu vieste nos perturbar, sabes muito bem disso. Mas sabes o que será feito amanhã? Quem és, se és Tu mesmo ou só Tua aparência, não sei nem quero saber. Mas amanhã vou condenar-te e mandar queimar-te em uma fogueira, como o pior dos hereges, e o mesmo povo que hoje te beijou os pés, amanhã, ao menor sinal da minha mão, virá correndo para atizar as brasas de tua fogueira. Sabias? Sim, talvez já o soubesses – acrescenta o inquisidor, pensativo e concentrado, sem tirar os olhos do Prisioneiro (Dostoiévski, 2013/1880, p 284).

O poema de Ivan Karamázov bem expressa a força e a plasticidade das ideias religiosas, moldáveis segundo os interesses daqueles que delas se apropriam e que, em o fazendo, já não quererão abrir mão do imenso poder que lhes conferem. Aliás, como bem nos revela a personagem do Grande Inquisidor, o poder que as ideias religiosas outorgam àqueles que as tomam para si e delas fazem uso é tal que, dado o arrebatamento alienante que induzem, permite aos que as manipulam aplicá-las contra os próprios princípios e ideias que as regem.

E vale observar, ainda com apoio no escrito de Dostoiévski, que, neste momento, dizemos das ideias religiosas em seu apelo mais literal, ou seja, aquele mobilizado pelas religiões – sabendo que nem só ali ideias dessa natureza são acionadas. Em suma, as representações extraídas da literatura de Dostoiévski revelam-nos que a apropriação dessas ideias religiosas torna possível que poderes imanentes gozem de transcendência e, dessa forma, possam até instrumentalizar a deidade contra o próprio Deus.

Servimo-nos da arte para avançar em nossa conclusão e reiterar que nem só de uma massa de alienados constitui-se o fascismo bolsonarista. Como já dissemos, nesse movimento político há os de fé e os de má-fé, ou seja – valendo-nos ainda de Dostoiévski –, se a base bolsonarista é composta por crentes e soldados de seu *santo ofício*, temos, na cúpula, generais, bispos e cardeais cujas dissimulações não são suficientes a desmentir sua plena consciência em relação ao potencial destrutivo dos afetos e da fé que manipulam. Não apenas repetem, mas se recordam e gozam da repetição que induzem.

A propósito, defendemos que a dissimulação é manobra que acompanha o desmentido caracterizador da perversão (Costa, 2016):

Assim sendo, observa-se que há não só o desmentido, como também a dissimulação, enquanto manobra de que lança mão o perverso para, diante da Lei que o faz sabedor de sua condição fendida – faltosa, castrada –, encobrir habilmente sua insubmissão em relação aos limites postos, contra os quais conspira mirando um reinado próprio. O perverso, portanto, embora sofra os efeitos da intervenção paterna em medida suficiente para saber-se a princípio limitado por sua Lei, a esta não adere, pelo contrário, contra ela conspira, movendo-se por um princípio que parece remetê-lo à possibilidade de um dia retomar a condição total de que foi privado pelo Pai (Costa, 2016, p. 51).

Posto isso, avançamos um pouco a fim de reafirmar que, para além de mitos e, logo, de ideias religiosas universalizáveis em termos de cultura ocidental, temos que o bolsonarismo encontra suas origens nos mitos constitutivos da própria sociabilidade brasileira, o que nos remete aos modos de dominação escravocrata (Souza, 2019) que conferem brasilidade ao Brasil. Apoiando-nos em síntese já apresentada, acrescentamos que, se o fascismo é eterno porque habita cada sujeito, desde seu desamparo e mitos mais íntimos, as características que singularizam o bolsonarismo, de igual modo, podem ser encontradas no âmago da brasilidade que habita o recôndito de nossas subjetividades.

É o que concluímos seguindo o fio da repetição do mesmo que ecoa a estagnação das relações de poder que por aqui historicamente bem distinguem dominantes de dominados, a partir de uma lógica binária em que ou se é um, ou se é outro. Aliás, essa binariedade apresenta-se como astuta armadilha garantidora da repetição denunciada, uma vez que instala o modelo do opressor na posição de ideal, deflagrando dinâmicas que, reforçadas por defesas narcísicas, fazem com que oprimidos terminem por se identificar com as ideias e valores de seus senhores. Sem alternativas políticas de emancipação, ao oprimido só resta almejar ser opressor, determinação empreendedora que tem se mostrado eficaz em mobilizar massas em torno de fantasias para as quais as forças democráticas não têm encontrado horizonte de realização satisfatório.

A esquerda, em especial, seja ela socialista ou social-democrata, tem esbarrado em dificuldades para as quais não encontra solução eficaz. O neoliberalismo fulminou as utopias construídas em torno da igualdade e de uma justiça compartilhada, condições sem as quais não há possibilidade de se estabelecer a dimensão de um comum – o comum público – em que a coexistência de liberdades se dê de forma pacífica, considerados os conflitos que lhe são inerentes e à própria ideia de democracia, enquanto regime político que acolhe a diversidade.

Assim, à falta de uma utopia capaz de reunir os *novos trabalhadores* como classe e povo, parece que a esquerda vem perdendo espaço para miragens de uma prosperidade habilmente propagadas por novos atores políticos. Aliás, aqui anunciamos desafios hercúleos não só para a esquerda, como para todas as forças democráticas, os quais envolvem principalmente a tomada de consciência – desalienação – por parte dos oprimidos

quanto à sua condição de trabalhadores, de submetidos, pois, a senhores, ainda que não tenham patrão.

As inevitáveis feridas narcísicas implicadas nesse processo e as ilusões criadas no sentido de fazer crer que o sucesso econômico depende apenas das forças do sujeito (meritocracia), o fracasso sendo motivo de vergonha porque, correlatamente, atribuível somente à sua incompetência, praticamente impossibilitam a construção de esperanças que envolvam a alteridade, que, ao fim e ao cabo, termina convertida em peso-morto, trambolho inútil que deve ser descartado no momento em que já não seja útil para a corrida individualista em busca do ouro. Neste momento, oportuno dizer que as ilusões referidas também encontram combustível nas ideias religiosas em sua mais tradicional acepção, algumas das chamadas igrejas evangélicas – principalmente em sua vertente neopentecostal – destacando-se pela eficiência com que colocam a fé na condição de elemento motivador de projetos individualistas de sucesso regidos pela ascensão econômica e pela conquista de poder.

Essa louvação da riqueza e do poder encontra legitimação nas chamadas teologias da prosperidade e do domínio, que primeiro floresceram entre os neopentecostais. A *teologia da prosperidade*, como sugere a própria expressão, define-se pela glorificação da riqueza, incluída sua ostentação, como sinal das bênçãos alcançadas e merecidas pelo crente de verdadeira fé. Por sua vez, a *teologia do domínio* expressa-se como legitimadora do exercício de poder contra tudo o que represente o mal, reportando à necessidade de os representantes do bem combatê-lo em uma espécie de *guerra santa* (Dip, 2018).

O sociólogo Ricardo Mariano é mais uma vez quem definiu essa teologia de forma mais clara. Em seu artigo “Guerra espiritual: o protagonismo no Diabo”, ele diz: “No início dos anos 90 surgem novas concepções nas Igrejas Neopentecostais, da guerra espiritual nos Estados Unidos. A Dominion Theology, assim conhecida por lá, foi rapidamente proliferada nos segmentos evangélicos brasileiros, em especial no Neopentecostal. Tudo que se refere à luta do cristão contra o Diabo pode ser chamado de Teologia do Domínio. Esta batalha é feita contra demônios específicos, espíritos territoriais e hereditários, e, no caso do Brasil, identificado aos santos católicos. O nome desse movimento advém da crença de que os demônios dominam os seres humanos pertencentes a esses grupos sociais e que também estão presentes nestas mesmas regiões onde se encontram (igrejas, terreiros, centros) e, dessa forma, precisam ser libertos por meio de oração, guerra e em alguns casos até pela força física.” A invasão e destruição de centros, terreiros e igrejas de outras religiões têm sido recorrentes inclusive por parte de traficantes frequentadores de igrejas evangélicas (Dip, 2018, pp. 88-89).

Como se anuncia especialmente ao final da citação acima, e pensando com Dostoiévski e seu Ivan Karamázov (a propósito da Santa Inquisição católica), grandes problemas surgem quando nos damos conta de que, em nome de deus e dos interesses de quem manipula ideias religiosas em seu nome, até mesmo o próprio Deus pode se tornar o inimigo a ser levado à fogueira. Mais: esse inimigo pode ser definido também por quem

recebe e transmite a mensagem, segundo sua interpretação e poderes. Um pouco mais, porque agora já dizemos de questões em grande medida inconscientes: esse inimigo – representação do mal – pode ser definido como tal por encarnar desejos recalçados ou afetos a muito custo reprimidos por parte dos sedizentes *de bem* e, por assim ser, na batalha santa que se trava, termine personificando um alvo a se eliminar, para o bem das convicções defendidas e da integridade mítica (narcísica) a que remetem²²⁸.

E, neste ponto, é possível observar como a questão posta já ultrapassa a legitimação do acúmulo e da riqueza como sinais da escolha divina em promessa a gozos transcendentais, alcançando a disseminação de uma espécie de *teologia freestyle*, que se presta a lavar toda riqueza e poder que se venha a conquistar, com a glorificação de sua própria ostentação nessas dinâmicas que muito agradam ao deus Mercado (Dufour, 2008), além de serem coerentes com a guerra de todos contra todos em que, a seu serviço, nos instala o neoliberalismo. Acrescentemos, por oportuno, que essa *teologia fresstyle* não se restringe a fiéis evangélicos ou especificamente neopentecostais, disseminando-se destacadamente entre autodenominados cristãos dos mais variados espectros, os quais, ao ostentarem sua fé, pensam converter riquezas e poder em virtude, muitas vezes sem que importe sua origem²²⁹.

A retomada da investigação quanto à força das ideias religiosas no contexto brasileiro ao final deste trabalho justifica-se porque, quando falamos de fascismo e de bolsonarismo, como já visto, é de fundamentalismo que se trata. E, se tratamos de fundamentalismo, dizemos do fanatismo que lhe é correlato, fundamentalismos e fanatismos induzidos pelo neoliberalismo a partir de ilusões de essência religiosa e com força suficiente para atirar os sujeitos em uma verdadeira corrida pelo ouro.

Nesse contexto, não é por acaso que se diz da religião do bolsonarismo (Martins, 2021), de teologias da prosperidade e da dominação (Dip, 2018), ou de uma teologia militar²³⁰ (Pedrosa, 2017) – também não sendo por coincidência que essas teologias afetem as principais bases do movimento fascista que é o bolsonarismo. Estamos experimentando, em termos de Brasil, uma combinação explosiva do regime dos filhos, que reivindicam todos os gozos, com o regime do Pai e suas repressões (Dufour, 2016b), prosperidade e dominação amalgamados em um imperativo que exclui o outro, enquanto diferença radical.

²²⁸ O que permite compreender as manifestações de intolerância de todos os tipos do fascismo.

²²⁹ A propósito, sobre traficantes evangélicos: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/07/26/entenda-o-complexo-de-israel-no-rio-de-janeiro.htm>. Acesso em: 26 out. 2024.

²³⁰ Ganhou notoriedade o fato de um coronel da Polícia Militar de São Paulo ter levado dois batalhões para reunião em unidade da Igreja Universal do Reino de Deus, afirmando a necessidade de “honrar templos”. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/coronel-igreja-universal-pms-religiao>. Acesso em: 26 out. 2024.

“Goza!” é o comando que ecoa, não de uma voz transcendente, mas de uma que nos convoca desde o que há de mais arcaico em nosso narcisismo.

Dissemos anteriormente que o *futuro de uma ilusão* – a que Freud se referiu ao apostar na substituição de mitologias tais quais as religiosas pela razão –, mais se revela hoje como verdadeira *ilusão de futuro* freudiana. Pior, com Lacan percebemos que as ideias religiosas são uma *ilusão com futuro*, considerados os modos como confortam o desamparado sujeito, oferecendo-lhe um sistema completo de sentidos, já que nada pode escapar a Deus.

Tratando do triunfo da religião, não só sobre a psicanálise, mas sobre tantas outras coisas, afirma Lacan (2005b):

Falei há pouco do real. O real, por pouco que a ciência aí se meta, vai se estender, e a religião terá então muito mais razões ainda para apaziguar os corações. A ciência é novidade, e introduzirá um monte de coisas perturbadoras na vida de todos. Ora, a religião, sobretudo a verdadeira, tem recursos de que sequer se suspeita. Por ora, basta ver como ela fervilha. É absolutamente fabuloso (Lacan, 2005b, pp. 65-66).

E prossegue:

Eles gastaram um tempo, mas de repente compreenderam qual era sua chance com a ciência. E, no que se refere ao sentido, eles conhecem um bocado. São capazes de dar um sentido realmente a qualquer coisa. Um sentido à vida humana, por exemplo. São formados nisso. Desde o começo, tudo o que é religião consiste em dar um sentido às coisas que outrora eram as coisas naturais. Não é porque as coisas vão se tornar menos naturais, graças ao real, que se vai parar de secretar o sentido. E a religião vai dar um sentido às experiências mais curiosas, aquelas pelas quais os próprios cientistas começam a sentir uma ponta de angústia. A religião vai encontrar para isso sentidos truculentos. É só ver o andar da carruagem, como eles estão se atualizando (Lacan, 2005b, p. 66).

É de sentido que se trata, como bem pontua Lacan. Sentido cuja experiência depende da afetação, como se sabe a partir da psicanálise e da necessidade de respostas afetadas a interpretações ou intervenções para que alguma transformação ocorra.

A ascensão truculenta de ideias religiosas na propulsão ao fascismo em suas novas roupagens bem demonstra a urgência que as forças democráticas têm para encontrar formas alternativas de afetar os sujeitos. E isso inclui a captação dos afetos mais virulentos, bem como sua transformação e reinvestimento em ideais e valores que se voltem ao trabalho de cultura e à construção de um comum que acolha as diferenças que nos igualam em humanidade.

Lacan dá notícias de que valores e ideias capazes de afetar são os que transcendem a razão e arrebatam o sujeito ao produzirem efeitos de sentido pleno, ao modo do que se costuma observar em relação às ideias religiosas, que religam o sujeito ao *todo-sentido*. É assim que medo, ressentimento e ódio podem ser capturados, transformados e colocados a

serviço da causa que os justifique, ou seja, que lhes dê sentido e à própria vida do sujeito por eles arrebatado.

As resistências e lutas a que temos sido convocados reclamam consciência acerca dessa realidade, além de ouvidos e olhos especialmente atentos aos cantos e imagens do ódio, bem como às causas justas em que possam ser investidas as indignações que dele derivem. Parece inevitável, até mesmo em termos de repetição, que as desigualdades abissais e a insustentabilidade do capitalismo predatório alavancado pelo neoliberalismo criem as condições para que o sujeito volte a buscar sentidos no social. Já é tempo, contudo, de as forças democráticas se dobrarem a uma verdade que o fascismo tem lhes ensinado há mais de século, qual seja, a de que a razão nada pode contra os afetos se deles não se faz acompanhada.

7 Referências

- Ab'Sáber, T. (2018). *Michel Temer e o fascismo comum*. São Paulo, SP: Editora Hedra. 190 p.
- Albuquerque, A. A. de. (2024). *Religião em tempos de bolsofascismo*. São Paulo, SP: Editora Dialética. 104 p.
- Arantes, P. F., Frias, F., & Meneses, M. L. (2024). *8/1: A rebelião dos manés: ou esquerda e direita nos espelhos de Brasília*. São Paulo, SP: Editora Hedra. 184 p.
- Arendt, H. (2008). *A promessa da política* (P. Jorgensen Jr., Trad.). São Paulo, SP: DIFEL. 288 p.
- Arendt, H. (2010). *A condição humana* (R. Raposo, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Editora Forense Universitária. 408 p.
- Avritzer, L. (2020). *Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. São Paulo, SP: Todavia. 64 p.
- Bacha e Silva, D., Oliveira, M. A. C. de., & Costa, D. B. da. (2023) A mudança do papel da Defensoria Pública no regime democrático: da constitucionalização da assistência judiciária a uma instituição da soberania popular. *Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul*, 2(33), 290–309. Recuperado de: <<https://revista.defensoria.rs.def.br/defensoria/article/view/605>>. Acesso em: 29 out. 2024.
- Bahia, A. G. M. F., Bacha e Silva, D., Corby, I. A. P. M., & Oliveira, M. A. C. de. (2024). Um réquiem para a lava jato e o que aprendemos da *eine grosse konfusion*. In C. Proner, & G. Cittadino (Orgs.), *10 anos da Operação Lava Jato: a desestabilização do Brasil*. Bauru, SP: Canal 6 Editora.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. 280 p.
- Bauman, Z. (2008). *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria* (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed. 200 p.
- Benjamin, W. (2012). *O anjo da história*. Belo Horizonte, MG: Autêntica. 264 p.
- Bignotto, N. (2020). *O Brasil à procura da democracia: da Proclamação da República ao século XXI (1889-2018)*. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo. 264 p.
- Birman, J. (2020). *O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. 166 p.
- Boétie, E. de La. (1999). *Discurso da Servidão voluntária* (4ª ed.). São Paulo, SP: Editora Brasiliense. 240 p. (Trabalho original publicado em 1577).
- Bottomore, T. B., Harris, L., Kiernan, V. G., & Miliband, R. (2012). *Dicionário do pensamento marxista* (2ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed.
- Bruno, F., & Roque, T. (2019). A ponta de um iceberg de desconfiança. In M. Barbosa, (Org.), *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra das narrativas*. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó.

- Bucci, E. (2019). News não são fake – e fake news não são news. In M. Barbosa, (Org.), *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra das narrativas*. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó.
- Campos, L. S. (2008). Os Mapas, Atores e Números da Diversidade Religiosa Cristã Brasileira: Católicos e Evangélicos entre 1940 e 2007. *Revista de Estudos da Religião*, 8(4), 9-47. Recuperado de: <https://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_campos.pdf>. Acesso em: 30 out. de 2024.
- Camus, A. (2012). *O mito de Sísifo* (2ª ed.; A. Roitman, & P. Watch Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Editora BestSeller. 140 p.
- Carnielli, F. Z. (2021). *Comunicação pública e comunicação cínica na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de: <<http://hdl.handle.net/10183/231841>>. Acesso em: 30 out. 2024.
- Carvalho, L. M. (2019). *O cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel*. São Paulo, SP: Todavia. 256 p.
- Chalhoub, S. (2016). Desfaçatez de classe. In H. Mattos, T. Bessone, & B. G. Magigonian (Orgs.), *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo, SP: Alameda Editorial.
- Chaloub, J. (2022). Fascismo. In J. Szwako, J. L. Ratton (Orgs.), *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Recife, PE: CEPE Editora.
- Chauí, M. (2016). A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In I. Jinkings, K. Doria, & M. Cleto (Orgs.), *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1988, 5 de outubro). Recuperado de: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 out. 2024.
- Costa, D. B. da. (2013). Algumas considerações sobre sujeito, lei, culpa e processo civilizatório. In A. B. do Rosário, J. de O. Moreira (Orgs.), *Culpa e laço social: possibilidades e limites*. Belo Horizonte, MG: EdUEMG. 224 p.
- Costa, D. B. da. (2016). *Proibido era mais gostoso: o desejo de ontem, o gozo de hoje e o tédio de amanhã*. Curitiba, PR: Juruá Editora. 124 p.
- Costa, D. B. da. (2021). Recordar, repetir e... repetir: as massas e os autoritarismos de ontem e de hoje. In J. de O. Moreira, & A. C. D. Silva (Orgs.), *100 anos Psicologia das Massas: atualizações e reflexões*. Curitiba, PR: Editora CRV. 262 p.
- Costa, D. B. da, & Melo, A. R. de. (2023). Sobre as veredas jurídico-políticas da deposição da presidente Dilma Rousseff. In M. H. Weber (Org.), *Pactos e disputas política-comunicacionais sobre a presidenta Dilma* (2ª ed., pp. 263-273). Curitiba, PR: CPOP/NUCOP.
- Dardot, P.; Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (M. Echalar, Trad.). São Paulo, SP: Boitempo. 416 p.

- Dieguez, C. (2022). *O ovo da serpente: Nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a chegada ao poder*. São Paulo, SP: Companhia das Letras. 328 p.
- Dip, A. (2018). *Em nome de quem?: a bancada evangélica e seu projeto de poder*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. 160 p.
- Doria, P. (2020). *Fascismo à brasileira – como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo*. São Paulo, SP: Planeta. 280 p.
- Dornelles, J. R. (2024). Operação lava jato: o golpe neoliberal do imperialismo que abriu o caminho para o neofascismo. In C. Proner, & G. Cittadino (Orgs.), *10 anos da Operação Lava Jato: a desestabilização do Brasil*. Bauru, SP: Canal 6 Editora.
- Dostoiévski, F. (2013). *Irmãos Karamázov*. São Paulo, SP: Martin Claret. (Trabalho original publicado em 1880). 911 p.
- Dufour, D-R. (2008). *O divino mercado: a revolução cultural liberal*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud. 285 p.
- Dufour, D-R. (2009). La gouvernance comme nouvelle forme de contrôle social. *Connexions*, (91), 41-54. Recuperado de: <<https://www.cairn.info/revue-connexions-2009-1-page-41.htm>>. Acesso em: 30 de out. de 2024.
- Dufour, D-R. (2013). *A cidade perversa: liberalismo e pornografia* (C. Marques, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. 392 p.
- Dufour, D-R. (2015). *Pléonexie [dict.: “Vouloir posséder toujours plus.”]*. Bordeaux: Éditions Le Bord de l'Eau. 136 p.
- Dufour, D-R. (2016a). *A existência de Deus comprovada por um filósofo ateu* (C. Marques, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. 336 p.
- Dufour, D-R. (2016b). *La situation désespérée du présent me remplit d'espoir: face à trois delires politiques mortifères, l'hypothèse convivialiste*. Bordeaux: Éditions Le Bord de l'Eau. 210 p.
- Dufour, D-R. (2021). *Le Dr. Mabuse et ses doublés: ou l'art d'abuser autrui*. Paris: Actes sud. 336 p.
- Eagleton, T. (2021). *O sentido da vida: uma brevíssima introdução*. São Paulo, SP: Editora Unesp. 146 p.
- Eco, U. (2018). *O fascismo eterno* (E. Aguiar, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Record. 64 p.
- Eco, U. (2021). *Construir o inimigo e outros escritos ocasionais* (E. Aguiar, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Record. 240 p.
- Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019*. (2019, 12 de novembro). Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Recuperado de: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm>. Acesso em: 29 out. 2024.

- Esteves, J. P. (2019). *Comunicação, política e democracia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 387 p.
- Fausto, B. (2018). *História concisa do Brasil* (3ª ed. atual. e ampl., 1ª reimpr.). São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo.
- Ferreira, J. (2018). O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In J. Ferreira, & L. de A. N. Delgado (Orgs.), *O Brasil Republicano: O tempo da Nova República (Vol. 5): da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. 520 p.
- Ferreira, J. (2022). O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In J. Ferreira, & L. de A. N. Delgado (Orgs.), *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática (Vol. 3): da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Filgueiras, V., Antunes, R. (2020). Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In R. Antunes (Org.), *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes. 288 p.
- Freud, S. (1996a) Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. In S. Freud, *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889)*. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 1). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1950 [1892-1899]).
- Freud, S. (1996b). Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna. In S. Freud, *“Gradiva” de Jensen e outros trabalhos (1906-1908)*. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 9). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1908).
- Freud, S. (1996c). Recordar, repetir e elaborar. In S. Freud, *O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos (1911-1913)*. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 12). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1914a).
- Freud, S. (1996d). Sobre o narcisismo: uma introdução. In S. Freud, *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)*. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 14). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1914b).
- Freud, S. (1996e). A repressão. In S. Freud, *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)*. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 14). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1915a).
- Freud, S. (1996f). Os instintos e suas vicissitudes. In S. Freud, *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)*. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 14). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1915b).
- Freud, S. (1996g). Conferência XXIII: os caminhos da formação dos sintomas. In S. Freud, *Conferências introdutórias sobre psicanálise (Parte III) (1915-1916)*. (Edição Standard

- Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 16). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1917 [1916-1917]).
- Freud, S. (1996h). O estranho. In S. Freud, *Uma neurose infantil e outros trabalhos (1917-1918)*. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 17). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1919).
- Freud, S. (1996i). Além do princípio de prazer. In S. Freud, *Além do princípio de prazer, Psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)*. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 18). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1920).
- Freud, S. (1996j). Psicologia de grupo e a análise do ego. In S. Freud, *Além do princípio de prazer, Psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)*. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 18). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1921).
- Freud, S. (1996k). O ego e o id. In S. Freud, *O ego e o id e outros trabalhos (1923-1925)*. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 19). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (1996l). A negativa. In S. Freud, *O ego e o id e outros trabalhos (1923-1925)*. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 17). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1925).
- Freud, S. (1996m). Inibições, sintomas e ansiedade. In S. Freud, *Um estudo autobiográfico, Inibições, sintomas e ansiedade, Análise leiga e outros trabalhos (1925-1926)*. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 20). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1926 [1925]).
- Freud, S. (1996n). O feticismo. In S. Freud, *O Futuro de uma Ilusão, o Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos (1927-1931)*. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 21). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1927).
- Freud, S. (1996o). Construções em análise. In S. Freud, *Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos (1937-1939)*. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 23). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1937).
- Freud, S. (1997a). *O futuro de uma ilusão*. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1927).
- Freud, S. (1997b). *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1930 [1929]).
- Freud, S. (2005). *Totem e tabu*. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1912-1913).
- Garcia-Roza, L. A. (2003). *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões* (7ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed. 128 p.
- Goldenberg, R. (2014). *Psicologia das massas e análise do eu: multidão e solidão*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. 196 p.

- Gomes, C. (2016). Por que o golpe acontece?. In I. Jinkings, K. Doria, & M. Cleto (Orgs.), *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Gomes, D. F. L. (2020). O Brasil e o problema da modernidade: uma abordagem a partir da história constitucional brasileira. In M. A. C. de Oliveira (Coord.), *Constitucionalismo e história do direito* (2ª ed., Cap. 10, pp. 259-276). Belo Horizonte, MG: Conhecimento.
- Gugliano, M., & Monteiro, T. (2021, março 21). O general, o tuíte e a promessa. *revista piauí*. Recuperado de: <<https://piaui.folha.uol.com.br/o-general-o-tuite-e-promessa/>>. Acesso em: 29 out. 2024.
- Han, B-C. (2017). *Sociedade da transparência*. Petrópolis, RJ: Vozes. 116 p.
- Han, B-C. (2020). *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte, MG: Editora Âyiné. 117 p.
- Han, B-C. (2022). *Infocracia*. Petrópolis, RJ: Vozes. 107 p.
- Hobbes, T. (2006). *Leviatã: ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo, SP: Martin Claret. (Trabalho original publicado em 1651).
- Iannini, G., & Tavares, P. H. (2020). Para introduzir Além do princípio de prazer. In S. Freud, *Além do princípio de prazer*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- João. (2017). In A T. Bíblia. *Bíblia Sagrada. Nova Almeida Atualizada* (J. F. de Almeida, Trad.). Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil.
- Johnson, A. G. (1997). *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed. 316 p.
- Kakutani, M. (2018). *A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump*. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca. 272 p.
- Kaufman, D. (2019). A inteligência artificial mediando a comunicação: impactos da automação. In M. Barbosa (Org), *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra das narrativas*. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó.
- Kehl, M. R. (2020). *Ressentimento*. São Paulo, SP: Boitempo. 208 p.
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: mais, ainda* (2ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed. 160 p. (Trabalho original publicado em 1954-1955).
- Lacan, J. (2005a). *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed. 372 p. (Trabalho original publicado em 1962-1963).
- Lacan, J. (2005b). O triunfo da religião – precedido de Discurso aos católicos. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed. 88 p.
- Lampedusa, G. T. di. (2017). *O Leopardo* (M. S. Dias, Trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras. 384 p. (Trabalho original publicado em 1958).
- Lebrun, J-P. (2004). *Um mundo sem limites: ensaio para uma clínica psicanalítica do social*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud. 217 p.

- Lebrun, J-P. (2008a). *O futuro do ódio*. Porto Alegre, RS: CMC. 144 p.
- Lebrun, J-P. (2008b). *A perversão comum: viver juntos sem outro*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud. 355 p.
- Lebrun, J-P. (2010). *O mal-estar na subjetivação*. Porto Alegre, RS: CMC. 128 p.
- Lefort, C. (2011). *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária* (3ª ed.). Belo Horizonte, MG: Autêntica. 268 p.
- Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Recuperado de: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 29 out. 2024.
- Limongi, F. (2023). *Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato*. São Paulo, SP: Todavia. 304 p.
- Maia, A. da. (2022). Lawfare. In J. Szwako, J. L. Ratton (Orgs.), *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Recife, PE: CEPE Editora.
- Martins, Y. (2021). *A religião do bolsonarismo*. Campo Grande, MS: Episteme. 100 p.
- Martins Filho, J. R. (2022). Forças Armadas e política (1945-1964). In J. Ferreira, & L. de A. N. Delgado (Orgs.), *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática* (Vol. 3): da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Marx, K. (2011). *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo, SP: Boitempo. 176 p.
- Melman, C. (2002). *Novas formas clínicas no início do terceiro milênio*. Porto Alegre, RS: CMC. 160 p.
- Mezan, R. (2003). *Sigmund Freud: a conquista do proibido* (3ª ed.). Cotia, SP: Ateliê Editorial. 168 p.
- Nasio, J-D. (2014). *Por que repetimos os mesmos erros*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed. 136 p.
- Nobre, M. (2022). *Limites da democracia: De Junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo, SP: Todavia. 320 p.
- Paxton, R. (2007). *A anatomia do fascismo*. Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra. 462 p.
- Pedrosa, E. (2017). *Teologia militar, o uso da linguagem do militarismo nas Escrituras Sagradas*. Curitiba, PR: A. D. Santos. 320 p.
- Pellegrino, H. (1988). *A burrice do demônio*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco. 222 p.
- Piva, J. D. (2022). *O negócio do Jair: a história proibida do clã Bolsonaro*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed. 328 p.

- Popper, K. (1998). *A sociedade aberta e seus inimigos* (3ª ed.). Belo Horizonte, MG: Itatiaia. 810 p.
- Proner, C., & Tavares, J. (2024). O suicídio do reitor: a política de execração pública. In C. Proner, & G. Cittadino (Orgs.), *10 anos da Operação Lava Jato: a desestabilização do Brasil*. Bauru, SP: Canal 6 Editora.
- Quinet, A. (2012). *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed. 84 p.
- Ramos, B. V., & Moreira, L. (2016). Ingredientes de um golpe parlamentar. In Proner, Carol; Cittadino, Gisele; Tenenbaum, Marcio; Ramos Filho, Wilson (orgs.), *A resistência ao golpe de 2016* (Cap. 11, pp. 57-60). Bauru, SP: Canal 6.
- Ramos, B. V., & Prando, C. (2016). Algo além do rito do processo de impeachment. In C. Proner, G. Cittadino, M. Tenenbaum, & W. Ramos Filho (Orgs.), *A resistência ao golpe de 2016* (Cap. 10, pp. 53-56). Bauru, SP: Canal 6.
- Reich, W. (2007). *Escute, Zé-Ninguém!*. São Paulo, SP: Martins Fontes. 136 p.
- Rocha, C. (2023). As direitas não precisaram de Junho de 2013. In B. Altman, & M. Carlotto (Orgs.), *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Rocha, H. O. (2022). No coração da massa, a violência dos ideais. In G. Papeti, J. P. da Silva Junior, M. L. S. Persicano, & S. A. R. de Mello (Orgs.), *Psicologia das massas: um século de pensamento crítico*. São Paulo, SP: Editora Blucher.
- Rolnik, R., & Andrés, R. (2023). Desculpe o transtorno, é sobre a caixa preta das cidades. In B. Altman, & M. Carlotto (Orgs.), *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Rosolato, G. (1999). *A força do desejo: o âmago da psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed. 182 p.
- Roudinesco, E. (2016). *Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo* (Coleção Transmissão da Psicanálise; A. Telles, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed. 528 p.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise* (V. Ribeiro, & L. Magalhães, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed. 892 p.
- Rousseff, D. (2023). Prólogo. In B. Altman, & M. Carlotto (Orgs.), *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Santaella, L. (2019). *A Pós-verdade é verdadeira ou falsa?* (Coleção Interrogações). Barueri, SP: Estação das Letras e Cores. 98 p.
- Sayad, A. (2019). Idade Mídia: uma Idade Média às avessas. In M. Barbosa (Org), *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra das narrativas*. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó.
- Schwarcz, L. M., & Starling, H. M. (2020). *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras. 368 p.

- Semer, M. (2016). Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do Judiciário. In I. Jinkings, K. Doria, & M. Cleto (Orgs.), *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Simas, L. A. (2023). *Crônicas exusíacas e estilhaços pelintras*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. 208 p.
- Souza, J. (2019). *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Rio de Janeiro, RJ: Estação Brasil. 272 p.
- Souza, J. (2022). *A herança do golpe*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. 182 p.
- Spyer, J. (2020). *Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam*. São Paulo, SP: Geração Editorial. 284 p.
- Stanley, J. (2020). Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”. Porto Alegre, RS: L&PM. 206 p.
- Starling, H. M. (2022). Brasil, país do passado. In H. M. Starling, M. Lago, & N. Bignotto (Orgs.), *Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise* (Cap. 2, pp 70-119). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Strathern, P. (2003). *Uma breve história da economia*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed. 288 p.
- Thompson, J. B. (2012). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia* (13ª ed., W. de O. Brandão, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Traverso, E. (2023). *As novas faces do fascismo: populismo e a extrema direita*. Belo Horizonte, MG: Âyiné. 244 p.
- Valas, P. (2001). *As dimensões do gozo: do mito da pulsão à deriva do gozo*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed. 116 p.
- Veloso, C. (1978) Sampa. Compositor: C. Veloso. In C. Veloso, *Muito (Dentro da Estrela Azulada)*. São Paulo: Phillips. 1 CD, faixa 7.
- Victor, F. (2022). *Poder camuflado: os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro*. São Paulo, SP: Companhia das Letras. 416 p.
- Wacquant, L. (2001). *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed. 208 p.
- Zizek, S. (2013). Problemas no paraíso. In C. Vainer, D. Harvey, E. Maricato et al. (Orgs.), *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (Coleção Tinta Vermelha). São Paulo, SP: Boitempo.